

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS: CULTURAS E
PODERES

MARCELO DE SOUSA ARAUJO

**A EXPANSÃO CAPITALISTA NA ÁREA RURAL DE SÃO LUÍS A PARTIR DE
1980: as relações entre a comunidade do Maracanã e o DISAL**

SÃO LUÍS

2023

MARCELO DE SOUSA ARAUJO

**A EXPANSÃO CAPITALISTA NA ÁREA RURAL DE SÃO LUÍS A PARTIR DE
1980: as relações entre a comunidade do Maracanã e o DISAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes (PPGHIS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. João Batista Bitencourt

SÃO LUÍS

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor (a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Araujo, Marcelo de Sousa.

A expansão capitalista na área rural de São Luís a partir de 1980: As relações entre a comunidade do Maracanã e o DISAL / Marcelo de Sousa Araujo. - 2023.

314 f.

Orientador: João Batista Bitencourt.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Capitalismo. 2. Costumes. 3. Desenvolvimento Desigual e Combinado. 4. Distrito Industrial. 5. Maracanã. I. Bitencourt, João Batista. II. Título.

MARCELO DE SOUSA ARAUJO

**A EXPANSÃO CAPITALISTA NA ÁREA RURAL DE SÃO LUÍS A PARTIR DE
1980: as relações entre a comunidade do Maracanã e o DISAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes (PPGHIS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. João Batista Bitencourt

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Batista Bitencourt – Orientador (UFMA)

Prof. Dr. Baltazar Macaíba de Sousa (UFPB)

Prof. Dr. João Henrique Zanelatto (UNESC)

Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira (UFMA)

Profa. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes Oliveira (UFMA)

In memoriam de Raimundo “Grosso”
Garcês Costa, Libanea Rosa Meireles,
João Meireles, Patrocínia Jansem Pereira,
Delfina Iria dos Santos e Roberto Carlos
Costa, legítimos filhos do Maracanã.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus por todas as dádivas que tenho recebido da vida.

Escrever uma tese é um processo muito longo, cansativo e desgastante. Escrever uma tese passando por um cenário de pandemia, de incertezas, de medo, tornou o processo mais árduo. A sensação que tenho é de que o doutorado foi iniciado há mais tempo que de fato foi, uma vez que houve uma espécie de “*suspensão*” do tempo com a covid-19.

A escrita, por mais que seja um ato solitário, é o resultado do conjunto de esforços. Desse modo, a caminhada é o somatório de muitos empenhos, pois como diz a canção: “*um mais um é sempre mais que dois*”. Dentre as diversas pessoas que me ajudaram ao longo da caminhada, quero destacar e agradecer:

A minha família, que é a grande responsável pela minha carreira estudantil (acadêmica), em especial, meus pais, Antonio e Marluce, que nunca mediram diligências para que eu e minha irmã pudéssemos estudar. Caminhada iniciada em uma escola comunitária, na Vila Sarney, depois numa escola municipal, no Maracanã, na sequência num colégio da rede estadual, no Centro (ou como se diz por essas bandas: na Cidade), até a chegada na Universidade Federal do Maranhão. Para nós, oriundos da área rural de São Luís, integrantes das classes menos favorecidas, o ensino sempre foi contingente, nunca foi uma carreira. Tentaram nos fazer acreditar que nossa posição social estaria definida e que o DISAL seria nosso caminho “natural”. Por isso, agradeço a meus pais, por terem me dado a possibilidade de sonhar, de buscar meus objetivos. Não teria conseguido se não contasse com o apoio e o incentivo deles.

A minha irmã, Idayanne, que atravessou a mesma estrada junto comigo, nos mesmos espaços educacionais supracitados, somente com a diferença que ela, além da UFMA, também, estudou na Universidade Estadual do Maranhão.

A minha esposa, Andreia, que acompanha minha caminhada desde a época que eu era estudante do Curso de Graduação em História da UFMA. Passamos por diversas etapas ao longo desta jornada de duas décadas de convívio. Do namoro ao casamento, à nossa maior benção, João Marcelo. Meu amor, sempre serei eternamente grato, meu muito obrigado.

A João Marcelo, meu filho, a maior benção que Deus colocou em minhas mãos. Uma luz em minha vida e fonte de energia e inspiração. Essa conquista é sua, pois quero que sua estrada seja pavimentada. Saiba que o conhecimento é uma ferramenta emancipatória, na busca por uma sociedade justa.

A Lucas, meu sobrinho/filho/afilhado, outra benção em minha vida. É por você também essa conquista. Não desista dos seus sonhos e saiba que você pode fazer o que desejar. Meu companheiro nos jogos do Maranhão Atlético Clube, o Demolidor de Cartazes.

A Juju, gata de estimação do meu filho, que chegou na reta final da escrita do texto, minha companheira em várias madrugadas. Deitada ao lado do computador ou mesmo no chão. Sempre querendo brincar. Pois, como diz outra canção, não tem como não *“ver um bichano pelo chão e não sorrir”*

Às pessoas da comunidade do Maracanã, que foram extremamente solícitas para a realização desta pesquisa. Este trabalho só foi possível pela contribuição de vocês.

A dona Marlene Jansem Pereira por sua ajuda, sempre solícita, contribuindo na resolução de dúvidas e questionamentos sobre o Maracanã.

Aos funcionários da Biblioteca Estadual Benedito Leite, que me auxiliaram nas pesquisas com os jornais. Ficaram as lembranças dos dias vividos nesse local de conhecimento.

Ao PPGHIS, Turma de 2019, composta pela galera do doutorado e do mestrado: professores Manoel e Wagner, Arlyn, Yuri, Elisangela, Pedrina, Marcos, Dayse, Nivaldo, Alex, Claudia, Hemelita, Ana Paula, Adriana, Nilziane, Mariane, Kelly, Diogo, Amanda, Milca, Carlos, Tayná, Eva, Andreia, Fabio, Poliane, Claudienne. Talita, Valerice, Alisson e Luciana.

Aos professores do PPGHIS: Victor Coelho, Marcus Baccega, Lyndon de Araújo, Maria Izabel, César Castro, Edianne Nobre, Alirio Carvalho e Josenildo Pereira, pelos ensinamentos.

Aos técnicos do PPGHIS, sempre atenciosos.

A meu orientador, João Batista Bitencourt, pelos apontamentos e ensinamentos ao longo dessa caminhada.

Aos professores, Baltazar Macaíba de Sousa e Josenildo de Jesus Pereira, pelas considerações e contribuições com o texto do exame de qualificação.

A dona Alda Maria, minha primeira professora de História. Saudades de suas aulas, na escola Augusto Mochel, no Maracanã.

Aos meus mestres da Educação Básica: Fátima, Maria, Ruth, Georgeth, Maria de Jesus, Maria Reis, Maria Anunciação, Alice, Bahia, Flávio, Douglas, Ribamar e Marreiros.

Aos companheiros do NEPS UFMA/UFPB (Baltazar, Gleide, Ruan, William, Thiers, Campos Jr, Rodrigo Iturra, Tatiane, Juscinaldo, Marta, Arnaldo e Edson), que, ao longo de mais de 15 anos, têm me ajudado a estudar o marxismo.

Aos amigos que conheci na caminhada docente: Bernardo Leite, Amanda Lima, D'layne Giordana, Jorge Leão, Flávio Ataíde, Auderes Watyson, Tiago Guelssi, Andreia Leite, Jefferson Reis, Joivaldo Lopes, Marinelma Costa, Sarah Gomes, Eduardo Rafael e João Santos.

A Marcelino, amigo dos tempos de PRENEC (Pré-vestibular para negros e carentes), obrigado pela revisão do texto.

E a todos que não citei, meu muito obrigado.

Maracanã e o Passado

“Maracanã, eu me lembrei do teu passado
e até chorei

Maracanã, eu me lembrei do teu passado
e até chorei

Da sombra da mangueira de laiá

Da festa de Mundica Pinto

Mãe Xinéia e Cibá

Da casa de forno de meu Tio Zé

Das carreiras de Antônio Ganjão

No caminho do igarapé

Da casa de forno de meu Tio Zé

Das carreiras de Antônio Ganjão

No caminho do igarapé ”

(Humberto de Maracanã)

RESUMO

Analisa-se as relações construídas entre a comunidade do Maracanã e o DISAL (Distrito Industrial de São Luís), a partir dos anos de 1980, no contexto de expansão do modo de produção capitalista, na área rural de São Luís. Para tanto, trabalha-se com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado e, para compreensão das relações entre a comunidade supracitada e o Parque Fabril em questão, dialoga-se com estudiosos que se debruçaram sobre a dinâmica do modo de produção capitalista, tais como: Marx (2011, 2010, 2003, 2001), Harvey (2011), Hobsbawm (2014, 2010, 2008), Lênin (2017), Smith (1988), Marini (2017), Fernandes (2008, 1995), Oliveira (2003) e Thompson (2019); além de trabalhos referentes à comunidade do Maracanã, a saber: Araujo (2019, 2012, 2010), Ferraz (2014), Carvalho (1995) e Costa (1987). A questão condutora deste estudo foi: como tem acontecido o processo de constituição do capitalismo e suas especificidades na comunidade do Maracanã? No aspecto metodológico, opera-se com trabalhos bibliográficos, documentais (jornais, plano diretor, relatórios, decretos, recenseamentos e imagens) e registros orais, por intermédio dos depoimentos de pessoas da comunidade do Maracanã. Desse modo, este estudo evidencia que na região do Maracanã e, por conseguinte, na área rural de São Luís, tem-se o desenvolvimento de um modo de produção capitalista bem específico a partir do movimento dialético entre práticas consideradas “tradicionais” e outras “modernas”, constatando-se o desenvolvimento desigual e combinado na região, na consideração de que os costumes construídos ao longo do tempo na comunidade do Maracanã como uma forma de enfrentamento à expansão capitalista vigente.

Palavras-chave: Maracanã. Distrito Industrial. Capitalismo. Desenvolvimento Desigual e Combinado. Costumes.

ABSTRACT

This text analyzes the relationships built between the Maracanã community and DISAL (Industrial District of São Luís), from the 1980s, in the context of expansion of the capitalist mode of production, in the rural area of São Luís. To this end, we work with the theory of uneven and combined development and to understand the relationships between the aforementioned community and the Industrial Park in question, we use scholars who have focused on the dynamics of the capitalist mode of production, such as: Marx (2011, 2010, 2003, 2001), Harvey (2011), Hobsbawm (2014, 2010, 2008), Lênin (2017), Smith (1988), Marini (2017), Fernandes (2008, 1995), Oliveira (2003) and Thompson (2019); in addition to works referring to the Maracanã community, namely: Araujo (2019, 2012, 2010), Ferraz (2014), Carvalho (1995) and Costa (1987). As a guiding question for this study, we have: how has the process of constitution of capitalism and its specificities occurred in the Maracanã community? In the methodological aspect, it operates with bibliographical and documentary work (Newspapers, Master Plan, Reports, Decrees, Censuses and images) and oral records through the testimonies of people from the Maracanã community. Thus, this study shows that in the Maracanã region and, consequently, in the rural area of São Luís, there is the development of a very specific capitalist mode of production through the dialectical movement between practices considered “traditional” and others “modern”.”, noting the uneven and combined development in the region, and, considering the customs built over time in the Maracanã community as a way of confronting the current capitalist expansion.

Keywords: Maracanã. Industrial District. Capitalism. Unequal and Combined Development. Mores.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01	Mapa da Ilha de São Luís, década de 1970 – Projeto Euterpe	44
Imagem 02	Igreja de Santo Antônio, no Maracanã.....	59
Imagem 03	Reis do Alecrim, “Reis Rico”, no Maracanã.....	63
Imagem 04	O “Reis Pobre”.....	64
Imagem 05	Amistoso de futebol no Maracanã.....	66
Imagem 06	Cruzador da Ilha, durante partida da fase de classificação do I Torneio Governador João Castelo.....	69
Imagem 07	O Cruzador da Ilha, campeão do I Torneio João Castelo, Estádio Nhozinho Santos.....	70
Imagem 08	Associação Recreativa Beneficente Folclórica e Cultural de Maracanã (Barracão do Boi do Maracanã).....	73
Imagem 09	Programação da X Festa da Juçara.....	76
Imagem 10	Festa da Juçara tem início hoje (1980).....	78
Imagem 11	Shopping Center Iguatemi, em São Paulo, primeiro shopping do Brasil	128
Imagem 12	Propaganda da CDI/MA (1976).....	155
Imagem 13	Construção da Ferrovia Carajás-Itaqui.....	157
Imagem 14	Recursos da SUDENE para consolidação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL).....	162
Imagem 15	Entrada do Distrito Industrial de São Luís.....	167
Imagem 16	ALCOA compra área no DISAL.....	169
Imagem 17	Promessa de geração de empregos no DISAL.....	170
Imagem 18	Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, Distrito Industrial de São Luís	172
Imagem 19	Empresa do DISAL (Guaraná River).....	174
Imagem 20	Mapa da área industrial de São Luís.....	175
Imagem 21	Confraternização na Cervamar.....	184
Imagem 22	Magnífica do Maranhão (AMBEV S/A), localizada no Distrito Industrial de São Luís.....	192
Imagem 23	Benefícios fiscais para a AMBEV S/A.....	193
Imagem 24	Empregos gerados pela AMBEV S/A.....	194
Imagem 25	Mapa da APA do Maracanã.....	196
Imagem 26	Delimitação da área urbana e rural de São Luís (Plano Diretor 2023).....	198
Imagem 27	Bairros existentes na APA da região do Maracanã em São Luís	201
Imagem 28	Mapa de localização dos bairros adjacentes à APA da região do Maracanã.....	202
Imagem 29	Assoreamento do Rio Maracanã.....	204
Imagem 30	Assoreamento de um dos braços do Rio Maracanã.....	205
Imagem 31	Festa dos “Reis pobre” passando pela BR-135.....	214
Imagem 32	Cortejo dos “Reis pobre” na BR 135, em frente ao Distrito Industrial de São Luís.....	215

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Situação alimentar em Vila Maranhão e Maracanã (Projeto Euterpe).....	45
Tabela 02	Atividades produtivas em Vila Maranhão e Maracanã (Projeto Euterpe).....	53
Tabela 03	Sistema Operacional do Distrito Industrial de São Luís.....	164

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACLEM – Associação dos Cronistas e Locutores Esportivos do Estado do Maranhão
ALCOA – Aluminum Company of America
ALUMAR – Alumínio do Maranhão
AMBEV – American Beverage Company (Companhia de Bebidas das Américas)
AMZA – Amazônia Mineração S/A
APA – Área de Proteção Ambiental
BNH – Banco Nacional de Habitação
BPBL – Biblioteca Pública Benedito Leite
CERVAMAR – Cervejaria Maranhense S/A
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CDIMA – Companhia de Desenvolvimento dos Distritos Industriais no Estado do Maranhão
DISAL – Distrito Industrial de São Luís
E.F.S.L.T – Estrada de Ferro São Luís-Teresina
FMD – Federação Maranhense de Desporto
FMF – Federação Maranhense de Futebol
HTP – História do Tempo Presente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHTP – Instituto de História do Tempo Presente
INCID – Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural
MARATUR – Empresa Maranhense de Turismo
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PGCULT – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PPGHIS – Programa de Pós-Graduação em História
RFFSA – Rede Ferroviária Federal
SEAC – Secretaria Municipal de Educação e Ação Comunitária
SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SEINC – Secretaria Estadual de Indústria e Comércio

SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TAGUATUR – Taguatur Taguatininga Transporte e Turismo LTDA

TMD – Teoria Marxista da Dependência

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 A VIDA SOCIAL NO MARACANÃ “DE ANTIGAMENTE”: trabalho, cotidiano, relações de parentesco, festas e lendas.....	34
1.1 O modo de produção tradicional: a importância material e simbólica da terra.....	34
1.2 As relações de parentesco no Maracanã de outrora.....	55
1.3 Festas, diversões e lendas no Maracanã “de antigamente”.....	60
1.3.1 Os festejos dos Santos Reis: “Reis Rico” e “Reis Pobre”.....	61
1.3.2 Carnaval e Futebol: Maracanã do Samba e Cruzador da Ilha.....	65
1.3.3 O Boi de Maracanã: de promessa a sociedade.....	71
1.3.4 A Festa da Juçara.....	74
1.3.5 O Maracanã e suas lendas.....	80
2 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITALISMO: acumulação, políticas desenvolvimentistas na América Latina, Brasil e a dialética do capital na “periferia”.....	84
2.1 A mundialização do modo de produção capitalista: acumulação fordista e a acumulação flexível de capital.....	84
2.1.1 O Pós-Segunda Guerra e o fordismo.....	90
2.1.2 Acumulação flexível de capital.....	93
2.2 A Cepal e a Teoria da Dependência: reflexões sobre a América Latina	98
2.2.1 O Estruturalismo cepalino: Raúl Prebisch e Celso Furtado.....	99
2.2.2 A Teoria da Dependência.....	106
2.2.2.1 A vertente ortodoxa: a Teoria Marxista da Dependência (TMD).....	108
2.2.2.2 A vertente heterodoxa: Fernando Henrique Cardoso e o capitalismo dependente e associado.....	113
2.3 O Brasil e os projetos desenvolvimentistas (1951-1985).....	118
2.3.1 O Nacional Desenvolvimentismo (1951-1964).....	119
2.3.2 Os Governos Militares e sua política desenvolvimentista (1964-1985)	131
2.4 O capitalismo na “periferia”: o Brasil.....	137
3 O DISTRITO INDUSTRIAL E A EXPANSÃO CAPITALISTA NA ÁREA RURAL DE SÃO LUÍS	144
3.1 O capitalismo na “periferia da periferia”: o caso maranhense.....	144
3.2 A instalação do Distrito Industrial de São Luís.....	163
4 A CARTOGRAFIA DE DOIS MUNDOS: a comunidade do Maracanã e o Distrito Industrial de São Luís	177
4.1 Só sobraram as carcaças? Depoimentos de pessoas da comunidade do Maracanã sobre o DISAL.....	177
4.2 Os impactos do DISAL para a comunidade do Maracanã e adjacências.....	191
4.3 Os costumes como alternativa aos avanços dos elementos capitalistas na região do Maracanã.....	208

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
REFERÊNCIAS.....	224
APÊNDICES.....	234
ANEXOS.....	283

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar a comunidade¹ do Maracanã,² em suas mais variadas dimensões, é algo que tem me acompanhado desde os tempos da graduação, assim, no ano de 2005, realizei meu primeiro passeio por esse objeto de pesquisa, mais especificamente, com o trabalho de conclusão de curso (TCC), em Licenciatura em História, realizado na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), intitulado “Maracanã: a constituição de uma identidade e sua relação com a modernidade”. Por modernidade, entendia-se, naquele momento, a própria reconfiguração do espaço acontecida na cidade de São Luís, desde meados do século passado, pois, embora o foco das mudanças promovidas pelo setor público tanto do estado quanto do município fossem os espaços urbanos, suas resultantes foram sentidas, variando-se apenas sua intensidade, em toda a ilha de São Luís.

Entretanto, aquela pesquisa introdutória acabou deixando algumas arestas que necessitavam ser aparadas, principalmente no que se refere ao processo de construção de uma identidade (ou das identidades) na comunidade do Maracanã. Compreender como aquelas pessoas se reconheciam enquanto pertencentes daquele espaço sociocultural era algo que me chamava bastante atenção. E, nesse sentido, algumas questões estavam colocadas, precisamente: como as relações de sociabilidade ao longo do tempo foram sendo produzidas e até mesmo ressignificadas no Maracanã? Qual o significado de suas manifestações culturais – os reisados, o bumba boi, dentre outras – para o processo de construção de suas identidades? Essas eram algumas das questões que, de alguma maneira, me inquietavam, despertavam curiosidade e que, por isso, necessitavam ser pesquisadas, remexidas, escavadas em futuros trabalhos.

¹ Utilizo o termo comunidade referindo-me ao espaço territorial e de sociabilidade desenvolvidos pelos moradores do Maracanã ao longo dos tempos. O sentimento de pertencimento estava presente no cotidiano, nas festas, no sistema de parentesco e nas questões étnicas. Assim, concorda-se com Max Weber (1991, p. 25) ao declarar que “uma relação social denomina-se uma ‘relação comunitária’ quando e na medida em que uma atitude de ação social [...] repousa o sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”.

² “Não se sabe ao certo a origem do nome ‘Maracanã’. Contam os mais antigos que a palavra designa um pássaro e foi atribuída à localidade de maneira pejorativa, pelos ‘brancos’ residentes em Alegria (localidade vizinha), que consideravam os negros barulhentos como o pássaro Maracanã; desse modo, por analogia, deram à comunidade o mesmo nome” (ARAUJO, 2012, p.30). Ao longo da história, a identidade dessa comunidade foi construída e alicerçada em quatro elementos: territorialidade, etnicidade, parentesco (consanguíneos e por afetividade) e festividades, em especial, as festas dos Santos Reis e o bumba meu boi.

Diante disso, dei sequência aos estudos sobre a localidade em questão, no Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA), em um diálogo com a Antropologia, uma vez que, ao se tratar de um Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar, procurei desenvolver o trabalho ancorado na História Antropológica ou, dependendo da interpretação, em uma Antropologia Histórica, pois:

[...] A antropologia, a partir de sua rica e antiga tradição etnográfica, forneceu aos historiadores novos métodos e técnicas de trabalho, assim como conceitos, temáticas e problemas de estudo. Exemplo dessa influência é o atual interesse que os historiadores manifestam pelas questões culturais ou simbólicas, nos estudos sobre mentalidades e a formação e evolução das identidades coletivas dos grupos humanos (LOZANO, 2006, p. 19)

Para tanto, com objetivo de compreensão do movimento da identidade no Maracanã me debrucei sobre temáticas relacionadas ao universo simbólico dessa comunidade, tais como: suas festas, suas relações de parentesco, suas credences, dentre outras experiências construídas no decorrer do tempo por esses atores sociais. Logicamente, com a finalidade de entender como aqueles indivíduos se reconheciam e, por extensão, pertenciam àquela localidade. Portanto, inicialmente, produzi um artigo³ sobre “As Festas dos Santos Reis em Maracanã”, publicado em uma editora da cidade de São Luís, trabalho de extrema importância para minhas pesquisas, pois forneceu o caminho que deveria ser perseguido para conclusão do texto dissertativo.

Como resultado daquela pesquisa supramencionada defendi a dissertação A identidade em movimento: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930-1970)⁴, na qual constatei que as celebrações dos Santos Reis⁵, nos anos de 1930, corresponderam ao momento simbólico do reconhecimento das pessoas da comunidade enquanto pertencentes ao território do Maracanã, no instante de definição do “nós” contra “eles” para aqueles sujeitos, tendo em conta que essa

³ ARAUJO, Marcelo de Sousa. **MEMÓRIA E IDENTIDADE**: lembranças da festa de reis em Maracanã. In: CARVALHO, Claunísio Amorim & CARVALHO, Germana Costa Queiroz. (Orgs). **PERGAMINHO MARANHENSE: estudos históricos**. 1ª ed. São Luís: Café e Lápis, 2010, v.1, p. 81-96.

⁴ ARAUJO, Marcelo de Sousa. A identidade em movimento: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930-1970). São Luís: UFMA, 2012. (Dissertação de Mestrado).

⁵ Segundo Castro & Couto (1960), o reisado, tem sua origem na Europa, precisamente, na região da Península Ibérica do século XII, chega ao Brasil no século XVI juntamente com a colonização e, ao longo dos anos, o folguedo foi sendo ressignificado nas diversas regiões do Brasil, como pode ser verificado por seus variados nomes: Rancho de Reis, Folias de Reis, Reisados, Santos Reis, dentre outros. A festa encerra o ciclo natalino, por isso sua celebração acontece dia 06 de janeiro, em alusão à visita dos três reis magos ao menino Jesus.

celebração surgiu como resposta às discriminações sofridas pelos membros da comunidade quando acompanhavam as festividades dos Santos Reis na localidade vizinha, conhecida pelo nome de Alegria⁶. Pois, conforme os depoentes, no passado, a comunidade de Alegria era chamada por seus moradores como a “terra dos brancos” e, por sua vez, o Maracanã era classificado como sendo a “terra dos pretos”.

Importa frisar que as relações entre o Maracanã e a Alegria não foram interpretadas de maneira binária, de forma dicotômica, porque, em conformidade com os trabalhos de Hall (2005) e Silva (2000), entende-se não serem as identidades essencialistas, emanções da natureza ou mesmo questões de ordem metafísica, mas sim construções socioculturais realizadas pelos homens no tempo e espaço, mediadas por relações de poder e que, por isso mesmo, necessitam sempre das diferenças para se legitimarem, para se reconhecerem numa relação de complemento entre os polos opostos, visto que:

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição [...] está sujeita a vetores de força, à relação de poder. Elas não são simplesmente definidas, são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas [...]. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p.76).

A esse respeito, Woodward (2000, p.40) conclui que:

As identidades são fabricadas por meio da demarcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao mesmo tempo e em parte, por meio de sistemas classificatórios.

O recorte temporal da dissertação até os anos de 1970 se deu em decorrência do entendimento de que aquela década foi muito representativa para o avanço das

⁶ Na comunidade de Alegria, desde o início do século XX, são celebradas duas Festas dos Santos Reis, precisamente: o “**Reis Sempre Vive**”, organizado por Dona Vicentina e o “**Reis das Nuvens**”, organizado por Dona Libanea. Desse modo, nas primeiras décadas do século passado, os respectivos Reisados, atraíam pessoas das mais diversas localidades do que se considera como área rural de São Luís, dentre elas, a própria comunidade do Maracanã. Com isso, as celebrações eram consideradas como uma das principais manifestações culturais daquela região.

políticas desenvolvimentistas realizadas no estado, como um todo, e na própria capital, principalmente por intermédio dos discursos tanto do setor público quanto da iniciativa privada, visando à industrialização do Maranhão. Isso posto, compreendia-se que o Maracanã, a partir dos anos setenta, passaria por transformações estruturais profundas – em seus aspectos materiais e imateriais –, mas objetivei para aquele trabalho somente a interpretação de como eram as relações de sociabilidade na comunidade no período anterior ao processo de consolidação do modo de produção capitalista na região.

Nesse sentido, entendia-se que, para futuros trabalhos, seria necessário adentrar na retórica desenvolvimentista para compreender o que passou a acontecer, de fato, não somente com a comunidade do Maracanã, mas, de maneira geral, com a área rural de São Luís, a partir dos anos de 1980. Sendo assim, a dissertação apontou no sentido de sequenciar os estudos sobre uma região da capital que é tematizada por uma quantidade, ainda, limitada de produções acadêmicas, sobretudo no campo das Ciências Humanas e Sociais.

Então, a sequência nas pesquisas pôde ser realizada, principalmente com minha aprovação no processo seletivo para cursar o Doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação, com área de concentração em História: Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), mais especificamente, na linha de pesquisa: Linguagens, Religiosidades e Culturas.

Diante do exposto, o presente texto se refere às relações dialéticas entre a comunidade do Maracanã – formada no final do século XIX por ex-escravizados e situada na zona rural⁷ de São Luís – e a expansão capitalista no interior da capital do Maranhão a partir da década de 1980, expansão representada pela instalação de um parque industrial naquele decênio, precisamente, o DISAL (Distrito Industrial de São Luís) nessa região.

Entendem-se as relações entre a comunidade do Maracanã e o Distrito Industrial em uma abordagem dialética, por meio do movimento entre dois polos – comunidade e o Parque Fabril –, em que o complexo industrial representa a negação das antigas relações de produção encontradas no Maracanã até o final dos anos

⁷ Mais especificamente, Zona Rural I, conforme o Plano Diretor da Cidade de 2006, Lei nº 4669 de 11 de outubro de 2006.

setenta do século passado. Entretanto, o advento do capitalismo não pode ser interpretado somente pela perspectiva do desenvolvimento de novas relações de produção, mas sim como as novas relações e seus meios de produção provocaram mudanças sistemáticas, também, nos aspectos socioculturais dessa localidade.

Destarte, para o entendimento da expansão capitalista na área rural de São Luís, mais especificamente, no Maracanã, a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, trabalhada por Leon Trotsky⁸ (2017) e discutida por diversos estudiosos da escola marxista, como: Fernandes (2008; 1995), Smith (1988), Lowy (1998), Oliveira (2003), constitui-se em importante caminho para o atendimento desta proposta, principalmente pelo rompimento com a perspectiva de uma história linear, progressista e eurocêntrica, uma vez que o capitalismo, ao se expandir, consegue conviver com formas de produção anteriores ainda que na sequência venha a sobrepor-las.

Nesse sentido, o capitalismo, na medida do possível, procura se combinar com os modos de produção encontrados nas localidades onde está se tornando hegemônico, ocasionando o surgimento de um modelo de desenvolvimento desigual para os territórios em questão, dito de outra maneira, “[...], em termos gerais, o desenvolvimento capitalista molda-se às peculiaridades de cada espaço nacional” (MIRANDA, 2018, p. 43).

Um exemplo dessa condição pode ser detectado na existência de relações dualistas em localidades onde este modo de produção está em processo de expansão, do encontro entre formas de produção consideradas “tradicionais” com relações de produção interpretadas como “modernas”, dado que “A desigualdade situa-se, portanto, na forma peculiar como que são combinados o ‘velho’ e o ‘novo’, em cada contexto sócio-histórico [...], o desenvolvimento ulterior depende das condições sobre as quais os seres humanos fazem sua própria história” (MIRANDA, 2018, p. 43). Contudo, esse cenário não pode ser interpretado meramente pela

⁸ Leon Trotsky (1879-1940). Lev Davidovitch Bronstein, depois conhecido pelo nome de guerra como Trotsky. Além da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, também elaborou a Teoria da Revolução Permanente. (BOTTOMORE, 1988). A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado teve muitos adeptos no Brasil, dentre eles: Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira e Michel Lowy. Por exemplo, Francisco Oliveira e sua crítica à razão dualista é de muita valia para o presente texto, pois diferentemente de outras correntes que viam na presença de práticas “*arcaicas*” de produção no Brasil, um dos elementos que freavam o suposto desenvolvimento do capitalismo, para este autor, o capitalismo se desenvolveu devido a própria existência desse setor considerado “tradicional”, “rudimentar”, “arcaico”. Em suma, Oliveira compreende o capitalismo brasileiro por meio do movimento dialético entre o “tradicional” e o “moderno”.

presença de aspectos dicotômicos ou estanques entre os polos envolvidos, mas sim pela constituição de relações conflituosas, contraditórias, caracterizadas como de “mão dupla”, em suma, dialéticas.

Dessa forma, por se tratar de uma pesquisa que trabalha com o método dialético, e, embora o objeto de estudo seja uma comunidade específica, não tem como deixar de relacioná-la ao movimento do capitalismo mundial, compreendendo-se que existam particularidades nesse movimento. As relações construídas entre a comunidade do Maracanã e o Distrito Industrial, por conseguinte, devem ser compreendidas à luz da própria expansão do capitalismo – e suas contradições – acontecida no Maranhão, em especial, no interior da ilha de São Luís, a partir das últimas décadas do século passado.

Cabe destacar que a expansão desse modo de produção a partir da segunda metade do século passado não foi uma peculiaridade de São Luís, mas uma tendência geral ao longo do território nacional, sobretudo com a atuação do Estado por meio de políticas econômicas desenvolvimentistas, visando ao processo de industrialização – de base ou de bens de consumo duráveis e não duráveis –, construindo-se a tese de que as indústrias seriam as molas propulsoras para a condução do progresso da nação.

Adiante, discutir-se-á mais sobre as contribuições da Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, agora é interessante a compreensão de como aconteceu o processo de reestruturação, de mundialização do capital após a Segunda Guerra Mundial, especialmente para as regiões consideradas como integrantes da “periferia” do sistema. Localidades que no passado haviam sido colônias das metrópoles europeias e que, por isso, no campo econômico, independentemente de sua condição política, continuavam mantendo laços de dependência em relação aos países centrais do capitalismo.

Desse modo, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, inicialmente realizei leituras que partiram do geral para o específico, ou seja, estudos referentes ao processo de expansão do modo de produção capitalista após 1945 no Ocidente europeu, nos Estados Unidos, na América Latina até o Maranhão, pois embora existam particularidades nesse processo, compreende-se o capitalismo como totalidade. Assim, parti para estudos de trabalhos que operam com o materialismo histórico, principalmente para compreender como acontece o desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista, com a

finalidade do entendimento e reflexão de como esse quadro tem acontecido na região do Maracanã.

No tocante aos documentos escritos, realizei pesquisas na Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), a partir do segundo semestre de 2021, debruçando-me sobre os jornais o Estado do Maranhão⁹ e o Imparcial¹⁰, no período de aproximadamente uma década, mais especificamente, do ano de 1975 até 1985. Embora, tenha feito incursões a publicações de décadas anteriores, como o jornal o Diário do Norte, do final dos anos de 1930, com a finalidade de complementar informações conseguidas a partir dos depoimentos concedidos para a presente pesquisa.

A escolha desse recorte temporal deveu-se ao ano de 1975 corresponder ao momento de promulgação do primeiro Plano Diretor para a cidade de São Luís, além da criação da CDI/MA (Companhia de Desenvolvimento dos Distritos Industriais), cujo objetivo era viabilizar a instalação dos distritos industriais no Maranhão. Por sua vez, o ano de 1985 corresponde ao instante de consolidação do DISAL na área rural da capital do estado. Acrescentem-se também as visitas às secretarias e fundações tanto do município quanto do Estado, tais como: a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN), o Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INCID) e a Secretaria de Estado Indústria e Comércio (SEINC), Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Maranhão (SEMA), onde consegui o primeiro Plano Diretor de São Luís (2ª edição, ano de 1977), os resultados dos projetos desenvolvimentistas Euterpe (1971-74) e Desafio (1976-78), para a região do Maracanã e adjacências, promovidos pela antiga Secretaria de Educação e Assuntos Culturais (SEAC), do município, o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Região do Maracanã, além dos números quantitativos referentes às empresas, aos empregos gerados e aos trabalhadores que integram o quadro do distrito industrial nos últimos anos.

Em relação aos depoimentos, coletei registros de pessoas nascidas e criadas ou radicadas na comunidade do Maracanã, com idades na faixa etária dos 55 aos 87 anos de idade. Pessoas que acompanharam direta ou indiretamente o processo de

⁹ Periódico da família Sarney e um dos principais divulgadores das políticas desenvolvimentistas em nosso estado naquele período. A família Sarney, constitui uma oligarquia que dominou a cena política no estado do Maranhão por mais de meio século. Tendo-se na figura de José Sarney, ex-Presidente da República, o seu principal expoente.

¹⁰ Apesar das diferenças políticas em relação ao periódico: o Estado do Maranhão. O Imparcial, também noticiou o processo de instalação das fabricas, na ilha de São Luís.

instalação das fabricas e a reconfiguração do espaço no Maracanã. As visitas à comunidade foram iniciadas no começo do ano de 2022, primeiramente fiz incursões prévias para agendamentos dos futuros relatos, os quais sempre ficaram a critério dos interlocutores, respeitando-se suas disponibilidades; no segundo momento, comecei a coleta dos registros com a utilização de um aparelho gravador; no terceiro momento, iniciou-se o processo das transcrições dos depoimentos/registros. Convém salientar que os Interlocutores - quase de maneira unânime - destacaram que trabalharam na lavoura e/ou com a extração de pedra. Reforçando-se, com isso, a importância que a terra, enquanto meio de produção, possuía para as pessoas da antiga comunidade do Maracanã, sobretudo por intermédio do desenvolvimento da produção que visava principalmente à subsistência.

Assim, para a construção do presente texto, trabalhou-se com autores que se debruçaram sobre questões referentes à memória, tais como: Halbwachs (2006), Pollack (1989), Benjamin (2011), Bosi (2009), Delgado (2006) e Montenegro (2010). E, para a compreensão dos costumes, da cultura, das tradições, das experiências dos sujeitos sociais que construíram histórias sobre o Maracanã de outrora, dialogou-se com E.P Thompson (2019), Hobsbawm (2008), Araujo (2020; 2019; 2012), Costa (1987), Ferraz (2014) e Carvalho (1995), por exemplo.

A presente narrativa se insere no que tem sido chamado no meio acadêmico de História do Tempo Presente (HTP), campo da historiografia que passou a ganhar mais notoriedade, principalmente a partir do final dos anos de 1970, mais especificamente, na França, com a criação do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), em 1978, organização responsável pela publicação de diversos estudos que têm contribuído sobremaneira para pesquisas dos profissionais dos mais variados campos das Ciências Humanas e Sociais.

Convém ressaltar que um longo caminho foi percorrido para que a HTP fosse aceita como uma corrente dentro do campo historiográfico, porque havia muito ceticismo, algumas dúvidas, além, claro, de críticas provenientes de segmentos de historiadores considerados tradicionais quanto a credibilidade do uso dos documentos orais, quanto a temporalidade do período estudado ou até mesmo referente à utilização de uma metodologia que pudesse operar a contento com esse tipo de fonte (DOSSE, 2017; LAPUENTE, 2017).

A HTP, com o passar do tempo, foi ganhando mais notoriedade no campo historiográfico, levando em consideração que o número de produções enquadradas

nessa forma de abordagem foram crescendo à medida que novas temáticas, questões e objetos passaram a tramitar no raio de ação dos profissionais da História. Principalmente, a partir do instante em que o universo do simbólico, dos costumes, das experiências, da cultura, das diversas formas como os sujeitos interpretam seu tempo passaram a constar no radar dessa disciplina.

Sobre o conceito de História do Tempo Presente, François Dosse (2017, p. 16) sublinha:

A história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo. Ela se diferencia, portanto, da história imediata porque impõe um dever de mediação. [...]. Defenderei minha parte, a ideia de uma verdadeira singularidade da noção de História do Tempo Presente que reside na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do 'espaço de experiência' e no presente do passado incorporado.

Assim, a partir dos anos de 1970, com o renascimento da narrativa¹¹, com a crise do paradigma das Ciências Sociais, com o processo das lutas de emancipação colonial, especialmente nos continentes africano e asiático, as questões referentes às identidades e à memória passaram a ter mais destaque, não somente para a própria História, mas para o universo das Ciências Humanas e Sociais de maneira geral. Por exemplo, ainda na França, Pierre Nora, realizou estudos com sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, tendo como sua fonte primordial as memórias desses sujeitos (LAPUENTE, 2017). Nas antigas colônias, intelectuais diaspóricos como Homi Bhabha (2007) e Stuart Hall (2005), debruçaram-se sobre pesquisas relacionadas às identidades produzidas nos recém-criados Estados Pós-Coloniais. Sendo assim, conclui-se que uma das questões centrais para os adeptos de uma HTP é o estudo das relações de permanências e rupturas nas formações sociais. Dessa maneira, as categorias analíticas: história, memória e identidade, constituem-se em elementos

¹¹ Segundo Burke (1991), o grupo dos Annales, nos anos de 1960, caminhou em três direções: a viragem antropológica, o retorno à política e o renascimento da narrativa. Entretanto, a História Política não seria mais trabalhada como no século XIX, numa perspectiva vista por cima. Do mesmo modo, a narrativa não seria compreendida como simplesmente o historiador narrar o que tinha acontecido ou que se acreditava ter acontecido. Principalmente, por meio dos trabalhos de Paul Veyne (1988), passava-se à compreensão que todo texto historiográfico é uma narrativa, não objetiva como se dizia no século XIX, mas subjetiva. Não é interesse adentrar nesse debate por fugir do escopo deste estudo, mas, a título de sugestão ver: BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1991. VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: UNB, 1988.

fundamentais para a compreensão da narrativa historiográfica proposta pela História do Tempo Presente.

Isso posto, em se tratando da presente tese, utiliza-se a abordagem dialética para o entendimento das permanências e/ou rupturas nas relações das pessoas da comunidade do Maracanã com o processo de expansão do modo capitalista de produção nas suas redondezas, a partir dos anos de 1980.

Contudo, faz-se necessário esclarecer que existem diferenças entre História e Memória, como bem destaca Le Goff (2003, p. 49) “a memória não é a história, mas um de seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica”. Dito de outra maneira, a memória é uma das diversas fontes que possibilitam a construção de narrativas sobre determinada história e, nessa condição, como não poderia ser diferente, deve, como qualquer outro tipo de fonte historiográfica, ser problematizada, porque “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 469).

A esse respeito, alguns autores se destacaram em relação aos trabalhos com a memória, por exemplo, Maurice Halbwachs (2006), sociólogo de influência durkheimiana, em suas obras publicadas na primeira metade do século passado, estudou a memória enquanto fenômeno coletivo. Segundo esse autor, não existe apenas a memória individual, uma vez que as lembranças são constituídas coletivamente, em decorrência da participação dos indivíduos nos mais variados grupos sociais – na família, na igreja, na escola, nas festas –, e, por isso, quanto maior for a participação dos sujeitos nos respectivos grupos, maior também, serão as suas lembranças, sobrevivendo assim apenas os acontecimentos que tenham mais significância.

Nesse sentido, as lembranças não significavam o passado conservado, imutável e muito menos armazenado em alguma parte do cérebro, como pensavam as antigas análises influenciadas por concepções de natureza biológica¹². Muito pelo

¹² Como pensava Henri Bergson (1859-1941), na obra “*Matéria e memória*”, publicada no final do Século XIX (1896), apresentando-se a tese de que as lembranças são imutáveis, desse modo, um determinado acontecimento seria lembrado da mesma forma independente da idade do sujeito. Por sua vez, Maurice Halbwachs (1877-1945) conclui que as lembranças são sempre fabricadas, produzidas no tempo presente e nunca estagnadas. Nesse sentido, este autor, rompe com a abordagem biológica de Bergson e abre um novo horizonte para as pesquisas que tem no uso da memória sua fonte principal para a produção de narrativas historiográficas. Em termos coletivos, as memórias mais sólidas nos

contrário: significava que a própria história dos indivíduos e de sua coletividade é produzida, é fabricada, sendo, dessa forma, construída a todo momento. Por isso, não existe memória considerada como “pura”, “intocável”, uma vez que as memórias são sempre construídas, produzidas pelos sujeitos no tempo presente, reforçando-se com isso sua dinamicidade.

A esse respeito, Ecléia Bosi (2009, p.55), comentando a importância dos trabalhos de Halbwachs, destaca:

A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente do sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, a nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor.

Em relação às lembranças, Maurice Halbwachs (2006, p.91) discorre:

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifesta-se já bem alterada.

Outro nome interessante para o debate é o do historiador austríaco Michael Pollak (1989), apontando para a existência das memórias “subterrâneas” que, por sua vez, correspondem aos tipos de memórias que são silenciadas por narrativas consideradas oficiais, geralmente narrativas elaboradas pelas classes dominantes. Esse modelo de memória “excluída”, também pode representar, significar formas de resistência por parte dos indivíduos ou dos grupos sociais contra os discursos que se pretendem hegemônicos. Diante disso, para Pollack (1989), a memória será sempre um fenômeno seletivo, por isso os sujeitos desenvolvem momentos de silêncio e esquecimento relacionados a determinadas situações que lhes causem alguma forma de desconforto, pois, para alguns narradores, determinados assuntos, temas, são considerados indizíveis, remontando a uma condição de insegurança, de vergonha, dentre outras sensações que as lembranças podem produzir no depoente, pois:

indivíduos seriam referentes ao Estado Nacional, a partir da internalização de discursos sobre as histórias dos países.

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas. Como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p.02, grifos nossos).

Para Pollack (1989) chegar a essa conclusão, foi necessária a realização de uma longa pesquisa, entrevistando sobreviventes dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, com a constatação – a partir das falas dos seus interlocutores – de que os acontecimentos referentes à guerra lhes traziam muito sofrimento e tristeza, pois os direcionavam para um tempo de muita infelicidade, de angústia, de ansiedade, de barbárie, ponto em que o melhor a se fazer, se possível, seria tentar esquecê-los.

Dessa maneira, para Pollack (1989), há a constituição de uma zona fronteira entre o que pode ser considerado dizível e o indizível, no movimento dialético do que deve ser lembrado e o que necessita ser esquecido. No caso específico da comunidade do Maracanã, ver-se-á em que momento a dialética da lembrança/esquecimento, do próprio tempo, faz-se presente para os interlocutores. Será nas lembranças da perda de terras habitadas por gerações e que foram “tomadas” pelo Distrito Industrial (DISAL)? Ou das terras “ocupadas” por “estrangeiros” que vieram em direção ao Parque Fabril, apostando nas possibilidades que o mundo das indústrias estaria apresentando? Essas questões são consideradas de extrema relevância, de vez que nos ajudam a compreender como aconteceu (ou tem acontecido) o processo de expansão do modo de produção capitalista sobre a área rural de São Luís e como a comunidade do Maracanã se relacionou (ou tem se relacionado) com esse fato.

Assim, o tempo, a memória, o espaço e a história são categorias importantes para o entendimento do movimento dialético na comunidade, pois não são estanques, imobilizadas: para os interlocutores construir o Maracanã que só existe em suas lembranças – lembranças sempre produzidas no tempo presente – tiveram que fazer o exercício constante do movimento presente/passado e do passado/presente, passando-se pelo entendimento de que as temporalidades são múltiplas.

Tempo, memória, espaço e História caminham juntos. Inúmeras vezes, através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história. A relação tencionada acontece, por exemplo, quando se recompõem lembranças, ou se realizam pesquisas sobre [...] vida cotidiana, movimentos étnicos, atividades culturais [...] lutas pelo poder. Sem qualquer poder de alteração do que passou, o tempo, entretanto, atua modificando ou reafirmando o significado do que foi vivido e a representação individual ou coletiva sobre o passado. Sem qualquer previsibilidade do que virá a ser, o tempo, todavia, projeta utopias e desenha as cores do presente, tonalizada pelas cores do passado, as possibilidades do futuro almejado [...]. Em outras palavras, se o tempo confere singularidade a cada experiência concreta da vida humana, também a define como vivência da pluralidade, já que, em cada movimento da história, entrecruzam-se tempos múltiplos, que acoplados à experiência singular/ espacial, lhe conferem originalidade e substância (DELGADO, 2006, p. 34/35).

Com esse introito, passa-se a descrever a organização deste texto, que está dividido em 04 capítulos, conforme a seguinte ordenação: **CAPÍTULO 1 – A VIDA SOCIAL NO MARACANÃ “DE ANTIGAMENTE”**: trabalho, cotidiano, relações de parentesco, festas e lendas. A construção desse capítulo está ancorada na História do Tempo Presente (HTP), em especial, por meio dos depoimentos concedidos por pessoas da comunidade do Maracanã, e, além dos respectivos registros orais, também, utilizam-se fontes documentais, como imagens e reportagens encontradas nos periódicos: o Diário do Norte (1939), o Estado do Maranhão (1980), e o Imparcial (1981). No primeiro capítulo, objetiva-se compreender, por intermédio das narrativas dos depoentes, suas experiências sobre as atividades de produção, do cotidiano, das festividades, do imaginário permeado por lendas e mistérios do Maracanã. Ou seja, o que significou ou o que significa para aquelas pessoas o chamado Maracanã “de antigamente”? Dos tempos em que a comunidade era constituída predominantemente por lavradores cujo principal meio de produção eram as atividades com a terra; e que tinham, no futebol e nas festas, suas formas de divertimento.

Isso posto, o capítulo em questão está constituído por tópicos e seções em consonância com a ordenação a seguir: inicialmente, discute-se o nascimento da comunidade, observando-se como esses indivíduos ao longo do tempo foram desenvolvendo laços de sociabilidade responsáveis pela formação/constituição do Maracanã, enfatizando-se suas práticas materiais, em especial, o destaque para desenvolvimento do seu modo de produção, considerado como tradicional, pautado na “economia moral”¹³, e ancorado no labor com a terra, com a subsistência como seu

¹³ A “Economia moral” foi uma forma de resistência à economia de mercado no processo de expansão do capitalismo na Inglaterra do século XVIII. A abordagem de Thompson (2019) é bastante interessante para compreender a economia em sociedades não capitalistas ou em locais onde esse modo de

objetivo maior, embora essa condição não anulasse a produção do “excedente” – utilizado como forma de permuta – ou mesmo a presença do que se pode classificar como facetas do capitalismo naquela região.

Na sequência, discorre-se sobre a importância e a significação que as relações de parentesco possuem para as pessoas da comunidade do Maracanã, relações que foram sendo construídas ao longo do tempo e que, por isso, são consideradas como um dos elementos fomentadores da própria identidade desse lugar, constatando-se o desenvolvimento de uma rede de parentescos consanguíneos e por afinidades.

Por fim, trabalham-se alguns elementos pertencentes ao universo imaterial daquelas pessoas, com bastante representatividade para se compreender o que significou ou o que ainda significa para os interlocutores o Maracanã “de antigamente”, dentro do diálogo com a comunidade dos tempos contemporâneos. Sendo assim, as festividades, as formas de diversão – a escola de samba, as celebrações religiosas, os jogos de futebol, o Parque da Juçara, o bumba meu boi, dentre outras –, as diversas lendas referentes a personagens míticos que permearam (em muitos casos ainda permeiam) o imaginário dessas pessoas são objetos de análise. Em suma, as demais dimensões que compõem a totalidade deste lugar e que ajudam entender como a dialética do tempo é posta no Maracanã.

Depois, tem-se o **CAPÍTULO 2 – A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITALISMO: acumulação, políticas desenvolvimentistas na América Latina, Brasil e a dialética do capital na “periferia”**. Inicialmente, discute-se o processo de mundialização do capitalismo por meio da atuação do Estado – regulamentação do capital –, depois as formas de acumulação do capital representadas pelo fordismo (capitalismo pesado) e pela flexibilização (capitalismo leve), por mais que existam diferenças entre as duas formas de acumulação, destacam-se pontos de convergência, haja vista que se tratam de movimentos dentro do próprio modo capitalista de produção.

Na sequência, será trabalhado o estruturalismo da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e suas influências para a América Latina, com a narrativa de que o continente só chegaria ao desenvolvimento por

produção não é o dominante, pois os signos norteadores desses locais são os costumes, a tradição, a palavra empenhada. O Maracanã antigo pode perfeitamente ser interpretado por meio dessa categoria analítica, numa época que a ideia de coletividade era presenciada em todos os instantes de reprodução social.

intermédio da industrialização, superando assim práticas de produção consideradas arcaicas e que, por isso, seriam responsáveis pela condição do subdesenvolvimento do mundo ibero-americano. Como referências para essa discussão, trazem-se os apontamentos de Raúl Prebisch e Celso Furtado. Ainda nesse subtópico, com a finalidade de aprofundamento do que se passava no continente, trabalhar-se-á com as formulações da Teoria da Dependência, em suas abordagens ortodoxas, com Ruy Mauro Marini, e, heterodoxa, com Fernando Henrique Cardoso. No terceiro tópico, estudam-se os projetos desenvolvimentistas praticados no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, na esteira do entendimento de que a industrialização seria o único caminho para o progresso. Ainda que os projetos tenham sido propostos pelo Estado, observa-se a parceria com o capital privado para sua efetivação, parceria responsável, em muitos casos, pelo endividamento do Estado brasileiro. No caso específico, consideram-se dois momentos desse modelo de desenvolvimento: o primeiro, que se estende do segundo governo de Getúlio Vargas (1951) até o Golpe Civil-Militar de 1964, caracterizado pelo nacional-desenvolvimentismo; e o segundo, pós-golpe de 1964, marcadamente influenciado pela atuação do capital privado e a ampliação da internacionalização de nossa economia. Ainda nessa seção, apresenta-se como a industrialização alterou as relações entre campo e cidade, principalmente por meio da construção do imaginário de que o mundo urbano traria oportunidades, a prosperidade para os indivíduos, pois a cidade era interpretada como o espaço de autonomia e liberdade, porém isso acabou por desencadear uma acentuada corrida em direção aos espaços urbanos, potencializando-se, desse modo, substancialmente, o crescimento demográfico nas cidades.

Para finalizar o segundo capítulo, analisa-se o capitalismo na “*periferia*”, com o objetivo de compreender o desenvolvimento desse modo de produção no Estado brasileiro. A construção do respectivo capítulo se deu, principalmente por intermédio da utilização de fontes bibliográficas.

Na sequência, tem-se o **CAPÍTULO 3 – O DISTRITO INDUSTRIAL E A EXPANSÃO CAPITALISTA NA ÁREA RURAL DE SÃO LUÍS**. Primeiramente, discute-se o processo de consolidação do capitalismo na “*periferia da periferia*”¹⁴ a

¹⁴ No decorrer do presente texto se discutirá o capitalismo produzido no território brasileiro, considerado como “retardatário” em relação à forma clássica, desenvolvida no Ocidente europeu e nos Estados Unidos da América. Entretanto, é interessante a observação de que dentro do próprio Estado Nacional brasileiro existem temporalidades diversas, formas distintas para a expansão do modo de produção capitalista, e, por isso, é fundamental a compreensão das particularidades desse processo. Utiliza-se

partir das operações desse modo de produção no meio rural do estado e na zona rural da capital, destacando-se as narrativas sobre a modernização do Maranhão construídas pelo poder público e a iniciativa privada, e os conflitos ocorridos no campo como decorrentes da política desenvolvimentista.

Depois, explora-se a instalação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL), a partir dos anos de 1980, como uma das resultantes da expansão do modo de produção capitalista sobre a área rural de São Luís, ressaltando-se que as primeiras tentativas de implantação do Parque Industrial se iniciaram ainda nos anos de 1970, com a criação da CDI/MA por parte do governo estadual, com a função, entre outras, de encontrar um território para instalação do referido complexo industrial.

CAPITULO 4 – A CARTOGRAFIA DE DOIS MUNDOS: a comunidade do Maracanã e o Distrito Industrial de São Luís. Nesse capítulo, serão trabalhadas as relações conflituosas, contraditórias, dialéticas, construídas entre as pessoas da comunidade e o Parque Fabril instalado desde os anos de 1980. Com os sentimentos oscilando entre a alegria e a tristeza, a esperança e o medo. Pois, as fábricas, no plano das expectativas, despertaram o fascínio, a crença em dias melhores para muitos daqueles sujeitos sociais. Entretanto, a realidade mostrou um cenário totalmente diferente daquele idealizado.

Desse modo, discutem-se os impactos que o Distrito Industrial tem causado na região ao longo de mais de 40 anos. Destacando-se o processo de assoreamento e contaminação dos rios, a destruição da fauna e flora, mesmo com a criação de uma Área de Proteção Ambiental, no ano de 1991, a APA do Maracanã¹⁵ que, dentre outros objetivos, foi criada com a finalidade de conter os avanços do próprio Distrito Industrial de São Luís, entendendo-se que todo esse cenário é resultado do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista sobre a comunidade do Maracanã e adjacências.

o termo “periferia da periferia” pelo fato de o Maranhão, no campo econômico, ser considerado uma região periférica dentro do Brasil, mesmo porque sua inserção na internacionalização da economia só aconteceu mais tarde, principalmente, a partir dos anos de 1970, com os grandes projetos desenvolvimentistas promovidos pelo Estado – em suas três esferas – em parceria com o capital estrangeiro. Na verdade, com o jogo de relações entre o transnacional, o nacional e o local para a efetivação de políticas capitalistas.

¹⁵ Decreto 12.103, de 01 de outubro de 1991, criando a Área de Proteção Ambiental do Maracanã, tendo-se por limites: “Art. 2º - A APA do Maracanã situa-se na ilha de São Luís sendo limitada ao Norte pelo Rio Maracanã (limite sul do Parque Estadual do Bacanga), ao Leste pela Estrada BR-135, ao Oeste pelo Módulo 9 do Distrito Industrial de São Luís e ao Sul pela localidade de Rio Grande; terá uma área de 1831 hectares ficando subordinada administrativamente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo – SEMATUR” (MARANHÃO. Decreto 12.103/91).

Por fim, acrescenta-se uma discussão sobre os costumes presentes na comunidade do Maracanã, como uma forma de enfrentamento, de resistência, uma alternativa à desestruturação dos princípios coletivos imposta pelo modo de produção capitalista.

Os capítulos 3 e 4 foram confeccionados por meio da utilização das seguintes fontes: registros orais, os jornais – o Estado do Maranhão (1976, 1980 e 1981) e o Imparcial (1980 e 1981) –, recenseamento do IBGE (1970), imagens, Plano Diretor de São Luís (1975 e 2023), Estatuto da Cidade (2008), relatórios, além de Decretos Federais e Estaduais.

Opera-se, portanto, numa abordagem dialética, a fim de verificar essas relações em sua totalidade por intermédio do diálogo entre o Maranhão, mais especificamente, a comunidade do Maracanã, localizada em São Luís, e a mundialização do capital, incentivada pelos projetos desenvolvimentistas pregados, em especial, pelo poder federal.

1 A VIDA SOCIAL NO MARACANÃ “DE ANTIGAMENTE”: trabalho, cotidiano, relações de parentesco, festas e lendas

Abordam-se aspectos materiais e imateriais (simbólicos) do chamado Maracanã “de antigamente”, período histórico que antecede a instalação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL) no entorno dessa comunidade.

1.1. O modo de produção tradicional: a importância material e simbólica da terra

A região onde se encontra o atual bairro do Maracanã, no século XIX, fazia parte do território da antiga Freguesia de São Joaquim Bacanga, uma das principais freguesias do Maranhão Provincial, principalmente devido a seu vasto tamanho,¹⁶ que abrangia parte considerável da Ilha de São Luís. No que concerne às atividades econômicas, as mais comuns naquela freguesia eram olarias, pedreiras, engenhos de açúcar e produção de secos e molhados. Entretanto, a atividade preponderante foi a agricultura, haja vista que, além da mandioca, “os habitantes desta Freguesia empregavam-se na lavoura de cana, fumo, arroz e algodão, porém tudo em pequena escala” (MARQUES, 1970, p.101).

Portanto, a história da comunidade do Maracanã data de mais de um século, estando ligada ao contexto da abolição, uma vez que antigos escravizados de uma fazenda nas redondezas foram em busca de um novo local para se fixarem, e, desse modo, cinco famílias – Pereira, Costa, Barbosa, Coutinho e Algarves – foram morar nessa região (CARVALHO, 1995, p.30). Além das famílias supracitadas, também teve-se a participação de outras no processo de configuração dessa comunidade,

¹⁶ “Tem por limites o rio Bacanga desde a ponta do Bonfim em frente à capital, até a embocadura do seu confluente Batatã e por este até a cabeceira, e seguindo daí pela estrada do mesmo nome Batatã até o porto do rio Tibiri, e por este até sua foz, na Baía Quebra Potes, e, subindo por ela e pelo Rio Mosquito, até a Baía do Tauá, desce por esta e pelo Boqueirão até fechar na ponta do Bonfim” (MARQUES, 1970, p.101). Comparando-se com os dias contemporâneos, o território mencionado, engloba tudo o que hoje é conhecido como sendo a área rural de São Luís do Maranhão, integrando a Zona Rural 1 e 2. Por área rural o Plano Diretor de 2006, Capítulo I, Art. VI, define: “ÁREA RURAL é a parte do território municipal em que predominam as atividades econômicas primárias, com potencial agrícola, pecuário, aquícola, pesqueiro, extrativista e agroindustrial; caracteriza-se, também, pela presença de enclaves urbanos e pela descontinuidade espacial da extensão dos serviços e equipamentos públicos” (2006, p. 01).

precisamente, os representantes das famílias Cruz, Garcês, Meireles e Santos (ARAUJO, 2012).¹⁷

A produção da vida social no Maracanã estava condicionada às relações com a lavoura, tratava-se de uma comunidade que tinha na terra seu principal meio de produção, em cujas roças se plantavam culturas variadas com destaque para a mandioca, o feijão, o milho e o arroz. Além das atividades relacionadas à pesca, praticadas nos diversos rios e igarapés da região: Bacanga, Cachorros, Maracujá, Campina e Maracanã. O modo de produção predominante na comunidade, por isso, era o que pode ser classificado como tradicional, no qual as atividades estariam voltadas, principalmente, para a própria subsistência. Entretanto, isso não significa que nessa localidade não existiam pessoas que desempenhassem outros ofícios, porém o predominante foram as atividades relacionadas com a terra, seja na lavoura ou, depois, na extração de pedras, como destaca dona Graci Soares da Cruz, 87 anos, nascida e criada no Maracanã:

Eu trabalhava de roça, eu trabalhava de todo o serviço pesado, quando parou o serviço de roça, não tinha mais mato para a gente fazer o serviço, aí eu fui trabalhar na pedreira, quebrar pedra, era para vender, tinha um moço que comprava, tinha o carro dele mesmo, né? Vinha e comprava, enchia a carroça dele [...] mandioca, plantava milho, plantava arroz, plantava feijão, isso tudo tinha na roça, não vendia era só para alimentar mesmo [...]¹⁸ (Grifos nossos).

O trabalho na lavoura era desenvolvido de maneira coletiva pelas famílias, com um sentido cooperativo entre as pessoas que integravam a comunidade. Percebendo-

¹⁷ No trabalho anterior: “**A identidade em movimento: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930-1970)**” (2012), a partir da análise dos Livros dos Registros de Batizados da Freguesia de São Joaquim do Bacanga de 1855-1889, constatei a presença de outros nomes para além dos que têm sido associados como responsáveis pela fundação do Maracanã. Os nomes encontrados nos referidos documentos foram: Cruz, Garcês, Meireles e Santos. Os membros destas famílias estão distribuídos na comunidade do Maracanã até os dias presentes. Percebe-se que são nomes de origem portuguesa, talvez, sejam de pessoas da colônia portuguesa instalada na região em meados do século XIX, sobre a colônia em questão, Viveiros (1992, p. 305) comenta: “a colônia do Arapapaí foi fundada em 1854, na freguesia de São Joaquim do Bacanga, com o fim de localizar trabalhadores para o canal que aí se abria. Compunha-se de 368 pessoas”. Obra essa que nunca foi finalizada e o destino dos 368 portugueses foi o mais variado possível, desde indivíduos que regressaram para o país de origem, outros que se embrenharam pelo interior da província do Maranhão ou migraram para outras províncias, de indivíduos que perderam suas vidas, a colonos que continuaram na região de São Joaquim do Bacanga (AMARAL, 1897). O núcleo da colônia ficava nas proximidades do território que nos dias atuais se conhece por Vila Maranhão, precisamente nos arredores das comunidades da Alegria e do Maracanã.

¹⁸ GRACI SOARES DA CRUZ. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, em 30 de maio de 2022.

se assim a concepção de trabalho não alienado/estranhado¹⁹ – característica das formações econômicas não capitalistas ou em que este modo de produção ainda não seja hegemônico – uma vez que os sujeitos envolvidos participavam de todas as etapas do processo de produção e se reconheciam no que estava sendo produzido. Embora, o trabalho fosse desenvolvido coletivamente, isso não significa que não existissem diferenças entre atividades praticadas por homens e por mulheres. Por exemplo, os serviços de partos²⁰ na comunidade eram realizados pelas mulheres, assim como as atividades domésticas relacionadas aos cuidados da casa, como: o preparo das refeições, a lavagem das roupas ou mesmo o tomar conta das crianças. Em relação ao último ponto, geralmente as filhas mais velhas ficavam com essa incumbência.

A produção tinha caráter de subsistência, porém isso não significava a inexistência do excedente. Contudo, a produção excedente era utilizada muitas vezes para permutas com os comerciantes da área urbana e rural de São Luís. Trocava-se, por exemplo, a farinha, a juçara,²¹ por sabão, por querosene, dentre outras mercadorias. Observa-se, por meio dessas permutas, as relações entre produtos *in natura* e produtos industrializados, uma vez que sabão, querosene, dentre outras mercadorias, já eram trabalhadas em meios de produções industriais. Reforçando-se com isso, as relações desiguais e combinadas do modo de produção capitalista já

¹⁹ Negação da condição humana, momento em que o trabalhador não se reconhece mais como sujeito do processo de produção, mas sim como um objeto. A esse respeito Marx (2010, p. 82-83), destaca: “[...] o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas modifica sua *physis* e arruína o seu espírito”.

²⁰ “Os benzedores podem ser homens ou mulheres. Entre as últimas, no entanto, quando se soma uma especialidade a mais, ou seja, o fato de ‘partejar’ mulheres, temos as parteiras. Não são todas as ‘benzedoras’ que são ‘parteiras’, mas não há parteira que não seja também benzedora. Aliás, a difícil tarefa de secuntua a parto de uma mulher, onde vida e morte se roçam de perto, situa a parteira dentro do domínio semântico de triunfo da primeira sobre a segunda. Todas as vezes que, de novo, a morte ronda a vida, a parteira será chamada a atuar (agora, como benzedora). Eis porque a ‘parteira’ não será tratada como uma categoria que extrapolasse os quadros do benzedor. Ao contrário, ela é uma espécie de curandeira. Do mesmo modo que ele, recorre, em seu serviço, a rezas eficazes. O que distingue como parteira será apenas a conjunção de dois traços: o tipo de sofrimento a ser tratado (= parto) e dimensão sexo: uma mulher” (PRADO, 1975, p. 45).

²¹ Juçara (*Euterpe oleracea*). Planta perenifólia, com altura entre 10 e 20 metros (FARIAS FILHO, 2011, p.26). Ao longo dos tempos, essa planta tem sido muito aproveitada pelos moradores de Maracaná. Os frutos servem de alimentação. Com o caroço são feitos artigos artesanais (colares, brincos, pulseiras), os cachos dessa palmeira são utilizados como vassouras. Dito em outras palavras, a juçara estava para além do simples consumo para as pessoas da comunidade do Maracaná, isso será potencializado com a criação da Festa da Juçara, no início dos anos setenta, como será discutido mais adiante. Festa que se tornou uma tradição não somente para a própria comunidade do Maracaná, como uma das “paradas” obrigatórias do circuito turístico promovido pelos órgãos públicos de São Luís do Maranhão, com participações tanto do município quanto do Estado. Assim, a juçara se tornou um dos principais expoentes da própria reprodução do Maracaná.

presentes na região, pois, apesar de o Maracanã “de antigamente” ser pautado pela produção visando à subsistência, com a presença da “economia moral”, pode-se constatar que as facetas do capitalismo, de alguma maneira, estavam postas.

Ainda sobre a produção da farinha, acrescenta-se que uma certa quantidade do que era produzido acabava sendo destinada para os proprietários das casas de forno da comunidade, local onde se torrava a mandioca e se preparava a iguaria. Essa situação evidencia que, apesar do sentido comunitário, de integração, presente no local, existiam as diferenças sociais: possuir uma casa de forno naquele contexto era algo muito significativo, o que expõe as diferenças de classes dentro da comunidade. Sobre isso, dona Graci Soares da Cruz discorre:

Eu tinha um tio meu que tinha casa de forno, tinha outro ali, seu Zé Pedro, tinham 3 casas de forno aqui [...] farinha d’água a gente botava a mandioca de molho, aqui desse lado aqui tinha uma lagoa grande que a gente colocava a mandioca de molho [...] **o pagamento era farinha, tinha o tempo certo quando a mandioca tava boa, a gente plantava e sabia, o pessoal mais velho, né! Sabia tudo, era o meu pai, minha mãe que trabalhava com essas coisas**, quando eu me entendi eu já achei eles trabalhando com essas coisas, tinha o mês certo que eles arrancavam mandioca, raspavam [...] relava a mandioca, tinha os tipitis, enchia aí botava, espremia, tirava, aí tinha os aparelhos de botar, a peneira grande de peneirar a massa, né! Peneirava a massa todinha até ficar fininha e aí botava no forno e ia torrar (Comunicação verbal) (Grifos nossos).

Compreende-se, por intermédio desse processo, que o dinheiro ainda não era, no interior da comunidade, o equivalente universal das trocas (condição que acontecerá com o modo de produção capitalista²²), o que logicamente, não quer dizer que o dinheiro não fosse conhecido ou que não fosse utilizado em nenhuma hipótese, somente não era o elemento primordial nas negociações dentro daquele Maracanã, pois existiam outras formas de trocas, que eram ancoradas, principalmente, por meio dos costumes.

A respeito das atividades de produção e suas experiências de vida no Maracanã, d. Naida Mendes, nascida e criada nesse lugar, sublinha:

Meu nome é Naida Mendes, 82 anos, meu pai era Baltazar Ferreira, a mãe Maria Inês Mendes [...]. Eu trabalhava muito em roça, eu juntava buriti, eu

²² “O dinheiro é um cristal gerado necessariamente pelo processo de troca, e que serve, de fato, para equiparar os diferentes produtos do trabalho e, portanto, para convertê-los em mercadorias [...]. Os produtos do trabalho se convertem em mercadorias no mesmo ritmo que determinada mercadoria se transforma em dinheiro”. (MARX, 2003, p. 111-112).

ia no igarapé e fazia todos os serviços domésticos de casa [...] a gente fazia cofo [sic] para vender [...] lavava roupas nos rios. (ARAUJO, 2012, p. 50).

O relato em questão mostra a importância dos trabalhos na lavoura para as pessoas da comunidade, mas também reforça que existiam diferenças nas atividades desempenhadas por homens e mulheres. A interlocutora relata que juntava buriti²³, lavava roupa nos rios, fazia abanos, vassouras e outros utensílios que eram utilizados para o atendimento das necessidades domésticas, e, embora houvesse a cooperação familiar para obtenção do êxito na produção, os papéis sociais estavam bem definidos e os sujeitos sabiam quais atividades estavam destinados a desempenhar; enfatizando que a relação com a terra era primordial para todos.

A respeito de como os sujeitos reproduzem os seus meios de vida, Marx e Engels (2007, p.87) comentam:

O modo pelo qual os homens reproduzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem.

Como frisado pelos autores no trecho acima “O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também como produzem”. Dito de outra maneira, tratava-se de uma comunidade constituída, predominantemente, por lavradores (as), como se pode constatar no depoimento de dona Delfina Iria dos Santos, nascida e criada no Maracanã, ao apresentar um pouco do que era o modo de vida da comunidade antes da implantação do Distrito Industrial.

Eu nasci e me criei em Maracanã, me lembro da época que a gente ia pra roça, passava o dia inteiro capinando e plantando [...]. A gente vivia tranquila [...]ia pra [sic] roça, deixava tudo aqui assim, deixava roupa no sol, comida, carne, peixe, camarão, deixava a porta aberta [...] tudo aqui é uma família [...]

²³ O buriti ou miriti (nome científico: *Mauritia flexuosa*) é uma planta de ampla distribuição no território nacional. Pode alcançar até 30 metros de altura e ter um caule com espessura de até 50 cm de diâmetro. A espécie habita terrenos alagáveis e brejos de várias formações, sendo encontrada com muita frequência nas veredas, importante fitofisionomia do Cerrado. O buriti floresce quase o ano inteiro, mas principalmente nos meses de abril a agosto. A produção de frutos é intensa: segundo dados da Embrapa, são produzidos cinco a sete cachos por ano, cada um destes com 400 a 500 frutos. Disponível em: <https://www.cerratinga.org.br/especies/buriti/>. Acessado em 15 de maio de 2023.

maior parte somos parentes [...] porque a gente é família muito grande (ARAUJO, 2012, p. 51).

Inicialmente, a interlocutora destaca as experiências com o trabalho desenvolvido na terra por meio de atividades com a plantação, com a capina; enfatiza as visitas aos igarapés. No trecho em que menciona que a “maior parte somos parentes”, dona Delfina refere-se à importância que as relações de parentesco possuem para o fomento da identidade da comunidade, pois, no seu nascedouro, o Maracanã foi constituído por ex-escravizados que acabaram por desenvolver relações endogâmicas – relações dentro do grupo pela união das famílias mencionadas supra – originando laços de parentesco²⁴ por consanguinidade e por afinidades.

Em relação aos trabalhos no Maracanã “de Antigamente”, o senhor José Benedito Soares da Costa, 64 anos, nascido e criado na comunidade, conta o seguinte:

Minha infância mais foi trabalhar para ajudar minha mãe a criar meus irmãos, mas era negócio de roça, na lavoura, plantávamos para se alimentar [...] a gente trabalhava na lavoura, a gente fazia era de tudo, era lavoura, era pescando, era tirando pedra, não era muito longe era onde hoje em dia é Vila Sarney, Vila Nova República [“Ocupações”], era mais só mandioca [...] o trabalho da gente, fazia um servicinho pra um para outro, tinha o comércio de Zé Costa, Juvenal, Zé Martins, Colega [...] pescaria no igarapé e o mariscado de mão, o arrastar de redinha, era só eu e Bala [seu irmão já falecido] nessa época, mamãe também pescava, mariscava, fazia de tudo²⁵. (Grifos nossos).

Essas características foram dominantes até o final dos anos setenta do século passado, uma vez que as condições da vida social no Maracanã foram bastante alteradas com a implantação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL). Alguns dos antigos territórios que eram utilizados para as atividades de lavoura ou para a própria extração de pedras, por exemplo, passaram a constituir o espaço das fábricas. Acrescentando-se o fato de que parte do espaço físico constituinte do Maracanã foi

²⁴ Por parentesco, de acordo com Gomes (2008, p.74), entende-se: “O sistema de organização composto pelo conjunto de pessoas que se identificam entre si em função de reconhecerem um vínculo comum, seja por consanguinidade (pai, mãe, tio, irmãos, tios, primos, netos, entre outros familiares), casamentos (esposa, sogro, genro, pessoas casadas com tios, também chamados tios) adoção (qualquer um destes por extensão) ou por algum ritual de incorporação (padrinho, afilhado). Esse conjunto se organiza em categorias de identidade [...] de quem se esperam comportamentos mais ou menos consistentes”.

²⁵ JOSÉ BENEDITO SOARES DA COSTA. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, em 11 de maio de 2022.

tomado por “ocupações”²⁶ surgidas no contexto do crescimento demográfico de São Luís, decorrentes dos projetos desenvolvimentistas para o estado do Maranhão.

Interessante perceber que, no modo de produção não capitalista ou onde este não é o dominante, o homem possui relação direta com a natureza, a própria mediação do trabalho é realizada pela natureza (o tempo natural). O homem é compreendido como parte integrante desta, o que passa a ser bem diferente com o advento do capitalismo, haja vista que a própria natureza, com o tempo, acabou se tornando mais um espaço para a produção de mercadorias e, nessa condição, passa a possuir valor determinado.

No capitalismo a apropriação da natureza e sua transformação nos meios de produção ocorre, em princípio, em escala mundial. A procura de matérias-primas, a reprodução da força de trabalho, a divisão sexual do trabalho, a relação salário-trabalho, a produção das mercadorias de consciência burguesa estão todas generalizadas sobre o modo de produção capitalista. Debaixo da bandeira de um colonialismo benevolente, o capitalismo destrói todos os outros modos de produção, forçando a subordinação à sua própria lógica. Geograficamente, sob a bandeira do progresso, o capitalismo tenta a urbanização da zona rural (SMITH, 1988, p.88).

Cabe destacar que homem e natureza são complementares, o movimento dialético define as relações entre esses dois componentes, pois, por meio do trabalho, os homens transformam a natureza, mas, por extensão, são por ela transformados.

Nesse sentido, a categoria trabalho é fundamental para a compreensão das relações dialéticas envolvendo o homem e a natureza, ainda mais que, com o advento do modo de produção capitalista, em conformidade com o salientado por Marx (2010), o trabalho se torna alienado/estranhado, acontecendo o processo de coisificação dos sujeitos sociais.

Em seus textos de juventude, Marx (2001, p.116) já havia trabalhado de maneira bem profunda as relações de complementariedade entre homem e natureza, análise que continua bastante pertinente, primordialmente quando se pensa a

²⁶ Vila Sarney no início dos anos setenta e Vila Nova República em meados dos anos oitenta. O cenário de “ocupações” continua até os dias presentes, até porque que nos anos 2000, surgiram: Vila 2000 e Vila Guarã, também conhecida por Vila 21 de abril, nas proximidades do Maracanã. Acrescenta-se, também, os Programas de Habitação do Governo Federal dentro do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento – como o Minha Casa Minha Vida (PMCMV), responsável pelo aparecimento de conjuntos habitacionais nas proximidades do Maracanã, a saber: Residencial Morada do Sol, Residencial Santo Antônio, Residencial Ribeira, Residencial Amendoeiras e o Residencial Vila Maranhão I e II. Programas desenvolvidos pelo poder público em parceria com a iniciativa privada que, devido ao descumprimento da Legislação Ambiental, têm contribuído sobremaneira para o assoreamento dos rios e desmatamento da flora da região.

configuração desses elementos com o advento do modo de produção capitalista e o processo de mercadorização da terra,

[...]. No plano físico, o homem vive apenas dos produtos naturais, na forma de alimento, calor, vestuário ou habitação, etc. A universalidade do homem aparece praticamente na universalidade que faz de toda a natureza o seu corpo inorgânico: 1) como imediato meio de vida; e igualmente 2) como objeto material e instrumento da sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, ou seja, a natureza na medida em que não é o próprio corpo do humano. O homem vive da natureza, ou também, a natureza é seu corpo, com o qual tem que manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que vida física do homem e na natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2001, p. 116).

Assim, conforme os relatos, percebe-se a significância que aquele espaço físico e suas simbologias possuem para aquelas pessoas, pois, a partir de suas memórias, os depoentes constroem o Maracanã onde os indivíduos precisavam estar em sintonia com a natureza – o que não necessariamente acontecia em primazia – até porque as relações de sociabilidade estavam diretamente relacionadas com essa condição. No tempo em que as roupas eram lavadas nos rios – não havia rede de água encanada na região, o que passou a acontecer somente nos anos de 1980, pelas necessidades impostas pelo DISAL –, a água para o consumo era encontrada nesses mananciais, nos poços artesianos, por isso era muito importante que os mesmos não fossem contaminados pela ação humana.

O próprio material para construção de suas residências era encontrado e retirado nas matas no entorno desse território, residências que se constituíam basicamente da utilização da madeira, do barro e das palhas de babaçu²⁷, algumas dessas casas foram construídas somente com a utilização das madeiras e palhas, sem barro. Logicamente, isso não significa que não existisse, por exemplo, o desmatamento ou mesmo o processo de poluição dos mananciais, entretanto esse processo incipiente não se compara ao que passou a ser acompanhado e sentido na

²⁷ Segundo Farias Filho (2011, p.25), “Babaçu (*Orbignyasperiosa* B. Rodr.). Palmeira de porte elegante que alcança até 20 m de altura, é coroada por 15-20 folhas grandes, planas, sernipartidas. Essa espécie tem sido historicamente explorada por várias famílias de baixa-renda em vários estados brasileiros, mas principalmente no Maranhão [...] as folhas são utilizadas para cobertura e paredes de casas rústicas”. Como será visto adiante, esse modelo de moradia foi o predominante em Maracanã durante bastante tempo. No período chamado de Maracanã “de antigamente” é quase unânime, por parte dos depoentes, o reforço da existência das casas de taipas ou a pau a pique como são chamadas em outras partes do Brasil.

região como um todo com a chegada das indústrias, no último quartel do século passado.

Convém ressaltar que as construções das moradias de taipa simbolizam a coletividade entre as pessoas da comunidade, pois se necessitava de vários esforços para sua realização, a saber: retirada de madeira na mata, amassar o barro para compor as paredes, desfiar palhas para serem utilizadas na cobertura da residência ou mesmo como mensabas, que seriam utilizadas como portas e/ou janelas. Em suma, uma das expressões do trabalho coletivo – de parentes consanguíneos ou por afinidades – era verificado nesse tipo de atividade bem comum no Maracanã “de antigamente”, reforçando-se a integração das pessoas.

Ainda nos anos setenta, no calor das narrativas desenvolvimentistas que marcaram a política do Estado brasileiro nas esferas federal, estadual e municipal, algumas comunidades da área urbana e rural de São Luís foram escolhidas por projetos²⁸ que visavam à retirada dessas regiões do que eles consideravam como condição de atraso, dentre as diversas comunidades agraciadas por essas políticas públicas, estava o Maracanã, contemplado inicialmente com o Projeto Euterpe (1971-1974) e, na sequência, com o Projeto Desafio (1976-1978).

Um dado importante sobre o cenário apresentado pelos respectivos projetos consiste no fato de que o perfil da comunidade apresentado por esses trabalhos só veio corroborar com a construção, a representação do chamado Maracanã “de antigamente” realizada por nossos depoentes.

Em relação aos objetivos do Projeto Euterpe/SEAC, Costa (1987, p. 68/69) comenta:

²⁸ A Secretaria de Educação e Ação Comunitária (SEAC), do município de São Luís, desenvolveu dois projetos na ilha, no interstício de 1971 a 1978, contemplando comunidades na área rural e urbana da capital, os projetos foram: o EUTERPE (1971-1974) e o DESAFIO (1976-1978). A comunidade do Maracanã foi integrante dos dois projetos. O Projeto Desafio teve um caráter mais socioeconômico, por exemplo: na orientação dos agricultores para que tivessem uma melhor produtividade. Formação de uma mentalidade comunitária que propiciasse à autodeterminação em benefício da comunidade. Foram projetos que não se restringiram apenas à zona rural desta cidade, mas também, à área urbana, especificamente, em comunidades consideradas periféricas. Entretanto, os seus resultados foram bastantes variados, mas, sem dúvida, constituem-se em um importante registro de uma cidade que, em teoria, “flertava” com a modernização, só que na prática escancarava suas contradições, sobretudo, com as diferenças entre os espaços urbano e rural de São Luís. Quando se coloca que “flertava” com a modernização é devido ao processo de reconfiguração do espaço acontecido na capital do estado, principalmente a partir da década de sessenta, com a cidade crescendo demograficamente em todas as direções.

- Objetivos culturais – difusão e valorização das tradições religiosas; divulgação de valores representativos da cultura de São Luís e de educadores maranhenses;
- Objetivos educacionais – ampliação do conhecimento nos 'campos da saúde, higiene, alimentação, puericultura, economia doméstica e relações humanas etc.;
- Objetivos econômicos – estimular a criatividade e promover a capacitação profissional em artes e ofícios para aumento da renda familiar;
- Objetivos sociais – melhoria das condições de relacionamento social, nas comunidades e destas entre si; legalização das uniões conjugais nos povoados.

O Projeto Euterpe visava, dentre outras coisas, a busca por um diálogo harmonioso, envolvendo os aspectos de natureza cultural com as práticas econômicas, uma vez que “desenvolveria aspectos tais como novos hábitos, novo comportamento, nova mentalidade que conduziriam as comunidades ao despertar de ambições de desenvolvimento coletivo” (COSTA, 1987, p. 68).

Os trabalhos realizados no Maracanã aconteceram em parceria com outra comunidade, a vizinha localidade de Vila Maranhão. Apesar de algumas pequenas diferenças entre as localidades abordadas pelo projeto – além das duas mencionadas, também, fizeram parte do Euterpe o Tibiri e o Tibirizinho²⁹ – as características eram muito próximas, em especial: a dificuldade de acesso com estradas imperfeitas, sem a presença ainda da malha asfáltica; a baixa escolarização das pessoas; o baixo poder aquisitivo ou quase nenhum dos seus moradores, as atividades consideradas de lazer, por exemplo, consistiam basicamente no acompanhamento das partidas de futebol³⁰ realizadas nos campos da região.

Esse cenário só vem a reforçar as contradições do modo de produção capitalista, já que a cidade de São Luís vinha passando por um processo de reconfiguração do espaço há mais de uma década e, mesmo assim, era possível a constatação das desigualdades, das diferenças na distribuição de renda entre as pessoas que residiam no espaço urbano e no espaço rural da capital do estado ou até mesmo dentro da própria comunidade, como a presença das casas de forno ou mesmo os comércios confirmam.

Vejam-se alguns dos números obtidos pelo Projeto Euterpe (1971-‘1974), apresentados pela SEAC (Secretaria de Educação e Ação Comunitária) relacionados à alimentação dos indivíduos nas comunidades de Vila Maranhão e do Maracanã, respectivamente:

TABELA 01: SITUAÇÃO ALIMENTAR

ESPÉCIE	VILA MARANHÃO Número de famílias	(%)	MARACANÃ Número de famílias	(%)
Arroz	99	93,4	103	91,1
Farinha	94	88,7	100	88,4
Feijão	94	88,7	94	83,1

²⁹ As duas comunidades distam do Maracanã aproximadamente uns 5, 6 Km.

³⁰ O Cruzador da Ilha, do bairro do Maracanã, é um dos mais tradicionais clubes de futebol amador de São Luís, sua fundação aconteceu no dia 07 de setembro, do ano de 1937. O clube ainda continua em plena atividade, disputando os principais torneios da categoria.

Peixe	85	80,2	94	83,1
Camarão	61	57,5	47	41,5
Caranguejo	47	44,3	19	16,8
Pão	54	50,9	37	32,7
Outros	65	65	44	38,9

Fonte: Estado do Maranhão. **Prefeitura Municipal de São Luís/ Seac. Pesquisa socioeconômica.** (Coleção Colmeia, n. 2, p. I; n. 3) APUD COSTA (1987)

Os números referentes à alimentação ilustram as características apresentadas sobre a comunidade do Maracanã, haja vista estar-se falando de uma localidade que tinha nas atividades com a terra seu principal meio de produção, sendo, por isso, formada majoritariamente por lavradores, então, o consumo do arroz, da farinha, do feijão e do peixe acabavam sendo bastante expressivos para aquelas pessoas.

A partir da Tabela 01, tem-se que, no Maracanã, 91,1% de suas famílias comiam regularmente o arroz nas refeições diárias; o consumo do feijão, da farinha e do peixe ficaram na casa acima dos 80 %, correspondendo a um número bastante representativo quando comparado ao consumo, por exemplo, do pão, que correspondia a apenas 32,7%. Em se tratando do trabalho com o caranguejo, o consumo abaixo dos 20% é devido à procura a essa iguaria acontecer em períodos bem específicos. Digno de nota, nesses números, é a ausência do consumo de carne, muito provavelmente, a mesma estava enquadrada na categoria chamada de “outros”, que acabou correspondendo a 38,9% do consumo, de maneira geral, entre as pessoas do Maracanã.

Comentou-se, a partir dos relatos dos depoentes, que a produção no Maracanã tinha o caráter de subsistência, embora existisse a troca de produtos nas regiões comerciais de São Luís ou mesmo com os proprietários das casas de forno na própria comunidade. Os indicadores do Projeto Euterpe endossam essas características, como se pode observar nos estudos realizados por Costa (1987, p.113):

Com isso, os pequenos produtores de farinha de mandioca de Maracanã, Vila Maranhão e demais comunidades da zona rural de São Luís continuaram produzindo apenas para seu próprio sustento, porque ainda que aumentassem a produção, não teriam como aumentar a renda, posto que lhes faltavam os meios para o escoamento e comercialização da mesma fora de suas pequenas comunidades. (Grifos nossos).

É fato que as comunicações eram mais restritas naquele período, porém a análise de Costa (1987) se não for problematizada pode construir a ideia de uma comunidade que vivia em total isolamento. O acesso ao Maracanã até os anos de 1960 era feito principalmente pela travessia do rio Bacanga³¹, e, provavelmente, não era feito com regularidade. Entretanto, essa condição não significa a inexistência de rotas terrestres, pois no próprio depoimento da senhora Graci Soares da Cruz – à guisa de ilustração – é ressaltado que, na extração de pedras, vinha um carro buscar o que havia sido extraído. Em outras palavras, os contatos para além da comunidade aconteciam, ao que tudo indica, mas não com regularidade.

Além das atividades de trabalho citadas acima, existiam outras práticas verificadas na comunidade do Maracanã, como pode ser observado no depoimento do senhor Osvaldo Martins Algarves, 73 anos de idade, filho de Osvaldo Algarves e Clementina Martins, legítimos filhos da comunidade. O interlocutor concedeu o relato, destacando os tipos de trabalhos encontrados no Maracanã “de antigamente”:

Na época o pessoal trabalhava na lavoura, na roça, né! Fazendo as roças e tinha o pessoal que trabalhava tirando madeira na mata, os homens trabalhavam mais tirando madeira para vender, estaca e vara, toro de pau, cerrando, cerravam, tinha a serraria de José Martins, já falecido, era nisso que eles trabalhavam e cerravam os troncos de madeira, isso era um serviço filha d’ mãe que você ia para o mato carregar toro, [...] eles carregavam toro e não tinha como puxar, carregavam mesmo no ombro para botar pra fora, assim que era, à estaca também, abria cortava estaca, palha era isso³².

Inicialmente, o depoente reforça o argumento sobre a importância das atividades relacionadas com a lavoura, destacando que as pessoas faziam seus roçados, porém, algo que chama a atenção é referente ao fato de os sujeitos tirarem madeiras para serem vendidas. Provavelmente, em decorrência das forças produtivas encontradas na comunidade, o trabalho em questão era realizado de maneira bastante árdua, exigindo-se que os indivíduos possuíssem muita força física para adentrar no mato, cortar e fazer o traslado do material colhido. Embora seja

³¹ Até a década de 1960, a chegada ao Maracanã era realizada, principalmente, por meio da travessia do rio Bacanga. Condição alterada em função de dois acontecimentos: a) a construção de uma barragem sobre o rio Bacanga à época do Governo de José Sarney (1966-1970); b) asfaltamento da rodovia 135, a partir do final dos anos de 1970, para atendimento do Parque Industrial, que estava em processo de implantação.

³² OSVALDO MARTINS ALGARVES. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, em 12 de abril de 2022.

mencionado que era uma prática para a venda – uma espécie de complemento para suas rendas –, muito do que se tirava da natureza era utilizado na construção de suas próprias moradias. Moradias essas que eram bem simples, feitas de taipa – como discutido anteriormente – cobertas com folhas de babaçu, que, além disso, também serviam para a produção das portas e janelas, chamadas de mensaba, para serem colocadas em suas respectivas residências. Portas essas, muitas vezes, amarradas somente com barbantes:

Esses mesmos indicadores – tipo de ocupação, nível de renda – determinavam o baixo padrão das moradias que se apresentavam com características bastante rudimentares: paredes de taipa, teto de palha, piso de terra-batida e um número médio de três a seis cômodos, sem instalações sanitárias, hidráulicas ou elétricas. Era esse o tipo de habitação, sem qualquer conforto da vida moderna, que predominava em Vila Maranhão e Maracanã (COSTA, 1987, p. 104).

Conforme Costa (1987), esse era o tipo de habitação característico, encontrado no Maracanã e na Vila Maranhão e, evidentemente, em outras regiões que compunham a área rural, ao que tudo indica não apresentava conforto, acrescida a essa condição ainda se tinha um quadro de ausência de infraestrutura, que deveria ser fornecida, especialmente, pelo poder público. Entretanto, em consonância com o que é exposto nos trabalhos de Halbwachs (2006), as lembranças são pintadas com os pincéis e tintas produzidas no tempo presente e, assim, apesar da situação de penúria socioeconômica da comunidade do Maracanã, conforme os resultados apresentados pelo Projeto Euterpe, encontram-se depoimentos marcadamente nostálgicos sobre aquele período. Sobre isso, observe-se o que conta, novamente, o senhor Osvaldo Martins Algarves:

[..] Antigamente era tudo bacana, hoje não se pode nem sair na rua aqui no Maracanã, se dormia naquela época [sic] tinha a porta de mensaba feita de palha, então hoje ninguém pode tá na porta de casa porque a vida virou um tumulto, tá entendendo? [...] Mas, eu vou te dizer com toda a sinceridade já foi tempo bom, hoje não presta mais porque Maracanã totalmente diferente aquele pessoal [...] até pra você atravessar na avenida do Maracanã você tem que esperar porque a evolução foi muito grande, nós temos pro lado daqui muitos apartamentos, tá entendendo? Construídos [...] é coisa de louco, o bicho engavetou bacana, ainda teve a Ribeira, e aí, mudou muito, muito, muito, muito! [...] (Comunicação verbal).

Percebe-se a dialética do tempo, do presente-passado, das permanências/rupturas nesse depoimento: posto que o interlocutor categoricamente

afirme que outrora as pessoas poderiam ficar na frente de suas casas sem serem incomodadas pela ameaça de ladrões ou coisas desse tipo, essa constatação é devida ao mesmo ter como referência, para a construção de sua narrativa, os acontecimentos que são desenrolados nos dias contemporâneos; em que os casos de roubo têm sido frequentes não só no Maracanã, mas na cidade de São Luís como um todo. Todavia, isso não necessariamente significa que, em tempos passados, na comunidade objeto deste estudo, não acontecessem roubos ou outras formas de violência que causassem preocupação para aqueles interlocutores, mas que os incidentes, ao que tudo sugere, não aconteciam com a mesma frequência verificada na atualidade. Assim,

[...] a memória torna-se rica em suas manifestações, que podem ser voluntárias, induzidas ou involuntárias. Todavia, seja como representação deliberada do passado, seja como ato de relembrar espontâneo, a memória possibilita voar, viajar através do tempo. Portanto, tal como apreender a amplitude do passado é um desafio para o ser humano, ativar a memória também o é, uma vez que a memória, além de incomensurável, é mutante e plena de significados de vida, que algumas vezes se confirmam e usualmente se renovam (DELGADO, 2006, p. 36).

Por sua vez, no concernente à questão da porta de mensaba – material considerado frágil por ser feito somente com a utilização de palhas –, os narradores afirmam que, mesmo com esse material, as pessoas poderiam dormir sossegadas, pois supostamente não correriam o risco de serem roubadas ou de acontecer alguma invasão a seus domicílios; na verdade, esse tipo de narrativa, acaba por mascarar o fato de que as pessoas utilizavam aquele modelo de porta e janela não necessariamente porque as consideravam extremamente resistentes ou mesmo porque não precisavam se preocupar com a segurança dos seus lares, mas, provavelmente, por ser o único modelo acessível, devido às condições socioeconômicas das pessoas da comunidade, as quais não eram abastadas. Logicamente, não eram todos que usavam esse tipo de recurso, alguns possuíam uma condição um pouco melhor, mas, de acordo com os relatos concedidos, além dos resultados dos projetos desenvolvidos pela SEAC, esses modelos foram os predominantes na região.

Novamente, dona Graci Soares da Cruz, para contar sobre as características das casas, dos utensílios e das vestimentas de seus familiares:

Nesse tempo quando eu me entendi dentro desse Maracanã, a gente ia para roça as casas tudo eram de taipa, as portas eram de mensaba [...] quando não era de palha era de coisa de Buriti, tirava os galhos bonitinho, rachava e fazia as portas, eram bem poucas que tinha desse, mais mesmo era só de mensaba, tinha casa coberta e estampada todinha de palhas, uma mesa, um pote, tinha rede dessas coisas de buriti, acento era tudo de buriti [...] fazia rede de como é meu Deus? De um pano, de um saco que compravam nos comércios que tinham, eles compravam arroz, café, açúcar, essas coisas, era naqueles fardos grande, tinha de estopa e tinha mesmo de pano mesmo, a gente pedia, quando eles desocupavam, eles davam, fazia rede, fazia lençol [...] **até roupa a gente fazia, eu ainda fiz ainda para meus filhos, pra mim, fazia meus vestidos, minhas saias de andar em casa tudo era de pano.** (Comunicação verbal) (Grifos nossos).

A depoente destaca que fazia roupas, lençóis e redes para seus familiares a partir da utilização de sacos de estopa, de algodão, que conseguia junto aos comerciantes da região. Essa passagem é interessante por desconstruir a ideia de que a comunidade do Maracanã era isolada do restante da cidade, é bem verdade que as distâncias naquele tempo eram maiores, em virtude da precariedade das estradas ou mesmo a dependência de questões da natureza para a travessia do rio Bacanga. Contudo, o fato de os comerciantes possuírem produtos ensacados confirma o argumento de que havia movimentações naquele território. Os produtos ensacados ilustram o desenvolvimento desigual e combinado, pois aqui, também, tem-se a presença de práticas consideradas industriais penetrando no interior da comunidade.

De acordo com Benjamin (2011, p. 198), a “experiência que passa de pessoa para pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores”, aqui novamente se percebe a dialética presente-passado no fomento das produções das narrativas sobre o Maracanã de outrora, pois os depoentes se agarram a um tempo quase que mitificado, encontrando, nesse tempo mítico, uma forma de fuga, de refúgio do tumulto que tem sido a própria contemporaneidade. Ressaltando-se que a construção do passado não acontece de maneira pura, mas sempre ressignificada, redefinida, reorganizada com os valores, com os conceitos, com a coloração do tempo presente, pois, segundo Benjamin (2011, p.199), como verdadeiros artesãos, os narradores constroem suas experiências no diálogo intermitente entre o presente e o passado:

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.

Sendo assim, os narradores são verdadeiros artesãos, como bem colocado por Benjamin, na citação supra, produzem seus discursos, suas representações na dialética do tempo, com isso os depoentes oscilam entre o Maracanã que existe somente nos lugares de suas memórias, nas lembranças, na significância de suas experiências enquanto indivíduos e membros de uma coletividade; e o Maracanã dos tempos contemporâneos, rodeado por “ocupações”, indústrias e diversas ameaças para suas residências.

Entretanto, essa coletividade não pode ser romantizada, pois existiam diferenças de natureza econômica e social, no interior do Maracanã. Uma localidade em que as casas feitas de taipa eram predominantes, não anulava, a existência de residências de alvenaria, sobretudo a partir da década de 1970, como se pode detectar pelo depoimento de dona Alda Maria Santos Oliveira, 64 anos, nascida e criada no Maracanã,

a primeira coisa que teve aqui [iluminação] era ali na principal, no Zé Costa, no Juvenal, no Sabino, que tinha o comérciuzinho, quitanda que eles chamavam na época, aí tinha uma geladeirinha a gás, era o que funcionava, depois botaram – Zé Costa – um gerador, como uma televisão já nos anos de 1975, [...] por aí assim, aí já tinha outro senhor que tinha, já era radiola [...] **era tranquilo, tinham poucas casas de alvenaria, pelo menos a que a gente morava aqui ainda não era, era de taipa, de alvenaria tinha lá, Zé Costa, esses que tinham os dois comércios, era o Zé Costa, era o Juvenal,** aqui na principal, era já a do Sabino, era João de Léia, aí pra cá ainda era³³ [...] (Grifos nossos)

Nesta passagem se constatam diferenças no interior da comunidade, pois embora, como já evidenciado, fosse uma localidade constituída, predominantemente, por lavradores e agricultores, nota-se a existência de outros personagens desempenhando outras funções e, por conseguinte, sendo responsáveis por essas diferenciações, como os comerciantes ou donos das quitandas como eram conhecidos, ou mesmo os proprietários das casas de forno, algumas pessoas já possuíam moradias de alvenaria – construídas com o uso de tijolos –, inclusive com a presença de geradores de energia, possuíam geladeira (ainda que necessitando de complementos para poder funcionar) ou mesmo a compra de um aparelho televisor por parte de uma das famílias mais tradicionais do Maracanã, os Costa, ainda nos idos dos anos de 1970, confirmam as diferenciações socioeconômicas desse lugar.

³³ ALDA MARIA SANTOS OLIVEIRA. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, em 12 de abril de 2022.

Sem contar a presença, já nessa época, de indivíduos que tinham propriedades no território do Maracanã, mas que não residiam nessas terras, indo para aquela localidade somente para descansar nos finais de semana ou nos feriados.

A dinâmica das atividades de trabalho foi bem evidenciada nos resultados dos projetos promovidos pela SEAC, apresentando-se o percentual de ocupação em atividades produtivas inferior a 50% da população economicamente ativa na comunidade do Maracanã. O projeto considerou como população ativa pessoas com faixa etária variando entre os 20 e os 57 anos. Tendo-se, desse modo, uma população de dependentes superior aos 70%, na comunidade supracitada (COSTA, 1987). Entretanto, outros indivíduos que participavam do processo de produção junto de suas famílias não foram contemplados, particularmente, os filhos que trabalhavam ao lado dos seus pais na lavoura, uma prática bastante comum, principalmente para os homens, o acompanhamento das lidas do campo ao lado dos seus pais ou outros integrantes da família biológica ou por afinidades³⁴. Em relação às mulheres, acontecia de a filha mais velha ficar tomando conta da casa, das atividades consideradas domésticas, o caso de dona Alda Maria é bem representativo disto.

[...] minha infância, porque até os 10 anos, enquanto eles iam pra roça, ia trabalhar, eu ficava aqui, eu tomava de casa já desde cedo, porque tinha o mais novo, o Hamilton, com 10 anos eu assumi as responsabilidades de casa[...] (Comunicação verbal).

Dona Alda, mesmo em idade infantil, já teve que assumir as tarefas da casa, cuidando dos irmãos, talvez por isso a senhora relata em seu depoimento que ainda hoje não gosta muito de sair de sua residência. Outro ponto a ser frisado em seu depoimento é sobre as brincadeiras da época de sua infância, o curioso é que a interlocutora enfatiza a questão das brincadeiras acontecerem nas chamadas noite de luar – nova, crescente, cheia e minguante – , muito provavelmente, em decorrência de a depoente ser responsável pelas atividades de casa durante os dias, com isso o momento mais propício para brincar era durante as noites de luar, devido à iluminação elétrica ter demorado para chegar na comunidade do Maracanã, chegando somente no final dos anos de 1970. Mas, retomando a questão das brincadeiras, observe-se o que dona Alda contou:

³⁴ O parentesco por afinidade, como será discutido no próximo tópico, foi um dos modelos mais dominantes em Maracanã, especialmente, para o período anterior à instalação do Distrito Industrial de São Luís.

[...]. Aqui o que tinha aqui que a gente se divertia era o areal [...] a vida gente era assim brincando a noite, em noite de luar a gente ficava brincando, quem jogava bola jogava, quem jogava dominó, era brincadeira, terminava daqui a gente corria para o rio que tinha aqui no quintal até altas horas da noite, o rio era aqui no quintal, tinha um rio muito grande aqui

Em conformidade com o depoimento de dona Alda Maria sobre as brincadeiras em noites de luar, tem-se o relato de dona Maria de Fátima Santos Coutinho Pacheco, 65 anos de idade, nascida e criada no Maracanã:

Minha infância era muito devagar, porque naquela época não existia nada de concreto, não tinha energia, nossas casas eram todas a lamparina, casa de palha, na época da chuva a gente ficava de baixo d'água, [...] nós fomos crescendo assim, brincando, só brincávamos em tempo de lua, não tinha energia, foi uma infância muito precária.³⁵

Retomando-se a discussão sobre as atividades produtivas na comunidade do Maracanã, os resultados alcançados pela SEAC, no interstício de 1971 a 1974, referentes à distribuição dos trabalhos na Vila Maranhão e no Maracanã foram os seguintes:

TABELA 02: ATIVIDADES PRODUTIVAS

ESPECIFICAÇÃO	VILA MARANHÃO		MARACANÃ	
	Quantidade – Porcentagem		Quantidade – Porcentagem	
Lavrador	26	4,6	69	10,8
Pescador	4	3,2	-	-
Comerciante	4	3,2	4	2,7
Estivador	4	3,2	-	-
Costureira	5	0,5	6	0,9
Carpinteiro	7	1,2	4	2,7
Motorista	9	1,6	14	2,2

³⁵ MARIA DE FÁTIMA SANTOS COUTINHO PACHECO. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, em 05 de maio de 2022.

Professor	6	1,0	2	0,3
Pedreiro	4	3,2	2	0,3
Funcionário Público	5	0,8	13	2,1
Trabalhador braçal	13	2,3	8	1,2
Vigia	-	-	3	0,4
Mecânico	-	-	9	1,4
Biscateiro	-	-	3	0,4
Militar	-	-	2	0,3
Operário	9	1,6	-	-
Outros	29	5,1	7	1,1
Total	125	22,4	146	22,6

Fonte: Estado do Maranhão. Prefeitura Municipal de São Luís/ SEAC. Comunidade rurais. (Coleção Colmeia, n. 2, p.18; n. 3, p.20) APUD COSTA (1987).

Interessante a observação sobre a variação das atividades e a predominância dos trabalhos com a lavoura, embora esses números possam ser bem superiores aos apresentados, pois correspondem apenas à população catalogada nos projetos supracitados e na idade considerada apta para o trabalho. No tocante aos funcionários públicos, correspondendo à expressiva marca de 2,1% do total, muito provavelmente são pessoas não autóctones. Conforme os números da SEAC, no Maracanã, na década de 1970, residiam mais de 600 pessoas, distribuídas da seguinte forma: 55 famílias de autóctones, correspondendo a 48,6% da população total; 12 famílias oriundas de outros estados, correspondendo a 10,7% da população; e 46 famílias vindas do interior do estado, o que, por sua vez, correspondia a 40,7% da população total (COSTA, 1987). Os dados da SEAC apontam que mais da metade da população da região do Maracanã era composta por filhos da terra. Desse modo, nos anos de 1970, já começava a ser observado um fenômeno que, com as décadas seguintes, viria a se consolidar cada vez mais: a presença de pessoas não nativas morando no Maracanã.

Costa (1987, p.89) oferece indicadores sobre as características do território do Maracanã, sobretudo em relação ao desejo de pessoas comprarem, adquirirem terras devolutas na região e já apontando para a chegada das fábricas. No caso dos anos de 1980, aconteceu um considerável processo desenfreado de “ocupações”,

[...] para outros, como os que afluíram para Maracanã, a motivação foi a oportunidade de poder continuar com a atividade a que já estavam habituados à de cultivar pequenas roças. Em Maracanã, a forma predominante de ocupação da terra eram os sítios de veraneio, cujos proprietários residiam no centro urbano de São Luís. Além destes, havia ainda, lavradores, agregados e ocupantes por invasão. O grupo universitário constatou que em ambos os povoados havia áreas devolutas. **Atualmente, estas áreas, principalmente em Maracanã, estão se restringindo muito dada a procura por pessoas chegadas a São Luís com as indústrias, que buscam a quietude dos sítios.** (Grifos nossos).

Em se tratando de uma comunidade que tinha nas atividades com as roças seu principal meio de sustento, observar a presença de sítios de veraneio, só enfatiza a participação dos não autóctones no Maracanã. Algumas das profissões ou atividades de trabalho citadas na Tabela 02, por exemplo, muito provavelmente, deveriam ser ocupadas por esses indivíduos. Nesse sentido, constata-se a definição de uma comunidade que tinha no modo de produção tradicional sua principal forma de reprodução, mas também, com a presença de traços do capitalismo, embora esse modo de produção só fosse se expandir com intensidade a partir da década de 1980.

Reitera-se que se trata apenas de traços porque o corolário para a consolidação do capitalismo não era verificado na comunidade do Maracanã, pois os indivíduos estavam ligados diretamente a seus meios de produção, nesse caso, a própria terra. Condição essa que será modificada, sobretudo com o advento do Distrito Industrial.

1.2. As relações de parentesco no Maracanã de outrora

As relações de parentesco constituem um dos principais marcadores identitários do Maracanã, comunidade formada no final do século XIX pela reunião de ex-escravizados, tendo-se como suas famílias mais antigas: Algarves, Coutinho, Pereira, Barbosa, Costa, Santos, Garcês, Cruz e Meireles. Constatou-se, por outro lado, a formação de um sistema social composto pela união de pessoas tanto por laços de consanguinidade (biológicos) quanto por laços de afinidades.

Observou-se entre as famílias mais tradicionais a força das relações de compadrios entre os sujeitos que compõem a comunidade. No passado, conforme os relatos dos depoentes, esses laços pareciam bem mais evidentes, porque todos se conheciam, o que facilitava na formação dos respectivos laços de afetividade. As relações de compadrios são formadas pela conjugação de elementos sagrados com profanos (ARAUJO, 2019).

Os depoentes relatam, por exemplo, que as crianças deveriam ser batizadas o quanto antes, pois, ao receber o sacramento, estariam distantes de energias consideradas negativas: o batismo reforçaria os acordos entre os homens e as entidades religiosas. Desse modo, os compadrios se tornavam fundamentais para a manutenção da aliança entre as pessoas da comunidade e as forças divinas. Acordo considerado como uma via de mão dupla, com o ritual da benção³⁶ – um tipo de dádiva – simbolizando o respeito e a solidificação dos laços comunitários no Maracanã. Convém ressaltar que essa condição não era uma peculiaridade dessa comunidade, mas algo muito característico no meio rural, como se pôde observar no estudo realizado por Prado (1975), no trabalho de campo realizado no município de Bequimão, localidade situada na Baixada Maranhense, veja-se:

No contexto deste embaralhamento de bem e mal que paira sobre toda a criação a “benção” surge como uma espécie de bússola, instrumento de caráter teleológico para o bem, como também o seria a maldição para o mal. Face ao possível norteamento definitivo para o mal que exerceria a maldição, a benção lhe seria o antídoto preventivo o qual não deixa de incluir, segundo uma lógica interna, a outra face da questão: o seu caráter de resgate corretivo. A vida de cada homem, e dos homens entre si, tem que ser cumulada de bênçãos, como proteção previa e eficaz das boas relações sociais, e da relação homem-mundo.

Os compadrios, além de marcar o sentimento de integração entre as pessoas, em alguns casos, consistiam em relações de poder, tendo-se em vista que as famílias mais necessitadas – quando possível – buscavam padrinhos abastados para seus filhos ou mesmo a ajuda de pessoas que pudessem dividir as dificuldades da vida, do cotidiano. Eram comuns, por isso, casos em que famílias com proles muito extensas doassem ou entregassem seus rebentos para que os seus compadres/comadres pudessem criá-los. Como foi o caso, só para ilustrar, de dona Adalgisa Meireles

³⁶ Ato de reverência e respeito entre os indivíduos envolvidos, prática muito costumeira em comunidades rurais. Geralmente, os mais novos recebendo a benção dos mais velhos.

Garcês Rodrigues, 83 anos, nascida e criada na comunidade do Maracanã. Seus pais, Raimundo Garcês Costa e Libania Meireles tiveram 16 filhos e devido às necessidades enfrentadas pela família, dona Adalgisa teve que morar na casa da família dos Algarves Coutinho.

[...] eu fui criada na casa da festa de reis[...] primeiro foi Tia Iça [Mauricia Algarves], depois Tia Iça morreu, fiquei com tia Nilza que terminou de me criar com Ezequel [...] minha madrinha era filha de tia Iça, Onorina [Onorina Algarves Coutinho] [...]. Eu fui morar com mamãe e papai com 16 anos [...]. Todo mundo é parente, chamava todo mundo de tia e tio, tomava benção para os mais velhos, meus filhos tomam benção para todo mundo [sic] meu padrinho era Aristeu e a madrinha era Onorina, filha de Tia Iça. [...] Tia Nilza era filha de Eusebia, mas morava com Tia Iça [...] Eusebia era mãe de Agripino e irmã de Tia Iça [...] mamãe teve 16 filhos, eu não conheci a minha irmã mais velha, quem criava era mãe do meu pai, Josefa.³⁷

O relato acima tem muitos pontos interessantes, uma situação colocada por dona Adalgisa Meireles vem ao encontro das características mencionadas pelos narradores – compadres sendo responsáveis por filhos de terceiros – , pois além de sua situação, a interlocutora comenta os casos de D. Nilza, filha de dona Eusébia Coutinho, que foi criada, também, por Tia Iça [Mauricia] que era, na verdade, sua tia consanguínea; a outra situação mencionada foi a de sua irmã mais velha – no relato ela diz que não chegou a conhecê-la – que ficou aos cuidados de sua avó, chamada de Josefá. Aqui são três casos entre tantos que aconteceram (talvez ainda aconteçam) na comunidade do Maracanã em tempos passados. Percebe-se, por meio desses interlocutores, o quanto as relações de parentesco eram significativas para aquelas pessoas e como contribuía para o sentimento de integração, de pertencimento à comunidade.

Também cabe destacar a questão da simbologia em torno da tomada da “benção”, frisando que “Todo mundo é parente, chamava todo mundo de tia e tio, tomava benção para os mais velhos, meus filhos tomam benção para todo mundo” (Adalgisa Meireles Garcês Rodrigues), pois o ritual significa dentre outras coisas: a) o respeito com as pessoas mais idosas; b) o reforço dos laços de parentesco, posto que os envolvidos se tratavam como tios e tias, primos e primas independente de questões consanguíneas, predominando, nesse caso, as relações de afetividade.

³⁷ ADALGISA MEIRELES GARCÊS RODRIGUES. Entrevista concedida em 16 de abril de 2022.

Outra prática muito comum presenciada em comunidades rurais como o Maracanã são os compadrios que necessariamente não surgem por intermédio dos batizados, popularmente chamados de “compadres de alma”, mas sim em decorrência de festas específicas, como no caso do período junino e seus tradicionais “compadrios de fogueira”³⁸. Essa prática é constituinte do que se conhece por parentesco por adoção (GOMES, 2011), o que acaba por reforçar os laços entre as pessoas da comunidade e os compromissos que assumiram com as entidades religiosas, mormente os santos festejados no período junino:

O compadrio de fogueira: se bem que o termo usado seja “padrinho”, “madrinha”, as pessoas nele envolvidas são que se escolhem mutuamente, podendo se dar inclusive entre crianças [...] o compadrio de simples apelação: há muitas pessoas que passam a se tratar de compadres sem que haja um laço ritual formal que sustente, com desejo, porém, de explicar uma amizade forte (PRADO, 1974, p.81).

Os narradores relatam que outrora os batizados³⁹ aconteciam na Igreja de São Joaquim – inaugurada em 1835 para ser a paróquia da velha Freguesia de São Joaquim do Bacanga –, atualmente pertencente ao bairro de Vila Maranhão. Essas celebrações geralmente eram realizadas durante os períodos de festividade, por exemplo, durante as festas para São Joaquim⁴⁰, quando era enviado um padre por parte da Diocese de São Luís, para que, de forma coletiva, realizasse o sacramento. Essa prática é conhecida pelo nome de desobrigas, atividade muito comum em áreas rurais, no passado aconteciam em decorrência das dificuldades do acesso para essas regiões. A respeito dessas práticas, Montenegro (2010, p.72) comenta:

³⁸ [...]acontecendo da seguinte forma: primeiramente, acende-se uma fogueira em homenagem aos santos – Antônio, João e Pedro –; em seguida, duas pessoas ficam nas suas extremidades, geralmente, segurando um pedaço de pano ou outro adereço sobre as chamas; e, por fim, dizem algumas palavras ao respectivo santo que, por conseguinte, abençoa a união e desde então as referidas pessoas são consideradas ‘compadres’ e ‘comadres’ de fogueira” (ARAUJO, 2019, p 87). Prática bastante comum em comunidades rurais, com a relação horizontal entre os padrinhos/madrinhas e vertical com os santos, pois apesar de uma certa “informalidade” no diálogo com os santos, o respeito e admiração por esses não poderia ser quebrado.

³⁹ Os registros de batismo das pessoas do Maracanã no período de 1900 a 1940 podem ser encontrados na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no bairro do Anil. Após esse período estão disponibilizados na paróquia do São Cristóvão. A título de curiosidade, os registros de São Joaquim do Bacanga podem ser encontrados no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

⁴⁰ As celebrações para São Joaquim continuam acontecendo, porém não mais agregando as pessoas da região como acontecia no passado. Condição essa que acontece por um conjunto de fatores, entre os quais o crescimento e expansão da cidade, provavelmente, seja o mais representativo. Pois, a cidade cresceu em todas as direções nas últimas décadas.

As desobrigas (hoje quase em desuso) eram visitas que os missionários faziam, em princípio a cada ano, aos locais mais remotos do sertão, levando os sacramentos às populações que não dispunham de assistência religiosa regular, devido ao próprio isolamento em que viviam ou ausência de padre na região. O nome desobriga refere-se ao antigo preceito da Igreja de que o católico é obrigado, ao menos uma vez por ano, a confessar-se e comungar. Nas desobrigas, além de celebrar missa, o padre fazia confissões, batizados e casamentos em grande quantidade.

Cabe destacar que, na comunidade do Maracanã, há uma igreja católica, onde são realizados os festejos de São Miguel, de Santo Antônio – o padroeiro –, e de Santa Maria. As missas na Igreja de Santo Antônio são celebradas uma vez por mês. Porém, as desobrigas eram realizadas em São Joaquim porque ali podia agregar não somente as pessoas do Maracanã, mas também das localidades adjacentes, tais como: a própria Vila Maranhão, Alegria, Itapera, Rio Grande, Quebra Pote, Coqueiro, Estiva e Rio dos Cachorros.

Imagem 02: Igreja de Santo Antônio em Maracanã



Fonte: Autor (2023)

Nos próximos tópicos, serão discutidos outros elementos simbólicos que ajudam na compreensão das relações de sociabilidade desenvolvidas no Maracanã antigo, em especial, as maneiras encontradas pelas pessoas para se divertirem, para esquecer o fardo das atividades da roça ou outras formas de expressão do trabalho. Acrescenta-se a esse mundo simbólico, a significância do imaginário lendário que foi criado e (re)criado no Maracanã, com lendas sobre seres fantásticos que, de certa maneira, “obrigavam” os sujeitos a não saírem de suas casas a partir de determinadas horas.

1.3. Festas, diversões e lendas no Maracanã “de antigamente”

Conforme Marx (2003), a produção da vida social se manifesta em diversas determinações, tanto no plano material quanto imaterial. No campo do trabalho, a regulação/disciplina do tempo, no Maracanã de outrora, acontecia por meio do conhecimento empírico sobre a natureza: no momento do plantio, na colheita, nas diversas tarefas relacionadas às atividades com a terra – lavoura ou extração de pedras –, nos trabalhos com a pesca ou mesmo na retirada das madeiras e palhas em suas matas. Por sua vez, nos aspectos imateriais, por exemplo, no campo religioso, era uma comunidade marcada pelo sincretismo, com pessoas transitando entre as celebrações dos Santos Reis – festa do catolicismo popular –, da Pajelança⁴¹ e do Tambor de Mina⁴².

Referente às outras formas de diversão para as pessoas da comunidade, Costa (1987, p. 104), a partir dos resultados dos projetos Euterpe e Desafio, comenta:

[...] o lazer também era sacrificado. Por não ser possível onerar o restrito orçamento; doméstico com diversões, a preferência recaía naturalmente sobre aquelas que não implicavam gastos tais como o futebol no próprio povoado, audiência de rádio, televisão, além de festas dançantes. O bumba-boi, o tambor de crioula, os ensaios de escola de samba local eram atrações a mais em Maracanã.

⁴¹ Ritual que mescla práticas religiosas indígenas com elementos católicos, espíritas ou afro-brasileiros com finalidades de cura a partir do transe.

⁴² Nos dias contemporâneos, os chamados “tambores de cura”, ainda são observados na área rural, porém com uma incidência bem menor do que acontecia no passado. Um dos tambores de mina mais conhecidos na região do Maracanã foi o de dona Mundica Pinto, que também era muito solicitada na região devido a seus “poderes” de cura, realizando benzimentos contra o quebranto, mau olhado, partejando ou mesmo trabalhando com a utilização de ervas para o enfrentamento das mais diversas enfermidades.

Costa (1987) afirma que o lazer era sacrificado, em decorrência do baixo poder aquisitivo das pessoas, especialmente, em se tratando de uma comunidade que tinha na subsistência seu objetivo principal de produção. Desse modo, as festas, sobretudo as religiosas, desempenharam um importante papel no sentido de agregar os indivíduos, a coletividade, servindo como um instante não somente de devoção, mas também de entretenimento, por meio do envolvimento de práticas consideradas sagradas com profanas.

1.3.1. Os festejos dos Santos Reis: “Reis Rico” e “Reis Pobre”

A festa dos Santos Reis era uma das principais formas de diversão para as pessoas da comunidade. Era realizada inicialmente do dia 24 de dezembro até 06 de janeiro – encerrando o ciclo natalino; na sequência foi acrescentado o dia 07 de janeiro⁴³ como momento de celebração. Contam os mais antigos que as celebrações na comunidade surgiram nos anos de 1930, como resposta às discriminações raciais desferidas pelos moradores de Alegria.

A discriminação sofrida pelos moradores do Maracanã nas Festas de Reis em Alegria contribuiu para a construção do sentimento de pertencimento entre aqueles sujeitos. O pertencimento é uma das condições para a constituição de qualquer processo identitário. Contam que quando chegavam à outra comunidade eram “repcionados” de maneira pejorativa com os seguintes dizeres: “lá vêm os pretos”. Nesse contexto, essas pessoas cansadas com as ofensas organizaram como resposta o seu próprio festejo dos Santos Reis, [...], chamando-o pelo nome de “Reis do Alecrim” (ARAÚJO, 2012, p.31).

⁴³ Em Maracanã existe uma peculiaridade em relação às celebrações dos Santos Reis, pois a festa também é celebrada no dia 07 de janeiro, chamada de Reis Pobre em “oposição” ao Reis do Alecrim que, por isso, passou a ser conhecido como o Reis Rico. Essa questão será mais aprofundada nos próximos capítulos, uma vez que se compreende o Reis Pobre como uma forma de economia moral, como trabalhado por E.P. Thompson, haja vista que, para a comunidade, a data de 07 de janeiro é uma espécie de feriado independentemente da existência do Distrito Industrial. Em outras palavras, uma espécie de resistência ao modelo de disciplina imposta pela industrialização. Não é que o Reis do Alecrim, popularmente conhecido como Reis Rico, possua um ritualismo menos aglutinador que o Reis Pobre, pois se observa que a comunidade interage com as duas celebrações, na verdade, não é correta a interpretação de que são celebrações antagônicas, ao contrário, as duas festas são na realidade somente uma, haja vista a integração das pessoas. Em suma, essas celebrações possuem suas peculiaridades a partir do amálgama de elementos profanos com sagrados e que, ao longo de décadas, tem contribuído para o fomento identitário no Maracanã. Não se tem registro de outra celebração semelhante no dia 07 de janeiro, provavelmente, o único local onde se celebra reisados nessa data seja em Maracanã. A festa voltou a ser realizada em 2023, após sua interrupção nos últimos dois anos devido à pandemia de COVID-21, foram as únicas vezes que a celebração não foi praticada em mais de 80 anos.

Festividade que continua existindo nos dias atuais⁴⁴, o chamado Reis do Alecrim (imagem 03), mas que, no passado, constituiu-se na grande celebração, não somente para o Maracanã, mas para toda a região, trazendo para a comunidade pessoas residentes nas localidades adjacentes e, inclusive, sujeitos provenientes da região urbana de São Luís, como pessoas oriundas do Desterro, do Centro, do João Paulo,⁴⁵ que não perdiam a oportunidade para acompanhar as festas. O fato de haver pessoas vindas da região urbana para acompanhar os reisados sublinha o argumento de que o Maracanã não era uma comunidade isolada como alguns chegam a apregoar.

Ainda sobre os reisados, sua escolha é carregada de simbolismo, geralmente são pessoas que pagam promessas por dádivas alcançadas e que, por isso, colocam seus filhos como integrantes da corte real (são dois casais reais, um formado por crianças e o outro por adolescentes). O reisado é também uma forma de marcação de posição social: não são todas as pessoas que conseguem patrocinar a celebração, pois engloba a aquisição da indumentária luxuosa e do fornecimento de bebidas e refeições para os acompanhantes e admiradores. Somando-se aos esforços dos patrocinadores da celebração, tem-se as contribuições de outras pessoas da comunidade que abrem suas residências para o recebimento da corte real com bastante fartura. São pessoas que encontram nesse ato uma maneira de pagar o recebimento de alguma dádiva.

⁴⁴ Atualmente a festa é celebrada nos dias 05,06 e 07 de janeiro.

⁴⁵ Bairro da área urbana, próximo ao Centro de São Luís.

Imagem 03: Reis do Alecrim, “Reis Rico” no Maracanã (1997)



Fonte: Arquivo pessoal de D. Marlene Jansem Pereira

Em relação à questão da comida, trata-se de um símbolo importante nas festas – não somente os reisados, mas nas festas religiosas em geral – porque representa fartura, grandeza, poder entre os envolvidos e, principalmente, a manutenção dos acordos entre os homens e as divindades, haja vista que as celebrações são amalgamadas por elementos sagrados e profanos.

Tradicionalmente, o povo comemora as festas religiosas com procissões, danças, fogos, bebidas e diversões que, embora apresentem aspectos profanos, visam fins religiosos na prática é, portanto, difícil separar

nitidamente o sagrado do profano, uma vez que ambas podem estar, muitas vezes, intimamente correlacionadas. (FERRETI, 1996, p.50).

Imagem 04: O “Reis Pobre” (1997)



Fonte: Arquivo pessoal de D. Marlene Jansem Pereira.

Como já informado, em Maracanã, é celebrado os festejos dos Santos Reis no dia 07 de janeiro, chamando-o de “Reis Pobre” (imagem 04), contam que a referida festa foi iniciada nos anos de 1930, quando um grupo de pessoas oriundas do bairro do Desterro, que haviam acompanhado o Reis do Alecrim não conseguiram retornar para suas residências devido à travessia do rio Bacanga estar impossibilitada, então esse grupo saiu pelas ruas do Maracanã pedindo comida e bebida em um cortejo. Contam que as pessoas da comunidade gostaram do que viram e, a partir dos anos seguintes, começaram a repetir o ritual, batizando-o com o nome de “Reis pobre” em

alusão ao contraste das vestes do Alecrim e que, por essa razão, passou a ser conhecido, também, como o “Reis Rico”.

1.3.2. Carnaval e Futebol: Maracanã do Samba e Cruzador da Ilha

Outros momentos de diversão no Maracanã eram as partidas de futebol, acompanhando-se o Cruzador da Ilha ou outros times da região, como o Maracanãzinho ou mesmo o Alegria Futebol Clube; além das atividades da escola de samba que existia no bairro. Sobre esses momentos, dona Alda Maria lembra: “jogo, era o Cruzador, depois surgiu o Maracanãzinho⁴⁶, na Vila Sarney, que os meninos jogavam, tinha a escola de samba na época de Humberto, aí depois que acabou a escola de samba passou um tempo e ele inventou o boi”.

Dona Adalgisa Meireles também menciona a referida escola de samba que divertia as pessoas da comunidade, além de comentar que desfilou em outras agremiações de São Luís, como se pode verificar no seu testemunho: “na escola de samba eu saía, ela onde é a sede do boi, também saí na escola de samba do Desterro⁴⁷, desfilei cinco anos nela”.

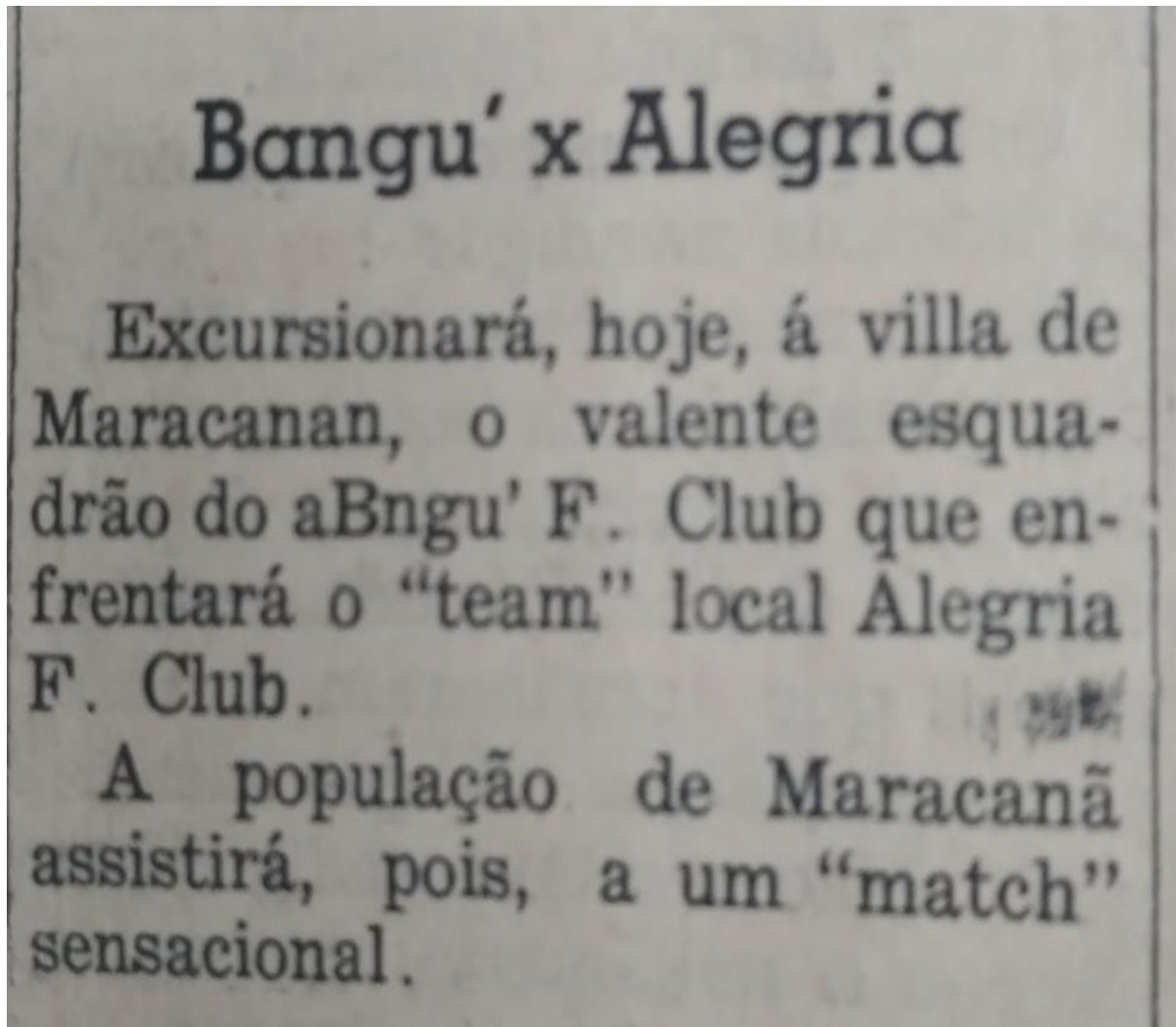
Ainda sobre a Escola de Samba, Maracanã do Samba, que existia na comunidade, como bem frisado pelos depoentes e pelo relatório da SEAC, a mesma teve um certo destaque no final dos anos sessenta e início dos anos setenta com apresentações no Maracanã e outras localidades da região, tais como: Itapera, Rio Grande, Quebra-Pote e Estiva. Os narradores informam que a agremiação chegou a disputar os concursos de carnaval realizados pelo poder público municipal no começo dos anos de 1970. O grande responsável pela escola de samba era o senhor Humberto Barbosa, que, anos depois, se tornaria em uma das principais vozes da cultura popular no estado do Maranhão, na condição de amo (líder da brincadeira), do Bumba Meu Boi do Maracanã.

⁴⁶ Associação Atlético Maracanãzinho, equipe amadora de futebol, fundada em 1968, nas imediações da comunidade do Maracanã. Considerado como um dos grandes rivais do Cruzador da Ilha, a referida equipe surgiu de dissidentes do Cruzador da Ilha.

⁴⁷ Grêmio Recreativo Flor do Samba, fundada em 11 de novembro de 1939, sendo uma das mais tradicionais agremiações do carnaval de passarela da cidade de São Luís, tendo inclusive vencido o concurso em 13 oportunidades, a mais recente aconteceu no ano de 2023.

Em relação à significância da prática do futebol no Maracanã, encontra-se um registro do jornal Diário do Norte (imagem 05), de abril de 1939, sobre uma partida amistosa disputada na região.

Imagem 05: Amistoso de futebol no Maracanã



Fonte: Jornal O Diário do Norte (1939)

Essa matéria é bem interessante, pois além de salientar a importância que o futebol tinha para a região nos idos da década de 1930, também corrobora com o argumento de que a comunidade de Maracanã não poderia ser considerada isolada, porque uma equipe da área urbana da cidade se deslocou para jogar na "Villa de Maracanan".

O grande time do Maracanã é o Cruzador da Ilha, agremiação fundada no dia 07 de setembro de 1937, que, ao longo do tempo, tornou-se um dos símbolos identitários para as pessoas da comunidade, tendo, provavelmente, como seu

momento de maior êxito o final da década de setenta e início dos anos oitenta, quando se sagrou campeão do I torneio João Castelo.

O I torneio Governador João Castelo foi realizado de 19 de junho de 1980 a 11 de janeiro de 1981. A competição em questão foi promovida pela Secretaria de Esporte e Lazer (SEDEL), em colaboração com a Associação dos Cronistas e Locutores Esportivos do Estado do Maranhão (ACLEM) e Federação Maranhense de Desportos (FMD), atual Federação Maranhense de Futebol (FMF). O campeonato contou com a presença de 262 clubes espalhados por todas as regiões da ilha de São Luís.

Na primeira fase, a equipe da comunidade do Maracanã ficou no grupo N com as seguintes agremiações: Coqueiro E.C, DNER, E.C Santa Cruz, XV de Novembro F.C, Boa Vontade E.C, Escola AGROTÉCNICA, E.C Creuza Ramos, Guarany F.C, A.A Maracanãzinho, Alegria F.C, S.E São Miguel. O Cruzador da Ilha terminou na primeira colocação do seu grupo com 19 pontos, tendo alcançado o número de 8 vitórias – naquela época cada vitória valia 2 pontos – e 3 empates.

Na segunda fase, disputada de 26 de outubro a 30 de novembro de 1980, contou com a presença de 42 equipes, distribuídas em 6 chaves com 7 times em cada, dessa feita, o escrete Alvi-azul do Maracanã acabou ficando no grupo S, juntamente com: Jornal Pequeno, Comercial, Tiradentes, Democrata, Grêmio e Associação dos Servidores do D.E.R. Somente o vencedor da chave passaria para a terceira fase, com isso o Cruzador acabou somando 12 pontos, sendo o vencedor do respectivo grupo.

A terceira fase (semifinais) foi disputada por 6 clubes distribuídos em duas chaves com 03 equipes cada, com os vencedores dos respectivos grupos se classificando para a grande final da competição. Desse modo, o Cruzador da Ilha ficou na Chave A, com E.C Bahia e S.C. Internacional (do bairro do Anjo da Guarda), venceu os dois adversários e somou 4 pontos. Na Chave B, ficaram os times: Estrela do Juçatuba, Cruzeiro E.C (do bairro do Sá Viana) e Alegria F.C (do bairro do São Francisco), com a primeira sendo a grande vencedora desse grupo. As semifinais foram disputadas nos dias 07, 14 e 21 de dezembro de 1980.

Por sua vez, a grande final foi realizada no dia 11 de janeiro de 1981, no Estádio Municipal Nhozinho Santos – à época a principal praça de desportos do Estado do Maranhão, pois o Estádio do Governador João Castelo, o popular Castelão, foi inaugurado somente no dia 01 de maio de 1982 – a partir das 14h30min, na preliminar

do jogo entre o Maranhão Atlético Clube e Ceará Sporting Club pelo Campeonato Brasileiro do Módulo de Prata (uma espécie de Segunda Divisão), colocando-se frente a frente, o Cruzador da Ilha (19 jogos: 16 vitórias e 3 empates) contra o Estrela, da localidade Juçatuba (19 jogos: 18 vitórias e 1 empate). Os dois times chegaram para o jogo decisivo ainda na condição de invictos. A equipe do Maracanã, entretanto, acabou vencendo a peleja pelo score de 6 a 1. Os gols da equipe do Maracanã foram anotados por: Valfrêdo (2), Coutinho (2), conhecido como Tuca, Edinelson (1) e Baldez (1); a equipe do Estrela do Juçatuba acabou descontando por intermédio de Odilon (contra). Essa conquista continua sendo bem comentada pelas pessoas da comunidade. Dificilmente, será vista a final de uma competição amadora ser disputada na preliminar de um campeonato organizado pela CBF, fato que só vem qualificar ainda mais o feito do Cruzador da Ilha.

Ainda sobre a grande finalíssima, o Jornal o Estado do Maranhão de 13 de janeiro de 1981, descreveu-a da seguinte maneira:

[...]. Esta foi a maior competição no setor de futebol, na categoria amador, até hoje realizada em nosso Estado, sendo a mesma prestigiada pelo público do começo ao fim, constatando que o Governo e o Povo fizeram a bola rolar [...] Depois do sexto gol, a rapaziada do Cruzador deixou o tempo passar e esperou apenas o apito final na sua gloriosa jornada (O Estado do Maranhão, 1981, p. 06).

A esse respeito, o senhor Osvaldo Algarves, por esse tempo membro da comissão técnica da aludida agremiação (treinador), salienta que aquela equipe foi a melhor formação que o Cruzador já teve em sua história, apresentando-se em seu relato a constituição do time e a escolha de alguns atletas não oriundos do Maracanã para reforçar aquele escrete.

Esse time do Cruzador era muito bom, rapaz! Esse aí eu tinha só esses 15 aí, só 15 jogador, o único desse time que já morreu foi só o goleiro, Cosme, o finado Cosme, o resto tá todo mundo vivo graças a Deus [o lateral esquerdo apelidado de Terrível também é falecido], esse time era bom, nós jogamos foi 23 partidas invictas [...], nós passamos nesse ano 35 partidas sem perder para ninguém, o Cruzador. [...]. Depois que nós saímos do campeonato fomos perder em Miranda porque lá eu já levei o time já tava quebrado, teve um pessoal que não foram [...] nós perdermos de 2 a 1 ou foi 2 a 0 não tenho bem lembranças, nós ganhamos em Rosário, ganhamos aí também meu Deus do Estrela também, botamos faixa no Estrela do Tirirical que tinha sido campeão, nós ganhamos de 3 a 2 o time que era do finado Cóco, era Estrela também o nome dele aqui do Tirirical, esse Beleza [José Benedito Soares da Cruz] fez um golaço nesse dia, um gol mesmo lindo, lindo, lindo, ele deu um corte na zaga e tirou todo mundo e meteu de pé canhoto no canto trocado do goleiro, mais foi um golaço, gol bonito demais, esse time era bom

demais [sic] E essa turma tudo nós era o mesmo time da CERVAMAR que eu botei o pessoal para trabalhar lá na CERVAMAR, o time daí nós tínhamos 3 jogadores que não eram nossos que era o Claraval [Zé Bernardo], que é o Mata que é lá da Mata[comunidade da área rural de São José de Ribamar] e o Riba que era o lateral direito[vindo da comunidade da Liberdade] que eu tinha o ponto fraco do nosso time era justamente o lateral direito que era Zé Andrade e ele era meio fraco e aí eu trouxe esses três para reforçar, aí nós fomos longe, não tem mais time pra fazer isso que o Cruzador já fez, na Zona Rural não [sic] Todos eles aqui ninguém gostava de perder para o Cruzador, de jeito nenhum, o XV de Novembro do Tibiri, todos esses times aqui da redondeza não gostavam de perder para o Cruzador, mas toda vez que entraram pegaram taca (Comunicação verbal)(Grifos nossos).

Imagem 06: Cruzador da Ilha, durante partida da fase de classificação do I Torneio Governador João Castelo (1980)



Em pé: Beleza, Riba, Odilon, Valbinho, Terrível, Natinho, Baldez e Cosme;
 Agachados: Zé Raimundo, Zé Andrade, Zé Bernardo, Tuca, Mata, Valfrêdo e Edinelson
 Fonte: Jornal o Estado do Maranhão (1980)

Como salientado, o I Torneio Governador João Castelo movimentou durante seis meses os diversos bairros da ilha de São Luís, com praticamente equipes de todas as localidades, reunindo milhares de atletas, por isso acabou sendo considerado como um grande sucesso, a ponto dos seus organizadores terem projetado sua ampliação desde 1981, como consta na matéria do Jornal o Estado do Maranhão, que falava sobre a final e a premiação do torneio, publicada em 31 de dezembro de 1980:

[...]. Quanto a grande decisão entre Cruzador da Ilha e Estrela do Juçatuba, deverá acontecer no dia 18, no estádio municipal Nhozinho Santos, em preliminar do Campeonato Brasileiro. A equipe campeã fará jus a uma linda equipagem, enquanto os outros dois classificados serão premiados com troféus e medalhas, que já se encontram em exposição nas vitrines de Deja's Magazine. Devido ao grande sucesso alcançado por esta promoção, a Secretaria de Desportos e Lazer já está tomando as devidas providencias, para interiorizar a competição. Segundo os organizadores do certame, o mesmo deverá começar no próximo mês de janeiro, envolvendo nada menos que vinte cidades do interior (Jornal o Estado do Maranhão, 04 de janeiro de 1981, pagina 08).

Imagem 07: O Cruzador da Ilha, campeão do I Torneio João Castelo, Estádio Nhozinho Santos



Fonte: Jornal O Imparcial (1981)

Como se pode observar o futebol, sem dúvida, consistia em uma das principais formas de entretenimento para as pessoas da comunidade do Maracanã, localidade marcada pelas atividades com a terra, composta em sua maioria por lavradores. Assim, acompanhar as pelepas travadas pelo Cruzador da Ilha contra os mais variados adversários, tanto da própria área rural quanto dos bairros situados no núcleo urbanos de São Luís, e testemunharem seus êxitos era algo de muito valor simbólico para aquelas pessoas.

1.3.3. O Boi de Maracanã: de promessa a sociedade

Após, o encerramento das atividades da escola de samba, no início dos anos de 1970, outro folguedo que começou a se destacar dentro da comunidade do Maracanã foi o bumba meu boi, passando-se do tradicional boi de promessa⁴⁸ para boi de sociedade, e tendo na figura do senhor Humberto Barbosa, o personagem de maior destaque, o mesmo foi o amo da brincadeira por quase 50 anos,

Sempre gostei do boi, quando menino, adolescente, jovem sempre cantava minhas toadinhas tomando uma pinga com os amigos. Mas, chegou um determinado tempo que eu senti falta de mim, tanto que eu não fui convidado no ano em que entrei em 1973, eu não fui convidado [sic] e ano seguinte eu continuei e a proporção que eu achava que já estava bom, que eu tinha já tinha dado a minha colaboração e que estava na hora de largar; passei a me sentir assim, chamado, como se me dissesse: “olha não larga mais isso”. Eu entendi que não tava entrando, eu tava sendo chamado por alguém, e esse alguém me disse: você vai tomar conta desse boi [...] O que eu tô pedindo pra São João é que ele nos dê saúde, coragem, disposição, força, união e entendimento. (Extraído do documentário: o Rio do Mirinzá, 2007).

⁴⁸ Quando alguém oferecia a brincadeira como uma forma de retribuição a alguma graça atendida, existindo assim um acordo entre os homens e as entidades religiosas, uma promessa que não poderia em hipótese alguma ser quebrada, o chamado dar, receber e retribuir ou dom e contradom, como foi bem trabalhado por Marcel Mauss (2011) e o seu “Ensaio sobre a Dádiva”. Compete salientar que a dádiva não é uma exclusividade das brincadeiras do bumba meu boi, mas uma característica das festas populares em geral, amalgamando elementos sagrados com profanos. A título de ilustração, pode-se identificar essa condição nas Festas dos Santos Reis, quando são escolhidas as crianças ou adolescentes que serão o rei e rainha da celebração, pois geralmente seus pais ou parentes próximos os colocam para desempenhar esse papel como uma forma de agradecimento a alguma dádiva alcançada, desse modo, a promessa tem que ser honrada e cumprida. Cabe destacar que mesmo na condição de boi de sociedade, o aspecto religioso do folguedo não foi perdido, uma vez que pessoas continuam fazendo suas promessas, porém não mais como no passado que consistia em colocar o boi, mas sim, acompanhando suas apresentações, solicitando-se que o mesmo brinque em sua residência, fazendo-se a doação de comidas e bebidas, dentre outras maneiras de expressão do pagamento da promessa em questão.

O Bumba meu Boi de Maracanã, conhecido pela alcunha de “Batalhão de ouro”⁴⁹, com o tempo se tornou uma das principais manifestações identitárias da comunidade e um dos mais significativos folguedos do período junino no estado do Maranhão, atraindo uma legião de admiradores de todos os cantos da cidade de São Luís, tendo inclusive, em algumas ocasiões, realizado apresentações em outros estados da federação, como São Paulo e Rio de Janeiro. Ou seja, pode-se dizer que, com o tempo, o folguedo acabou ultrapassando as fronteiras da própria comunidade do Maracanã, pois:

As buscas mais radicais sobre o que significa estar entrando e saindo da modernidade são as do que assumem as tensões entre desterritorialização e reterritorialização. Com isso refiro-me a dois processos: a perda da relação da cultura com os territórios geográficos e sociais, ao mesmo tempo certas relocalizações territoriais relativas, parciais das velhas e novas produções simbólicas. (CANCLINI, 2000, p.309)

Os narradores contam que, no início, o folguedo era colocado de maneira individual – por exemplo: em 1970 o boi era de fulano, no outro ano seria o boi de ciclano –, embora as pessoas da comunidade participassem ativamente daquele ritualismo, antes dos anos setenta, colocava-se o boi como pagamento de promessa a graça alcançada e o mesmo desfilava no instante do cumprimento do acordo entre a pessoa e a divindade.

Mas, por volta de 1973, com o boi tornando-se de sociedade, a brincadeira passou a ter mais regularidade, inclusive com o folguedo, a cada ano, apresentando um nome diferente,

[...]. Nessa sua história mais recente, marcou presença uma série de bois: “Capricho do Povo” em 73, “Amado Povo” em 74, “Recordação do Povo” em 75, “Alegria do Povo” em 76, “Brilho da Ilha” em 77, “Orgulho da Ilha” em 78, “Brilho do Povo” em 79, “Flor do Nordeste” em 80, “Desengano da Ilha” em 81, “Estrela do Brasil” em 82, “Consolador do Povo” em 83, “Desejo do Povo” em 84 e “Estrela do Nordeste” em 85.

Essa sucessão de nomes mostra a manutenção do costume tradicional de dar nome ao boi a cada ano [...] (CARVALHO, 1995, p. 79).

⁴⁹ O boi do Maracanã adquiriu esse codinome quando venceu consecutivamente por três vezes (1978, 1979 e 1980), o campeonato de toadas organizado pela Rádio Timbira, emissora oficial do estado do Maranhão.

Imagem 08: Sede da Associação Recreativa e Beneficente Folclórica e Cultural de Maracanã (Barracão do Boi de Maracanã)



Fonte: Autor (2023)

A partir do momento que o folguedo se tornou de sociedade, o seu ritualismo passou a ser dividido em quatro etapas: a) os ensaios, que são iniciados sempre no sábado de aleluia; b) o batizado, realizado no dia 23 de junho, véspera do dia de São João; c) as apresentações acontecidas durante o período junino (na atualidade não tem período definido para as apresentações); d) a morte do boi, com o auto acontecendo sempre no segundo domingo do mês de agosto. As etapas a, b e d

acontecem no barracão da brincadeira⁵⁰. Local esse que, durante muitos anos, também serviu como escola para as crianças da comunidade do Maracanã e adjacências.

1.3.4. A Festa da Juçara

Além das manifestações já destacadas, outra que também era usada (continua sendo até os dias presentes) como forma de divertimento para as pessoas da comunidade e redondezas, é a conhecida Festa da Juçara, que teve sua primeira celebração no ano de 1971. A festa em questão é realizada nos finais de semana do mês de outubro, organizada pelas pessoas do Maracanã⁵¹, com a ajuda, algumas vezes, do poder público. Em relação ao início desta festividade, Costa (1987, 110), destaca o apoio e as finalidades da SEAC⁵² com a realização dos festejos nos anos setenta,

- Aproximação, relacionamento e participação das populações urbanas e rural;
- Estabelecimento de um circuito monetário entre a zona urbana e a rural;
- Aumento do consumo, da juçara em termos racionais e higiênicos;
- Suprimento de ferro à dieta alimentar;
- Oportunidade de utilização da juçareira em trabalhos de artesanato;
- Controle e aumento dos juçarais para levantar a renda per capita na zona rural;
- Incorporação ao folclore de São Luís;
- Preservação da paisagem pela conservação das matas ciliares aos riachos, mantenedoras de nossas disponibilidades hídricas.

⁵⁰ Associação Recreativa e Beneficente de Maracanã, criada em 1979.

⁵¹ A Idealizadora dessa celebração foi a agrônoma Rosa Mochel, pessoa que não era oriunda do Maracanã, mas que acabou se radicando nessa região, vivendo por lá até a data do seu falecimento, no ano de 1984. Dona Rosa, como era conhecida, também, deu significativas contribuições para o campo educacional no Maracanã ao ajudar na fundação de uma escola que continua sendo a principal do bairro, a Escola Augusto Mochel, nome em homenagem ao seu pai. Personagem que ajudou muito na promoção do Maracanã, inclusive, nos anos 2000, a Secretaria de Turismo do Município desenvolveu um projeto turístico na região, batizando-o de “Rota Rosa Mochel”. Projeto esse que em tese visava à preservação da natureza e ao conhecimento sobre as histórias e vivências do lugar, mas que, ao longo do tempo, sofreu com as contradições provocadas pelo avanço das “ocupações” e dos projetos de moradias patrocinados pelo poder público.

⁵² Após o fim dos Projetos da SEAC, a comunidade continuou dando sequência à Festa da Juçara. O apoio do poder público tem variado ao longo dos tempos, houve momentos em que a ajuda veio por parte do Estado como nos tempos da hoje extinta MARATUR (Empresa Maranhense de Turismo), depois houve o apoio da Secretaria de Turismo do Município (SEMTUR). Em 2003, o Governo do Estado, por meio da Secretaria Metropolitana substituiu as barracas de pau a pique (cobertas e tapadas de palha) por barracas de alvenaria e padronizadas. A Secretaria Municipal de Turismo promoveu cursos aos barraqueiros para produzir produtos derivados da juçara (bolos, mousses, cocadas, bombons, sorvetes etc. além de cursos de atendimento ao público e manipulação de alimentos), hoje o Parque da Juçara possui uma praça de alimentação com barracas cobertas e tapadas de palhas onde são comercializados lanches e bebidas. (FERRAZ, 2014).

Sobre as finalidades, quatro pontos chamam a atenção, a saber: a) Aproximação, relacionamento e aproximação entre as pessoas do mundo urbano e o rural; b) Estabelecimento de um circuito monetário entre a zona urbana e a zona rural; c) Controle e aumento dos juçarais para levantar a renda per capita; d) Preservação da paisagem pela conservação das matas ciliares aos riachos, mantenedoras de nossas disponibilidades hídricas.

A política desenvolvimentista apenas reforçou alguns pontos já salientados pelos interlocutores e observados ao longo desta narrativa. O primeiro, ao que tudo sugere, o dinheiro ainda não era a mercadoria universal de troca, pois uma das finalidades da SEAC era o estabelecimento de um circuito monetário entre espaço urbano e o rural. Dito de outra maneira, a zona rural ainda possuía práticas comerciais com trocas muito peculiares, marcadas pelos costumes, pela chamada palavra empenhada, a “economia moral”, com a troca em espécie, do famoso comprar “fiado”, dentre outras formas de expressão, levando-se em consideração um ponto que os narradores sempre ressaltam é que, diferentemente dos dias contemporâneos, antigamente todos, de alguma maneira, se conheciam na comunidade e, muito provavelmente, isso reforçava as formas bem específicas das trocas comerciais pautadas nos costumes dentro da localidade.

Segundo, o desejo de aproximação entre a zona urbana e a zona rural comprova as diferenças entre cidade e campo, ou seja, as contradições entre centro e periferia, no tocante ao desenvolvimento do capitalismo nos países dependentes – como será discutido no próximo capítulo – não ocorre somente na relação do interno com o externo, mas, sobretudo, dentro dos próprios países, dos próprios estados que integram a condição de “periferia”, no caso do Brasil, só para ilustrar, as diferenças entre as regiões Sudeste e Nordeste; por sua vez, em relação à cidade de São Luís, as diferenças entre os espaços urbano e rural. Pois, naquele momento o espaço urbano de São Luís passava por um processo de reconfiguração a partir dos discursos e práticas que objetivavam sua modernização. Assim, o mundo rural e todas suas peculiaridades foi sendo combinado com o avanço do modo de produção capitalista.

Terceiro, o aumento dos juçarais, com o objetivo de melhorar a renda per capita das pessoas da comunidade, somado à preservação da paisagem pela conservação das matas ciliares. Infelizmente, com o tempo, foi acontecendo o contrário do que se tinha idealizado, em especial, com a instalação do Distrito Industrial: o que passou a

ser presenciado desde então foi o crescimento do desmatamento, da contaminação e do processo de assoreamento dos rios dessa região.

Desse modo, a festa em questão, foi criada, sobretudo, com a finalidade de beneficiar as famílias mais necessitadas, com a comercialização do fruto, com a produção de artesanatos feitos dos derivados da palmeira de juçara, o que, evidentemente, seria uma fonte de receita para as pessoas da comunidade. Assim, a Festa da Juçara, na década de setenta, já começava a atrair um número significativo de sujeitos, que passaram a frequentar o Maracanã, ao longo dos domingos do mês de outubro.

Imagem 09: Programação da X Festa da Juçara

Para que o acontecimento obtenha maior repercussão e esclareça a opinião pública o caráter de seriedade de que se revestirá, Sebastião está convocando todos os órgãos de comunicação local, para acompanhar todo o desenrolar da concentração e suas posteriores consequências.

Maratur já tem programa da festa da juçara

A Empresa Maranhense de Turismo (MARATUR) divulgou ontem a programação da Festa da Juçara, que será realizada nos quatro domingos do mês de outubro na localidade Maracanã, quando centenas de pessoas, a exemplo de anos anteriores, prestigiarão a promoção que tem o apoio de Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. A festa começa neste domingo, dia 28 de setembro.

Segundo o diretor de Eventos e Promoções da Maratur, Gerd Pflueger, a abertura oficial da Festa da Juçara ocorrerá dia 5 (domingo) do próximo mês com vasto programa que será levado a efeito no arraial terreno da Maratur e que prevê a realização de várias manifestações folclóricas, tais como, Bumba-meu-boi, Tambor de Crioula, Divino Espírito Santo, Tambor de Mina, dentre outras. Afirmando, entretanto, que outras apresentações poderão ser efetivadas durante a temporada da festa, com retretas, concursos de rainha, competições esportivas, concursos de dança, etc.

Além da tradicional venda de juçara, por moradores da comunidade do Maracanã, serão comercializados também, em dezenas de barracas espalhadas pelo arraial, iguarias como beijú, caldo de cana, raspa-raspa e bolos de tapioca.

Por outro lado, com vistas a facilitar o acesso ao local da festa, que se encontrava em péssimas condições de tráfego de veículos, Departamento Municipal de Estradas de Rodagem está executando, desde ontem melhoramentos, na pista com recapeamento asfáltico, o que certamente segundo Gerd Pflueger contribuirá para o êxito da promoção.

PROGRAMA OFICIAL

O programa elaborado pela Maratur para a X Festa da Juçara é o seguinte: Domingo (dia 5/10) -abertura às 9 horas da manhã com apresentação da Banda da Escola Técnica Federal do Maranhão; seguido de recreação com crianças da comunidade, apresentação folclórica (às 11hs), sorteio de brindes entre os lavradores de localidade e às 16 horas, concurso de quebradeiras de coco entre os moradores do Maracanã.

No segundo domingo (12), haverá recreação com as crianças da comunidade (sorteio de brindes entre as amassadeiras de juçara, entrega de brindes para a Comissão da Comunidade organizadora da festa e, às 17 horas, apresentação folclórica com Tambor de Mina.

Dia 19 de outubro - terceiro domingo de festa -serão realizados batizados das crianças do Maracanã, recreação, casamentos no Grupo Escolar "Capitão José Augusto Moche", concurso das melhores barracas, concurso entre as quebradeiras de coco da comunidade e apresentação folclórica, às 17 horas.

O encerramento da promoção ocorrerá dia 26/10, com a apresentação da Banda de Música da Escola Técnica Federal do Maranhão, apresentação e desfile das candidatas a Rainha da Juçara, coroação da Rainha e Princesas da Juçara e finalizando apresentação de Bumba-meu-boi.



FONTE: Jornal O Estado do Maranhão (1980)

A MARATUR (Empresa Maranhense de Turismo) foi, durante muito tempo, uma parceira para a realização da Festa da Juçara. Na matéria acima, do Jornal o Estado do Maranhão, era apresentada para a comunidade em geral a programação da festa para o ano de 1980. Interessante a observação de que o roteiro das atividades sempre buscava brindar as pessoas da comunidade nos mais variados concursos (quebradeiras de coco, amassadeiras de juçara ou mesmo a barraca mais bonita). Além disso, no período da festa, acontecia a realização de batizados, de casamentos, pois não se tratava apenas de uma celebração que visava somente ao entretenimento, o melhoramento na renda da comunidade, mas também, possuía todo um ritualismo (cívico) de formalidades. Outro ponto que merece ser destacado era a força que o Tambor de Mina possuía na comunidade até o início dos anos de 1980, como pode ser observado nas atividades agendadas para o segundo domingo de festa.

Veja-se, então, a programação completa:

O programa elaborado pela Maratur para a X Festa da Juçara é o seguinte: Domingo (dia 5/10) abertura às 9 horas da manhã com apresentação da Banda da Escola Técnica Federal do Maranhão; seguido de recreação com crianças da comunidade, apresentação folclórica (às 11 hrs), sorteio de brindes entre os lavradores da localidade e às 16 horas, concurso de quebradeiras de coco entre os moradores do Maracanã.

No segundo domingo (12), haverá recreação com as crianças da comunidade, sorteio de brindes entre as amassadeiras de juçara, entrega de brindes para a Comissão da Comunidade organizadora da festa e, às 17 horas, **apresentação folclórica com Tambor de Mina.**

Dia 19 de outubro – terceiro domingo de festa serão realizados os batizados das crianças do Maracanã, recreação, casamentos no Grupo Escolar “Capitão José Augusto Mochel”, concurso das melhores barracas, concurso entre as quebradeiras de coco da comunidade e apresentação folclórica, às 17 horas.

O encerramento da promoção ocorrerá dia 26/10, com apresentação da Banda de Música da Escola Técnica Federal do Maranhão, recreação com crianças, apresentação folclórica – Dança da Peneira, apresentação e desfile das candidatas a Rainha da Juçara, coroação da Rainha e Princesa da Juçara e finalizando apresentação do Bumba meu boi. (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 1980, p. 10, Grifos Nossos).

O jornal o Imparcial (1980) também dedicou uma reportagem sobre o início da referida festa. O que chama atenção na matéria em questão é em relação às obras de infraestrutura que foram realizadas pelo poder público para melhorar a estrada de acesso ao Parque da Juçara. Salientando-se que, nos anos anteriores, o caminho era muito prejudicado por causa dos buracos e outras dificuldades encontradas no local.

Imagem 10: Festa da Juçara tem início hoje

FESTA DA JUÇARA TEM INICIO HOJE

Tem início hoje, no povoado de Maracanã, uma Festa da Juçara, promoção anual da Empresa Maranhense de Turismo, com o apoio da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo do Maranhão, devendo a mesma se prolongar pelos quatro domingos do mês de outubro, seguiu-se, ontem, o diretor de Eventos e Promoções da MARATUR, Gerd Pflueger.

Gerd disse na oportunidade que, comumente a Festa da Juçara começa no primeiro domingo de outubro, todavia, como o arraial há quase uma semana já estava praticamente pronto e o povoado de Maracanã solicitasse que a festa começasse neste domingo, a Empresa Maranhense de Turismo não teve como recusar os pedidos.

Sobre as atrações que serão oferecidas ao público que se deslocar até o arraial da Festa da Juçara,

no Maracanã, o diretor de Eventos e Promoções da MARATUR disse que além da Juçara, o público terá barracas vendendo beijos, peças artesanais, garapa de cana, cafezinhos e várias manifestações folclóricas deverão ser apresentadas no decorrer do dia, no Maracanã.

Quanto à estrada que dá acesso ao Arraial, a Prefeitura de São Luís mandou processar reparos em seu leito, não havendo, portanto, aqueles incômodos buracos notados nos anos anteriores — informou Gerd. Finalizando, ele disse que a Empresa Maranhense de Turismo solicitou, à Secretaria de Segurança do Estado, a manutenção de um forte contingente de policiais no local da festa, para assegurar a tranquilidade aos visitantes.



Amassadeiras de juçara preparam o delicioso vinho

SANCLÍNICA

Destarte, em se tratando de comunidade constituída predominante por lavradores, suas atividades de diversão eram basicamente as supramencionadas. A comunidade do Maracanã tinha no trabalho com a terra o principal meio de sustento para suas famílias, quer seja na plantação, no cultivo, ou mesmo nas práticas de extração de pedras; acrescente-se a entrada nas matas para a retirada de madeiras, das palhas das palmeiras de babaçu ou em outras atividades, como os trabalhos de empreitadas realizadas em sítios, por meio da capina, da limpeza das propriedades, essas são as características socioeconômicas do chamado Maracanã “de antigamente”. Os depoentes ao construírem o seu Maracanã dos tempos idos, acabam o fazendo, por intermédio do movimento dialético, envolvendo o presente/passado,

[...] A partir da memória enquanto passado alcança-se ou apreende-se o presente; ao mesmo tempo, este presente atua relativizando ou deslocando o significado do passado. Dessa forma, jamais se deveria pensar a memória ou a percepção como reflexo ou uma cópia do mundo, mas como atividade, como trabalho ininterrupto de ressignificação do presente enquanto leitura a partir de um passado que se atualiza enquanto memória informando a percepção [...] (MONTENEGRO, 2010, p.40)

Isso posto, a Festa da Juçara ainda continua tendo muita significância para o Maracanã nos dias contemporâneos, com a memória, as tradições inventadas desempenhando um importante papel para que a celebração continue acontecendo a todo o vapor. Assim, como os reisados, ao longo dos seus mais de 50 anos, a tradicional Festa da Juçara só não aconteceu nos últimos anos em função da pandemia de covid-19. Mas a tradição já foi retomada no ano passado com o festejo em questão novamente movimentando a região.

Entretanto, pode-se constatar que as ações promovidas pelo poder público, em especial, na década de 1970, de alguma maneira, já preparavam o terreno para a exploração industrial da região que aconteceria a partir da década posterior. Apesar de que, conforme a reportagem mencionada no Jornal o Imparcial, o acesso para o festejo não era ainda um dos mais favoráveis, devido aos problemas verificados na estrada, isso não significa que o poder público e mesmo a própria iniciativa privada não olhassem com delicadeza para essa parte da capital, pois os interesses na exploração da região já vinham sendo discutidos há bastante tempo e esse será um dos pontos retomados nos próximos capítulos. Por ora, é interessante observar como os interesses do poder público e da própria iniciativa privada sobre a área rural de São

Luís não aconteceram da noite para o dia, antes foram planejados, gradativamente, como a história mostra.

1.3.5. O Maracanã e suas lendas

Outro aspecto bastante relevante desse Maracanã “de antigamente”, são suas narrativas míticas⁵³, histórias de pessoas que se transformavam em animais e que vinham, por isso, aterrorizar os moradores em momentos específicos, em especial, aqueles indivíduos que estivessem vagando pelas ruas até altas horas da noite. Assim, a comunidade era marcada por um imaginário permeado de mistérios e crendices, destacando-se algumas lendas nesse universo simbólico/imagético do Maracanã – histórias originárias das culturas europeia, indígena e africana, que, ao longo dos tempos, foram sendo ressignificadas no território nacional –, segundo as quais pessoas que acabam por desobedecer a certos valores e normas foram amaldiçoadas, transformadas em alguns casos em animais, seres considerados sobrenaturais. Dentre as diversas lendas conhecidas ainda no Maracanã, parece que o “gritador” e a “cavalacanga” são as mais destacadas, pois foram as mais mencionadas pelos depoentes, sobretudo, as histórias sobre o famoso ser fantástico conhecido pela alcunha de “gritador”.

Contam que o “gritador” saía durante as noites para assustar quem estivesse na rua. Dizem que o dito cujo possuía um berro aterrorizador e que trazia consigo um caixão, não sabem bem ao certo o que representava o suposto adereço. Contudo, relatam que o grito era tão assustador que não tinham a mínima coragem para ver o que estava acontecendo naquele momento nas ruas, restando-lhes apenas continuar fazendo suas orações para que o personagem ameaçador fosse logo embora. Sobre esse personagem, D. Graci Soares da Cruz conta o seguinte:

Esse gritador que tinha aí foi um homem que morreu [...] esse homem passava gritando de noite, quando a gente tavam [...] dentro de casa, tinha gente que levantava para ver quem era, disse que era alto, eu nunca vi,

⁵³ Diversas são as lendas contadas na região, tais como: arrasta couro, o currupira, gritador, pessoas que viram bichos (animais), mãe d’água, cavalacanga, lobisomem, dentre outras. Por exemplo, conta-se que a mãe d’água pegava as crianças que fossem sozinhas para os rios, levando-as para o fundo dos rios, principalmente, aquelas que não eram batizadas. Como dito anteriormente, os batismos significavam uma espécie de proteção contra o perigo. Entretanto, entendem-se essas lendas como uma forma de controle social, por exemplo, no caso da mãe d’água, parece uma forma de evitar que as crianças fossem sozinhas para os riachos e corresse o risco de se afogarem.

escutar de dentro do quarto eu escutava, cheguei a escutar [...] **eu escutei, gritava mesmo, ele ia até perto da Igreja, de lá voltava, subia e tornava a voltar, quando dava meia-noite parava** (Comunicação verbal) (Grifos nossos).

O senhor José Benedito Soares da Cruz também fez comentários referentes a esse personagem: “Gritador? Isso aconteceu mesmo, às vezes de madrugada a gente escutava os gritos, os gritos eu ouvi, agora ver eu não vi, diziam que era um cachorro que quando apertava no pé do cara ele saía gritando” (Comunicação verbal).

Só aqui podem ser acompanhados três relatos sobre as origens do Gritador: a) o sujeito trazia consigo um caixão; b) foi um homem que havia morrido. Então, uma alma penada; c) um cachorro que mordida o sujeito e por isso os gritos. Entretanto, independente das origens controversas do personagem em questão, o interessante é que o mesmo de alguma maneira ainda permanece no imaginário das pessoas da comunidade e sempre que possível esse ser fantástico, sobrenatural é “desenterrado”. Nesse sentido, a questão não consiste em como surgiu esse personagem, mas quais as razões na crença de sua existência, o temor que os indivíduos tinham dele.

Por sua vez, a “cavalacanga” é considerada um ser fantástico, a mulher que namora padre, e por isso, acabava sendo amaldiçoada e condenada a vagar pelas noites. Também, chamada em algumas regiões do território brasileiro de “mula-sem-cabeça”, suas origens são as mais diversas possíveis. A esse respeito, Luís da Câmara Cascudo, no seu Dicionário do Folclore Brasileiro, comenta sobre a história da personagem,

É a forma que toma a concubina do sacerdote. Na noite de quinta para sexta-feira, transforma-se num forte animal, de identificação controvertida na tradição oral, e galopa, assombrando quem encontra. Lança chispas de fogo. Suas patas são como calçadas de ferro. A violência do galope e a estridência do relincho são ouvidas ao longe. Às vezes soluça como uma criança humana. O encanto desaparecerá quando alguém tiver a coragem de arranca-lhe da cabeça o freio de ferro. Dizem-na “sem cabeça”, mas os relinchos são inevitáveis. Quando o freio lhe for retirado, reaparecerá despida, chorando arrependida, e não retomará a forma encantada enquanto o descobridor residir na mesma freguesia. A tradição comum é que esse castigo acompanha a manceba de padre durante o trato amoroso (J. Simões Lopes Neto, Daniel Gouveia, Manuel Ambrosio etc.); ou tenha punição depois de morta (Gustavo Barroso, O sertão e o mundo). A mula- sem-cabeça corre sete freguesias em cada noite, e o processo é idêntico ao do Lobisomem, assim como em certas regiões do Brasil, para quebra-lhe o encanto bastará fazer-lhe sangue, mesmo que seja com a ponta de um alfinete. Para evitar o bruxedo, deverá o amásio amaldiçoar a companheira, sete vezes, antes de celebrar a missa. Manuel Ambrósio cita o número de vezes indispensável, muitíssimo maior (Brasil Interior). Chamam-na também de burrinha-de-padre ou simplesmente burrinha [...]. Gustavo Barroso supõe que a origem do mito

provenha do uso privativo de mulas como animal de condução dos prelados, com registros no documentário do século XII (CASCUDO, 2002, p. 402-403).

No caso da comunidade do Maracanã, os depoentes não chegaram a fazer associação direta dessa personagem com padre ou com outro integrante do clero, porém acreditam que eram pessoas amaldiçoadas por algum motivo e que, por isso, estavam pagando penitências por suas ações. Contam que ficavam bastante assustados, apavorados em suas casas e apenas escutavam temerosos os galopes de um cavalo e novamente voltavam a fazer suas orações para que esse personagem se afastasse do lugar.

Entretanto, entendem-se essas histórias como uma forma de controle social dentro da própria comunidade, porque era uma localidade constituída predominantemente por pessoas que trabalhavam na lavoura, nas atividades relacionadas com o uso da terra, e, por conseguinte, deveriam acordar bem cedo, para poderem estar bem dispostas para a realização de suas tarefas, dessa forma ficar até tarde da noite vagando pelas ruas – apesar de, que conformes os relatos, o lugar não oferecia tantas formas de diversão – poderia prejudicar consideravelmente os rendimentos dos trabalhos no dia seguinte. Sendo assim, nessas histórias, ao que tudo sugere, estava implicitamente posta a necessidade de se repousar para que os trabalhos pudessem ser realizados a contento e sem maiores problemas para as famílias.

Nesse sentido, as festas – os Reisados, o Bumba meu boi, a Juçara, o Carnaval –, os trabalhos realizados com a terra (lavoura e extração), as diversas lendas que permearam (permeiam) o imaginário, o acompanhamento das partidas de futebol (o Cruzador da Ilha), as tarefas desenvolvidas no cotidiano, fazem parte dos costumes das pessoas que integraram a comunidade do Maracanã “de antigamente”, e cada um desses elementos supracitados ajudou de alguma maneira na construção, no entendimento do que representa (ou representava) aquela antiga comunidade para essas pessoas.

Ou seja, por intermédio dos acontecimentos registrados se tem o amálgama de elementos materiais e imateriais, porém não de maneira dicotômica, binária, senão de forma complementar, pois as duas dimensões são correspondentes do que representa a totalidade das relações sociais do Maracanã.

Desse modo, a dialética envolvendo a comunidade do Maracanã e o Distrito Industrial (DISAL) não pode ser compreendida somente pelo campo da produção

material, das atividades relacionadas com o mundo do trabalho, mas também pela atuação dos aspectos superestruturais, dos elementos culturais, dos costumes – interpretados como formas de resistências, de alternativas à ordem imposta pelo modo de produção capitalista – produzidos pelas pessoas da comunidade. Assim, as relações de parentesco, as festas (Reisados, o Bumba meu boi e Juçara), as lendas, são signos constituintes que ajudaram (ajudam) na construção do Maracanã.

2 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITALISMO: acumulação, políticas desenvolvimentistas na América Latina, Brasil e a dialética do capital na “periferia”

O presente capítulo discutirá o processo de expansão do modo de produção capitalista, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Desse modo, parte-se de uma análise do geral para o específico, com a finalidade de compreender, sobretudo, o modelo de capitalismo desenvolvido nas regiões consideradas periféricas e seu diálogo com a mundialização desse modo de produção.

2.1. A mundialização do modo de produção capitalista: acumulação fordista e a acumulação flexível de capital

Pode-se considerar que o modo de produção capitalista se consolida, de fato, no século XIX, tornando-se hegemônico, principalmente em alguns países do Ocidente europeu (Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Itália), além claro, dos Estados Unidos da América, com os respectivos Estados, que, sem ignorar suas particularidades, atravessaram algumas etapas do que se convencionou chamar de Revolução Industrial⁵⁴ – com as indústrias de bens de consumo desde a segunda metade do século XVIII e depois as indústrias de bens de capital a partir dos anos de 1850 em diante. Como resultante desse desenvolvimento, a segunda metade do século XIX foi marcada pelo processo de expansão do modo de produção capitalista em escala mundial.

Desse modo, pode-se distinguir dois momentos específicos do processo de consolidação/expansão do capitalismo: o primeiro, iniciado ainda no final do século XVIII, sobretudo, na Inglaterra, marcando a fase do chamado período concorrencial; e, o segundo, já no século XIX, especialmente a partir do último quartel dos oitocentos, denominado de capitalismo monopolista. Assim sendo, nesse mesmo século foram

⁵⁴ Conforme Hobsbawm (2010), o termo Revolução Industrial passou a ser utilizado na Europa partir do século XIX, fazendo-se uma relação com a Revolução Francesa. Para o autor, a dupla revolução – francesa e industrial – foram as responsáveis pela implementação de uma nova sociedade, a burguesa. Entretanto, esse processo não aconteceu da noite para o dia, pelo contrário, demorou um bom tempo por causa do choque, das contradições entre o “velho” (nobreza, aristocracia ou mesmo o clero) e o “novo” (a burguesia) até porque as mudanças, por exemplo, no campo cultural se processam de maneira mais lenta que no campo material.

verificadas a potencialização das políticas de conquistas territoriais por parte dos países europeus (Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Itália) sobre os continentes africano e asiático, período esse que V. I. Lênin (2017) acabou definindo como sendo a fase superior⁵⁵ do modo de produção capitalista, chamando-a de Imperialismo.

O capitalismo, chegado à sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, independentemente de sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa.

A produção torna-se social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. O quadro geral da livre concorrência é mantido nominalmente, e o jugo de um punhado de monopolistas sobre o resto da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais insuportável. (2017, p. 131).

Lênin (2017) conclui sua análise afirmando que a política imperialista, projetada pelas nações europeias no final do século XIX, acabou por consistir num dos principais motivos responsáveis pelo desencadeamento da Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), por causa da saturação dos mercados nos centros do capitalismo e, por extensão, a luta desenfreada entre as grandes potências para encontrar novos espaços consumidores, contribuindo para a eclosão dos referidos conflitos. Com isso, esse pensador, a partir das teorias de Marx sobre a acumulação capitalista, expõe que o imperialismo evidencia, de forma bem nítida, os ritmos diferenciados do

⁵⁵ A Teoria do Desenvolvimento Desigual elaborada por Lênin é bastante influenciada pelos textos de Marx, em especial, quando o pensador alemão já destacava que, entre as características do capitalismo, estava o seu poder expansionista, apesar das peculiaridades encontradas nesse processo, pois Marx (2003), por exemplo, dizia que a escravidão na América acabou ajudando no fomento do capitalismo no Ocidente europeu, sobretudo no período da chamada acumulação primitiva. Assim, Lênin analisa o processo de desenvolvimento acontecido na Rússia czarista, apontando que foi diferente do que havia acontecido no Ocidente europeu – via clássica –, uma vez que um Estado que ainda possuía fortes traços do modo de produção feudal se industrializou de forma considerável em pouco espaço de tempo, para ser preciso, em um intervalo um pouco superior a meio século. Então, a partir da própria observação do caso russo, o autor em questão, pôde formular sua teoria, que, mais tarde, foi ampliada por Leon Trotsky, com o acréscimo do termo combinado ao desenvolvimento desigual. Convém ressaltar que, para Trotsky, a Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado é um dos elementos que ajudam na compreensão da teoria da Revolução Permanente, pois não se trata somente de uma análise de natureza econômica, mas também de natureza política. Outro ponto que merece ser destacado é que, para Trotsky, o capitalismo não deve ser interpretado como se fosse um espelho, como se as diversas nações tivessem que copiar um determinado modelo específico ou que esse suposto modelo fosse uma espécie de referência universal, muito pelo contrário, o que se terá são formas específicas de desenvolvimento do capitalismo, que, por isso, devem ser analisadas por meio de suas particularidades, da historicidade das combinações dos modos de produção acontecidos nas diversas localidades.

processo de acumulação entre as nações, sobretudo daquelas que passaram a sofrer com as políticas impostas pelos europeus. Constatando-se, desse modo, condições desiguais entre as economias no momento de avanço do capitalismo.

Convém ressaltar que, mesmo em sua fase monopolista⁵⁶, os discursos em defesa do liberalismo econômico – em teoria – originados ainda no século XVIII continuavam se fazendo presentes no início do século passado. Contudo a política econômica liberal passaria a ser bastante questionada devido aos resultados do colapso do capitalismo em 1929, precisamente com a crise da bolsa de valores de Nova York⁵⁷.

Embora, o liberalismo tivesse saído do estado embrionário entre 1848 e 1873, nunca alcançou uma plena maturidade. É certo que durante esse quarto de século, o *laissez-faire* e o livre comércio se tornaram soberanos na economia política do capitalismo europeu e mundial. Contudo, essa idade de ouro da concorrência irrestrita foi apenas um breve parêntese na realidade duradoura da vida econômica pelo Estado. **Na sociedade política, às realizações do liberalismo foram ainda mais efêmeras. Em outras palavras, devido à sua base econômica, social e política estreitas, o impulso liberal teria sido sustado mesmo sem a ‘grande depressão’, o que apenas acelerou sua morte** (MAYER, 1987, p. 269, grifos nossos).

Segundo Hobsbawm (1995), o mundo Pós-Segunda Guerra Mundial, em especial os países considerados desenvolvidos, vivenciou, até o início da década de 1970,⁵⁸ os “anos dourados” do modo de produção capitalista, porque o processo de acumulação pautado pelo desenvolvimento industrial foi considerável em centros

⁵⁶ No referente às fases do desenvolvimento do capitalismo, Vladimir Lênin (2017, p. 126) comenta: “Assim, os principais períodos da história dos monopólios podem se resumir do seguinte modo: 1) Décadas de 1860 e 1870, período de grande desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2). Após a crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, no entanto eles ainda constituem apenas uma exceção. Carecem ainda de estabilidade, representando ainda um fenômeno transitório. 3) Expansão de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo”.

⁵⁷ “A crise de 1929 foi uma contração econômica causada pelo estouro da bolha do mercado de ações. Quando uma variedade de eventos menores levou a uma gradual diminuição nos preços em outubro de 1929, os investidores perderam a confiança no mercado e a bolha estourou. A queda dos preços forçou alguns investidores a liquidar seus ativos, o que acabou agravando tal queda. O pânico nas vendas dos papéis se iniciou na ‘Quinta-feira Negra’, em 24 de outubro. Em dois dias, o índice de preços do mercado de ações caiu de 298 para 230. Entre o pico em setembro e a baixa em novembro, tal índice declinou 40%. É graças a esta diminuição significativa que o acontecimento passou a ser conhecido como o Grande Crash de 1929”. (BRITO, 2010, p.19).

⁵⁸ Para Marx (2003), as crises são inerentes ao capitalismo, assim ao longo da história desse modo de produção ocorreram diversas que acabaram por reestruturá-lo. Porém, conforme Bedin & Nielsson (2013), a crise dos anos de 1970 (1973 – com o primeiro choque petrolífero; 1979 – política monetária radical pela Reserva Monetária dos Estados Unidos) não foi apenas conjuntural, mas estrutural, gerando um novo padrão tecnológico baseado na descoberta da microeletrônica e na informática e, no tocante, ao modo de produção, o Toyotismo.

como: a Alemanha Ocidental, a Grã-Bretanha, o Japão, a França, dentre outros países. Mesmo passando por um processo de reconstrução no pós-Guerra, esses Estados tiveram grande prosperidade. Convém ressaltar que, por acumulação de capital, entende-se o processo de reconvenção da mais-valia em capital, objetivo primordial buscado por esses Estados no momento de reestruturação desse modo produção⁵⁹.

O caso dos EUA foi mais específico, apesar de este país ter se tornado a maior potência econômica e militar do mundo com o término Segunda Guerra, sua taxa de crescimento foi bem inferior que a dos seus aliados de conflito, essa condição se deve ao fato de os estadunidenses não precisarem se reconstruir em virtude dos resultados dos embates de 1939 a 1945, porque entraram “tardamente” na guerra – somente em 1941 – e não tiveram seu território físico ameaçado, uma vez que os embates aconteceram principalmente em terreno europeu. Contudo, os Estados Unidos da América, naquele momento, concentravam sozinhos a quase totalidade da riqueza econômica do planeta, tornando-os, dessa maneira, uma espécie de credor mundial, sendo, por essa condição, imprescindíveis para o processo de reconstrução do capitalismo.

Destaque-se que as medidas de reconstrução econômica dos estadunidenses já vinham acontecendo desde o período entre guerras e foram motivadas pela crise de 1929. Sendo assim, a recessão da década de 1930 foi enfrentada a partir de práticas intervencionistas realizadas pelo Estado Nacional – o Estado de Bem-Estar Social⁶⁰ (Welfare State) – que regulamentou as atividades econômicas. Porém, para o sucesso dessa política, era necessária a existência de um pacto entre os seguintes componentes: o Estado, os empresários e os trabalhadores. Nesse caso, o empresariado seria responsável pelos empregos, os proletários entrariam com a força

⁵⁹ Após a Segunda Guerra Mundial e com o objetivo de reestruturar o capitalismo, nos EUA é elaborado o Plano Marshall, nome do programa de ajuda aos países devastados pela Guerra Mundial. Plano idealizado pelo governo estadunidense que passou a ajudar os países ocidentais por meio de assistência técnica e financeira. O Plano em questão serviria como uma forma de contenção à ameaça soviética no contexto de Guerra Fria. Assim, ao reestruturar o modo de produção, criava-se uma barreira ao avanço do socialismo.

⁶⁰ “A presença do Estado foi tornando-se, nesse sentido, cada vez mais imprescindível ao funcionamento do sistema capitalista e à sua respectiva gestão econômica. A organização política estatal passou, portanto, a desempenhar definitivamente, naquele período, um papel estratégico no que se refere à formulação das grandes linhas do desenvolvimento econômico e da definição das principais políticas públicas, bem como assume a responsabilidade pelas estratégias de curto, médio e longo prazo de distribuição de renda, de criação de emprego e de controle da inflação” (BEDIN & NIELSSON, 2013, p. 35).

de trabalho e, por fim, o Estado seria o gerenciador dessas ações. Na verdade, o Estado seria o mediador, o avalista dessas condições, uma vez que, por meio de um sistema tributário fortalecido, conseguiria transformar receitas fiscais em bens e serviços públicos para a classe trabalhadora (GASPAR, 2015).

Sobre a participação do Estado, na regulamentação das atividades de ordem econômica, Silva & Mattos (2009, p. 20) destacam:

Após a Segunda Guerra Mundial, estabeleceu-se – principalmente nos países europeus – um período de grande prosperidade econômica que possibilitou uma repartição mais equitativa dos ganhos na sociedade. O Welfare State representou um modelo de proteção social em que o risco era entendido como um problema da coletividade, e a segurança (nos seus vários aspectos: garantia de emprego, de renda crescente e proteção social) era um direito de cidadania. Vários foram os fatores que contribuíram para a estruturação de um Estado de Bem-Estar Social: alguns políticos, como a aversão ao risco e o "consenso" keynesiano, outros econômicos, como o alto crescimento do PIB e da produtividade. Os principais desdobramentos sentidos durante o período em que vigorou o Welfare State foram, sem dúvida, a elevação da participação do Estado na economia, com um aumento significativo do gasto público e um acréscimo mais do que proporcional do emprego público. Entretanto, um conjunto de fatores econômicos e políticos acarretou a crise desse sistema no início da década de 1970, introduzindo a necessidade de reorganização produtiva das empresas e o reposicionamento dos Estados no tocante ao padrão de regulação do trabalho e ao modelo de proteção social vigente.

Na América Latina, por exemplo, a industrialização acabou sendo tratada como o caminho que levaria as nações para as rotas do desenvolvimento, por isso era extremamente necessária a intervenção, por parte dos Estados, para que esse objetivo pudesse ser efetivado: as “medidas tomadas pelos governos para implantar essa política foram de diversa ordem. Algumas delas beneficiavam aos empresários particulares, oferecendo-lhes facilidades para que produzissem mais, como, por exemplo, investimentos para aumentar a geração de energia” (DEL POZO, 2009, p. 169).

Dessa forma, o Estado teve um importante papel na expansão do capitalismo no continente latino-americano. Porém, isso não aconteceu da mesma maneira, tempo e formas em todos os lugares a partir da segunda metade do século passado, se se levando em conta que o desenvolvimento econômico nos Estados Nacionais ocorria em ritmos diferentes, embora possuíssem, como característica em comum, a dependência em relação aos países centrais do capitalismo: os países do Ocidente europeu e os EUA. Dessa forma, todas as razões expostas contribuíram para que o

Estado fosse o grande responsável pelas atividades, principalmente as de natureza econômica, apesar de contar com a parceria do capital privado (nacional ou estrangeiro) para que a instalação das indústrias pudesse acontecer como o desejado.

Cabe destacar que o desenvolvimento do capitalismo é por natureza desigual (MIRANDA, 2018), a título de ilustração, pode-se mencionar como os capitalistas fazem a distribuição desigual do espaço: em decorrência da saturação de mercado, da concorrência com outros capitalistas, as empresas multinacionais buscam novos territórios para realização do processo de acumulação do capital, e encontram na periferia condições favoráveis, com terras mais baratas que no seu local de origem, abundância de mão de obra disponível, além de muitas vezes contar com os incentivos fiscais fornecidos por parte dos governos locais. No caso da periferia, ainda tem mais um agravante, pois existe a transferência de valor para o exterior.

Em relação aos caminhos percorridos pelos capitalistas para superar as crises e a concorrência como os seus pares, Marx (2012) destaca que a busca de novos territórios é uma das mais substanciais formas encontradas por essa classe na tentativa de superação da Lei Tendencial da Queda de Lucros⁶¹, utilizando-se da elevação da exploração da força de trabalho dessas novas localidades de acumulação, acrescidas do pagamento do trabalho bem inferior ao executado nos centros do capitalismo.

A lógica do desenvolvimento desigual deriva especificamente das tendências opostas, inerentes ao capital, para a diferenciação, mas com a simultânea igualização dos níveis e condições da produção. O capital é continuamente investido no ambiente construído com o fito de se produzir mais-valia e expansão da base do próprio capital. Mas, da mesma forma, o capital é continuamente retirado do ambiente construído de forma que ele possa se deslocar para outra parte e se beneficiar com taxas de lucro mais altas. A imobilização espacial do capital produtivo em sua forma material não é nem menos necessária do que a perpétua circulação do capital como valor. Assim, é possível ver o desenvolvimento desigual do capitalismo como a expressão geográfica da contradição mais fundamental entre o valor de uso e valor de troca (SMITH, 1988, p. 19).

⁶¹ A crise no modo de produção capitalista não se trata de uma questão de escassez, muito pelo contrário, é uma crise de abundância, superprodução devido à concorrência com os demais capitalistas e para enfrentá-la os membros dessa classe desenvolveram seis contra tendências: a) aumento da exploração da força de trabalho; b) salários abaixo do valor; c) barateamento dos elementos do capital constante; d) utilização do exército industrial; e) concorrência exterior; f) aumento do capital acionário. Os pontos a, b, c e d podem ser observados com muita propriedade nas regiões consideradas como periféricas, pois a abundância da mão de obra, embora muitas vezes, considerada como desqualificada acaba pesando bastante para o sucesso dos capitalistas em suas tentativas de fugas das crises. Mais à frente será discutida essa questão quando se trabalhar a superexploração da força de trabalho na América e no Brasil.

Conforme Smith (1988), o capital vai em busca de novos territórios onde possa se beneficiar com a obtenção de taxas de lucros mais elevadas: os capitalistas visam não somente à produção da mais-valia, à mundialização do capital. A existência de novos nichos potencializou esses objetivos do capital, sobretudo para as regiões consideradas como periféricas ao sistema. Desse modo, mais adiante, será observado como esse processo tem se desencadeado na área rural de São Luís, em especial, na comunidade do Maracanã, a partir do início dos anos de 1980. Porém, agora discutir-se-ão as duas formas de acumulação do modo de produção capitalista –fordista e flexível – que acabaram por fornecer modelos ao mundo após a Segunda Guerra Mundial.

2.1.1. O Pós-Segunda Guerra e o fordismo

Uma das principais bases para acumulação do capitalismo após 1945 consistia no modelo fordista, conhecido como capitalismo pesado, para usar a expressão de Zygmunt Bauman.⁶² Diante disso, tinha-se como perspectiva o progresso por intermédio do desenvolvimento industrial, com a atuação das indústrias de bens de capital e das indústrias de bens de consumo. Dentre as características do fordismo, pode-se elencar as principais: a baixa mobilidade hierárquica dos trabalhadores, homogeneização da numerosa mão de obra, a regulamentação do trabalho, a disciplina, a produção em massa, e, principalmente, a construção do imaginário em que os operários seriam os próprios consumidores das mercadorias produzidas. Evidentemente, não esquecendo a importante atuação da política intervencionista por parte do Estados nacionais, mormente, em sua concepção de “bem-estar social” – na garantia dos direitos trabalhistas – para que essa perspectiva de acumulação do capital obtivesse sucesso.

Observe-se que a acumulação fordista transcendia o próprio espaço das fábricas, das indústrias, era na verdade, um estilo de vida, uma espécie de modelo de

⁶² Para Bauman (2000), o século XX presenciou duas formas de acumulação, a primeira representada pelo modelo fordista, correspondendo a “modernidade pesada”, a segunda, por sua vez, corresponde a “modernidade leve”, dos tempos de liquidez. A “modernidade leve” é definida pela liquidez, instantaneidade das relações sociais e, no campo da produção, com a separação do casamento entre trabalho e capital.

sociedade que era colocado em prática. A esse respeito, David Harvey (2011, p. 121) comenta:

A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearbon, Michigan. [...] O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução de força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

Ainda sobre esse modelo de acumulação, Zigmunt Bauman (2000, p.57) destaca:

O fordismo era a autoconsciência da sociedade moderna em sua fase “pesada”, “volumosa”, ou “imóvel” e “enraizada”, “sólida”. Nesse estágio de sua história conjunta, capital, administração e trabalho estavam, para o bem e para o mal, condenados a ficar juntos por muito tempo, talvez para sempre — amarrados pela combinação de fábricas enormes, maquinaria pesada e força de trabalho maciça. Para sobreviver, e principalmente para agir de modo eficiente, tinham que “cavar”, desenhar fronteiras e marcá-las com trincheiras e arame farpado, ao mesmo tempo em que faziam a fortaleza suficientemente grande para abrigar todo o necessário para resistir a um cerco prolongado, talvez sem perspectivas. O capitalismo pesado era obcecado por volume e tamanho, e, por isso, também por fronteiras, fazendo-as firmes e impenetráveis. O gênio de Henry Ford foi descobrir o modo de manter os defensores de sua fortaleza industrial dentro dos muros — para guardá-los da tentação de desertar ou mudar de lado.

Apesar das diferenças teóricas⁶³ entre os autores supracitados, tanto David Harvey quanto Zigmunt Bauman concordam que o fordismo definiu um tipo específico de sociedade, o que de certa maneira, foi o predominante em várias localidades — principalmente, nos países centrais do capitalismo —, inclusive muitos Estados-nação das regiões consideradas periféricas buscaram copiar esse modelo. Com isso, percebe-se como o modo de produção capitalista não pode ser compreendido somente em virtude dos seus aspectos econômicos, são igualmente importantes seus impactos no imaginário, nos seus componentes culturais, nas maneiras de sentir,

⁶³ David Harvey é um pensador ligado à tradição marxista, objetivando construir o que o próprio designa como materialismo histórico-geográfico, o autor em questão dialoga com a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, inserindo a varável espaço no referido debate. Por sua vez, Zigmunt Bauman pode ser considerado como um dos autores filiado à chamada “pós-modernidade”, sobretudo com a utilização da metáfora da liquidez para caracterizar a instantaneidade do mundo contemporâneo.

pensar e agir dos indivíduos que estão envolvidos direta ou indiretamente com o seu jogo de cartas.

Convém mencionar que o sociólogo Bauman (2000) utiliza o termo “capitalismo pesado”⁶⁴, também, no intuito de mostrar como os trabalhadores estavam atrelados às fábricas e como as possibilidades de ascensão na hierarquia desses estabelecimentos de produção eram consideradas bastante limitadas no modelo fordista.

Entretanto, a ideia do consumo acessível para todos, em especial para os próprios trabalhadores, como salientado acima, talvez tenha sido uma das mensagens mais representativas empregadas pelo fordismo. Evidentemente, isso não significa que todos os sujeitos tinham acesso aos bens produzidos pelo capitalismo ou que as desigualdades sociais desse modo de produção foram superadas, pelo contrário, como será visto adiante, no Brasil, a má distribuição de renda foi uma das grandes marcas dos chamados “anos dourados” do modo de produção capitalista em território brasileiro. Porém, a ideia de ser capaz de ter o poder da compra, de consumo, de alguma maneira passava a impressão de que o trabalho possuía alguma autonomia em relação ao capital, passava a falsa representação de que os operários no mundo capitalista são os senhores dos seus destinos. Como se o trabalho dialogasse com o capital em pé de igualdade, o que na verdade era uma falácia.

Outra coisa a ser ressaltada nesta forma de acumulação refere-se ao mundo das mercadorias⁶⁵: estas tinham o tempo de vida bem mais duradouro que as produzidas na contemporaneidade, só para ilustrar: um determinado modelo de automóvel ou até mesmo algum utensílio para atividades domésticas era produzido da mesma maneira durante anos e repetindo o mesmo design estético. Contudo, Isso não significaria a inexistência da obsolescência programada⁶⁶, mas sim que o seu

⁶⁴ Capitalismo “pesado” associado à própria modernidade “sólida”, entendida como uma etapa histórica iniciada na segunda metade do século XIX, que tinha no fordismo a sua mais perfeita descrição por intermédio da disciplina, da hierarquia e do volume das produções.

⁶⁵ Para Karl Marx (2003), a mercadoria é uma coisa que visa atender as necessidades tanto da matéria quanto do espírito. A compreensão do que significa a mercadoria é a chave para o entendimento do funcionamento do modo de produção capitalista. Ou seja, a forma aparente da mercadoria é o primeiro passo para a compreensão da essência do capital. Dito em outras palavras, a elevação do abstrato ao concreto.

⁶⁶ O conceito de obsolescência planejada foi elaborado pela indústria de lâmpadas do início do século XX, mais precisamente na década de 1920. Naquela época, as empresas desse segmento – dentro da lógica do sistema fordista – produziam em massa e, para garantir o consumo de tudo o que era estocado, passaram a limitar o tempo de vida útil das lâmpadas para forçar o aumento da compra de novas peças. Assim, as primeiras lâmpadas produzidas tinham uma capacidade de duração média de 1.500 horas, tempo que foi reduzido para mil horas.

processo de troca, em tese, demoraria mais tempo para acontecer. Em outras palavras, as mercadorias transmitiam a ideia de solidez, de longevidade, de durabilidade, condição que passou a ser alterada com a emergência de uma nova forma de acumulação do capital acontecida desde meados dos anos de 1970.

[...] A média de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade em certos setores (como o têxtil e do vestuário), enquanto em outros – tais como as chamadas indústrias de “thoughtware” (por exemplo, vídeo games e programa de computador) – a meia vida está caindo para menos de dezoito anos. A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo [...] e instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença e a mercantificação de formas culturais (HARVEY, 2011, p.148).

A acumulação fordista foi o maior símbolo dos “anos dourados” do capitalismo, do período definido como a modernidade “pesada”, um momento de aproximadamente quase três décadas de crescimento/desenvolvimento, principalmente para os países centrais, consistindo no modelo perseguido, desejado, idealizado, para as nações ditas periféricas, de capitalismo-dependente, de capitalismo tardio, ou de capitalismo “retardatário”. Não se pode esquecer, todavia, que o desenvolvimento dessa forma de acumulação estava diretamente associado à presença do Estado e suas responsabilidades sobre amplos setores de serviço.

Como será visto adiante o fomento do capitalismo na “periferia” estará associado diretamente com a participação do Estado, por intermédio do jogo envolvendo os interesses do global, do nacional e do local.

2.1.2. Acumulação flexível de capital

O modo de acumulação fordista começa a dar sinais de entrar em colapso nos países centrais a partir dos anos setenta⁶⁷, especialmente após a crise do petróleo

<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/obsolescencia-planejada.htm#:~:text=Naquela%20%C3%A9poca%2C%20as%20empresas%20desse,da%20compria%20de%20novas%20pe%C3%A7as>. Acesso em 10 de março de 2022.

⁶⁷ A crise do Estado de regulamentação foi um dos elementos que contribuiu para a defesa dos discursos favoráveis ao neoliberalismo a partir do início dos anos 1980. Entretanto, conforme Costa (2003, P.44) “[...]cada Estado, independente de sua posição no sistema do capital, tem jurisdição formal sobre o movimento das mercadorias, bens, forças de trabalho, e energias empresariais além e dentro

de 1973, o que, por sua vez, acabou contribuindo para o surgimento de uma nova forma de acumulação, caracterizada pela flexibilização das relações de trabalho, do aumento considerável do subemprego, da presença de contratos temporários, uma forma de acumulação marcada pela flexibilização das relações de produção, por isso denominada de acumulação flexível⁶⁸ (HARVEY, 2011). Entretanto, apesar da flexibilização das relações de trabalho, o casamento entre capital e trabalho não foi dissolvido, pelo contrário, apenas ganhou novas dimensões, uma nova coloração, com outra forma de participação do Estado nesse processo, não mais no modelo regulador/gestor/mediador, característico dos tempos da antiga acumulação fordista. A presença do Estado não foi descartada, em que pese o aparecimento dos discursos em defesa do neoliberalismo, do Estado mínimo, a partir da década de 1980.

O capital variável continuou sendo o principal elemento responsável pela obtenção do lucro por parte do capitalista e não o capital constante como alguns chegaram a argumentar⁶⁹. Isso porque, apesar dos investimentos em maquinário, de novos meios de produção, de tecnologia, na produção de mais-valia relativa, o fator primordial para o êxito da acumulação de capital consiste na exploração da força de trabalho, uma vez que o capital é um vampiro que sempre necessitará sugar o sangue do trabalhador (MARX, 2003). A diferença agora acontecia em relação ao tempo mais reduzido para a realização da produção, por conta do processo de compressão do tempo-espço.

Sobre a acumulação flexível, David Harvey (2011, p.148) discorre:

[...]crescente capacidade de manufatura de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes. [...] Estes sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena

de suas fronteiras, podendo, portanto, agir em maior ou menor grau sobre as modalidades pelas quais a divisão do trabalho opera. O que significa dizer que os Estados podem, ao restringir ou aumentar a liberdade de assumir ou iniciar atividades econômicas específicas, melhorar algumas atividades para fazê-las alcançar o status de núcleo orgânico e rebaixar outras ao status periférico, agindo assim sobre a própria estrutura núcleo orgânico-periférica da economia mundial”.

⁶⁸ “O sistema de produção em massa ficou muito rígido e dispendioso para as características da nova economia. O sistema flexível surgiu como uma possível resposta para superar a rigidez” (CASTELLS, 1999, p. 176). O sistema flexível também construirá um modelo de sociedade que será baseada na instantaneidade, na efemeridade, correspondente ao que tem sido classificada como sociedade pós-moderna.

⁶⁹ Os investimentos em tecnologia, geralmente acontecem nos locais onde se presencia a escassez de mão de obra. Desse modo, para a produção não ser interrompida, a composição orgânica do capital será considerada elevada. Porém, para a periferia do capitalismo esse processo não é necessário, principalmente pela abundância de força de trabalho nesses locais e muitas vezes com mão de obra “desqualificada” em relação ao desenvolvimento tecnológico.

escala. [...] O tempo de giro - que sempre é a chave da lucratividade capitalista - foi reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais. Mas a aceleração do tempo de giro na produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro no consumo.

Aqui novamente é ressaltado o significado do desenvolvimento das forças produtivas para o processo de acumulação flexível, com a tecnologia fazendo a produção da mercadoria ser realizada em um tempo mais curto, associado à constância da exploração da força de trabalho, haja vista que a subcontratação ou os contratos temporários só caracterizam mais ainda a condição de descartabilidade dos trabalhadores – como qualquer outra mercadoria – e, por conseguinte, o aumento cada vez mais significativo do exército de reserva⁷⁰. Destarte, o tempo da produção e do consumo são comprimidos, levando os sujeitos a terem novas experiências em relação ao próprio tempo (instantâneo, efêmero e volátil) e o espaço se tornando cada vez mais fragmentado.

No tocante às diferenças entre os modelos de acumulação do capitalismo, mais precisamente em relação à questão do trabalho, Bauman (2000, p.25) faz o seguinte comentário:

Em seu estágio pesado, o capital estava tão fixado ao solo quanto os trabalhadores que empregava. Hoje o capital viaja leve — apenas com a bagagem de mão, que inclui nada mais que pasta, telefone celular e computador portátil. Pode saltar em quase qualquer ponto do caminho, e não precisa demorar-se em nenhum lugar além do tempo que durar sua satisfação. O trabalho, porém, permanece tão imobilizado quanto no passado — mas o lugar em que ele imaginava estar fixado de uma vez por todas perdeu sua solidez de outrora; buscando rochas, as âncoras encontram areias movediças.

Entretanto, para o Brasil, e, em especial, no caso do Maranhão, o chamado capitalismo “pesado” não entrará totalmente em crise, ao contrário: em virtude de sua instalação ser tardia (retardatária), em comparação aos países centrais, observou-se, ao longo das décadas de 1970 e 1980, no conjunto de sequência das políticas desenvolvimentistas⁷¹ promovidas pelos estados, o processo de instalação dos

⁷⁰ Em relação à produção da mais-valia relativa, a formação do exército de reserva acontece pelo fato dos trabalhadores que estão fora do mercado não possuírem a qualificação necessária para operar com as novas tecnologias.

⁷¹ A passagem do Estado liberal para o Estado social no Brasil aconteceu a partir dos governos de Getúlio Vargas, com a presença da política trabalhista e o desejo de um projeto nacional-desenvolvimentista para o país. Essas características serão mantidas – é bem verdade com oscilações nos governos subsequentes – até o golpe de civil-militar de 1964. Pois, a partir do golpe de 1964,

complexos industriais⁷² em muitos locais do território brasileiro, a exemplo do próprio Distrito industrial, na área rural de São Luís do Maranhão, que acabou sendo mais um dos representantes desse modelo de acumulação.

O Distrito Industrial (DISAL), a esse respeito, representou para muitos sujeitos a seguridade social que nunca tinham tido em suas vidas, passando a ideia das garantias no campo do trabalho, diferentemente das atividades que eram realizadas por “empreitada” – atividades como a capina ou limpeza de alguma propriedade são exemplos desse tipo de trabalho, bem característico no espaço interiorano da capital do Maranhão.

Nesse ponto, é interessante compreender como o capitalismo opera com os modelos de organização do trabalho e como consegue dialogar com o Estado para a consumação dos seus objetivos, o que evidencia seu caráter aglutinador, mutante. A condição mutante do capitalismo pode ser constatada, por exemplo, na própria passagem do modelo de acumulação fordista para o modelo de acumulação flexível, comprovando que o capitalismo, além de se combinar com outros modos de produção, também pode alterar sua própria constituição. Diante disso, para Harvey (2011), a crise de sobreacumulação do início dos anos setenta, entre outras coisas, possibilitou a desmaterialização do dinheiro e a passagem para a era do capital fictício ou a financeirização do capital, fenômeno que acabou contribuindo para o fomento de nova forma de acumulação.

Outro ponto a ser frisado é que, apesar da acumulação flexível – no sentido da subcontratação, dos trabalhos esporádicos, da instantaneidade das relações de produção – e da presença de narrativas de alguns devotos do discurso do Estado mínimo, sem interferências na economia, na prática se percebe que a atuação do

passou-se acompanhar por parte dos militares uma política integracionista, também, desenvolvimentista, porém marcadamente acompanhada pela presença ou parceria com o capital privado, principalmente, o capital estrangeiro. Desse modo, embora tivéssemos a sequência de políticas de industrialização, observamos a valorização da exportação de matérias-primas quer seja das tradicionais ou das práticas extrativistas, principalmente, os referentes a exportação em grande escala do minério de ferro, dentre outras commodities. Atividade comercial que favoreceu a balança de comércio do Brasil, mas que por sua vez, não foi condizente com uma melhor distribuição de renda e melhora dos indicadores sociais da população. Muito pelo contrário, só veio reforçar o desenvolvimento desigual e combinado deste modo de produção.

⁷² A criação de distritos industriais a partir dos anos 1960, estava em consonância com a busca de crescimento econômico acelerado, realizado pelos governos militares. Ver: LIMA, Bruna. **O Distrito Industrial de Santa Maria – RS**. Santa Maria: UFSM, 2014 (Dissertação de mestrado). LIMA, Bruna. Fronteiras entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil. Santa Maria: UFSM, 2019 (Tese de Doutorado). FERREIRA, Mario Cesar Perfetti Jansem. **Distritos Industriais: opção de desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, 2003 (Dissertação de mestrado).

Estado para a acumulação do capital continuou sendo crucial, mesmo em sua parceria com o capital privado (nacional ou estrangeiro), até porque para o capital não interessa a origem dos investimentos, principalmente na “periferia”, se é público ou privado, objetiva-se sempre o desenvolvimento da produção com a finalidade de obtenção de mais-valia.

Em suma, embora o fordismo esteja bem associado ao Estado, gerenciador, regulador, interventor e sua política de bem-estar social, na nova forma de acumulação, como já discutido, o papel do Estado⁷³, conforme as narrativas apresentadas, ainda que passando por um processo de ressignificação, continuou sendo fundamental para a expansão do capitalismo e, por conseguinte, para as novas formas de acumulação.

Ao longo deste tópico, se procurou analisar os caminhos do modo de produção capitalista, principalmente a partir de meados do século passado, mais precisamente, após a Segunda Guerra Mundial, e, por extensão, sua necessidade de reestruturação, principalmente com a atuação dos Estados Unidos da América, por exemplo, com a elaboração e aplicação de um plano econômico, visando a ajudar os países ocidentais: o Plano Marshall, momento em que os EUA chegou à condição de maior credor do comércio mundial, transferindo com isso o centro da economia mundial que era no continente europeu para o território estadunidense. Assim, pode-se observar como esse modo de produção acabou hegemônico, com suas contradições, com o desenvolvimento de uns e subdesenvolvimento de outros, com a marcação cada vez mais precisa de quem ocupa a posição de “centro” e de “periferia” em sua configuração.

No próximo tópico, discutir-se-á o papel que o estruturalismo cepalino, nas décadas de cinquenta e sessenta, desempenhou nesse processo de “releitura/reestruturação” do modo de produção capitalista no continente latino-

⁷³ Embora não seja o objeto de estudo desta pesquisa a discussão sobre o modelo de Estado, não tem como ignorar a atuação do Estado na contemporaneidade, uma vez que a pandemia de covid-19 é bem emblemática no sentido de evidenciar a necessidade dos Estados como gerenciadores das atividades, por exemplo, de saúde e, logicamente, as de natureza econômica. Então, concorda-se com Manuel Castells (1999) de que a crise do Estado-nação é uma falácia imposta pelas grandes potências aos países chamados periféricos. Ou seja, o chamado Estado reduzido é o modelo a ser imposto somente para a periferia, considerando-se que os países centrais não aderem a esse modelo, muito pelo contrário, é só vermos o protecionismo sobre suas economias. Um exemplo disso é a política adotada pelos Estados Unidos ao resguardar suas produções, sempre taxando a participação das outras nações.

americano e o desejo dos Estados-nacionais saírem da condição histórica de “periferia” do sistema econômico mundial.

Nesse sentido, as teorias formuladas pelos integrantes da CEPAL influenciaram muitos pensadores e políticos ao longo do continente, com o objetivo de alcançar o desejado desenvolvimento socioeconômico para a região.

A teoria cepalina sofreu consideráveis críticas, principalmente em decorrência de seu caráter mais reformista que propriamente revolucionário, críticas realizadas pelos chamados dependentistas,⁷⁴ quer seja em uma perspectiva de desenvolvimento dentro do capitalismo – autores de uma linha heterodoxa (weberiana) – ou do rompimento total – autores de linha ortodoxa, ligados ao marxismo – com este modo de produção. Os primeiros, defensores do capitalismo dependente e associado, como caminho para se alcançar os objetivos desejados referentes ao desenvolvimento do continente; os segundos, por sua vez, entendiam que o único caminho para que o continente Latino-americano chegasse ao sonhado desenvolvimento em sua plenitude seria por meio de uma revolução socialista.

2.2. A CEPAL e a Teoria da Dependência: reflexões sobre a América Latina

As discussões em torno do desenvolvimento do modo de produção capitalista no continente latino-americano têm sido exploradas pelas Ciências Humanas e Sociais há bastante tempo, e, logicamente, não é o objetivo do presente texto revisitar todo o rico e complexo debate sobre o tema. Entretanto, entende-se que se faz necessário o conhecimento de duas das principais matrizes teóricas que orientaram essa discussão a partir dos anos de 1950, no caso da produção realizada pelos

⁷⁴ Não seria correto se falar em escola dependentista, pois, como será visto, o conjunto de pensadores associados ao debate era bastante heterogêneo, porém o termo dependência acabou se tornando uma expressão de praxe para caracterizar as discussões em torno de políticas desenvolvimentistas para a América Latina a partir dos anos sessenta e, principalmente, as questões sobre o modelo de capitalismo para a região. Desse modo, a teoria da dependência é caudatária dos debates referentes ao desenvolvimentismo no continente latino-americano no período pós-Segunda Guerra Mundial, ou seja, momento de reestruturação do modo de produção capitalista. Sem dúvida, é um período bem emblemático não somente no sentido de fortalecimento deste modo de produção, como também, para os debates sobre os rumos que os países considerados como “*periferia*” do sistema deveriam seguir, sendo assim, a subordinação ao “centro” parece ter sido caminho mais cômodo adotado pelos governos dos países ibero-americanos. Contudo, o debate proposto pelos dependentistas não deve ser interpretado como uma discussão meramente datada, uma vez que no plano prático o capitalismo continua seguindo o seu curso e no plano teórico a Teoria da Dependência tem começado a ser discutida na academia, as próprias teorias decoloniais tem dialogado com certos autores no intuito de compreendê-la como uma das primeiras tentativas de construção de uma corrente epistemológica no continente com formulações não eurocêntrica.

intelectuais da CEPAL, e depois, nas décadas de 1960 e 1970, com os representantes da Teoria da Dependência, tanto em sua versão ortodoxa, com influências marxistas, quanto a heterodoxa, de referencial que se pode classificar como sendo misto, com elementos incorporados do próprio marxismo e categorias analíticas weberianas.

2.2.1. O Estruturalismo Cepalino: Raúl Prebisch e Celso Furtado

A CEPAL⁷⁵ (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), foi criada em 1948, com objetivos de discutir os problemas relacionados à condição do subdesenvolvimento da América Latina. Diante disso, o pensamento cepalino,⁷⁶ de alguma maneira acabou por influenciar a postura político-econômica de alguns governos no continente. A referida comissão foi constituída com a presença de diversos estudiosos, dentre eles destacam-se as figuras do economista argentino, Raul Prebisch⁷⁷ (1901-1986) e do também economista, o brasileiro Celso Furtado⁷⁸ (1920 – 2004),

⁷⁵ A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe é uma das cinco Comissões Regionais das Nações Unidas, criada pela resolução 106 (VI) pelo Conselho Econômico e Social, em 25 de fevereiro de 1948, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da América Latina, coordenar as ações para a sua promoção e reforçar as relações econômicas de seus estados-membros com as demais nações do mundo. Fonte: Disponível em <http://www.cepal.org/pt-br/cepal-0> Acessado em 20 de julho de 2020.

⁷⁶ “O ponto de partida para o entendimento da contribuição da Cepal à história das ideias econômicas deve ser o reconhecimento de que se trata de um corpo analítico específico, aplicável a condições históricas próprias da periferia latino-americana. Talvez por essa razão, quando se busca os principais compêndios de história da teoria econômica, a presença do pensamento cepalino é escassa, e limitadas, quando muito, à tese da deterioração dos termos de troca e à tese estruturalista da inflação. Essa ausência por vezes leva a que se desconheça a força explicativa desse corpo analítico, que deriva de uma fértil interação entre, por um lado, um método essencialmente histórico e indutivo e, por outro, uma referência abstrata-teórica própria, a teoria do subdesenvolvimento periférico latino-americano” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.16).

⁷⁷ Economista argentino, formado pela Faculdade de Ciências Econômicas de Buenos Aires, Instituição de ensino que depois o teve como professor titular a partir do ano de 1925. Além, de ter sido Diretor Geral do Banco Central daquele país. Prebisch é considerado como grande responsável pela adoção do método estruturalista para a CEPAL, contestando as trocas desiguais entre centro e periferia e, sobretudo, inserindo o componente histórico nos debates sobre a América Latina, pois apesar de terem sido colônias europeias no passado, os novos Estados que surgiram na região possuem particularidades no tocante a sua formação histórica. Isso explica as razões do desenvolvimento industrial não acontecer da mesma maneira em todo o continente, ou seja, não existe uma homogeneização industrial.

⁷⁸ Celso Furtado foi um dos mais influentes intelectuais brasileiros do século passado, formado em Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1944, na sequência fez o Doutorado em Economia, na Universidade de Paris-Sobornne. Foi integrante da Comissão para os Estudos da América Latina e Caribe (CEPAL), sendo uma das principais vozes do desenvolvimentismo no continente. Como salientado no texto, Furtado defendia o desenvolvimentismo regulamentado/tutelado pelo Estado. Um exemplo desse pensamento será verificado nos cargos e projetos que propôs para o Estado Brasileiro. Veja-se: Foi diretor do BNDE (1953), a pedido do presidente Juscelino Kubitschek, ajudou na criação da SUDENE (Superintendência de

Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX, continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até data muito recente. Nesse esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais. Nele não havia espaço para a industrialização dos países novos [...] A realidade, no entanto, vem-na tornando impositiva. Duas guerras mundiais, no intervalo de uma geração, com uma profunda crise econômica entre elas, demonstraram aos países da América Latina suas possibilidades, ensinando-lhes de maneira decisiva o caminho da atividade industrial (PREBISCH, 2000, p. 69).

Uma das grandes contribuições cepalinas para as discussões em torno da situação da região como um todo foi a introdução, nos debates de ordem econômica, dos fatores de natureza geográfica e histórica, como o próprio Prebisch cita no seu manifesto “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais”, publicado originalmente em 1949. Prebisch (2000) contestou uma teoria que à época era muito difundida para os países ditos periféricos, a Teoria das vantagens comparativas. Essa teoria, de certa maneira, contribuía para a naturalização da situação de dependência da América Latina, porque se acreditava que o papel das antigas colônias seria de simples fornecedoras de matérias-primas para a Europa e para os Estados Unidos, em uma relação totalmente desigual de trocas com os países industrializados. Assim, por essa teoria, as antigas colônias teriam uma espécie de “vocação natural” para a agricultura ou para as práticas relacionadas às variadas formas de extrativismo, e, nesse sentido, não teriam a suposta vocação para o desenvolvimento de um processo de industrialização autônomo.

Convém ressaltar que, anteriormente aos trabalhos cepalinos, alguns intelectuais e políticos acreditavam que o progresso do continente ibero-americano passaria simplesmente pela simples cópia dos modelos, dos valores europeus, da reprodução e transposição mecânicas de práticas acontecidas no continente europeu, que deveriam ser seguidas pelos países considerados periféricos para alcançar o desenvolvimento.

Assim, a crítica sistemática às trocas desiguais e à tentativa de superação para a condição de atraso do continente, incontestavelmente, teve uma considerável

Desenvolvimento do Nordeste), em 1959. Depois, participou da equipe do Governo João Goulart, na condição de Ministro do Planejamento, sendo um dos responsáveis pela elaboração do Plano Trienal nesse governo. Teve seus direitos políticos cassados por 10 anos, com o golpe de 1964.

participação dos textos produzidos pelos estudiosos da CEPAL, com ênfase, no que se refere a discutir os problemas ibero-americanos, à luz de sua própria historicidade, com o chamado estruturalismo⁷⁹ cepalino, para compreender as peculiaridades do continente desde os tempos coloniais. Embora às vezes “pecando” por fazer algumas análises homogêneas ou sincrônicas do continente latino-americano, somente o fato da introdução dos condicionantes de natureza histórica para o debate em questão, sem dúvida, foi extremamente relevante, se se considera que o tempo industrial nas antigas colônias não poderia ser realizado de forma homogênea.

Diante disso, uma das bases para os estudos cepalinos será a análise das relações entre “centro-periferia” na dinâmica do capitalismo mundial e, nesse sentido, seu principal postulado consistia na crença de que somente pela industrialização se teria o caminho que poderia tirar o continente da condição histórica de dependência em relação ao centro da economia mundial. Novamente, a questão da crítica às trocas desiguais, pois a América Latina não poderia ficar somente exportando matéria-prima e importando produtos manufaturados ou máquina-faturados, basta ver que o produzido nas antigas colônias acabava tendo uma cotação menor no mercado.

Os investimentos na industrialização, todavia, não necessariamente significariam que a exportação de matérias-primas não aconteceriam mais ou que a produção primária deixaria de contribuir para a economia do continente; ao contrário, conforme o próprio Prebisch (2000), deveria acontecer o processo de mecanização do campo, com os melhores equipamentos em termos de maquinaria e instrumentos, aproveitando-se, assim, o progresso da técnica por meio de uma sistemática renovação nas maneiras de realizar os trabalhos com a agricultura ou mesmo com o extrativismo, saindo-se de práticas consideradas rudimentares, atrasadas, arcaicas. Assim, a questão essencial consistia em uma industrialização plena que fizesse a região olhar para dentro e não para fora, como sempre aconteceu.

A elevação do padrão de vida das massas depende, em última instância, de uma expressiva quantidade de capital por trabalhador empregado na

⁷⁹ “O estruturalismo é um sistema analítico que tem por base a caracterização das economias periféricas em contraste com as centrais: baixa diversidade produtiva (reduzida integração horizontal e vertical, insuficiência de infraestrutura etc.) e especialização em bens primários; forte heterogeneidade e oferta ilimitada de mão de obra com a renda próxima a subsistência; e, por último, mas não menos importante, estrutura institucional pouco favorável ao progresso técnico e acumulação de capital. A partir desse contraste, o estruturalismo inclui a análise das relações ‘centro-periferia’, isto é, a análise da forma específica de inserção internacional das economias na América Latina” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.111).

indústria, nos transportes e na produção primária, e da capacidade de bem administrá-lo. Por conseguinte, é necessário realizar uma enorme acumulação de capital. Entre os países da América Latina já existem alguns que demonstraram sua capacidade de poupança, a ponto de haverem conseguido efetuar, por esforço próprio, uma grande parte de seus investimentos industriais (PREBISCH, 2000, p 71).

No trecho do relatório citado, o autor deixa evidenciada sua visão sobre a importância da industrialização, pois, no seu entendimento, esta propiciaria a maior quantidade de capital por trabalhador empregado, o que, evidentemente, faria elevar os números do consumo, do padrão de vida dos indivíduos e, por conseguinte, seriam as molas propulsoras para o desenvolvimento e para o progresso do continente. Então, o desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção seria condição fundamental para a obtenção dos avanços socioeconômicos no continente latino-americano, fazendo o continente caminhar para a tão desejada situação de prosperidade.

Em termos gerais, pode-se considerar que o contexto latino-americano era o esboçado – ou muito próximo disso – pelo economista argentino, portanto, a questão consistia nas peculiaridades de Estado para Estado, pois em que pese o fato de os ibero-americanos terem como condição comum haverem sido colônias, o ritmo de produção entre as localidades, historicamente, não aconteceu da mesma maneira, o que acabou resultando em processos distintos de industrialização⁸⁰, apesar do entendimento de que o progresso só poderia vir por conta desse caminho ter sido uma unanimidade na região.

Quem avançou ainda mais nas questões estruturalistas, em especial, com a profundidade na análise histórica foi o economista Celso Furtado, diferentemente da visão sincrônica pregada por Prebisch, o economista brasileiro deu ênfase aos

⁸⁰ “Em 1955, ao menos em cinco países, a indústria era um quinto ou pouco menos do PIB. O progresso tinha sido especialmente no Chile, onde a indústria quase triplicara entre 1929 e 1955. No entanto, os números desse último ano indicam que, em vários países, o processo ficara estagnado desde o fim da guerra. De mais e mais, em conjunto, a industrialização não conseguiu mudar de modo fundamental a economia dos países latino-americanos. O avanço industrial foi desigual, concentrando-se em apenas 3 países, México, Brasil e Argentina que, em 1950, respondiam por 72,4% da produção manufatureira da região. Era os únicos países com indústrias de grande porte e consideradas dinâmicas, com as metalúrgicas, mecânicas, químicas e de material de transporte. Seguiam-se quatro países em situações intermediárias: Colômbia, Chile, Peru e Venezuela, com 18,2% do total da América Latina. Todos os outros países tinham índice de industrialização muito baixos, e sua produção continuava restrita aos ramos tradicionais, como de alimentos, bebidas, têxteis, confecções e calçados. [...]. Essa indústria desenvolveu-se com base em tecnologia importada, situação que não mudou com os anos, por falta de pesquisas científicas e técnicas na América Latina. Portanto, os países que visavam a industrialização tinham que gastar grandes somas na compra de maquinário, tecnologia e marcas registradas no exterior, e isto fez surgir um novo tipo de dependência” (DEL POZO, 2009, p. 171).

componentes diacrônicos/temporais, afirmando que a dicotomia “centro-periferia” não acontecia somente na relação da Europa com a América Latina, mas sim internamente, dentro de cada país. A título de ilustração, pode-se mencionar o caso brasileiro, tendo em conta serem bastante nítidas as diferenças no plano socioeconômico entre as regiões SUL/SUDESTE e NORTE/NORDESTE ou até mesmo as relações desiguais representadas pelas diferenças entre cidade e campo ou ainda as diferenças dentro de uma mesma cidade por meio dos processos de urbanização e favelização.

Para Furtado (2000), uma das características do continente consiste no desenvolvimento de modelos econômicos híbridos, dualistas, mesclando elementos considerados pré-capitalistas com capitalistas. Porém, nesse sentido, o autor conclui que o subdesenvolvimento do continente não correspondia a uma etapa do capitalismo enfrentada por esses países, como defendiam, por exemplo, os etapistas⁸¹ – principalmente, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) –, mas o tipo específico de capitalismo desenvolvido na região.

A terceira linha de expansão industrial europeia foi em diversas às regiões já ocupadas, algumas delas densamente povoadas, como seus sistemas econômicos seculares, de variados tipos, mas todos de natureza pré-capitalista. O contato das vigorosas economias capitalistas com essas regiões de antiga colonização não se fez de maneira uniforme. Em alguns casos, o interesse limitou-se à abertura de linhas de comércio. Em outros houve, desde o início, o desejo de fomentar a produção de matérias-primas, cuja procura crescia nos centros industriais. O efeito da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor das circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e a intensidade desta. Contudo, o resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se tendo a estrutura pré-existente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento

⁸¹ Para os etapistas, no Brasil só poderia acontecer a revolução de fato quando o capitalismo já estivesse consolidado, pois este seria o responsável pelo fomento do operariado que, por sua vez, seria a classe que faria a revolução. A teoria em questão foi difundida, especialmente, pela Terceira Internacional, e por isso, acabou sendo abraçada pelos partidos comunistas de modo geral. Contudo, não se pode generalizar, porque dentro do próprio Partido Comunista havia vozes dissonantes. A título de ilustração, pode-se mencionar o caso de Caio Prado Jr (2000) que, apesar de ser membro do PC, não concordava com o etapismo, muito pelo contrário, em seus escritos afirmava que o capitalismo já se fazia presente no Brasil desde a colonização, cujo sentido era atender o mercado externo, sua metrópole, com produtos de exportação. Para Caio Prado Jr. já acontecia o desenvolvimento desse modo de produção por estas bandas, com suas peculiaridades, bem diferente do que havia acontecido na Europa. Penso não ser nenhum absurdo considerar Caio Prado Jr. como um dos precursores da Teoria do Desenvolvimento Desigual no Brasil, o único ponto que talvez tenha sido responsável por ele não ter se aprofundado nessa questão, como outros fizeram depois, consiste no fato de muita literatura marxista ainda não ter sido traduzida ou mesmo conhecida no território nacional no decorrer das décadas de 40, 50 e 60 do século passado. Mas, com todas essas adversidades, Caio Prado Jr. deu contribuições significativas para a compreensão do capitalismo desenvolvido no país.

contemporâneo. **O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento** (FURTADO,2000, p. 252, grifos nosso).

Assim, como Raúl Prebisch, Celso Furtado foi um crítico da teoria das “vantagens comparativas”, defendendo a participação estatal na política econômica que, por sua vez, seria responsável pela instalação da industrialização, que proporcionaria o desenvolvimento do continente, incorporando as massas urbanas e rurais nos frutos do progresso. O autor entendia que o subdesenvolvimento seria resultante do arcaísmo social, cultural, político e econômico que ao longo da história atravessava o crescimento econômico do continente latino-americano, pois “...a empresa capitalista que penetra em uma região de velha colonização e estrutura econômica arcaica não se vincula, dinamicamente, a esta última, pelo simples fato que a massa de lucros por ela gerados não se integra na economia local”⁸² (FURTADO, 2000, p. 254). Embora Celso Furtado não trabalhe diretamente com a Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, quando ele reitera a presença do hibridismo no continente, isso acaba sublinhando o argumento de que o modo de produção capitalista é sempre marcado pelo processo de desigualdade.

Como salientado, o capitalismo possui particularidades no seu processo de expansão, peculiaridades referentes à própria historicidade, aos aspectos materiais e imateriais dos países onde esse modo de produção acabou por se instalar/consolidar. Enquanto os Estados Unidos e alguns países do Ocidente europeu passaram por uma fase de prosperidade por suas reconstruções econômicas com o término da Segunda Guerra Mundial, a América Latina continuou vivenciando a condição de desigualdade na distribuição de renda e, em muitos casos, com o agravamento do quadro de dependência em relação aos países centrais do capitalismo. Mesmo que em alguns Estados nacionais como o Brasil, a Argentina, o Chile e o Uruguai a taxa populacional e a expectativa de vida tenham crescido⁸³ consideravelmente nesse período, isso

⁸² Esse ponto será retomado pelos dependentistas principalmente, pelos representantes da Teoria Marxista da Dependência (TMD).

⁸³ “Entre 1950 e 1980, a América Latina experimentou um rápido crescimento. Durante esse período, o produto se expandiu à taxa anual de 5,8% com aumentos per capita de 3% ao ano, em média. O melhor desempenho é nitidamente o do Brasil, cuja participação no produto regional aumentou de menos do que um quarto para mais do que um terço. Em outro extremo estão dois grupos. Um é o Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai) cuja posição de líder na região em 1950 foi desgastada. Os outros retardatários incluem uma variedade de países menores, alguns na América Central. O desempenho médio da América Latina após a II Guerra Mundial é impressionante quando comparado com os seguintes fatos. A meta da Aliança para o Progresso, implementada em 1961, era uma taxa de

não significou para esses países a prosperidade para sua população de uma maneira geral. O discurso do progresso, do desenvolvimento, da civilidade, contudo, não ficou distante dos radares dos representantes políticos desses Estados. Em outras palavras, desejava-se o crescimento para “dentro” e não para “fora” como sempre havia acontecido na história da América Latina, por isso a participação do Estado como uma espécie de gerenciador/mediador da política de substituição de importações era fundamental para o seu sucesso.

Em relação à importância do Estado para a América Latina, Gaspar (2015, p.273) destaca:

[...] a industrialização, única via capaz de propiciar a superação do atraso histórico e do subdesenvolvimento periférico. Pelos encadeamentos para trás e para frente, a indústria possibilitaria a almejada difusão do progresso técnico e a elevação da renda da população [...] a industrialização, não prescindiria do apoio do capital externo que estivesse disposto a romper com o modelo primário-exportador dominante e iniciar uma trajetória de crescimento para dentro. Contudo, na ausência de um empresariado nacional forte, caberia unicamente ao Estado a tarefa de comandar o processo, seja mobilizando o capital necessário, seja investindo diretamente para gerar os impulsos industrializantes por meio da constituição da indústria pesada.

Uma das questões que a América Latina, e, logicamente, o Brasil buscavam superar era sua condição histórica de dependência em relação aos países centrais do capitalismo, pois o continente, ainda com a industrialização de alguns Estados, continuava se caracterizando por ser um mero exportador de matérias-primas, por isso a necessidade da construção de um mercado que visasse ao desenvolvimento para “dentro”. A política de substituição de importações inicialmente desempenhou esse papel estruturando alguns dos Estados, como foi o próprio caso do Brasil, porém aquilo só aconteceu em virtude de contingências decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Ou seja, uma situação de excepcionalidade sendo responsável (in) direta pelo fomento das indústrias, sobretudo as de base, em alguns países latino-americanos.

Dito de outra maneira, a substituição de importações consistiu em um passo bastante importante para os desejos de construção de uma industrialização sólida/autônoma e não meramente contingente e dependente de fatores de natureza

crescimento anual de 2% em termos per capita. O crescimento da renda per capita da Europa em consequência da Revolução Industrial foi de 1,3% de 1850 a 1900 e 1,4% entre 1900 e 1950. O crescimento econômico de longo prazo dos Estados Unidos foi de 1,8% ao ano”. (CARDOSO & FISHLOW, 1990, p. 311).

externa, agora deveria caminhar com suas próprias pernas para que, de fato, pudesse acontecer a “independência” econômica da região. A história, porém, acabou mostrando que o caminho não seria tão simples.

Nesse sentido, os estudos produzidos pelos pesquisadores da CEPAL contribuíram sobremaneira para a adoção das práticas industrializantes, no Brasil e na América Latina de maneira geral, embora, sempre com a consideração sobre a historicidade de cada Estado. Além da questão da crítica às trocas desiguais, que marcaram o continente, o historicismo foi outra considerável contribuição do pensamento cepalino para a resolução de problemas que afetavam (afetam) o continente há séculos.

Isso posto, abordar-se-á outra matriz teórica bastante relevante para os debates referentes ao desenvolvimentismo no continente: a Teoria da Dependência. Teoria essa que, de alguma maneira, foi caudatária dos debates produzidos pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, embora buscando superá-los.

2.2.2. A Teoria da Dependência

A América Latina, no Pós-Segunda Guerra Mundial, passou a se debruçar sobre teorizações do desenvolvimento, principalmente com a criação da CEPAL em 1948, com o tempo, porém, evidenciou-se que as experiências bem sucedidas do capitalismo na Europa ou mesmo nos EUA não aconteciam da mesma maneira no continente latino-americano. Assim, a partir dos anos sessenta, surgiram teorias que passaram a contestar alguns dos pressupostos colocados pelos estudiosos cepalinos. Dentre essas, pode-se considerar como a que, provavelmente, logrou mais êxito a Teoria da Dependência.

Não seria correto falar em uma escola dependentista, como frisado anteriormente, na América Latina, mas sim de um conjunto de pensadores, intelectuais insatisfeitos, que questionavam as condições socioeconômicas da região ibero-americana. Esses intelectuais, no plano teórico, possuíam algumas afinidades, sobretudo no tocante às influências da escola marxista – mas, não somente dessa escola – que serviram como uma espécie de fio condutor para o questionamento e superação daquela realidade. A título didático, em conformidade com Dias (2012), divide-se a Teoria da Dependência em duas perspectivas ou formas de abordagens:

os chamados de ortodoxos⁸⁴, representados pelos defensores do marxismo, cujo nome de maior impacto foi o do sociólogo Ruy Mauro Marini⁸⁵ (1932 - 1997), com a Teoria Marxista da Dependência (TMD), bastante difundida fora do Brasil nos anos de 1960 e 1970, e só recentemente, nos anos 2000, sendo trabalhada em universidades pelo país; a outra vertente seria a abordagem heterodoxa⁸⁶, tendo-se como seu integrante mais representativo, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso⁸⁷ (1931). Logicamente, existem outros autores que participaram ativamente desse riquíssimo

⁸⁴ Os principais nomes desta vertente são: André Gunder Frank (1929 – 2005), alemão de nascimento, mas radicado nos Estados Unidos, Theotônio dos Santos (1936-2018), Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra (1940-2015) – todos são brasileiros – passaram vários anos exilados durante o período da ditadura Militar no Brasil. Grande parte de suas obras nunca foi publicada em português, somente em espanhol ou em inglês. Haja vista que a TMD, durante muito tempo foi silenciada na academia. Recentemente, com a eclosão de estudos não eurocêntricos, a Teoria Marxista da Dependência tem sido “descoberta” por muitos estudiosos das Ciências Humanas e Sociais. Principalmente, no sentido de construção de uma teoria que pensasse/discutisse a situação da América Latina à luz de sua própria história.

⁸⁵ Ruy Mauro Marini, nascido na cidade de Barbacena, Minas Gerais, graduou-se em administração de empresas em 1957 pela Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) no Rio de Janeiro. Completou sua formação seguindo para França em 1958 onde passou dois anos. Retornou ao Brasil e começou a se relacionar com um grupo que logo formaria a Política Operária (POLOP). Em paralelo, participou de atividade jornalística em um suplemento dominical da União Metropolitana dos Estudantes (UME) chamado “O Metropolitano”, e também na Prensa Latina, agência cubana de notícias. Iniciando sua atividade acadêmica, colaborou com a criação da Universidade de Brasília em 1962. Na clandestinidade após o golpe de 1964 chegou a ser preso, mas deixou o país rumo ao exílio no Chile e no México. Nesse período foi professor da Universidade do Chile, permanecendo até 1973, lecionou na Universidade Nacional Autônoma (UNAM) do México a partir de 1974 (TIERS, 2022). Por esse currículo nota-se a grande importância que Ruy Mauro Marini teve e tem para as discussões sobre o capitalismo na América Latina. Embora sua visão pareça ser generalizante, na verdade, como marxista, ele apenas está operando com a universalidade no particular, usando de abstrações para o fomento de sua teoria. Desse modo, categorias analíticas como a superexploração do trabalho ou o subimperialismo continuam extremamente pertinentes, sobretudo, em um contexto cada vez maior de internacionalização das economias periféricas.

⁸⁶ Conforme Dias (2012), a vertente heterodoxa da Teoria da Dependência está indissociavelmente ligada, de um lado, à “Escola Paulista de Sociologia”, da Universidade de São Paulo, e, por outro lado, à emergência de uma nova esquerda intelectualizada do país. Escola Sociologia que realizou, no início dos anos de 1960, vários seminários sobre Marxismo, na verdade, estudos da obra, o *Capital*, de Marx. Apesar disso, esses autores também buscaram dialogar com outros teóricos das Ciências Sociais, como Emile Durkheim, mas principalmente Max Weber.

⁸⁷ Fernando Henrique Cardoso nasceu no Rio de Janeiro em 1931. Licenciado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), da qual se tornou professor em 1953, obteve também os graus de doutor e de livre docente. Engajado nas lutas pela melhoria do ensino público e pela modernização da universidade foi perseguido depois do golpe de 1964. Viveu exilado no Chile e na França, pesquisando, escrevendo e lecionando. Voltou ao Brasil em 1968 e assumiu, por concurso público, a cátedra de Ciência Política da USP. Em 1969, foi aposentado compulsoriamente e teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 5. Em 1969 criou, em São Paulo, com outros professores e pesquisadores cassados, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), que se tornaria um importante núcleo de pesquisa e reflexão sobre a realidade brasileira, sobretudo, ao longo dos anos de 1970. Paralelamente, lecionou em universidades americanas (de Princeton e da Califórnia, em Berkeley) e europeias (Paris, Cambridge e UK). Foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982 - 1986). Foi ministro no governo de Itamar Franco, onde teve destaque com o Plano Real. Em 1994 foi eleito presidente do Brasil, sendo reeleito em 1998, pelo PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira (FUNDAÇÃO FHC, 2017).

debate acontecido ao longo das décadas de sessenta e setenta do século passado, contudo esses dois autores serão o foco nesta pesquisa, com a consideração de que as obras desses estudiosos não podem ser esgotadas nas páginas que constituem a presente seção.

2.2.2.1. A vertente ortodoxa: a Teoria Marxista da Dependência (TMD)

Pode-se considerar que a TMD (Teoria Marxista da dependência), evidentemente, foi influenciada pelos estudos de Karl Marx, sobretudo, o *Capital*, mas também, por Vladimir I. Lênin e seus trabalhos sobre o Imperialismo, especificamente, sobre o desenvolvimento desigual; além claro, do próprio estruturalismo cepalino e suas discussões referentes à historicidade do modo de produção capitalista na América Latina.

Assim como os integrantes da CEPAL, a TMD via na industrialização o caminho para o desenvolvimento, porém diferentemente daqueles não concebiam o desenvolvimento associado com o modo de produção capitalista, muito pelo contrário, viam na sua superação a única possibilidade, de fato, para que o continente enfim chegasse à condição de emancipação, de autonomia, de liberdade em sua plenitude, mas essas condições só poderiam ser conquistadas/alcançadas com o advento do socialismo.

Nesse ponto, não se pode esquecer a influência que a Revolução Cubana⁸⁸ trouxe para o continente, com a possibilidade real de um modelo de socialismo que se pretendia alternativo à burocratização caracterizadora, então, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Por isso, as figuras bastante joviais (na casa dos seus 30 anos à época da revolução) dos irmãos Castro, Fidel e Raúl, e, logicamente, do médico argentino Ernesto “Che” Guevara, provocaram um impacto imagético considerável sobre o setor intelectual progressista da América Latina. O próprio marxismo foi ressignificado em oposição ao chamado modelo “vulgar” /mecânico, processado na União Soviética; acrescentando-se o contexto de regimes de exceção vivenciados em muitos países da América do Sul. Diante disso,

⁸⁸ Revolução camponesa, popular, nacionalista acontecida em 1959, mas somente no ano de 1961, Cuba adere ao Socialismo, a partir dos convênios assinados com a então URSS. Ver: MARQUES, Ricley Leandro. **A condição Mariel: memórias subterrâneas da experiência revolucionária cubana (1959-1990)**. São Luís: EDUFMA, 2012.

argumenta-se que o “coração” do continente, naquele momento, estava numa total agitação devido aos motivos de natureza econômica, social, cultural, política e ideológica.

Nesse Contexto, Ruy Mauro Marini foi uma das vozes mais relevantes do debate sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento no continente, sendo um dos vários intelectuais que passaram muitos anos na condição de exilado, naqueles tempos em que se tinha o Estado de exceção no Brasil e em outros países da América Latina. Provavelmente, esse tenha sido um dos motivos que explicam o fato de suas obras não terem sido publicadas em português durante as décadas de sessenta e setenta.

Seu principal trabalho foi “Dialética da Dependência”, publicado originalmente em 1973, no Chile. No Brasil, a obra em questão teve sua primeira edição somente no início dos anos 2000. Nesse trabalho, o autor opera com duas categorias analíticas que traduzem a situação da América Latina de uma maneira geral: a superexploração da força de trabalho e o subimperialismo.

Marini (2017) enfatiza como as trocas comerciais com os países centrais do capitalismo só fortaleceram as desigualdades para o continente: diferentemente da proposta defendida, por exemplo, por Raúl Prebisch, Marini (2017) reforça o argumento de que o subdesenvolvimento⁸⁹ seria o modelo específico de capitalismo produzido na América Latina

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. Chegamos assim a um ponto em que já não nos basta continuar trabalhando simplesmente a noção de troca entre nações, mas devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação (MARINI, 2017, p. 335).

⁸⁹ Marini, logo no início do texto afirma que “[...] A América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional”. (MARINI, 2017, p. 327). Então, para o autor, a dependência nada mais é que a relação de subordinação entre nações independentes, onde as relações de produção das nações subordinadas são modificadas para ampliar a condição de dependência. Desse modo, Marini concorda com o conceito de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, elaborado por André Gunder Franck, complementando a necessidade de superação das relações de produção dependente para que América, de fato, possa ser considerada autônoma no campo econômico.

A discussão trazida por Marini sobre a superexploração da força de trabalho é muito interessante, pois, apesar da integração da América Latina no mercado mundial, a prática de transferência de valor para as economias imperialistas continuou acontecendo, desse modo os capitalistas locais encontram na superexploração do trabalho uma espécie de elemento compensatório para a transferência do capital supracitada. Para a realização desse processo de exploração, segundo Ruy Mauro Marini, os capitalistas utilizam três mecanismos, a saber: a) aumento da intensidade do trabalho; b) aumento da jornada de trabalho; c) redução dos salários obtidos pelo trabalho.

Para Marini (2017), a questão do trabalho talvez seja o elemento mais significativo da própria dialética da dependência, pois a industrialização da América Latina é realizada por empresas multinacionais e a produção não visa à demanda do mercado interno, mas a do mercado externo, ou seja, em virtude dos baixos salários pagos aos operários se observa na “periferia” um grande fosso em relação ao consumo, em que as elites consomem produtos vindos de fora e a classe trabalhadora é ceifada desse processo, ocasionando uma considerável concentração de renda, na qual somente uma pequena parcela usufrui dos bens produzidos.

O autor também argumenta que, mesmo com o desenvolvimento tecnológico na produção das indústrias de bens pesados, ocorrem graves problemas, pois internamente a demanda não atendia a oferta. Não existia a qualificação profissional necessária para esses novos ramos de atividade ou, quando muito, a própria finalização da mercadoria – acabamento – acontecia fora da “periferia”,

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco são transferidas para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial (observe-se que siderurgia, que correspondia a um sinal distintivo da economia industrial clássica, generalizou-se a tal ponto que países como Brasil já exportam aço), sendo reservadas para os centros imperialistas as etapas mais avançadas (como a produção de computadores e a indústria eletrônica pesada em geral, a exploração de novas fontes de energia, como a de origem nuclear etc.) e o monopólio da tecnologia correspondente. Indo ainda mais longe, pode-se distinguir na economia internacional escalões, nos quais vão sendo recolocados não só os novos países industriais, mas também os mais antigos. É assim como, na produção de aço e na de veículos automotores, a Europa Ocidental e o Japão competem vantajosamente com os mesmos Estados Unidos, mas não conseguem ainda fazê-lo no que se refere à indústria de máquinas e ferramentas, principalmente as automatizadas. O que temos aqui é uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do trabalho ocorrida nos últimos 50 anos. (MARINI, 2017, p.340).

Ainda sobre o conceito de superexploração, Fontes (2010, p. 352) destaca que:

O conceito de superexploração procura dar conta de maneira estrutural do peculiar desenvolvimento do capitalismo nas periferias, por seu caráter dependente e integrado, desigual e combinado, contraditório e tenso, através de dois determinantes fundamentais: o truncamento da lei do valor e a precariedade do mercado interno.

Em relação à categoria analítica subimperialismo, o autor argumenta que este é específico da América Latina de um modo geral, encontrando-se suas bases na própria história desse continente; ou seja, o subimperialismo é referente à própria condição de subordinação das nações latino-americanas – Estados independentes politicamente – mediante aos países centrais do capitalismo, uma vez que seu processo de produção acaba sendo definindo/orientado por fora, destacando, por exemplo, a entrada massiva de capital estadunidense, especialmente no Brasil, principalmente a partir dos anos de 1960, com a implantação dos governos militares,

[...]o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua sociedade política, cujas contradições têm dado origem a um Estado militarista de tipo prussiano, as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que esse não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente. Na Argentina ou em El Salvador, no México, Chile, Peru, a dialética do desenvolvimento capitalista dependente não é essencialmente distinta da que procuramos analisar aqui, em seus traços mais gerais. Utilizar essa linha de análise para estudar as formações sociais concretas da América Latina, orientar esse estudo no sentido de definir as determinações que se encontram na base da luta de classes que ali se desenvolve e abrir assim perspectivas mais claras para as forças sociais empenhadas em destruir essa formação monstruosa que é o capitalismo dependente: este é o desafio teórico que se coloca hoje em dia para os marxistas latino-americanos. A resposta que lhe dermos influirá sem dúvida de maneira não desprezível no resultado a que chegarão finalmente os processos políticos que estamos vivendo (MARINI, 2017, p.345).

Marini (2017) não via a possibilidade de desenvolvimento da América Latina dentro do modo de produção capitalista, muito pelo contrário, o capitalismo dependente verificado na região somente iria ampliar cada vez mais as desigualdades socioeconômicas do continente, porque o subimperialismo e, conjuntamente, a superexploração dos trabalhadores se constituíam nas principais características presente dos respectivos países.

Assim, para Ruy Mauro Marini (2017), o subimperialismo se origina da reestruturação do sistema capitalista mundial, derivada da nova divisão internacional do trabalho a partir das leis próprias da economia dependente, que, essencialmente, correspondem aos seguintes elementos: a) a superexploração do trabalho, relacionada à produção de mais-valia absoluta; b) o divórcio entre as fases do ciclo do capital⁹⁰, a monopolização extrema em favor da indústria suntuária, integração do capital nacional ao estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção.

Desse modo, como revelou Ruy Mauro Marini, o caráter dependente da América Latina se dá desde a sua colonização e os seus modos de produção, ou seja, este intercâmbio desigual é inerente ao capitalismo. Logo, esta visão de dependência associada não está adequada de acordo com o sistema capitalista na América Latina, pois suas bases estão sempre atreladas à exploração, ou seja, os países dependentes nunca chegaram ao patamar dos países desenvolvidos (TIERS, 2022, p.222, Grifos nossos).

Em linhas gerais, o subimperialismo é resultante das próprias contradições do modo de produção capitalista na América Latina, e, em especial, em alguns países, como o próprio caso brasileiro, por meio de uma industrialização ligada ao capital estrangeiro, com um sistema de trocas marcado pela desigualdade. Porém, como frisa Ruy Mauro Marini, chegou-se a um ponto em que não bastava simplesmente continuar trabalhando somente a velha noção da questão das trocas – um dos limites dos trabalhos cepalinos –, mas sair do aspecto fenomênico (aparente) apresentado pelas trocas e observar a apropriação de valor, que consiste no grande responsável pela produção de mais-valia, a partir da superexploração da força de trabalho. Para o autor em questão, o caminho mais indicado para a saída dessa condição de subordinação,

⁹⁰ Referenciado pelo trabalho de Karl Marx sobre o ciclo do capital, Marini concluiu que o processo será totalmente diferente do que aconteceu no capitalismo europeu ou mesmo o estadunidense. Veja-se: no ciclo do capitalismo clássico, na circulação há compra de meios de produção e força de trabalho por parte dos capitalistas, na sequência a conjugação de forças produtivas e trabalho leva à produção de mercadorias e, por fim, as mercadorias são vendidas já com os valores agregados, fazendo-se o ciclo do capital. No caso da América Latina, o processo será bem diferente, pois não se objetiva a produção para o consumo interno e sim para a exportação, a venda sendo realizada para fora, para o exterior. Desse modo, a composição orgânica do capital (capital constante + capital variável) é considerada baixa, pois em função da abundante mão de obra não é necessário o investimento em maquinaria. Sobre a maquinaria, também se tem uma fase distinta desse capitalismo, haja vista que no passado as máquinas eram adquiridas na condição exclusiva de mercadorias, agora, com a internacionalização da economia “periférica”, o maquinário significa investimento por parte do capital estrangeiro, representado pela atuação das multinacionais. Empresas que cada vez mais foram ganhando terreno – em todos os sentidos – nas regiões consideradas como “periféricas”.

de exploração, de dependência, seria por uma revolução socialista, pois, do contrário, o caminho a ser percorrido seria em direção à barbárie.

2.2.2.2. A vertente heterodoxa: Fernando Henrique Cardoso e o capitalismo dependente e associado

Fernando Henrique Cardoso, diferentemente de Ruy Mauro Marini, defende a tese de que poderia haver desenvolvimento dentro da condição de subdesenvolvimento do continente latino-americano, notadamente no Brasil. O sociólogo, que procurou dialogar com as teorias marxistas e com alguns dos conceitos elaborados pelo alemão Max Weber, foi um dos expoentes da vertente heterodoxa da Teoria da Dependência, o mesmo chegou a realizar trabalhos para a CEPAL no início dos anos sessenta, aprofundando-se nos debates sobre o desenvolvimentismo, que estavam muito latentes naquela época. Fernando Henrique Cardoso, todavia, discordava da visão dualista pregada pelos cepalinos, que caracterizam as economias latino-americanas como marcadas pelo embate entre o setor tradicional (arcaico) e o setor industrial (moderno), com o primeiro sendo o grande responsável pela condição de atraso do continente, devido ao pouco desenvolvimento das forças produtivas presenciado no espaço rural.

Assim, Cardoso questiona algumas análises cepalinas, considerando-as economicistas demais, pois, no seu entendimento, os referidos estudos acabavam deixando de fora a participação dos sujeitos, dos atores sociais, que são sempre os responsáveis pela construção da história, ou seja, as classes sociais e, principalmente, as relações dessas classes com a política dos seus respectivos Estados. Desse modo, observou que a industrialização, de fato, poderia levar ao desenvolvimento do continente, porém se fazia necessária a parceria com o capital privado, nessas condições advoga que o capitalismo do continente será dependente e associado, mas essa situação não poderia ser interpretada como algo negativo, pelo contrário, pois, para o sociólogo, as trocas comerciais entre “centro” e “periferia”, mesmo que ainda desiguais, de alguma maneira serviriam para a inserção da América Latina no comércio mundial; nas palavras do próprio Fernando Henrique Cardoso, deveria acontecer a internacionalização das economias ditas “periféricas”, com a internacionalização do mercado interno, a partir dos investimentos do capital externo, representado, neste particular, pela atuação das empresas estrangeiras,

Assim como os demais desenvolvimentistas da época, **Fernando Henrique Cardoso propôs um desenvolvimento capitalista associado aos grandes centros, o que ele vai chamar de “dependência associada”**. E vai dar uma grande importância para o Estado, no que tange a associação com os grandes capitalistas e com relação também ao jogo de poder (TIERS, 2022, p.222, Grifos nossos).

Uma das principais obras sobre a Teoria da Dependência escrita por Fernando Henrique Cardoso foi em parceria com o sociólogo chileno, Enzo Faletto (1935-2003), o trabalho intitulado: “Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica,”⁹¹ publicado originalmente em 1969, na cidade do México.

Essa obra é considerada um clássico sobre a teoria da dependência, nela as premissas do capitalismo dependente e associado já estão bastante delineadas, apresentando-se um mapa geral do continente latino-americano. Assim, esses autores interpretaram que o subdesenvolvimento não seria apenas decorrente de elementos de natureza econômica – diversificação das atividades produtivas, desenvolvimento dos setores agrários considerados atrasados ou mesmo um protecionismo moderado por parte do Estado, como defendiam os autores cepalinos –, mas da condição de resultantes dos arranjos político-sociais no interior de cada formação social que constitui a região ibero-americana. Desse modo, Cardoso e Faletto (2011) reiteram a necessidade de que os Estados nacionais do continente realizassem a internacionalização de suas economias – uma das facetas da mundialização do capital – pois a entrada de bens de produção, de indústrias de base, de capitais, propiciaria o desenvolvimento/progresso para o continente como um todo.

Na citação abaixo, os autores enfatizam que o social e o econômico não podem ser interpretados como participando de polos isolados, estanques ou numa relação dicotômica, mais uma vez reforçando o caráter da crítica, sobretudo ao determinismo econômico, algo muito caro por parte dos pesquisadores que integravam os quadros da CEPAL,

[...] não pode ser só estrutural, mas que tem de compreender também o modo de atuação das forças sociais em jogo, tanto as que tendem a manter o status

⁹¹ A principal categoria weberiana trabalhada nessa obra é a tipologia ideal, pois, com base neste conceito, os autores classificam tipologias econômicas entre os países que fazem parte da América Latina, classificando-os em: economias de enclave, devido às intervenções estrangeiras diretas no setor exportador, precisamente, na América Central, Bolívia e em menor escala no Chile e no México. As outras eram economias comandadas pelas elites locais que trabalhavam com agricultura, os casos, por exemplo, do Brasil e da Argentina.

quo como aquelas que pressionam para que se produza a mudança social. [...] como essas forças estão relacionadas entre si e expressam situações com possibilidades diversas de crescimento econômico, a interpretação só se completa quando o nível econômico e o nível social têm suas determinações recíprocas perfeitamente delimitadas nos planos interno e externo (CARDOSO & FALETTO, 2011, p. 65).

Embora, reconhecessem que havia diferenças no tocante aos tipos de produção verificados entre os países da América Latina, uns estavam com uma condição de industrialização mais avançada que outros, era necessária sua inserção no mercado mundial, no desenvolvimento interno, por meio da atuação dos investimentos vindos de fora. Em outras palavras, os investimentos seriam de fora para dentro e não mais o inverso, como acontecia no passado. Tendo-se uma relação dialética entre “centro” e “periferia”, de negação e afirmação, que, no final, seriam representativas das molas propulsoras para o desenvolvimento do continente.

Para permitir a passagem da análise econômica ou da interpretação sociológica usuais para uma interpretação global do desenvolvimento é necessário estudar desde o início as conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas, não só nessas sociedades e entre elas, mas também com relação aos países desenvolvidos, pois a especificidade histórica da situação de subdesenvolvimento nasce precisamente da relação entre sociedades “periféricas” e “centrais”. É preciso, pois, redefinir a situação de “subdesenvolvimento, levando em consideração seu significado histórico particular, pondo em dúvida os enfoques que apresentam como um possível “modelo” de ordenação de variáveis econômicas e sociais. Nesse sentido, há que se distinguir a situação dos países “subdesenvolvidos” com respeito aos “sem desenvolvimento”, e em seguida diferenciar os diversos modos de subdesenvolvimento segundo as relações particulares que esses países mantêm com os centros econômica e politicamente hegemônicos. Para fins deste ensaio só é necessário indicar, no que se refere à distinção entre os conceitos de subdesenvolvimento e “sem desenvolvimento”, que este último alude historicamente à situação das economias e povos – cada vez mais escassos – que não mantêm relações de mercado com os países industrializados. (CARDOSO & FALETTO, 2011, p. 25).

Nesse sentido, o aumento da produtividade era uma peça primordial para a acumulação do capitalismo na América Latina, a partir de investimentos com a atuação do Estado para reverter a condição de subdesenvolvimento com o aumento dos aspectos técnicos de produção, porém os autores salientam a necessidade de conhecimento das especificidades da região, ou seja, o conhecimento histórico e estrutural e como essa condição/status de “periferia” foi sendo construída durante os séculos.

Formulando nesses termos a relação entre processo econômico, condições estruturais e situação histórica, ficam evidentes as limitações da utilização dos esquemas teóricos relativos ao desenvolvimento econômico e à formação da sociedade capitalista dos países hoje desenvolvidos para a compreensão da situação dos países latino-americanos. (CARDOSO; FALETTO; 2011 p.79).

Em outras palavras, os autores afirmam que o (sub) desenvolvimento do capitalismo na América Latina não pode ser interpretado à luz somente do processo europeu ou a uma mera questão impositiva do imperialismo, como era trabalhado pela escola marxista – principalmente os trabalhos sobre a teoria do Imperialismo elaboradas por Vladimir I. Lênin –, pois para Cardoso e Faletto, a partir da internacionalização do comércio, os laços econômicos entre “centro” e “periferia” não aconteciam mais como foram em tempos passados, na época do sistema de importação e exportação, agora “as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais” (CARDOSO & FALETTO, 2011, p.62).

As duas dimensões do sistema econômico, nos países em processo de desenvolvimento, a interna e a externa, expressam-se no plano social, onde adotam uma estrutura que se organiza e funciona em termos de uma dupla conexão: segundo as pressões e vinculações externas e segundo o condicionamento dos fatores internos que incidem sobre a estratificação social (CARDOSO & FALETTO, 2011, p. 37)

Aqui se percebe uma aproximação com o que já havia sido falado por Celso Furtado (2000), pois o economista brasileiro foi categórico na assertiva de que o subdesenvolvimento da América Latina não poderia ser interpretado como um etapismo ou um estágio que a região teria que atravessar para chegar ao desenvolvimento, senão como o subdesenvolvimento na condição de modelo específico de capitalismo praticado no continente, porém diferentemente do que coloca Furtado (2000), Cardoso e Faletto (2011) trabalharam com a tese de que poderia haver desenvolvimento mesmo se estando na condição de “periferia” do sistema.

Ao longo do trabalho, os autores, categoricamente, defendem a importância de as empresas internacionais (hoje chamadas de multinacionais) se instalarem no continente latino-americano, nesse caso a acumulação do capital não visaria somente

ao mercado externo⁹² ou mais especificamente o que consideravam como o “centro”, agora também, teciam-se investimentos dentro da “periferia” ainda que a situação de dependência permanecesse. Por isso, em suas análises, a necessidade do intercâmbio entre as burguesias nativas e as internacionais era um elemento considerável e primordial para o sucesso dos objetivos desejados pelo capital.

A esse respeito, Cardoso e Faletto (2011, p. 26) reforçam o argumento de que o subdesenvolvimento do Brasil é resultante do entendimento interno das condições socioeconômicas e culturais deste país com o próprio mercado mundial, o que, logicamente, acabou por construir peculiaridades em relação ao modo de produção capitalista desenvolvido no Brasil, o que será estudado mais à frente. Sobre a relação entre economias “periféricas” e mercado mundial, os autores apontam que:

[...] entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação [...]

O reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países originários.

A passagem de Cardoso e Faletto (2011) acima é bem interessante, principalmente quando descrevem a maneira como as economias consideradas subdesenvolvidas se relacionam historicamente com a economia mundial. Por meio de abordagem processual sobre a história, os dois autores estruturam sua análise em uma perspectiva de “dentro” para “fora”, do interno para o externo, mesmo porque existem particularidades/peculiaridades na expansão do modo de produção capitalista sobre a América Latina, embora as condições de dependência/subordinação tenham existido (ou continuem existindo) ao longo do continente.

⁹² Um dos pontos da crítica de Marini às abordagens cepalinas consiste na não percepção da transferência de valor por intermédio da atuação das empresas estrangeiras no continente, nesse caso, Cardoso e Faletto também não consideram esse ponto, chegando mesmo à afirmação de que só a presença das multinacionais já seria correspondente de avanço para a economia do continente como um todo.

Frise-se, a esse respeito, que o objetivo do modo de produção capitalista é a obtenção da mais-valia, a busca exacerbada por lucro a partir do processo de exploração da força de trabalho. No caso brasileiro, os projetos iniciais começaram a ser expostos, delineados, a partir dos anos de 1930, com a chamada Era Vargas (1930-1945) – como resultantes da revolução de 1930, e a proposta de rompimento com a República Velha, com o ruralismo, que caracterizava o Brasil –, mas de maneira substancial essas políticas só aconteceram com mais solidez, depois da Segunda Guerra mundial, principalmente a partir do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e com os governos subsequentes, variando somente sua profundidade e forma em sua relação com o capital externo. Pois, como sabido, o mundo pós-Segunda Guerra Mundial assistiu ao processo de reestruturação do modo de produção capitalista frente às ameaças causadas pelo avanço do modo de produção socialista. Diante disso, teve-se uma luta desenfreada entre as grandes potências – EUA e URSS – para a marcação de seus espaços no cenário de Guerra Fria, com isso as narrativas sobre o desenvolvimento da industrialização e o diálogo mais acentuado com o capital privado, com o tempo, foram ganhando mais relevo.

2.3. O Brasil e os Projetos Desenvolvimentistas (1951-1985)

As políticas desenvolvimentistas se constituíram em uma das características mais marcantes da América Latina, após a Segunda Guerra Mundial, e, em especial, com a criação da CEPAL, antes disso, entretanto, já havia alguns esboços no sentido do desenvolvimento econômico sustentado por intermédio das ações do Estado em alguns países, como no caso do Brasil, durante a Era Vargas (1930-1945) e sua política da substituição de importações. Contudo, como se está analisando a expansão do capitalismo após a Segunda Grande Guerra Mundial, a política desenvolvimentista promovida pelo Estado Brasileiro será dividida em dois momentos específicos: o primeiro, estendendo-se de 1951, com o segundo governo de Getúlio Vargas, até o ano de 1964, com a eclosão do Golpe Civil-Militar, momento esse marcado pelo chamado nacional desenvolvimentismo, variando apenas a intensidade no diálogo do Estado com o capital estrangeiro. O segundo momento, por sua vez, abrange todo o período do Regime Militar, precisamente de 1964 até 1985, caracterizado pelo fortalecimento do processo de internacionalização (mundialização) da economia nacional e, por extensão, da inserção de regiões e estados do território

nacional, como o caso do Maranhão, na corrida expansionista do modo de produção capitalista.

2.3.1. O Nacional Desenvolvimentismo (1951-1964)

Em passagens anteriores, discutiu-se ter sido o modelo desenvolvimentista uma característica que acompanhou vários governos ao longo do continente latino-americano, e, o Brasil, possivelmente, tenha sido um dos casos mais representativos dessa política, pois o país durante o período de aproximadamente três décadas teve o crescimento bastante significativo em relação a suas atividades econômicas⁹³. Sendo assim, para a presente seção, discutir-se-á, de passagem, as políticas econômicas promovidas durante os governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e de Juscelino Kubitschek (JK) (1956-1961), a escolha dos respectivos governos se deu pelo entendimento de que os mesmos foram os mais representativos no desenvolvimentismo do período supracitado.

A política nacional desenvolvimentista entre os respectivos governos se diferenciava em relação à participação da entrada do capital estrangeiro. A esse respeito, constata-se que Getúlio Vargas teve uma política mais nacionalista, enquanto Juscelino Kubitschek era mais desenvolvimentista. O primeiro, utilizando-se principalmente do capital estatal e o segundo, sobretudo, abrindo as portas do Estado nacional para a entrada das empresas multinacionais. Mas, apesar dessas diferenciações, os dois enxergaram no desenvolvimento/investimento industrial, o caminho para o tão desejado progresso, pois difundia-se a “crença” de que por meio da industrialização, da urbanização, do mundo citadino, as desigualdades socioeconômicas e culturais construídas historicamente no Brasil seriam finalmente superadas, com discursos que visavam, além da supracitada industrialização, ao desejo de integração do território nacional. Assim, para os representantes do poder público seria o instante em que o país sairia da condição de dependente e passaria para o status de Estado autônomo economicamente.

⁹³ O PIB do Brasil teve o crescimento 6,60% em 1962, uma década depois o Estado tinha entrado na casa dos 2 dígitos com o PIB de 11, 94% no ano de 1972, alcançando os valores mais elevados no ano seguinte com 13, 97%, começando a cair nos anos posteriores. Fonte: IBGE.

Então, inicialmente, destaca-se a política nacionalista, intervencionista por assim dizer, do Governo de Getúlio Vargas (1951-1954)⁹⁴, principalmente, com a criação da Petróleo Brasileiro S.A, a Petrobrás, por meio da Lei nº 2004/1953⁹⁵, embora isso não significasse que o capital privado não participaria desse processo, mas sim que a atuação do capital estatal seria bastante significativa para a marcha do desenvolvimento. O Estado, por essa ótica, teria que desenvolver a infraestrutura que propiciasse o processo de industrialização e um desses resultados seriam verificados, por exemplo, no processo de urbanização de algumas cidades ao longo do território brasileiro, apesar do contingente populacional residente no campo nos anos de 1950 ainda ser consideravelmente superior ao cidadão⁹⁶.

Sobre a intervenção do Estado na esfera econômica, Oliveira (2003, p.40) comenta:

O segundo aspecto refere-se à intervenção do Estado na esfera econômica, operando na regulamentação dos demais fatores, além do trabalho: operando na fixação de preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. Aqui o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir. Essa intervenção tem um caráter “planificador”, ao modo do Estado inglês que editava tanto o poor law como o cereal act, isto é, no “trânsito”, o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação. Nesse sentido, substituíam-se os preços do “velho mercado” por “preços sociais”, cuja função é permitir a consolidação do “novo mercado”, isto é, até que o processo de acumulação se oriente, com certo grau de automaticidade, pelos novos parâmetros, que serão o novo leito do rio. Os “preços sociais” podem ter financiamento público ou podem ser simplesmente a imposição de uma distribuição de ganhos diferente entre os

⁹⁴ O Brasil encontrado por Vargas em 1951 possuía algumas diferenças em relação ao país que havia “deixado” em 1945, sobretudo, com a emergência de novas classes urbanas que eram fruto do processo de industrialização e começavam a ter destaque no campo político, embora isso não signifique a anulação da participação de uma elite agrária exportadora e comercial nas decisões políticas (LIMA, 2019).

⁹⁵ Em 1954, o governo propôs a criação da Centrais Elétricas Brasileiras, a Eletrobrás. Porém, o projeto só foi aprovado em 1961. Objetivava-se a ampliação de oferta de energia para o território nacional, pois, em especial, no campo, a eletricidade ainda não tinha chegado. A falta de energia no mundo rural era uma das condições que mais acentuava as contradições do capitalismo brasileiro, pois se por um lado, acontecera o “surto” urbano, por outro lado, presenciava-se um Brasil que parecia ainda imerso no século XIX.

⁹⁶ Conforme o censo de 1950, a população total do Brasil era de 51.944.397 milhões. Divididas entre: Espaço urbano – 18. 782. 891 e, por sua vez, a Rural – 33.161.506. Nos recenseamentos seguintes, a diferença entre cidade e campo começa a diminuir, vejamos: 1960, a população total do Brasil foi de 70 milhões; População urbana – 31. 303.034 e população rural – 38. 767. 423. Percebendo-se um crescimento da população urbana em relação ao campo. Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/?id=767&view=detalhes>. Acesso em 07 de janeiro de 2020.

grupos sociais, e a direção em que eles atuam é no sentido de fazer da empresa capitalista industrial a unidade mais rentável do conjunto da economia. Assim, assiste-se à emergência e à ampliação das funções do Estado, num período que perdura até os anos Kubitschek (OLIVEIRA, 2003, p.40).

O ruralismo no Brasil era bastante significativo no início dos anos de 1950, existindo o distanciamento, em todos os sentidos, entre a cidade e o campo. Além desse distanciamento entre cidade e campo, também havia, no aspecto econômico, as diferenças entre as regiões Norte e Sul do país. Um dos pressupostos da política de Getúlio Vargas, por isso, era a constituição de um projeto de integração nacional que, em tese, diminuiria esse quadro de distanciamento; então, a proposta se apoiava na expansão da industrialização de base/capital, o que, por sua vez, contribuiria sistematicamente para a urbanização das cidades. Desse modo, as tentativas de viragem da página de um país que, até então, caracterizava-se pela forte presença do mundo rural, era um dos objetivos a serem alcançados tanto pelos representantes do poder público, quanto pela iniciativa privada.

Isso posto, buscava-se inserir o Estado nacional brasileiro nos caminhos do desenvolvimentismo em sua plenitude, ao menos em teoria, pela superação de práticas consideradas arcaicas, atrasadas, verificadas no espaço rural, combinando-se, desse modo, o crescimento econômico com os princípios democráticos, diferentemente do que havia acontecido no Estado Autoritário – o Estado Novo (1937-1945) – do último governo de Getúlio Vargas. O projeto seria tornar o Brasil uma grande referência não apenas para o continente latino-americano, mas para o mundo de maneira geral.

Getúlio Vargas, contudo, não conseguiu concluir o seu mandato presidencial, suicidando-se⁹⁷ em 24 de agosto de 1954, seu mandato teve que ser finalizado

⁹⁷ “Na primeira hipótese de explicação, a do assassinato, os ‘viúvos e viúvas’ de Getúlio Vargas explicitavam que não aceitavam de nenhuma forma, apesar das evidências e dos exames de balística, a dura realidade de ver sucumbir o paradigma da brasilidade. As manifestações de histeria registradas no velório e no cortejo que seguiu o corpo de Getúlio Vargas do Palácio do Catete até o Aeroporto do Rio de Janeiro eram o sinal de desespero da massa, educada por tantos anos a ver naquele morto o pai da nação. Era muito provável, para essa massa, que, tendo em vista a atmosfera política do país e as pressões para que o líder renunciasse, tivesse havido um assassinato.

Na segunda hipótese, Getúlio fora de certa forma obrigado a ‘deixar a vida para entrar na história’, porque, além de enfraquecido pela idade – a visão da época era a de que seus 72 anos estavam lhe pesando -, deixara-se assessorar por pessoas que ou não merecia sua confiança ou tinham tantos poderes que punham em risco a estabilidade política do país. Além disso, a maneira como Lacerda, a UDN, e seus opositores no Exército estavam usando o caso fazia com que não restasse alternativa senão deixar o poder, uma vez que Vargas dissera que do Catete só sairia morto.

inicialmente por José Fernandes Campos Café Filho (1954/1955), que era o seu vice, e, na sequência, por Nereu de Oliveira Ramos (1955/1956), Presidente do Senado Federal, em um período dos mais conturbados da história política recente do Estado brasileiro.

Entretanto, a partir de 31 de janeiro de 1956, o Estado brasileiro passou a ser governado por Juscelino Kubitschek de Oliveira, eleito Presidente⁹⁸, – antes havia sido governador do estado das Minas Gerais, além de ter sido prefeito da capital mineira, Belo Horizonte – dando sequência à política nacional desenvolvimentista tendo como lema de trabalho: “Cinquenta anos de progresso: cinquenta em cinco”, o qual tinha como finalidade a modernização da economia nacional, como não poderia ser diferente, também, por meio dos investimentos na industrialização. Objetivando-se que o Brasil deixasse a condição de mero país agrário-exportador, pensando-se numa indústria que poderia ser autônoma e autossuficiente. Entretanto, mesmo assim, o Brasil não perderia sua principal faceta econômica, que correspondia à condição de Estado agrário e exportador, olhando para “fora”, conforme se pode verificar nos indicadores de produção no intervalo de 1945 a 1960,

Entre 1945 e 1960, no período pós-guerra, o PIB brasileiro cresceu em torno de 6,3% ao ano. No início da década de 1960, o processo de substituição de importações já tinha obtido sucesso considerável, mas o país mantinha estruturas agrárias retrógradas e conflitos crescentes entre as forças sociais que lutavam por mudanças e aquelas que resistiam e temiam as demandas desses setores progressistas. Entre 1961 e 1967, o crescimento econômico desacelerou. A discussão das razões econômicas e políticas dessa perda de dinamismo ajuda a compreender as políticas empreendidas pelos governos autoritários no Brasil para a retomada do crescimento econômico (PRADO, 2010, p.23).

Na terceira tese, a do ato heroico, sugeria-se que o suicídio fora a maneira encontrada por Getúlio para deixar a nação livre das ‘aves de rapina’ (os liberais e o capital estrangeiro), que, usando o ‘mar de lama’ que cercava o Palácio, supostamente à revelia de Getúlio, pretendiam chegar ao poder, interrompendo, portando, todo o conjunto de diretrizes que havia sido construído para a nação a partir do golpe de 1930: um destino grande para um país grande, formado por um povo predestinado a ser único” (CANCELLI, 2010, p. 16).

⁹⁸ Em 3 de outubro de 1955, JK elegeu-se com 3 077 411 votos (35,68%), o general Juarez Távora recebeu 2 610 462 votos (30,27%), Ademar de Barros conseguiu 2 222 725 votos (25,77%) e Plínio Salgado conquistou 714 379 votos (8,28%). Juscelino obteve 400 000 votos a mais que o candidato da União Democrática Nacional, Juarez Távora, e 800 000 votos a mais que o terceiro colocado, o ex-governador de São Paulo, Ademar de Barros. Juscelino foi favorecido pelo lançamento da candidatura de Plínio Salgado, que tirou votos do candidato Juarez Távora.

Desse modo, como processo típico das nações dependentes, sua política econômica esteve ancorada na atuação do capital estrangeiro⁹⁹ por meio da eliminação das barreiras protecionistas que haviam caracterizado o governo nacionalista/intervencionista de Getúlio Vargas. Assim, o Plano de Metas¹⁰⁰ do governo Juscelino Kubitschek elencou como prioridades, para a destinação dos investimentos, os seguintes setores: os transportes, a alimentação, a energia, a educação e a indústria de base.

Porém, apesar de haverem sido elencados cinco setores para os investimentos, a atenção acabou não sendo a mesma em todos os campos, uma vez que os setores mais priorizados acabaram sendo os transportes, a energia e as indústrias. À guisa de ilustração, no que concerne aos transportes, a malha rodoviária do país cresceu consideravelmente com a abertura de algumas rodovias, como a BR – 153, popularmente conhecida como rodovia Belém-Brasília, propiciando a maior integração com a região Norte do país.

Em linhas gerais, a política nacional desenvolvimentista do governo Juscelino buscou conciliar a participação do Estado com os interesses do capital privado nacional, além dos incentivos à entrada do capital estrangeiro com a atuação das empresas multinacionais, com destaque para o desenvolvimento das indústrias de bens de consumo duráveis. O ramo automobilístico foi um dos setores que mais avançaram no governo JK, além de outros campos de produção de bens de consumo.

⁹⁹ “Em relação à associação com o capital internacional, podemos observar com mais clareza o que apontamos anteriormente em relação ao internacionalismo. Isso porque, a suposta ajuda financeira, refletida em acesso às técnicas e tecnologias estrangeiras, possuía uma vinculação com a política expressa através do termo internacionalismo, tendo em vista que estas ‘ajudas’ se apresentavam como uma forma de exercer poder e controle, perante aqueles não produziam ou não detinham tais elementos dentro deste cenário de disputas internacionais [...]”. (LIMA, 2019, p. 121-122). Sobre a internacionalização, como já exposto no tópico anterior, a questão era a transferência de valor para as empresas estrangeiras, com os capitalistas nacionais adotando políticas compensatórias, tais como: a superexploração da força de trabalho, e, por conseguinte, o fomento cada vez maior da disparidade de consumo e concentração de renda no país, especialmente, entre as regiões Sudeste e Nordeste.

¹⁰⁰ “O Plano de Metas, implementado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), procurou realizar de um golpe a instalação de um conjunto amplo e diversificado de setores industriais, modificando radicalmente a estrutura produtiva do país. Isso foi realizado por meio da expansão dos investimentos das empresas estatais (energia elétrica, petróleo, rodovias, portos etc.), das companhias de capital privado nacional (autopeças, têxteis, alimentícias etc.) e das corporações multinacionais (setor automobilístico, farmacêutico, metal-mecânico). Os investimentos das multinacionais concentraram-se, na década de 1950, em setores voltados para o mercado interno e acabaram tendo efeito líquido negativo em termos de geração de divisas. A capacidade de importar tornou-se dependente do dinamismo das exportações concentradas em commodities minerais e agrícolas, e ainda enfrentou o protecionismo dos países centrais” (IPEA, 2010, p. 10). Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2378>. Acesso em 02 de fevereiro de 2022.

Embora, tenha se consolidado para alguns segmentos da população brasileira a utilização de determinados bens de consumo, uma das consequências dessa política econômica foi o considerável aumento da inflação no Brasil e, por conseguinte, o avanço de sua dívida externa¹⁰¹. Todavia, no aspecto imagético, os “prelúdios” do desenvolvimento ou a possibilidade de realizá-lo causou impressões significativas em grande parte da população brasileira, que ficou maravilhada com a iluminação elétrica chegando em algumas localidades do Brasil, o asfaltamento e construção de rodovias em alguns localidades da federação, possibilitando ligações entre as regiões distantes, com as indústrias representando para o operariado – ou pelo menos a parcela que teve acesso ao universo das fábricas – a concepção de que as garantias dos seus direitos trabalhistas estariam assegurados.

Entretanto, a industrialização, em sua forma fenomênica, aparente, acaba mascarando relações de exploração do trabalho, como bem comenta Oliveira (2003, p. 78),

A outra vertente pela qual correrá o esforço de acumulação é a do aumento da taxa de exploração da força de trabalho, que fornecerá os excedentes internos para a acumulação. A intensa mobilidade social do período obscurece a significação desse fato, pois comumente tem sido identificada com melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, que, ao fazerem-se urbanas comparativamente à sua extração rural, estariam melhorando. Não há dúvida que o resultado dessa comparação é correto, mas ela não diz nada no que respeita às relações salário real custo de reprodução urbano da força de trabalho, que é a comparação pertinente para a compreensão do processo, tampouco às relações salário real- produtividade, parâmetro este que no período começa a crescer, em termos reais: o diferencial entre salário real e produtividade constitui parte do financiamento da acumulação

Dentro do processo de acumulação do capitalismo, dos grandes investimentos no setor privado, o comércio de mercadorias entrou em uma nova dimensão no Brasil, pois, a partir daquele instante, surgiram diversas mercadorias¹⁰² que, durante as

¹⁰¹ “Depois do mau ano de 1956 – quando o PIB cresceu apenas 2,9% com a consequente estagnação do PIB per capita – a economia cresceu, estimulada pelo programa de obras, ao ritmo inédito de 9% ao ano em 1957-1961. Em termos estruturais já em 1959 a indústria refletia parcialmente as consequências das políticas públicas com um aumento significativo das participações no valor adicionado das indústrias de bens de capital (5,2% em 1949 e 11,1% em 1959), bens de consumo durável (2,5% e 5%, respectivamente) e bens intermediários (30,4% e 37,3%), em detrimento de bens não duráveis de consumo. A inflação acelerou-se da casa dos 20% anuais para 30-35% no final do governo”. (ABREU, 2005, p. 26)

¹⁰² Conforme Marx (2003), a mercadoria possui a característica de fantasmagoria, do seu fetichismo, parecendo ter vida própria e, assim, ocultando o trabalho social responsável por sua existência. Marx (2003, p. 94) comenta: “A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais

décadas posteriores, mudariam significativamente as maneiras de sentir, pensar e agir de parte da população brasileira, sobretudo aquela localizada nos principais núcleos urbanos do país, mais especificamente, na região Sudeste. Algumas dessas mudanças trazidas com a propalada modernização, foram as seguintes:

Dispúnhamos, também, de todas as maravilhas eletrodomésticas: o ferro elétrico, que substituiu o ferro a carvão; o fogão a gás de botijão, que veio tomar o lugar do fogão elétrico, na casa dos ricos, ou do fogão a carvão, do fogão a lenha, do fogareiro e da espiriteira, na dos remediados ou pobres: em cima dos fogões, estavam, agora, panelas – inclusive a de pressão – ou frigideiras de alumínio e não de barro ou de ferro; o chuveiro elétrico; o liquidificador e a batedeira de bolo; a geladeira; o secador de cabelos; a máquina de barbear, concorrendo com a gilete; o aspirador de pó, substituindo as vassouras e o espanador; a enceradeira, no lugar do escovão; depois veio a moda do carpete e do sintético; a torradeira de pão; a máquina de lavar roupa; o rádio a válvula deu lugar ao rádio transistorizado, AM e FM, ao rádio de pilha, que andava de um lado para o outro junto com o ouvinte; a eletrola, a vitrola hi-fi, o som estereofônico, o aparelho de som, o disco de acetato, o disco de vinil, o LP de doze polegadas, a fita; a TV preto e branco, depois a TV em cores, com controle remoto; o videocassete; o ar condicionado. Fomos capazes de construir centrais telefônicas, amparando a relativa difusão desse meio de comunicação. [...]. Veio, também, o predomínio esmagador do alimento industrializado. O arroz, o feijão, o açúcar, as farinhas, de trigo, de rosca, de mandioca, já empacotadas de fábrica em sacos de plástico e não mais na hora, retirados de tonéis, de sacos ou vidros imensos e colocados em sacos de papel. Chegou o extrato de tomate; a lata de ervilha, de palmito, de milho; de legumes picados; o leite condensado; o leite em pó, alguns só para crianças; o creme de leite; o iogurte; novas espécies de biscoito e de macarrão; o achocolatado [...]. À cerveja, agora também em lata, a pinga, a cachaça, ao conhaque vagabundo, já tradicionais, juntaram-se a vodca, o rum, o uísque nacional ou nacionalizado, os vinhos do Rio Grande do Sul, muitos deles de qualidades duvidosas. O cigarro com filtro causou furor entre os fumantes. (MELLO & NOVAIS, 1998, p. 564/565).

inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores do trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos [...]. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos que recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias". Para Marx, a mercadoria possui uma dupla condição: valor de uso e valor de troca. A primeira, em virtude de sua utilidade social, por exemplo, uma camisa só é uma camisa a partir do momento que é vestida por alguém. O valor de troca, por sua vez, é definido pela quantificação do trabalho social necessário para sua efetivação. Desse modo, o trabalho social abstrato é o responsável por definir o valor das mercadorias e não o mercado como defendiam/defendem alguns liberais. Ao estudar a mercadoria, Marx objetiva ver a essência da sociedade burguesa, muito para além da forma fenomênica, aparente, como esta sociedade é apresentada.

Interessante a se observar é a mudança nos hábitos que as mercadorias citadas trouxeram para a população ou melhor para os que tiveram acesso (não somente) a esses bens de consumo, o seu fetichismo, como diria Marx (2003) causou impactos nos componentes materiais e imateriais dos seus consumidores e mesmo para os que não tinham condições de possuí-las, acabou fomentando o desejo em tê-las. Por exemplo: o rádio de pilha que poderia ser transportado para qualquer local foi importantíssimo para a ideia de mobilidade, uma vez que anteriormente as pessoas só podiam escutá-lo em suas respectivas casas ou, quando muito, em emissoras comunitárias que agregavam os indivíduos em praça pública; mais tarde, veio a televisão prendendo, também, os indivíduos em suas residências, a TV acabou por substituir o trabalho de integração que outrora era realizado pelo rádio; a máquina de lavar roupas que possibilitou a economia do esforço físico dos braços; sem contar, a geladeira com a possibilidade do armazenamento por mais tempo dos alimentos ou a mesmo a mudança no paladar com o advento d'água gelada, dos sucos, refrigerantes; ou o conforto trazido pelo uso do ar condicionado, sendo uma espécie de “deus” no controle do tempo, das temperaturas diante das mudanças climáticas. As panelas de alumínio em substituição às antigas panelas de barro foram algumas das novidades trazidas com a industrialização. O aspirador de pó substituindo as antigas vassouras, são algumas das diversas mercadorias que surgiram com a expansão industrial, a partir de meados dos anos de 1950. Passava-se, assim, a impressão de que o Estado estava em pleno desenvolvimento, isso foi um dos pontos de excelência das contradições do modo de produção capitalista em sua forma em um país de economia dependente.

Outro ponto frisado por Mello e Novais (1998), que vai ao encontro da política desenvolvimentista para o Brasil a partir dos anos de 1950, foi o consumo de alimentos industrializados “O arroz, o feijão, o açúcar, as farinhas, de trigo, de rosca, de mandioca, já empacotadas de fábrica em sacos de plástico e não mais na hora, retirados de tonéis, de sacos ou vidros imensos e colocados em sacos de papel”. Reiterando-se que as mudanças no capitalismo não se configuram somente no campo das relações de produção, mas também nos aspectos culturais, nos componentes superestruturais. Suas contradições, porém, não foram superadas e, logicamente, a desigualdade social resultante da considerável concentração de renda continuou sendo uma marca significativa para grande parte da população brasileira, uma vez

que muitos indivíduos não tiveram acesso aos novos bens de consumo produzidos com o processo de industrialização em curso.

Convém destacar que a mercadoria em sua condição “miraculosa” desperta o desejo de ser possuída, como uma espécie de “abre-te-sésamo” – decifra-me ou te devoro –, ela se apresenta, ao menos em teoria, como sendo acessível para qualquer indivíduo, porém, na realidade, esse poder de compra não pertence a todos os sujeitos, por um conjunto de fatores¹⁰³. Além do fato de as mercadorias – devido a seu fetiche – parecerem possuir vida própria, como se tivessem pernas e braços e pudessem se locomover sozinhas, elas tornam-se os grandes sujeitos e os homens seus objetos, uma espécie de serviços dos seus “poderes milagrosos”. A esse respeito Marx (2003, p. 92-93) destaca:

À primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas. Como valor-de-uso, nada há de mistério nela, quer a observemos sob o aspecto que se destina a satisfazer necessidades humanas, com suas propriedades, quer sob o ângulo de que só adquire essas propriedades em consequência do trabalho humano. É evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica a forma que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma da madeira, quando dela faz a mesa. Mas, logo que se revela mercadoria, transforma-se em algo ao mesmo tempo perceptível e impalpável. Além de estar com os pés no chão, firma sua posição perante as outras mercadorias e expande as ideias fixas de sua cabeça de madeira, fenômeno mais fantástico do que se dançasse por iniciativa própria

Um “santuário” de adoração para mercadoria surgiu com a inauguração do primeiro shopping center do Brasil, na cidade de São Paulo, nos anos de 1960, causando impacto muito significativo nos frequentadores/sonhadores daquele espaço, pois agora se poderia encontrar todos os tipos – ou quase todos – de mercadorias em um único local, economizando-se nessa perspectiva o uso do tempo, a própria logística de movimentação, em tese, facilitaria as formas de consumo. O fenômeno do shopping, na sequência, foi se expandindo para as principais cidades do território brasileiro.

Foi seguido logo na década de 70 pelo conjunto Nacional de Brasília, primeiro shopping a ser desenvolvido nos padrões internacionais, assim como outros

¹⁰³ Uma parte significativa dos trabalhadores recebe vencimentos somente para reprodução de sua condição de trabalhador, ou seja, recebem vencimentos apenas para atenderem as suas necessidades básicas com alimentação e vestimenta. Dito em outras palavras, o trabalhador recebe vencimentos apenas para a sua reprodução.

cinco shoppings: dois em São Paulo, um no Paraná, um na Bahia, e um em Minas Gerais. Havia uma extrema dificuldade na obtenção de financiamento para esse tipo de empreendimento, pois o mesmo necessitava de grande prazo de maturação e investimentos volumosos, assim, nessa década, a maioria dos shoppings foi construída com recursos próprios dos empreendedores ou com o auxílio de capitais internacionais (D'AIUTO, 2013, p.16).

Ou seja, a proliferação, a grande produção das mercadorias necessitava do surgimento de espaços onde sua diversidade pudesse ser acolhida, acomodada, com isso esses locais desempenharam a contento seus objetivos, ou melhor suas razões de existência. Criando, assim, a impressão de que o Estado brasileiro finalmente teria entrado no caminho do tão desejado progresso, do desenvolvimento e da prosperidade.

Imagem 11: SHOPPING CENTER IGUATEMI, em São Paulo. Primeiro Shopping do Brasil



Fonte: Oliveira (2013)

Ainda, destacando-se o processo de produção e industrialização do Brasil, a partir do final dos anos de 1950 e início da década seguinte, provavelmente, umas das mudanças mais consideráveis em algumas cidades do Brasil foi a instalação da rede de energia elétrica¹⁰⁴, porque o impacto imagético provocado nas pessoas foi impressionante, pois desde então não ficariam mais reféns do tempo impresso/imposto pela natureza. As próprias relações de sociabilidade passam a ser alteradas, pois, com a iluminação, novos tipos de comportamento foram produzidos, novos hábitos foram formulados, podia-se ficar mais tempo nas ruas, a ideia de que o dia teria se tornando mais longo – no espaço das indústrias, com certeza, essa percepção foi mais observada, principalmente quando era aumentada a jornada e intensidade do trabalho: outra condição que passou a vigorar na cabeça dos indivíduos.

A natureza muitas vezes era a “principal”¹⁰⁵ responsável por regular diversas atividades de produção, em especial, aquelas relacionadas com a propriedade da terra, como a agricultura, os trabalhos com a lavoura, etc. O advento da energia elétrica, todavia, apresenta nova infraestrutura diretamente relacionada com a necessidade da industrialização, pois a produção no modo capitalista não pode ser interrompida independente de ser dia ou noite. Dito em outras palavras, os avanços da urbanização em algumas cidades são resultantes da implantação das indústrias nesses locais, além claro, da própria mecanização do campo, que ganhou forças nessa época e que, de alguma forma, teve impactos no mundo citadino, quer seja com

¹⁰⁴ Com a morte de Getúlio, em 1954, houve um conturbado período político que durou até a posse de Juscelino Kubitschek, em 1956. O governo Kubitschek foi marcado por um acelerado crescimento econômico, inclusive com prioridade para os projetos do setor de energia elétrica, quando foram construídas várias usinas hidrelétricas, fundada a segunda empresa geradora federal de energia, Furnas, com financiamento do Banco Mundial, criado o Ministério de Minas e Energia (MME), incentivados os planos de expansão das empresas estaduais de energia, principalmente no Sul e Sudeste, entre outras ações, que visaram prover o Brasil da energia elétrica necessária para a sociedade. Nesse governo, o BNDE geriu os fundos do setor elétrico e era o seu banco financiador. O modelo institucional do setor começou a mudar, em 1962, com a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), que já nasceu como uma grande empresa, controlando Furnas e a Chesf, além de outras empresas, apesar de contrariar, entre outros, interesses nacionais (Chesf e Furnas) e internacionais (Light e Amforp)” (GOMES & VIEIRA 2009, p. 306).

¹⁰⁵ De acordo com Smith (1988), a natureza não seria uma dádiva ou emanção metafísica, mas uma produção do próprio homem, uma vez que os indivíduos, na necessidade de reprodução de suas condições de existência, vão modificando-a e por extensão, também, são modificados. Smith retoma a discussão que Marx já havia colocado no século XIX sobre a relação homem/natureza e como os dois são complementares. Com isso, Smith discordará de concepções dualistas sobre a natureza, concepções essas que separavam a natureza e a sociedade; assim como Marx, Smith conclui que a natureza é histórica, até porque os homens são sujeitos historicizados e por isso natureza e homem formam apenas um corpo.

os produtos produzidos no campo ou mesmo com o considerável contingente humano que foi para as cidades vender suas forças de trabalho e apostar na crença de que poderiam ter uma vida melhor.

Evidentemente, as mudanças trazidas pelo capitalismo em ascensão não se restringiram somente ao campo da produção, mas ao universo dos valores, dos costumes, do comportamento dos indivíduos, à dialética do tempo natural e o tempo das indústrias, à disciplina imposta pelas fábricas, em detrimento da organização do trabalho pautado pela natureza; enfim, a compreensão da industrialização não pode ser vista somente pelo viés das mudanças nas relações de produção, mas também pelos componentes culturais que surgiram a partir desse novo cenário da atuação das fábricas. Ainda em um contexto que se pregava estar o Brasil caminhando a passos largos no sentido do desenvolvimento.

Os prelúdios da industrialização trouxeram consigo os discursos em defesa do progresso, do desenvolvimento, da chamada civilidade, da modernização. No tocante ao desenvolvimento das forças produtivas, incontestavelmente, avançaram significativamente em relação às décadas anteriores, o capital constante trouxe uma sensação de maior produtividade referente ao trabalho. Acrescenta-se, também, que a população estava em franco crescimento em virtude da diminuição das taxas de mortalidade.¹⁰⁶ Isso é explicado por fatores como a expansão da rede de esgoto, acesso à água encanada, campanhas de vacinação passaram a ser produzidas em massa, acesso a diversos medicamentos considerados básicos, dentre outros motivos que levavam a esse tipo de impressão. Por exemplo, nos interstícios de 1940 a 1960 foi registrada a maior evolução das taxas de crescimento populacional, atingindo em 1960 a taxa de 2,9%.¹⁰⁷ Taxas que só iriam aumentar com as décadas seguintes¹⁰⁸.

¹⁰⁶ “No início do processo de transição demográfica, uma criança sujeita à lei de mortalidade da época, em 1940, esperaria viver em média 45,5 anos. Se do sexo masculino, 42,9 anos e do sexo feminino, 48,3 anos. A partir de meados da década de 1940, o nível da mortalidade cai rapidamente. O Brasil praticamente reduziu pela metade sua taxa bruta de mortalidade em apenas 20 anos, entre as décadas de 1940 e 1960. A taxa bruta de mortalidade do Brasil, que no período 1941-19503 era de 20,9 óbitos para cada mil habitantes, passou para 9,8‰, no período 1961-19704 ., um decréscimo de aproximadamente 53,1%. Em 1960, a expectativa de vida ao nascer foi de 52,5 anos, acréscimo de 7 anos em relação ao valor de 1940. E, em relação ao ano de 1970 o aumento foi de 12,1 anos para ambos os sexos” (IBGE, 2016, p.8).

¹⁰⁷ Conforme o IBGE, a população brasileira era de 41.236.315 habitantes em 1940, saltando-se para 75.191.370 habitantes, no ano de 1960. Por sua vez, no decênio posterior a população do Brasil era composta por mais de 90 milhões de pessoas.

¹⁰⁸ Os indicadores do crescimento populacional no Estado brasileiro só foram aumentando nas décadas posteriores, por exemplo, em 1970 nossa população já era superior a 90 milhões de pessoas. Nessa época, por parte dos países desenvolvidos, tentou-se pregar o discurso que uma das razões do subdesenvolvimento da “periferia” se dava em virtude de sua elevada taxa de natalidade, por isso

2.3.2. Os governos militares e sua política desenvolvimentista (1964-1985)

O Brasil, a partir de 31 de março de 1964, entrava em um regime de exceção, que duraria longos 21 anos (1964-1985) e que, por sua vez, no campo econômico, apoiava-se em políticas desenvolvimentistas, por intermédio de decretos/projetos que objetivavam a industrialização e integração de todo o Estado nacional. Para tanto, a retomada do crescimento, conforme os representantes do governo, seria iniciada com o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), entre cujos objetivos, destaca-se:

[...] tarefa de reduzir o nível de inflação e realizar o processo de modernização estrutural da economia brasileira. Coube a equipe econômica desempenhar importante papel na criação do Banco Central, disciplinando o sistema financeiro nacional; na regulamentação do mercado de capitais; na introdução do FGTS – Fundo de garantia por tempo de serviço; na criação do Banco Nacional de Habitação e do sistema financeiro de habitação; na formulação do estatuto da terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 106).

Prado (2011) fornece dados importantes sobre a indústria no Brasil, no início dos anos de 1970, precisamente, no período que ficou conhecido como o “milagre econômico”,¹⁰⁹ com ênfase para os investimentos na construção civil – umas das diretrizes para a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do sistema financeiro de habitação, expondo que:

A indústria de transformação cresceu, no período de 1971 a 1973, em torno de 13%; a de bens de consumo duráveis, 23%, puxada pela indústria de eletrodomésticos; a de bens de capital, 18%. Cresceram pesadamente também os setores de material de transportes, automobilístico, naval, elétrico e de comunicação. Esse processo chegaria ao seu apogeu, com capacidade utilizada em 100%, no final do ciclo de 1972-1973. Outra atividade alavancada pelos investimentos pesados foi a construção civil, principalmente na área de habitação. No momento em que o governo militar cometia as suas maiores atrocidades– institucionalizou a tortura; cerceou a imprensa; e instaurou a censura prévia–, o apoio popular ao governo aumentou assustadoramente, porque o crescimento da economia trazia a aparência de normalidade, e haviam ganhos expressivos em todos os setores da população. Alguns mais, outros menos, mas todos ganharam. Isso deu

assistiu-se campanhas com a finalidade de frear o crescimento populacional. Quando se sabe que o problema não é o contingente populacional, mas sim, a péssima distribuição de renda.

¹⁰⁹ “Desse modo, os anos de 1972-1973 assistiram ao auge do ciclo econômico. A taxa de investimentos chegou a atingir cerca de 27%, nível efetivamente elevado para qualquer economia capitalista. A taxa de acumulação das indústrias de bens de produção começa a acelerar-se a partir de 1970, atingindo seu ponto mais alto em 1973” (CATANI, 1989, p.106-107). O autor, refere-se ao período que ficou conhecido como o “milagre econômico” no Brasil, momento de considerável crescimento com o PIB passando dos 2 dígitos, porém o modelo em questão começou a apresentar sinais de fraqueza desde 1973, acarretando a inflação e por extensão, o aumento das desigualdades sociais em um país já repleto de contradições.

certo conforto à ditadura, que não precisava de votos para se legitimar, mas de crescimento. O cenário abalou um pouco os defensores das reformas de bases, que ficaram sem respostas. Mas o fundamental é que o Brasil cresceu de uma maneira acelerada, mas concentrando renda – argumento já usado pelo Banco Mundial. (PRADO, 2011, p. 22).

Percebe-se que a retórica da modernização e do crescimento econômico era algo presente nos discursos tanto do setor público quanto da própria iniciativa privada, não perdendo de vista que, mesmo com a regulamentação econômica sendo realizada pelo Estado, a participação do capital privado consistia em um parceiro fundamental para a efetivação da política em questão. Como salientado por Cardoso e Faletto (2011), deveria acontecer o diálogo entre capital privado, sobretudo o estrangeiro e o capital público, com o Estado como elemento de mediação. As instalações industriais e as produções de mercadorias seriam indicativos de que se estaria na marcha do desenvolvimento, ainda que para esses autores, fosse o desenvolvimento dentro do subdesenvolvimento. Dito de outra maneira, com a internacionalização do mercado brasileiro, com a presença das empresas estrangeiras (multinacionais) instaladas no território nacional, delineava-se a constituição do modelo de capitalismo dependente e associado.

Os indicadores supra, contudo, não significam que a distribuição desses bens de serviço/consumo aconteceu de maneira uniforme para a população em geral ou mesmo em todas as regiões do país. Diferenças socioeconômicas construídas ao longo de séculos continuavam presentes e os anos posteriores só viriam a reforçar essas características. Embora o Estado nacional tenha crescido em termos de desenvolvimento econômico, isso não significava melhorias na distribuição da renda, porque um contingente considerável de pessoas continuava a não ter nenhum acesso aos bens produzidos ou, em muitos casos, à possibilidade de trabalho.

Em relação à distribuição de renda no Brasil, Costa (1977, p. 40) fornece os seguintes dados a partir da análise do censo de 1970, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Apesar de sua área, a Região Centro-Oeste contribui com modestos 3,09% da renda interna do Brasil. É uma Região essencialmente agrícola, com uma percentagem muito baixa de renda do setor industrial, cerca de 6,40% da renda interna total. A renda do setor de serviços é maior, explicada pelo fato de que o Distrito Federal faz parte da Região e tem cerca de 89,63% de sua renda interna proveniente do setor de serviços. Ao observarmos a Região do ponto de vista do Brasil, sua renda agrícola é de cerca de 5,90% da renda agrícola interna brasileira. A renda do setor industrial contribui com menos de 1% para a renda industrial interna do Brasil, e a renda do setor de serviços

contribui com 3,06%. Portanto, esta é uma Região com uma orientação agrícola que ainda não é tão importante para o Brasil em termos de renda interna. A Região Nordeste vem a seguir, com 13,83% da renda interna do Brasil. Não difere muito das Regiões Norte e Centro-Oeste. A Região Nordeste tem nove Estados e somente três contribuem com mais de 1% para a renda interna brasileira: Bahia (4,17%), Pernambuco (3,37%) e Ceará (1,99%). O principal setor da Região, ao menos em termos de renda, é o da agricultura, que contribui com cerca de 35,80% da renda da Região. O setor de serviços responde por 52,72% da renda interna da Região. Uma explicação para esta contribuição elevada do setor de serviços está no grau de urbanização da Região, principalmente nos Estados mais desenvolvidos como a Bahia, Pernambuco e Ceará. Apesar da importância do setor de serviços, é nesta Região que se encontra o Estado de Alagoas, com a mais baixa renda do setor de serviços, contribuindo somente com 38,98% da renda total do Estado.

Constata-se que, apesar das políticas de industrialização, as regiões Norte, Centro-oeste e Nordeste¹¹⁰ continuavam predominantemente agrícolas. Em relação ao Centro-oeste, a renda oriunda das atividades industriais correspondia a apenas 6,4% do montante total da região. Por sua vez, o Nordeste, até aquele momento, correspondia a 13,83% da renda interna do Estado nacional brasileiro, sendo que sua contribuição com 35,80% correspondia somente ao que era produzido no setor agrícola, em virtude disso seu maior contingente populacional residia ainda no meio rural, apesar do crescimento urbano verificados em estados como Bahia, Pernambuco e Ceará.

Em contrapartida ao exposto sobre o Norte e Nordeste, observa-se no Brasil as regiões Sudeste e Sul mais avançadas em termos de urbanização, de industrialização, desenvolvimento das forças produtivas e solidez da política em torno do desenvolvimentismo, e, conseqüentemente, apresentavam com isso os melhores indicadores referentes aos aspectos socioeconômicos. Em outras palavras, a dicotomia “centro-periferia”, que havia sido muito bem trabalhada pelos pensadores da CEPAL, não acontecia apenas no âmbito das relações de “fora” para “dentro”, entre as potências europeias e os Estados latino-americanos, mas ocorria também nas relações internas entre as várias regiões que constituem o território brasileiro. Em muitos casos dentro dos estados que compõem a federação por meio das diferenças acentuadas entre o meio urbano e o rural. Disparidades que apenas colocam em

¹¹⁰ Acrescentando-se que ainda na década de 1950, precisamente, no governo Juscelino Kubitschek, foi criada a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), com a finalidade de desenvolvimento para as respectivas regiões do Brasil. Visando-se o desenvolvimento da região norte em 1966, por sua vez, no governo militar de Castelo Branco, é criada a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). As duas empresas estatais são bem representativas da importância do Estado para o sucesso das políticas desenvolvimentistas.

evidência as contradições do modo de produção capitalista e seu desenvolvimento desigual e combinado.

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade. Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual [...] é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados (SMITH, 1988, p. 221)

Em consonância com Ruy Mauro Marini (2017), essa dualidade ou diferença constitui uma das características do capitalismo produzido no Brasil. Sendo assim, o autor em questão não via, dentro desse modo de produção, a possibilidade de superação do quadro de discrepância, pelo contrário a tendência era consolidar cada vez mais a situação de desigualdades, de contradições, ainda mais pela condição de subordinação do Estado nacional brasileiro – o subimperialismo – frente às potências capitalistas.

Retomando a questão do Nordeste, Costa (1977) sublinha que somente Bahia, (4,17%), Pernambuco (3,37%) e Ceará (1,99%) contribuíam com mais de 1% para a renda per capita do Brasil, os demais estados possuíam menos que isso. Desse modo, percebe-se a considerável discrepância, principalmente na comparação com o desenvolvimento da produção industrial do Sudeste do país. A região Sudeste naquele momento correspondia a mais da metade da renda industrial desenvolvida no país, com destaque para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. O primeiro era responsável somente por 60 % da renda do Estado nacional em sua totalidade. Além do mais, esses números, em termos quantitativos, representavam mais de 70% da população brasileira como um todo.

Apesar das diferenças entre as regiões, a expansão do capitalismo aconteceu com toda força na cidade e no campo. O projeto integracionista que fora idealizado pelo Estado, com todas as suas contradições, acabou seguindo o seu curso. O desenvolvimento desigual pode ser bem observado nas diferenças entre o campo e a cidade, ainda mais em se tratando de um Estado que ainda mantinha fortes traços coloniais, em especial, no meio rural, assim,

A separação da cidade e do campo é tanto fundamento lógico quanto histórico da divisão social do trabalho contemporâneo no seguinte sentido: somente o proletariado estivesse livre da necessidade e responsabilidade de produzir seus próprios meios de subsistência é que essa divisão do trabalho poderia progredir como o fez. A separação da cidade e do campo não se origina com o capitalismo, mas é, ao contrário, herdada pelo capitalismo em sua origem. Somente com a libertação dos camponeses da terra e com a migração para a cidade é que se consuma a separação final entre cidade e campo. A separação da cidade e do campo é, por si mesma, um produto da divisão social do trabalho, mas vem a se tornar o fundamento, como dizia Marx, para a divisão do trabalho.

Não seria surpreendente que precisamente esta divisão do trabalho haja solapado seu próprio fundamento - a separação da cidade e do campo. A urbanização do campo, através da industrialização da agricultura, é hoje uma realidade indiscutível [...] A separação da cidade e do campo ainda hoje ocorre de alguma forma, mas deveria ser vista como uma relíquia das origens do capitalismo. Falar dela hoje como se fosse ainda uma questão central na determinação da divisão geral do trabalho, como se faz comumente, é ler Marx de forma acrítica e fossilizar a dicotomia campo cidade. Estritamente defendida, esta dicotomia é um derivado do dualismo ideológico mais amplo da natureza versus a sociedade - a máquina versus o jardim (SMITH, 1988, p.164-165).

Com a industrialização caminhando em larga escala, acreditava-se que ocorreria a superioridade populacional da cidade sobre o campo. Entretanto, esse processo não aconteceu de maneira homogênea no território brasileiro, conforme os dados do IBGE,¹¹¹ somente a partir dos anos de 1970 que a população urbana

¹¹¹ “ Em 1940, apenas 31% da população brasileira vivia em cidades. Foi a partir de 1950 que o processo de urbanização se intensificou, pois, com a industrialização promovida por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek houve a formação de um mercado interno integrado que atraiu milhares de pessoas para o Sudeste do país, região que possuía a maior infraestrutura e, consequentemente, a que concentrava o maior número de indústrias. A partir de 1970, mais da metade dos brasileiros já se encontrava em áreas urbanas, cuja oferta de emprego e de serviços, como saúde, educação e transporte, eram maiores. Em 60 anos, a população rural aumentou cerca de 12%, enquanto que a população urbana passou de 13 milhões de habitantes para 138 milhões, um aumento de mais de 1.000%. As desigualdades econômicas e a dificuldade de determinadas regiões em se inserirem na economia nacional, possibilitou a ocorrência de uma urbanização diferenciada em cada uma das regiões brasileiras.

A região Sudeste, por concentrar a maior parte das indústrias do país, foi a que recebeu grandes fluxos migratórios vindos da área rural, principalmente da região nordeste. Ao analisarmos a tabela abaixo, observamos que o Sudeste é a região que apresenta as maiores taxas de urbanização dos últimos 70 anos. A partir de 1960, com 57%, foi a primeira região a registrar uma superioridade de habitantes vivendo na área urbana em relação à população rural.

Na região Centro-Oeste, o processo de urbanização teve como principal fator a construção de Brasília, em 1960, que atraiu milhares de trabalhadores, a maior parte deles vindos das regiões Norte e Nordeste. Desde o final da década de 1960 e início da década de 1970, o Centro-Oeste tornou-se a segunda região mais urbanizada do país.

A urbanização na região Sul foi lenta até a década de 1970, em razão de suas características econômicas de predomínio da propriedade familiar e da policultura, pois um número reduzido de trabalhadores rurais acabava migrando para as áreas urbanas.

A região Nordeste é a que apresenta hoje a menor taxa de urbanização no Brasil. Essa fraca urbanização está apoiada no fato de que dessa região partiram várias correntes migratórias para o restante do país e, além disso, o pequeno desenvolvimento econômico das cidades nordestinas não era capaz de atrair a sua própria população rural.

superou a população rural na região Sudeste, no Nordeste ainda demoraria alguns anos para se alcançar essa condição.

Contudo, isso não inviabilizou a construção do imaginário em torno do das supostas facilidades encontradas mundo citadino, do universo das urbes, onde as cidades seriam os espaços naturais das indústrias e, por extensão, o local de acolhimento do considerável processo migratório ocorrido dos sujeitos sociais saindo do campo, haja vista que as cidades seriam representativas da possibilidade do encontro com o progresso, do encontro com uma vida sem sofrimentos; diferente da precariedade do mundo rural, a cidade passava a imagem do espaço das oportunidades, da garantia de emprego/trabalho, da liberdade, da não submissão do homem ao tempo natural, em suma, a cidade para muitos seria o sinônimo de autonomia,

As cidades são, por definição, a sede da economia industrial e de serviços. O crescimento urbano é, portanto, a contrapartida da desruralização do produto, e, nesse sentido, quanto menor a ponderação das atividades agrícolas no produto, tanto maior a taxa de urbanização. Portanto, em primeiro lugar, o incremento da urbanização no Brasil obedece à lei do decréscimo da participação da agricultura no produto total. Sem embargo, apenas o crescimento da participação da indústria ou do setor Secundário como um todo não seria o responsável pelos altíssimos incrementos da urbanização no Brasil. Esse fato levou uma boa parcela dos sociólogos, no Brasil e na América Latina, a falar de uma urbanização sem industrialização e do seu xifópago, uma urbanização com marginalização. Ora, o processo de crescimento das cidades brasileiras – para falar apenas do nosso universo – não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades. Aqui, uma vez mais é preciso não confundir “anarquia” com caos; o “anárquico” do crescimento urbano não é “caótico” em relação às necessidades da acumulação: mesmo uma certa fração da acumulação urbana, durante o longo período de liquidação da economia pré-anos 1930, revela formas do que se poderia chamar, audazmente, de “acumulação primitiva” (OLIVEIRA, 2003, p.70).

Esse foi o quadro pintado do Brasil em meados do século passado, com a retórica da modernização, do crescimento econômico, da integração, da civilidade, do desenvolvimento, tendo-se nos ares citadinos sua maior expressão de prosperidade, porém as contradições do modo de produção capitalista, com o tempo, foram sendo

Até a década de 60 a Região Norte era a segunda mais urbanizada do país, porém a concentração da economia do país no Sudeste e o fluxo de migrantes dessa para outras regiões, fez com que o crescimento relativo da população urbana regional diminuísse”. Disponível em: <http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html>. Acessado em 15 de março de 2022.

mais evidenciadas, principalmente no sentido de que o espaço da cidade, que traz o mantra da liberdade, também pode ser o mesmo dos cativeiros para o exército de reserva.

2.4. O capitalismo da “periferia”: o Brasil

A expansão do modo de produção capitalista ganha força a partir dos anos de 1945, época considerada como os seus “anos dourados”. No caso do Brasil, tem-se o desenvolvimento do capitalismo tardio,¹¹² se se considera que esse processo não aconteceu de maneira homogênea em todo o território nacional, apesar dos discursos e propagandas do Estado. Observe-se que o capitalismo não deve ser entendido como se fosse um ente externo que, do dia para a noite, instalou-se no território brasileiro, mas como um espectro já presente e em desenvolvimento internamente por meio das próprias contradições encontradas nestas terras, principalmente no que se refere à tradição agrária e ruralista. Sabe-se que o capitalismo se tornou preponderante, mas se almeja interpretá-lo dentro de uma abordagem dialética, a fim de compreender como instâncias divergentes – capital e trabalho – comportaram-se para que a coisa acontecesse.

O capitalismo no Brasil disputou e combinou o espaço com antigas relações de produção. Em muitos locais, convivendo com modos de produção bastante tradicionais, sua expansão acabou trazendo mudanças significativas ao *modus operandi* dessas localidades, a relação entre o campo e a cidade passou a ser ditada pelas novas perspectivas sobre o trabalho, sobre a vida e a morte, uma vez que as alterações no campo das relações de produção, sem dúvida, interferem no universo cultural/simbólico das formações sociais. Por exemplo, os impactos imagéticos e culturais que as fábricas causaram nos sujeitos foram impressionantes, com sentimentos que oscilaram entre o deslumbramento e a desilusão, o encanto e o temor, a esperança e o medo, o progresso e a barbárie, a vida e a morte.

¹¹² O termo capitalismo tardio é empregado pelo pensador marxista Ernest Mandel e se refere ao capitalismo pós-1945. Contudo, o termo é usado em outra perspectiva por João Manuel de Mello Cardoso (1982). Neste caso, o autor está em oposição à teoria da dependência apresentada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, para João Manuel de Mello, o capitalismo no Brasil não pode ser interpretado a partir da conjugação de fatores externos, do modelo de “fora” para “dentro”. O autor também critica a maneira economicista na dualidade “centro-periferia” trabalhada pelos estudiosos da CEPAL. Assim, o capitalismo tardio abordado por João Manuel Cardoso de Mello é referente ao modo retardatário de implantação deste modo de produção no território brasileiro.

Em se tratando do Brasil, o modo de produção capitalista está associado diretamente à propriedade do campo ou, em outras palavras, ao contato com a terra, pois nesse território se tem toda uma tradição da presença do campesinato desde os tempos coloniais, acrescida da condição de Estado exportador de bens primários para as nações integrantes do centro do sistema econômico, em especial a Europa e os Estados Unidos da América. Assim, a historicidade das relações sociais produzidas no campo é indispensável para o entendimento do tipo de capitalismo processado nesses espaços, com a mecanização do campo, com arrendamentos de propriedades, com a compra de terras por parte das multinacionais, em suma, com a hegemonização do capital.

A mecanização/industrialização foi responsável pela desestruturação das antigas relações de produção do campo, alterando-se o modo do trabalho com a terra. O modo de produção tradicional, muitas vezes pautado em relações familiares, visando-se à subsistência, é substituído pela lógica acumulativa do capital. Lógica baseada na produção da mais-valia, o que se constitui na maior característica do capitalismo: a produção não pode ser interrompida, acontece diuturnamente, e traz, desse modo, nova dinâmica para as relações de trabalho.

Com a tendência para a mais-valia absoluta, os capitais individuais são obrigados a reinvestir quantidades crescentes de mais-valia na compra cada vez maior de maquinaria de escala e de outros meios de produção, exigindo então contínua concentração do capital para facilitar a maior escala de produção. Agora, à proporção que a concentração do capital facilita o aumento da divisão do trabalho, o capital deve também encontrar os meios de reunir o que está sempre sendo dividido. E, como sempre, o capital transforma a necessidade em vantagem. Assim, o capital se beneficia com as forças sociais de cooperação inerentes ao trabalhador e as usa não somente para executar uma recombinação técnica do trabalho na fábrica, mas simultaneamente para reduzir os custos da produção e torna possível uma variedade de processos de produção que, sem a cooperação, seria impossível. Onde um grande número de trabalhadores são capazes de trabalhar lado a lado, devido à concentração do capital e à apropriação das forças de cooperação dos trabalhadores, o capitalista não mais simplesmente coloca para trabalhar um certo número de operários individuais, mas antes o trabalhador coletivo, cuja força produtiva excede a da soma dos trabalhadores individuais. (SMITH, 1988, p.177).

No caso brasileiro, observa-se o processo de superexploração da força de trabalho no campo, e, evidentemente, da retirada desses indivíduos dos seus meios de produção, tornando-os “livres” como pássaros, restando-lhes tão somente a venda de sua força de trabalho. Força essa que, na periferia do capitalismo, sofre o constante

processo de barateamento, em decorrência do considerável exército de reserva constituído.

Portanto, o processo de mecanização do campo não causou somente mudanças nos aspectos materiais dessas localidades, precisamente, mudanças em relação à utilização das forças produtivas e dos meios de produção, mas também provocou impactos significativos nos seus componentes culturais, nos aspectos simbólicos, na superestrutura desses espaços de sociabilidades, pois o capitalismo também é um modo de produção cultural. Por isso, entende-se que essa condição consiste em uma das principais razões explicativas para o fato de esse modo de produção conseguir se combinar com formas tão antagônicas, tão opostas e divergentes, encontradas nos territórios onde está em franco processo de expansão, para, na sequência, tornar-se hegemônico.

Oliveira (2003, p.80) apresenta um pouco da historicidade desse modo de produção no território brasileiro,

Neste ponto, uma reflexão deve ser feita sobre o papel do capital estrangeiro no Brasil e sobre as relações entre um capitalismo que se desenvolve aqui com o capitalismo internacional. Não há dúvida que a expansão do capitalismo no Brasil é impensável autonomamente, isto é, não haveria capitalismo aqui se não existisse um sistema capitalista mundial. Não há dúvida, também, que em muitas etapas, principalmente na sua fase agrário-exportadora, que é a mais longa de nossa história econômica, a expansão capitalista no Brasil foi um produto da expansão do capitalismo em escala internacional, sendo o crescimento da economia brasileira mero reflexo desta. Mas o enfoque que se privilegia aqui é o de que, nas transformações que ocorrem desde os anos 1930, a expansão capitalista no Brasil foi muito mais o resultado concreto do tipo e do estilo da luta de classes interna que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial. Em outras palavras, com a crise dos anos 1930, o vácuo produzido tanto poderia ser preenchido com estagnação – como ocorreu em muitos países da América Latina e de outros continentes de capitalismo periférico – como com Economia crescimento; este, que se deu no Brasil, pôde se concretizar porquê do ponto de vista das relações fundamentais entre os atores básicos do processo existiam condições estruturais, intrínsecas, que poderiam alimentar tanto a acumulação como a formação do mercado interno (OLIVEIRA, 2003, p.80).

Como se pode observar na citação acima, o processo de expansão do capitalismo no Brasil está mais vinculado a questões de ordem interna que propriamente a um mero reflexo de elementos de natureza externa. É fato que ocorreu um considerável processo de expansão desse modo de produção, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, acrescido de sua necessidade de reestruturação, em virtude das ameaças que o socialismo soviético estava colocando aos países

ocidentais. Entretanto, essa expansão aconteceu em combinação com as particularidades de cada localidade onde esse modo de produção foi se tornando o preponderante.

Sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, Florestan Fernandes (2008, p.64-65) faz uma análise bastante interessante:

A inegável desigualdade das formas de produção coexistentes e seus efeitos sobre o estilo de vida das populações do campo ou sobre o desenvolvimento econômico regional tem levado alguns cientistas sociais a interpretações dualistas rígidas. [...]. Pelo que afirmamos, a articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando-se em limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – em bases anticapitalistas, semicapitalistas ou capitalistas. **Por isso, estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem ser combinadas organicamente e articuladas no sistema econômico global. [...]. Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do “cálculo capitalista”.** (Grifos nossos).

Um ponto central na abordagem de Florestan Fernandes é quando se refere ao “cálculo capitalista” como uma das ações em sintonia com a perspectiva da combinação de modos de produção, sobretudo no entendimento de que as formas econômicas consideradas arcaicas não atuam como a função secundária ou mesmo suplementar no processo de configuração do modo capitalista de produção em ascensão. Em outras palavras, sob o capitalismo dependente, os setores considerados arcaicos constituem engrenagens para que esse tipo de capitalismo se efetive de fato.

Seguindo com a discussão sobre o capitalismo no Brasil, com a abordagem próxima à produzida por Florestan Fernandes, tem-se a análise de Francisco Oliveira (2003) e sua crítica ao que se convencionou chamar de razão dualista – o arcaico versus o moderno –, com uma narrativa em oposição ao discurso produzido pelos intelectuais cepalinos, que interpretaram os setores considerados arcaico como um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, Oliveira argumenta que o capitalismo no Estado brasileiro se desenvolve na dialética, no movimento contraditório do setor arcaico com o moderno, o que acaba fomentando, dessa forma, um modelo específico de modo de produção. Veja-se a colocação do próprio autor:

A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – **a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global**, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA, 2003, p.60, Grifos nossos).

A abordagem de Oliveira é bastante importante, entre muitos aspectos, por romper com toda a tradição que compreendia o não desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) econômico do Brasil ao fato da persistência de práticas de produção consideradas atrasadas, que, conforme a abordagem cepalina, seriam as condições que acabariam por inviabilizar o desejado progresso, pois o novo deveria suplantar o antigo. Os defensores dessa tese acreditavam que o Brasil deveria “olhar para frente”, romper com todos os laços que representavam atraso para a marcha do progresso e, por extensão, para o desenvolvimento. Desse modo, práticas tradicionais eram consideradas obsoletas, antiquadas, rudimentares, e, por isso, deveriam ser eliminadas para que o processo de expansão/consolidação do modo de capitalismo acontecesse em sua plenitude.

Em rota oposta e ancorado na Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, Francisco Oliveira (2003) procurou compreender o movimento dialético envolvendo o arcaico e o moderno, o velho e o novo. Não vendo, com isso, na forma de capitalismo praticado nestas terras, como sendo uma etapa de modo de produção capitalista, mas sim sua forma específica. Nesse sentido, a grande novidade trazida para o debate por esse autor consiste no fato de considerar o arcaico, o tradicional, como elemento responsável pelo desenvolvimento do capitalismo no Estado brasileiro, com uma condição *sui generis*: o novo surgindo por meio do diálogo com o antigo, no caso específico da própria situação de estado subdesenvolvido, haja vista que as contradições desse processo não devem ser observadas somente dentro do âmbito da relação do externo para o interno, ou de fora para dentro, mas internamente por meio da historicidade,

O “subdesenvolvimento” pareceria a forma própria de ser das economias pré-industriais penetradas pelo capitalismo, em “trânsito”, portanto, para as formas mais avançadas e sedimentadas deste; todavia, uma tal postulação esquece que o “subdesenvolvimento” é precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo. [...] em resumo, o “subdesenvolvimento” é uma formação capitalista e não simplesmente histórica. Ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida relação centro-periferia –, os teóricos do “modo

de produção subdesenvolvido” quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de Oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas (OLIVEIRA, 2003, p.33).

Desse modo, entende-se que os autores supracitados são primordiais, por trabalharem as relações envolvendo o considerado arcaico e o moderno em uma perspectiva dialética, por isso constituem-se referenciais importantes para a compreensão do processo de industrialização no entorno da comunidade do Maracanã, pois, neste caso, tem-se a relação entre modos de produção distintos, um que pode ser chamado de tradicional devido a objetivar, sobretudo, a subsistência, no caso do desenvolvido historicamente pelas pessoas da comunidade do Maracanã; e um outro, precisamente, o capitalismo em sua fase de expansão industrial, representado pelo DISAL, correspondendo ao momento de internacionalização da economia.

A natureza e os ritmos da transformação capitalista sob as grandes corporações “multinacionais” criaram a realidade histórica de nossa época. Os países retardatários são comensais desprezíveis ou simples repasto para os demais. Não há como fazer coincidir os tempos da história: as estruturas sócio-econômicas, culturais e políticas dos países capitalistas hegemônicos absorvem as estruturas dos países subcapitalistas, semicapitalistas ou de capitalismo dependente, submetendo-as a seus próprios ritmos e subordinando-as aos interesses que lhe são próprios. [...] O capitalismo selvagem [a forma assumida pelo capitalismo nos países dependentes] não reproduz o passado; e se nele há lugar para a “revolução burguesa”, está se apresenta de outra forma e com outros objetivos fundamentais. Sem dúvida, o desenvolvimento capitalista pressupõe muitos mecanismos econômicos, sócio-culturais e políticos que se repetem. Mas eles se repetem em tais condições e sob tais fundamentos, que apontam para uma realidade econômica, sócio-cultural e política específica, típica de uma situação histórica e de uma condição inexorável de dependência tecnoeconômica (FERNANDES, 1995; p. 139-140).

Fernandes (1995) não acreditava na autonomia da burguesia brasileira, muito pelo contrário, conforme esse autor, a condição de capitalismo dependente, verificado no Brasil se deve em função “dessas elites” serem subordinadas ao capital estrangeiro (as burguesias internacionais), objetivando a seu próprio desenvolvimento e não necessariamente a um projeto sólido de construção da nação e, por conseguinte, à independência econômica, propriamente dita, frente a esses países.

Por sua vez, Oliveira (2003) segue essa premissa, acrescentando que o atraso era condição primordial para a consolidação do modo de produção capitalista no continente como um todo e, especificamente, no caso brasileiro. Assim, Oliveira (2003) não rompe somente com o dualismo do estruturalismo cepalino, como também com as correntes da teoria da dependência, pois para este autor, ambas as abordagens (vertente ortodoxa e heterodoxa) acabaram “pecando” por suas visões binárias, engessadas, estanques do desenvolvimento capitalista no continente como um todo e no Brasil em particular.

Em resumo, a constituição do modo de produção capitalista no Brasil não deve ser interpretada por relações meramente dualistas, ainda que as diferenças entre a produção do campo (modo tradicional) e o espaço urbano (industrial) existam, essas relações são entrecortadas, a produção acaba sendo combinada de forma desigual.

3 O DISTRITO INDUSTRIAL E A EXPANSÃO CAPITALISTA NA ÁREA RURAL DE SÃO LUÍS

Analisa-se o processo de expansão do capitalismo no Maranhão e, por conseguinte, a instalação do Distrito Industrial de São Luís, como uma das facetas das políticas desenvolvimentistas para o estado Maranhão, verificando-se como tem acontecido o desenvolvimento desigual e combinado desse modo de produção na área rural da capital do estado.

3.1. O capitalismo na “periferia da periferia”: o caso maranhense

Compreende-se por “periferia da periferia”, a condição do Maranhão que, em meados do século passado, não era considerado um dos principais nichos econômicos entre os estados da federação. O amálgama entre políticas públicas (capital estatal) e a ação das empresas privadas, principalmente as consideradas multinacionais (capital privado) para o avanço do modo capitalista de produção em algumas regiões do Maranhão, dentre elas a capital, e, em particular, sua área rural, foi fundamental para o avanço do capitalismo a partir das últimas décadas do século passado. Momento esse que segundo Barbosa (2006) corresponde à transnacionalização da economia maranhense no cenário de expansão do capitalismo por meio do envolvimento entre o global, o nacional e o local.

Diante disso, como em outras localidades do território brasileiro, no Maranhão, a conquista do espaço rural por parte do capital (público ou privado) foi bastante sintomática, num estado que até os anos sessenta possuía um número considerável de sua população residindo na zona rural: a população total da capital do Estado, São Luís¹¹³, em 1970, conforme o recenseamento realizado pelo IBGE, era de 270.651 habitantes, sendo que destes 96.578 residiam no meio rural.

Ainda sobre o Maranhão, o recenseamento em tela trouxe os seguintes resultados:

Só a partir da segunda metade do século XX e que foram introduzidas algumas inovações no Maranhão; essa introdução tardia se deve, em grande parte, a localização periférica do Estado, tanto face ao Sudeste

¹¹³ São Luís é um bom parâmetro, pois a principal cidade do estado, no início da década de 1970 tinha mais de 35% de sua população residindo no meio rural. Um número bastante expressivo se tratando de uma capital.

como ao Nordeste. Entre esses elementos de modernização, destacam-se a implantação da usina hidrelétrica de Boa Esperança, no rio Parnaíba; o começo da instalação de sistemas de água e esgotos em cidades do interior; a implantação progressiva de um sistema de telecomunicações; a construção do moderno porto de Itaqui, em São Luís; a criação da Universidade; e a construção de rodovias. Merecem destaque especial as rodovias, algumas já implantadas e pavimentadas, outras em fase de implantação, possibilitando conexões entre o interior maranhense e o restante do País. Muitas dessas rodovias obedecem a um traçado visando à integração nacional, o que afeta a posição de São Luís como centro regional, ficando algumas áreas do Maranhão vinculadas a cidades de outros Estados. (IBGE, 1970, p. 16, Grifos nossos).

Observa-se pelos dados do IBGE o processo de modernização do estado por meio de algumas obras de infraestrutura, mas os mesmos dados só reforçam como a expansão capitalista no Maranhão pode ser considerada tardia. Evidentemente, isso não significa que práticas consideradas capitalistas não tenham existido no mundo rural do estado ou mais especificamente na área rural de São Luís, senão que esse modo de produção nessas localidades ainda não era o hegemônico ou considerado o dominante, pois ainda eram verificadas praticadas que podem ser consideradas não capitalistas, relações que eram ancoradas nos costumes, na tradição, ainda mais em se tratando de um estado que vivia basicamente da “agricultura tradicional, considerada rudimentar, e de práticas predatórias e a uma pequena indústria de babaçu, além do beneficiamento primário do arroz” (COSTA, 2003, p. 65). E, quando possível era realizada a exportação de matéria-prima – basicamente alimentos – para os estados vizinhos, embora com o meio rural marcado predominantemente pelas atividades produtivas visando à subsistência e com desenvolvimento bem específico do uso de suas forças produtivas, assim:

A expansão do capitalismo no espaço rural maranhense foi bastante cruel e dominadora tendo como consequência imediata a todo esse processo a exploração do lavrador, subordinando uma grande parte de camponeses ao poderio capitalista, além da destruição do modo rudimentar de produção, pois centenas desses camponeses possuíam uma ligação parental e uma produção agrícola semelhante ao estilo feudal sendo agora obrigados a entregar suas terras ao projeto da propriedade privada.

A agricultura capitalista imposta no campo maranhense em meados de 1960 teve como principal objetivo o lucro e conseqüentemente a acumulação de capital e para atingir esse objetivo os grupos de empresários que atuaram nessa região vão a todo custo forçar através da grilagem, uma transformação da agricultura local e tradicional numa agricultura industrial._(FERREIRA, 2022, p.123, grifos nossos).

Entre os pontos mencionados por Ferreira (2022), a questão da exploração do camponês e sua retirada forçada dos meios de produção por meio da prática da

grilagem é substancial para o entendimento de como aconteceu (ou na verdade ainda tem acontecido) a expansão do capitalismo no campo maranhense, muitas vezes, com a anuência do Estado, por meio do uso dos seus aparelhos de repressão, na concessão ou ainda no reconhecimento de propriedades que não eram pertencentes aos “forasteiros”, tudo em nome do que acreditavam ser o sinônimo de desenvolvimentismo ou do que costumam chamar pelo nome de progresso.

Pode-se afirmar que, todo esse processo de ocupação das terras devolutas do Estado representou o poder do capital, onde grileiros se utilizaram de diversos artifícios para poder legalizar essas áreas e assim iniciar o processo de venda dessas terras, o fato do estado também fazer parte de toda essa sistemática facilitou a execução da grilagem, na grande maioria dos casos podemos observar uma estrutura complexa de poder entre grileiros, pistoleiros e a força estadual, uma verdadeira “organização criminosa. (FERREIRA, 2022, p. 115).

O termo grilagem é referente à prática fraudulenta de adulteração de documentos dando a posse ilegal das terras. Consiste em colocar fezes de grilos sobre documentos para passar a impressão de que os mesmos são antigos e, por essa razão, aquelas pessoas seriam as legítimas donas das propriedades. Não se pode ignorar que essa prática só tem tido êxito no Maranhão, em decorrência da participação do poder público em suas mais variadas esferas – Executivo, Legislativo e Judiciário – além, claro, da atuação do aparelho repressivo da polícia, intimidando camponeses e auxiliando o grande capital.

Dessa forma, no campo se desencadeou a mecanização, com atuação de investimentos em capital constante, o que, por seu turno, acabou acentuando bastante os conflitos, devido à grande valorização das propriedades de terra, da mercadorização e das mudanças nas relações de produção. Salientando-se que as disputas continuam se estendendo até os dias contemporâneos em diversas regiões do estado, porque o Maranhão continua sendo um dos locais onde mais acontecem essas formas de contendas.

O Maranhão, estado com a população mais rural do país é também o que registra os maiores números de conflitos por terra no Brasil. As áreas de expansão do agronegócio no estado são as que possuem os maiores focos de conflitos por terra, o que relaciona os conflitos ao capital.

O Estado como instituição maior, deve mediar essas situações, mas acaba alimentando-as por eleger um modelo de desenvolvimento que pregue pela reprimarização econômica. A longo prazo a solução dos conflitos por terra ameniza a conflitualidade, o Estado exerce papel relevante na intervenção dos desencontros nas relações de poder.

A mediação de conflitos deve levar em conta os povos e comunidades, que devem ter seus direitos formalmente reconhecidos. A proteção as pessoas que sofrem violência, intimidação e ameaças deve ser assegurado. O combate a corrupção e ilegalidades dos órgãos oficiais relacionados a terra. As múltiplas formas de violência no campo devem ser investigadas, de modo que sejam julgados idealizadores e executores (SODRÉ, MACIEL et al, 2016, p.9).

Nesse contexto, a narrativa de modernização do estado do Maranhão ganhou força a partir do Governo de José Sarney (1966-1970): em seu discurso de posse, no dia 31 de janeiro de 1966, o político trouxe a retórica salvacionista para o estado, afirmando que o Maranhão estava vivendo no quadro de penúria, de atraso, de decadência¹¹⁴ e que o mesmo deveria se reencontrar com as “supostas” glórias que tivera no passado, mas que estavam “adormecidas” naquele momento. José Sarney, em seu discurso, apresenta o seguinte diagnóstico socioeconômico sobre o estado,

[...] Que é hoje o Maranhão, a que estado reduziram o segundo Estado do Nordeste em extensão territorial, com população de mais de 3 milhões de habitantes, privilegiadamente compreendido entre as desolações da região sem água e as devastações da encharcada terra amazônica, cortado de rios perenes e com imensas áreas ainda virgens e férteis?

Pois está o Maranhão reduzido a campeão de analfabetismo, com apenas 30% das crianças em idade escolar frequentando as escolas. Um leito hospitalar para quase 3.000 habitantes, com 1 para 500 no Pará e em Goiás; 1 leito para 200.000 habitantes no interior do Estado; apenas 8 municípios com abastecimento de água e apenas 2 com instalações sanitárias, num total de 128 municípios.

A educação média e superior são permitidas a faixas mínimas da juventude: apenas 1 em 200 habitantes chega ao ensino médio, contra 1 em 50 no Pará, 1 em 80 em Goiás e 1 em 100 no Piauí.

Números trágicos no que tange às endemias, com áreas onde a verminose atinge cerca de 90%, a esquistossomose a mais de 50% e o tracoma a mais de 40% da população. A situação não é menos dramática no setor de infraestrutura, como transporte e energia: a rede rodoviária com extensão de apenas 4.980 km, dos quais somente 514 de construção pelo Estado, contra 21.554 km do nosso vizinho e pobre Estado do Piauí, 12.098 no Ceará e mais de 30.000 km no Estado de Goiás. Um total de potência instalada de 7.784 kw, contra 28.000 no Amazonas, mais de 40.000 no Pará e quase

¹¹⁴ José Sarney, na verdade, é apenas mais um indivíduo que internalizou a narrativa da “Ideologia da Decadência” que tem sido muito cara para nossa história. Uma suposta singularidade que seria responsável por diferenciar o Maranhão do resto país. A mesma consiste na ideia de que um dia o estado teve um passado glorioso, tempos de opulência, em detrimento de um presente decadentista. Convém salientar que esse discurso nasceu nas primeiras décadas do século XIX quando a Província do Maranhão passava por um período de crise da lavoura de exportação. Por exemplo, Gaioso (1818) dirá que o passado dos tempos da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foram os tempos de glória. Sendo assim, a narrativa que começou no campo da economia, com o tempo foi sendo ressignificada para outras áreas, tais como: política, sociedade e cultura. Desse modo, a suposta São Luís francesa ou mesmo a Atenas Brasileira ou ainda, só para ilustrar, a cidade onde se fala o melhor português do Brasil são resultantes desse processo. Sobre a Ideologia da Decadência ver: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

30.000 kw no Ceará. Um só edifício no Rio de Janeiro, o Avenida Central, dispõe de quase o dobro da energia que se consome em todo o Estado do Maranhão.

A produção agropecuária, em termos rotineiros e de baixa rentabilidade por hectare, a produção industrial ínfima e numerosas chaminés de fábricas se apagando, levando ao desemprego milhares de trabalhadores.

O porto do Itaqui deixando o lendário para o anedotário; grandes regiões do Estado inteiramente isoladas e tendo como centro de integração os Estados vizinhos.

A renda per capita em último lugar da escala nacional: cerca de 1/3 da renda per capita média do Brasil.

E, sobretudo, fruto e raiz de tudo isso, o subdesenvolvimento político: **a imagem dos calamitosos dias da grilagem oficialmente patrocinada, dos enriquecimentos vertiginosos à sombra do Poder, das negociatas oficializadas, das violências policiais, da corrupção e das coações, dos vilipêndios que fizeram do Governo alguma coisa de sombrio** (MARANHÃO, 1966, p. 5,6, grifos nossos).

Curioso é que o recém-empossado Governador, no seu discurso, condenava a prática da grilagem que estava acontecendo no estado do Maranhão há algum tempo, mas três anos depois, em seu governo, foi promulgada a Lei 2979, conhecida como Lei de Terras,¹¹⁵ que, por sua vez, foi responsável por escancarar o campo maranhense para o capital internacional, provocando diversas lutas nesses espaços. A supervalorização das terras, a retirada dos camponeses dos seus meios de produção, a migração das pessoas para as cidades, foram algumas das consequências advindas com a referida Lei.

A questão da terra foi, portanto, assumindo termos radicais, definidos pelo confronto entre trabalhadores rurais e latifundiários, e com a intervenção do Estado, através de indenização e expulsão de pequenos produtores rurais e posseiros. Estes enfrentaram a mata, abriram as fronteiras agrícolas e prepararam a terra, mas, em seguida, chegava o “grileiro”. A intervenção do Estado no processo de reprodução do capitalismo no campo adquiriu diversas formas, especialmente através dos projetos de “apoio à pequena produção rural”, projetos de colonização, políticas de assentamentos, etc (BARBOSA, 2006, p. 84).

¹¹⁵ Lei 2979/69. A Lei em questão, consistia na venda de terras “devolutas” por parte do Estado para a iniciativa privada. Não somente ela, mas um conjunto de atividades com a finalidade de alinhar-se à política nacional de promoção do capitalismo potencializou os conflitos fundiários. Pode-se citar como exemplos: o projeto Carajás, os projetos agropecuários, a própria instalação do Distrito Industrial (DISAL) com a implantação do complexo ALCOA ou mesmo a industrialização no entorno da região do Porto do Itaqui. Acrescenta-se como resultante desta política o considerável crescimento demográfico que a cidade de São Luís passou a ter a partir dos anos de 1970. Conforme Ferreira (2022, p.110), “Essa lei significou a exclusão do camponês maranhense, pois logo em seguida o governo Sarney cria a Delegacia de Terras com o intuito de organizar a ocupação das terras devolutas do Estado e nesse momento o pequeno agricultor maranhense acaba sendo “engolido” pela modernização capitalista, pois uma grande quantidade de terras ficou na posse de grandes empresários sulistas. Além da delegacia de terras o governo também criou a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), a Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), além da Companhia de Terras do Maranhão (COTERMA), visando sempre estimular e expandir a concentração fundiária além da modernização no campo”.

São Luís sofreu com as resultantes das contradições dessa política desenvolvimentista, sobretudo em decorrência do considerável crescimento demográfico verificado na capital do estado, crescendo-se no decênio de 1970 quase 70% do que havia sido sua margem demográfica nos anos sessenta. A cidade não estava preparada para receber o considerável crescimento populacional assistido naquela década, com as pessoas retiradas de suas terras, ou mesmo de indivíduos influenciados pelo discurso de que o meio urbano seria emancipador e sinônimo de uma vida mais segura.

A população da capital em 1960 era de 159.628, por sua vez, no decênio posterior a população já era de 270.651 habitantes (IBGE, 1970). Esse crescimento foi proporcionado pela suposta política de modernização do Estado, com a expansão do capitalismo para o campo e para cidade, com a instalação dos primeiros complexos industriais, com os investimentos da iniciativa privada e a internacionalização de sua economia. Movimento que continua em marcha nos dias contemporâneos, com investimentos por parte da iniciativa privada, com os discursos referentes a colocar o Maranhão na seara da prosperidade, do progresso, dentre outras teses desenvolvimentistas.

Sobre as contradições da política desenvolvimentista propiciadas pelo governo José Sarney, Costa (2002, p. 15-16) destaca:

Esta “mudança” significou a incorporação do Maranhão ao projeto autoritário, excludente e repressor do regime militar, ao seu projeto de modernização conservadora. Significou ainda uma maior abertura ao processo de expansão do capitalismo monopolista na Amazônia, o qual aprofundou as desigualdades sociais, acelerou o processo de concentração fundiária, assim como a violência, a grilagem e a expulsão dos trabalhadores de suas terras, aumentando enormemente os conflitos no campo em toda a região. Por outro lado, o governo Sarney (1966-70) anunciava um Maranhão Novo, uma nova época de prosperidade e modernização. Os jornais comentavam sobre o “milagre maranhense”, pois a economia estaria crescendo a índices bastante elevados. Falava-se também em “desenvolvimento com justiça social”. E poderíamos perguntar: como os trabalhadores compreendiam e viviam esse momento? O que significava esse processo para a grande maioria da população? Que “santo” era esse? Esse “milagre” favoreceu a quem? E assim, os governos estaduais seguintes, comprometidos com a lógica de expansão do capitalismo, continuaram falando – e muito – em desenvolvimento, crescimento econômico, modernização, enfim, do Novo Maranhão que estaria surgindo. No final dos anos 1970 e nos anos 1980, alardeava-se o progresso que chegaria através dos projetos do Programa Grande Carajás (com destaque para a ferrovia da Vale do Rio Doce e para a instalação da multinacional ALUMAR em São Luiz). O governo e os jornais noticiaram que haveria um milhão de empregos (isso mesmo, um milhão!)

para os maranhenses, o que elevaria as condições de vida e trabalho de toda a população.

Em relação à suposta modernização, Asselin (2009, p. 152) salienta que o Estado do Maranhão, desde meados da década de 1960, começa a adentrar nos círculos dos chamados projetos desenvolvimentistas que, entre outras coisas, serão marcados pela inserção de capitais privados (nacionais ou estrangeiros), tanto no meio rural e quanto no urbano,

Era o “Maranhão Novo”, o “Maranhão Carajás” que já esboçava. Foi o tempo da criação da infraestrutura, que permitiu a atração dos capitais sulistas e estrangeiros. Foi o tempo da construção das estradas que cortaram o Estado, ligando, em primeiro lugar, a capital, São Luís, com as capitais vizinhas, e depois penetrando nas regiões do Pindaré e Tocantins.

Ainda sobre a modernização promovida no Maranhão, Santos (2012, p. 75), destaca:

“[...] Era comum nos anos 70, de uma hora para outra, famílias, comunidades inteiras serem surpreendidas por oficiais de justiça, policiais, e/ou jagunços, sendo informadas de que suas terras, onde nasceram também seus ancestrais, não eram mais suas. **Expropriações, assassinatos, grilagem, fraudes cartoriais eram (e ainda são) as faces da modernização capitalista no Maranhão.** Dentro dessa perspectiva de uma modernização conservadora levaria, ainda, pelo menos mais de uma década, com a implantação de grandes empresas do agronegócio e industriais, sobretudo da área da siderurgia, para a formação de uma lógica mínima de capitalismo e de indústria de mercado”. (Grifos nossos).

A expansão do capitalismo no campo, com a presença das empresas multinacionais, dos seus maquinários, propiciando novas relações de produção, foi ampliada a partir dos anos de 1980, com a potencialização do capital internacional em solo maranhense, reforçando o processo de desenvolvimento desigual e combinado desse modo de produção no estado do Maranhão, pois “O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversas fases do processos histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado” (TROTSKY, 2017, p. 33).

Todavia, se, para alguns sujeitos, a chegada das fábricas despertou concepções consideradas progressistas, no sentido de melhoramento das condições de vida, da suposta seguridade social, dentre outras possibilidades que esse novo

mundo lhes oferecia; para a outros, as indústrias simbolizaram a morte de antigos princípios, de concepções, de valores, de velhas relações de sociabilidade.

Com efeito, ainda no final da década 70 e início dos anos 80, inicia-se o processo de transformação estrutural da economia maranhense, pela dinamização do setor industrial, através da implantação em São Luís, do Projeto Ferro Carajás, sob o comando da então, estatal brasileira, Companhia Vale do Rio Doce, e do Projeto Alumar, consórcio liderado pela multinacional ALCOA, associada à Billinton Metais, subsidiária da Shell, que fazem parte do grupo das “Seis Irmãs”, que dominam o mercado internacional do alumínio. **A década de 80 marca, portanto, a redefinição da economia maranhense no processo de acumulação capitalista. De produtora de alimentos, passa a gerar divisas, inserindo-se assim, como um espaço periférico dentro da periferia, numa posição subordinada na ordem do sistema internacional do capital** (COSTA, 2003, p.66, Grifos nossos).

Destaque-se que, mesmo com a inserção, por assim dizer, da economia maranhense no sistema internacional do modo capitalista de produção, essa economia ainda continuava visando ao atendimento do mercado externo, e seus dividendos não ficavam com a população do estado, uma vez que o Maranhão continuava com péssimos indicadores sociais e com acentuada má distribuição de renda. Assim, os lucros obtidos com a exploração do território e do trabalho maranhense seguiam para fora do estado.

Por sua vez, para os capitais investidos pelas empresas privadas, o cenário não poderia ser mais favorável, principalmente pela abundância de mão de obra encontrada na região, onde se trabalhava com salários muito rebaixados, em comparação ao valor dos vencimentos pagos para os operários da empresa de origem, por exemplo. Logicamente, esse cenário era possível com os consideráveis incentivos fiscais promovidos pelo poder público nas três esferas: federal, estadual e municipal. Com isso, para o capital privado a política de incentivo industrial promovida pelo Estado era muito interessante para o processo de produção de mais-valia na “periferia da periferia”, pois, como bem enfatiza Marx (2008, p. 1157):

O que distingue particularmente o modo de produção capitalista é a circunstância de a produção da mais-valia ser objetivo direto e causa determinante da produção. O capital produz essencialmente capital, e só o faz se produz mais-valia. Ao estudar a mais-valia relativa e ainda a conversão de mais-valia em lucro, vimos que se ergue sobre essa base modo de produção peculiar à era capitalista: forma particular do desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, mas como forças do capital, autônomas ante o trabalhador e por isso em oposição direta ao desenvolvimento dele. A produção pelo valor e pela mais-valia, conforme também vimos, implica a tendência, sempre operante, para reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, o valor dela, abaixo da média social vigente. O

impulso para restringir ao mínimo o custo de produção torna-se a mais poderosa alavanca para acrescer a produtividade social do trabalho; mas, esse acréscimo toma a aparência de elevação constante da produtividade do capital. (Grifos nossos).

Na área rural da capital do estado, tem-se, no primeiro momento, um considerável desenvolvimento da produção da mais-valia absoluta, sobretudo pela grande quantidade de trabalhadores provenientes da região do Maracaná e suas adjacências, e das diversas partes do Maranhão, que migraram para São Luís por terem perdido suas propriedades em decorrência da grilagem e das lutas desenroladas no campo, ou mesmo por acreditarem que a industrialização traria dias melhores para suas vidas. No segundo momento, com as indústrias já instaladas, tem-se o processo bem significativo de produção de mais-valia relativa, com o aumento da tecnologia e qualificação do trabalho em algumas empresas, por isso muitos trabalhadores que haviam participado da primeira etapa de construção do Parque Fabril foram dispensados por não terem qualificações, sobretudo as pessoas que tinham trabalhado toda a vida com a lavoura, a pesca, a retirada de madeiras ou a extração mineral.

Desse modo, a instalação do DISAL, no início dos anos de 1980, faz parte das políticas desenvolvimentistas do período militar para o estado do Maranhão. Nesse cenário, o parque industrial representaria a modernização para uma região da capital em que muitas localidades, por exemplo, na área rural de São Luís, ainda não possuíam rede de iluminação elétrica. As fábricas, assim, eram constituintes da tese de que o estado do Maranhão só se tornaria uma potência por meio da industrialização.

Ou seja, no Maranhão, apenas se repetiam o discurso e as propostas de industrialização que já vinham sendo pregadas pelo poder federal desde a segunda metade do século passado; na verdade, esse raciocínio não foi uma peculiaridade do estado do Maranhão, mas uma característica do continente latino-americano como um todo, como bem enfatizado nos trabalhos e textos produzidos pelos representantes cepalinos¹¹⁶. No caso maranhense, esses desejos foram somente reforçados com a presença dos militares no poder, a partir de meados da década de 1960, pois operavam, dentre outras coisas, com a velha ideia da integração nacional e que somente a industrialização seria a peça chave para o êxito desse objetivo.

¹¹⁶ Ver capítulo 2

Assim, ainda em 1970, é publicado o Decreto Federal nº 66227, de 18 de fevereiro, que autorizava a cessão, sob regime de aforamento, ao Estado do Maranhão, de terrenos pertencentes à União.

Art. 1º. Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a ceder gratuitamente, sob regime de aforamento, ao Estado do Maranhão e independentemente das formalidades previstas no Decreto-lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, os terrenos que constituem as áreas denominadas "Itaqui-Bacanga" e "Rio-Anil", com 7.210 e 3.690 hectares, aproximadamente, excluídas da primeira as áreas destinadas ao Banco Nacional de Habitação e Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, tudo de acordo com os elementos constantes do Processo protocolizado no Ministério da Fazenda sob o nº 47.258, de 1968.

Art. 2º. Os terrenos referidos no artigo anterior se destinam à execução do plano de desenvolvimento urbanístico da área metropolitana, tornando-se nula a cessão, sem direito a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias, se ao terreno vier a ser dada, no todo ou em parte, utilização diversa, ou ainda se houver inadimplemento de cláusula do contrato a ser lavrado em livro próprio da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União.

Art. 3º. Fica o Estado do Maranhão isento do pagamento do fôro enquanto o imóvel permanecer ao seu patrimônio, bem como de laudêmio nas transferências que vier a efetuar.

Art. 4º. Competirá ao Estado do Maranhão promover sob sua inteira responsabilidade a desapropriação dos terrenos regularmente aforados a terceiros ou detidos por força de títulos hábeis, indenizar benfeitorias daqueles meramente ocupados e, bem assim, responder judicial e extrajudicialmente sobre quaisquer reivindicações que venham a ser invocadas objetivando os terrenos constantes do artigo 1º do presente Decreto.

Art. 5º. O Estado do Maranhão se obriga a iniciar no prazo de dois anos a execução do plano de desenvolvimento a que se propõe e a restituir, sempre que necessário, terrenos para instalação de órgãos federais e contidos nas áreas cedidas por força do presente Decreto.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Antônio Delfim Netto

José Costa Cavalcanti (BRASIL, Decreto Federal nº 66227, 1970).

Aqui se observa o alinhamento entre o Governo Federal e o Governo Estadual para colocar em curso os projetos de desenvolvimento. Por exemplo, a área Itaqui-Bacanga se tornou um dos principais espaços para a política de industrialização era desejada por essas esferas do poder, haja vista que nessa região os trabalhos já estavam sendo realizados no Porto do Itaqui, a partir do Governo de José Sarney. Porto que acabará sendo o principal canal para a exportação do que será produzido não somente no estado do Maranhão, como também, no vizinho estado do Pará.

Em relação ao Distrito Industrial de São Luís (DISAL), desde o ano de 1975,¹¹⁷ já havia projetos por parte do poder público estadual visando a sua implantação, mais especificamente os projetos de efetivação ficaram a cargo da Companhia de Desenvolvimento de Distritos Industriais do Estado do Maranhão (CDIMA). Companhia criada com a finalidade de definição das áreas industriais e da viabilidade de implantação dos projetos ao longo do território maranhense. Dito em outras palavras, a tese da industrialização como mola propulsora do desenvolvimento, do progresso, da modernização, já estava presente, e foi somente, de alguma maneira, potencializada pela criação da CDIMA, que acabou definindo a área rural de São Luís como um promissor *locus* para a exploração industrial. Área que englobará as regiões do Itaqui-Bacanga e do Maracanã.

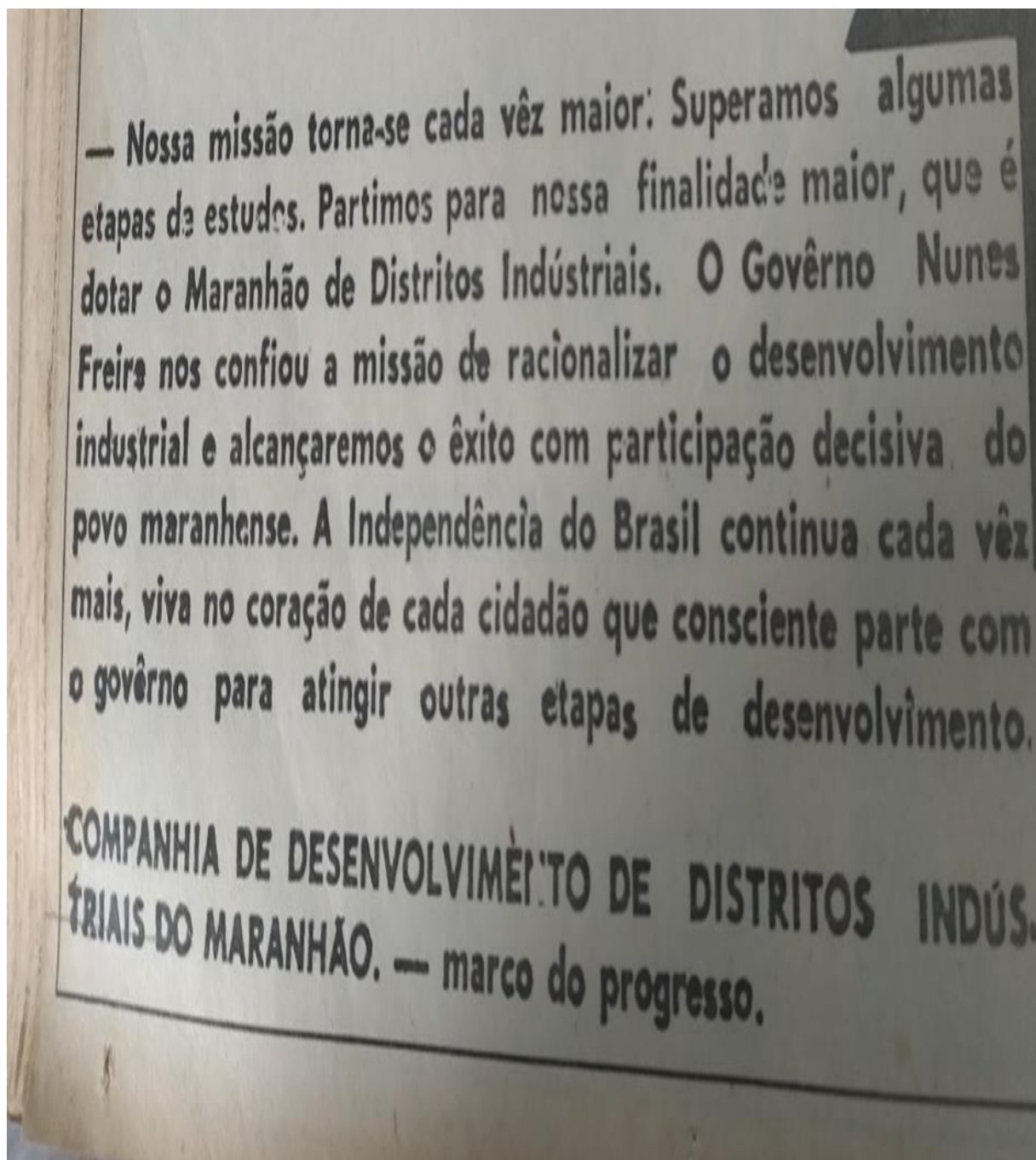
A respeito da afeição desenvolvimentista no Maranhão, pode se observar, em matéria publicada no jornal o Estado do Maranhão,¹¹⁸ de 1976, o destaque para o empenho que o Governo de Osvaldo da Costa Nunes Freire (1975-1978) estava fazendo para que acontecesse o desenvolvimento industrial do estado do Maranhão. Os chamados Distritos Industriais seriam as molas propulsoras que levariam o desenvolvimento para o estado em consonância com a política econômica adotada pelo governo federal da época, por meio de uma perfeita sintonia entre poder federal e estadual, além da atuação do capital privado, que consistia em uma variável importante para a resolução dessa equação. Ou melhor, na simbiose dos interesses entre o transnacional, o nacional e o local, o que, sem dúvida, consistirá na sustentação da política industrial sonhada por essas vertentes do capital.

Veja-se o que é colocado na matéria:

¹¹⁷ É também deste período a Lei 2155, de 28 de junho de 1975. A Lei em questão é referente ao primeiro Plano Diretor para a cidade de São Luís, “Para a elaboração deste plano foi contratado o escritório carioca Wit-Olaf Prochnik – Arquitetura e Planejamento CSL, com financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) através da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O plano proposto por Prochnik foi elaborado a partir de um amplo estudo técnico que identificou e sistematizou as informações existentes, mas também produziu dados a partir de pesquisas de campo realizadas com o apoio da recém-instalada Fundação Universidade do Maranhão (atual Universidade Federal do Maranhão)”. (LOPES, 2018, p. 53).

¹¹⁸ Periódico do grupo Sarney e que, sem dúvida, foi um dos maiores apologistas da política desenvolvimentista pregada pelos governos militares do período em questão. Convém mencionar que o grupo liderado pelo ex-Governador Sarney desde meados da década de 1970 se tornaria o grupo político hegemônico no Estado do Maranhão suplantando a antiga oligarquia dominante que era liderada pelo Senador Victorino Freire. Hegemonia essa que será “perdida” somente no século seguinte.

Imagem 12: Propaganda da CDI/MA



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1976)

A campanha publicitária, verificada na matéria sobre a CDI/MA, sublinhava a união entre o governo local e o poder federal, ficando subentendido que, com o desenvolvimento econômico, o Brasil e, por conseguinte, o Maranhão teriam seu processo de independência econômica, de fato, com a industrialização, pois se acreditava ou queriam fazer acreditar que a suposta independência traria autonomia

econômica e que a população deveria abraçar a referida empreitada desejada pelo poder público.

No campo político, não se pode esquecer que se vivia em um período de exceção, no cenário dos anos de chumbo. Todavia, no plano econômico, a industrialização não significou independência, antes acabou reforçando os laços de dependência econômica com o exterior. Condição que Marini (2000) definiu como subimperialismo, com as classes dominantes locais sendo subservientes ao capital estrangeiro.

Essa será uma das principais características do capitalismo desenvolvido na “periferia da periferia”, a sua condição de dependência do mercado estrangeiro, tanto que o processo de internacionalização acontecerá devido à entrada massiva do capital privado internacional, que encontrou condições extremamente favoráveis para sua operacionalização.

Dito isso, em outra matéria publicada no mesmo periódico (imagem 13), ainda em maio de 1976, considera-se a campanha publicitária sobre a necessidade de construção de um Distrito Industrial para a cidade de São Luís. Interessante a observação de que na matéria já havia um desenho/esboço de como seria o DISAL, destacando-se que o complexo fabril deveria ser instalado na área rural da capital do estado. Conforme o projeto inicial, o Parque Industrial proposto seria dividido em 3 regiões, dentro da área rural da capital, constituído da seguinte forma: a) o terminal Carajás instalado nas proximidades do Itaqui; b) a Zona Industrial Básica e a Zona Siderúrgica também situadas na região do Bacanga; c) o Distrito Industrial 1, propriamente dito, mais precisamente no entorno da comunidade do Maracanã.

Em resumo, na região do Itaqui-Bacanga se teria a presença de empresas de bens de capital, enquanto do outro lado da zona rural, na área do Maracanã, empresas de bens de consumo. A década seguinte mostrará que a prática não destoou tanto desse projeto inicial, embora tenha-se também na região de Maracanã a presença de indústrias de bens de capital.

Observe-se como esse desenho/esboço foi colocado na matéria em questão:

Imagem 13: Construção da Ferrovia Carajás-Itaqui

**A GRANDE ARRANCADA
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO MARANHÃO
JÁ FOI DADA**

**DECRETO 77608
13 de maio de 1976
Autorizada a construção da
FERROVIA CARAJÁS - ITAQUI**

PARABÉNS GOVERNADOR NUNES FREIRE

Pela sua luta nesse sentido. Parabéns a todos quantos. (na Imprensa, no Parlamento Nacional, na Assembléia Legislativa, nos organismos técnicos) sustentaram essa luta. Parabéns ao Povo Maranhense e nossa gratidão ao Presidente Geisel.

Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão S/A BDM

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão, 05 de maio de 1976, ano IV, Número 997.

Outro ponto que pode ser destacado na matéria supra é a referência ao Decreto Federal 77608/76, que autorizava a construção da Ferrovia Carajás-Itaqui¹¹⁹. Ferrovia que, a partir dos anos de 1980, acabou se tornando um dos principais pontos para o escoamento do minério extraído do vizinho estado do Pará e, também, do Maranhão. Além, claro, de contribuir com o processo de internacionalização da economia do

¹¹⁹ A Ferrovia Carajás-Itaqui possui 892 km. Embora a autorização tenha sido em 1976, a Ferrovia só passou a funcionar em meados de 1985. Sobre os impactos desse projeto para o campo maranhense, Barbosa (2006, p. 98), destaca: “Efetivamente, os 650 km de trilhos sobre o território maranhense resultaram no agravamento da questão fundiária. Face à crescente valorização da terra e ao fomento da atividade industrial, os conflitos agrários se atualizaram e ganharam novas dimensões. As desapropriações, por exemplo, foram feitas em nome da implantação de polos industriais, através de concessões de terras pelo próprio governo federal”.

Maranhão e, por assim dizer, da própria Região Norte, um antigo desejo do poder federal de integrar o Estado nacional brasileiro e conquistar a região amazônica.

Destaque-se que essa política continua sendo extremamente danosa para as comunidades tradicionais e povos originários da região, que têm suas terras exploradas, vendidas e invadidas por agentes do capital, muitas vezes com a conivência do Estado, não somente com concessões, mas também fazendo “vistas grossas” para as atividades praticadas pelos invasores.

Convém mencionar que no estado do Maranhão a Ferrovia Carajás corta diversos municípios, ilustrando uma das características do desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista: as riquezas com a exploração do trabalho da extração de minério não ficam nos municípios cortados pela estrada de ferro, uma vez que a produção realizada nessa região tem como finalidade o atendimento das demandas para o exterior, mais especificamente, para os continentes europeu e asiático. Constata-se, por esse viés, o contínuo processo de pauperização dos trabalhadores e de subdesenvolvimento das localidades onde o Projeto Grande Carajás está instalado.

Diante disso, em conformidade com Oliveira (2003), verifica-se que o capitalismo instalado na “periferia da periferia” é caracterizado pela dialética entre o arcaico e o moderno. Sendo assim, o modo de produção capitalista e sua mundialização, assistida no estado do Maranhão com a Ferrovia dos Carajás e a instalação do Distrito Industrial, necessitavam da presença de regiões mais atrasadas, porque, na lógica desse modo de produção, esse quadro contribuiria para que essas empresas encontrassem mão de obra em uma considerável quantidade, o que acaba por barateá-la, pois o objetivo dessa produção é o mercado externo com a produção de valor.

Furtado (2000) informa que o subdesenvolvimento não é uma etapa do capitalismo no Brasil, mas o tipo de capitalismo produzido nas regiões consideradas como periferias do sistema. A abordagem de Furtado é bem interessante, embora dualista, mas, dentro de uma abordagem do desenvolvimento desigual e combinado, o capitalismo instalado nesta região necessita da existência de práticas arcaicas e, por isso, percebe-se a intersecção desse modo de produção com as antigas práticas desenvolvidas nas comunidades.

Dito de outra maneira, a ferrovia Carajás representa uma das facetas da expansão industrial na área rural de São Luís, nesse caso, como integrante dos

Projetos Grandes Carajás (PGC), que já vinham sendo discutidos desde o início da década de 1970.

Em relação ao Decreto Federal 77608/76, observa-se que o mesmo se enquadra na política desenvolvimentista promovida pelo poder público de então. Nesse caso, o estado brasileiro outorgando à AMZA – Amazônia Mineração S.A – a concessão de construção, de uso e gozo da mencionada ferrovia.

Art. 1º Fica outorgada à Amazônia Mineração S.A. - AMZA, sociedade anônima brasileira, com sede em Belém, no Estado do Pará, concessão de construção, uso e gozo, sem ônus para a União:

a) De uma estrada de ferro, de cunho preponderantemente industrial, destinada, principalmente, ao transporte de minério de ferro, entre a Serra dos Carajás, a sudoeste de Belém, no Estado do Pará e o Terminal Marítimo a ser construído na Ponta da Madeira, na Baía de São Marcos, a noroeste de São Luís, no Estado do Maranhão;

b) Dos ramais que forem necessários para que a referida estrada atenda a seus objetivos.

Art. 2º Esta concessão é outorgada nos termos das cláusulas constantes de contrato a ser firmado entre o Ministro dos Transportes e a empresa Amazônia Mineração S.A. - AMZA

Sobre a parceria existente entre o capital estatal e o capital privado, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), de 1975, do Governo Federal, destacava que:

“[...] a viabilização da meta de crescimento está estreitamente vinculada à importância de consolidar o modelo brasileiro de capitalismo industrial [...]

A ideia básica desse modelo, de um lado, viabilizar o desenvolvimento da indústria através do setor privado, e, do outro lado, assegurar à empresa nacional papel importante na estrutura industrial moderna e poderosa que se deseja consolidar no país [...]. Na indústria, conseqüentemente, a orientação é de deixar com a iniciativa privada a função de investir e de produzir, com rentabilidade adequada. **Só haverá projetos sob o controle de empresas governamentais se, na prática, a iniciativa privada, claramente, demonstrar que não pode, ou não deseja, realizá-los (por motivos ligados ao volume de investimentos, à baixa rentabilidade direta dos projetos ou à tecnologia), a exemplo do que aconteceu na siderurgia de produtos planos.** Ainda mais: mesmo que tenham de assumir o comando de certos projetos, procurarão normalmente as empresas de Governo associar-se ao setor privado utilizador do insumo a produzir-se, e, sempre que possível, em oportunidade futura, passar a iniciativa às mãos de empresários “ (PND II, 1975, p. 22/23, Grifos nossos).

Nesse trecho, percebe-se que o Estado se responsabilizava pelas concessões ou, em muitos casos, com a infraestrutura para a instalação das indústrias, enquanto os investimentos, por sua vez, ficavam sob a incumbência do capital privado, independente que seja em esfera nacional ou internacional, com o Governo se associando ao setor privado; só havia projetos na prática sob o comando de empresas

governamentais quando a iniciativa privada não conseguia realizá-los. A parceria público-privado era o principal alicerce para as políticas desenvolvimentistas e, por conseguinte, para a internacionalização da economia, mesmo no momento de Estado de exceção por que o país¹²⁰ atravessava.

Só reforçando que a política de construção de Parques Industriais não era uma peculiaridade do estado Maranhão, e, sim, um projeto para o Brasil fomentado pelo Estado Nacional brasileiro, à época sob a égide dos governos militares. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), reforçava o desejo de integração do território nacional, e, também, a descentralização industrial, saindo-se do monopólio da região sudeste.

[...]. dar-se-á estímulo a um melhor equilíbrio no triângulo São Paulo-Rio-Belo Horizonte, e aos pólos industriais no Sul e no Nordeste, procurando-se compatibilizar os movimentos de descentralização com a preservação de escalas de produção econômica e de economias de aglomeração.

No próximo estágio, serão linhas principais de atuação:

Adoção explícita do objetivo de descentralização, nacionalmente, como um dos critérios de julgamento, para efeito de concessão de incentivos do CDI, financiamentos do BNDE e outros estímulos oficiais a projetos industriais. [...]

Formação de complexos industriais de caráter regional, aproveitando as economias de escalas e de aglomeração e garantindo-se o funcionamento articulado de grandes, médias e pequenas indústrias [...] Política, através do planejamento nacional e regional e dos bancos oficiais, de identificação de **oportunidades de programas e projetos industriais no Nordeste e na Amazônia, inclusive com a preocupação de melhor integração entre Indústria e Agricultura, e entre Indústria e Mineração.** (II PND, 1975, p. 25, Grifos nossos).

Diante disso, as regiões Norte e Nordeste eram observadas pela proposta do Governo Federal e compreendidas como grande espaço para penetração do capital por intermédio da industrialização. No caso, o estado do Maranhão acabava ficando em uma posição que se pode classificar como privilegiada, pois em função de questões naturais, enquadra-se como pertencente às duas regiões. Considerado do Norte por integrar parte do bioma da Amazônia Oriental, e, do Nordeste, por sua área leste integrar o bioma da Caatinga. Importante frisar sobre esse ponto que, na proposta de descentralização econômica prevista pelo Estado nacional, estava a questão do desenvolvimento a partir das peculiaridades dos lugares.

¹²⁰ O envolvimento entre Estado Federal e capital estrangeiro merece um estudo especial, pois se tem uma ideia errônea de que os governos militares eram centralizadores no campo econômico, mas a presença de empresas internacionais “guiando” a economia do país mostraram um cenário bem diferente.

Em se tratando do Norte e Nordeste do país, que eram localidades caracterizadas, principalmente, por atividades agrícolas ou de extração de recursos naturais, as indústrias ajudariam na potencialização econômica desses lugares. Com isso, a indústria e a agricultura não eram interpretadas como atividades dicotômicas ou antagônicas, dentro de relações tidas como dualistas – o moderno e o tradicional –, mas como espaços onde o modo de produção capitalista poderia se desenvolver com todas as suas facetas. Haja vista que o setor considerado tradicional, conforme Oliveira (2000) foi inserido na lógica capitalista, ou melhor, acabou, por assim dizer, potencializando-o, sobretudo com o processo de mecanização do campo e a posterior utilização de mão de obra barata.

Convém ressaltar que a criação da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), no ano de 1959 – idealização do economista Celso Furtado – ou mesmo a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia),¹²¹ em 1966, são bem significativas quanto a atuação do Estado nacional para ajudar no desenvolvimento de regiões do Brasil que sofriam com as desigualdades, em comparação com o Sudeste do país, objetivando-se tirar esses territórios da condição de letargia, de atraso e dependência que os caracterizavam. Nesse caso, percebem-se bem os incentivos públicos que, acrescidos do capital privado (nacional ou internacional), fomentariam os entes federados desse lado do país.

Só a partir da segunda metade do século XX e que foram introduzidas algumas inovações no Maranhão; essa introdução tardia se deve, em grande parte, a localização periférica do Estado, tanto face ao Sudeste como ao Nordeste. [...]. Por sua situação de área de contato entre regiões diferentes, o Maranhão se situa no campo de atuação de dois Órgãos regionais de desenvolvimento, a SUDAM e a SUDENE, que participam do esforço de

¹²¹ “SUDENE e SUDAM, com o discurso de modernização do campo, de mecanização do espaço rural, acabaram por contribuir significativamente para a expansão capitalista para o meio rural, para campo, com isso acabou por legitimar a luta de classes nesses espaços. Luta em que os grileiros tiveram o apoio do estado e por extensão de suas formas de repressão, precisamente, o aparato militar e os camponeses, por seu lado, a necessidade de desenvolvimento do sentimento de classe para o enfrentamento desta situação” (FERREIRA, 2022, p. 130). Para Costa (2003), apesar da internacionalização de economias que estavam fora da lógica acumulativa do capital, esse processo por parte do Estado Nacional visava, principalmente, o pagamento da dívida externa do Brasil e não a melhoria na distribuição interna da renda. Embora, essa assertiva tenha toda uma fundamentação, no caso em análise, interessa compreender como aconteceu ou tem acontecido os resultados do encontro entre dois modos de produção extremamente distintos. Desse modo, o que será presenciado no Maranhão apesar da industrialização será a manutenção do envio de matérias-primas, principalmente, para o continente europeu e asiático e, por conseguinte, a manutenção/ inserção do estado no modelo dependente dos grandes centros do capitalismo com a população das comunidades da área recrutada para ser mão de obra ou compondo os quadros do exército de reserva.

desenvolvimento do Estado, através da implantação de indústrias e de projetos agropecuários, bem como da experiência de colonização de novas terras, abrindo caminho para a ocupação da Amazônia (IBGE, 1970, 17).

O desejo pela colonização da região amazônica – o que não é objeto de estudo desta pesquisa – é algo que, ao longo dos tempos, tem despertado muito interesse do poder federal, assim a política de ocupação trouxe como resultados, como discutido anteriormente, diversos conflitos e o processo de exterminação de muitos indígenas ou mesmo de comunidades tradicionais no Norte e Nordeste do Brasil. Computem-se também nesse rol de resultados negativos as disputas por terras, que continuam em curso nos dias contemporâneos, com o avanço do capitalismo sobre essa região.

Retomando a questão sobre os recursos provenientes das instituições de fomento econômico promovidas pelo Estado, encontra-se uma matéria de 30 de julho de 1980, na época do governo de João Castelo, publicada no Jornal o Estado Maranhão, em que é ressaltada a significativa importância do aporte financeiro de 2,5 milhões de cruzeiros fornecidos pela SUDENE para ajudar no processo de consolidação do Distrito Industrial de São Luís.

Imagem 14: Recursos da SUDENE para consolidação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL)

SUDENE concede recursos para Distrito Industrial

O governador do Estado receberá recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste para a construção de galpão multifábrica no Distrito Industrial de São Luís. Convênio nesse sentido foi firmado entre o órgão de desenvolvimento dos Distritos Industriais do Maranhão.

Os recursos, da ordem de Cr\$ 2,5 milhões, já estão à disposição do Estado do Maranhão e o galpão a ser construído é parte das medidas de consolidação do Distrito Industrial de São Luís.

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1980)

Como é frisado pela matéria, os recursos seriam destinados para a construção de um galpão multifabril na área do Distrito Industrial de São Luís, e viriam da esfera federal em repasse para o governo estadual, com isso ajudando no fomento daquele espaço e, como bem destacado no texto, na consolidação do DISAL e, por extensão, na própria solidificação do modo capitalista de produção naquela área da capital do estado.

3.2. A instalação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL)

No governo João Castelo (1979-1982), foi assinado o Decreto nº 7646/80, autorizando a implantação do Distrito Industrial (DISAL), na área rural de São Luís. Decreto que já no seu artigo 1º discorre entre outros pontos sobre as desapropriações necessárias para a instalação do Parque Industrial,

Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação total ou parcial, por via amigável ou judicial, os direitos imobiliários compreendidos no perímetro descrito no artigo 3º deste Decreto, assim entendidos o domínio pleno, domínio útil e benfeitorias, necessárias a implantação do Distrito Industrial de São Luís, na conformidade do respectivo projeto, aprovado pelo Decreto Estadual nº 7.632, de 23 de maio de 1980. (MARANHÃO. Decreto 7646/80).

Interessante a observação no tocante ao processo de desapropriações – como está bem colocado no decreto – é que elas aconteceriam de maneira “amigável” ou judicial, sabe-se dos recursos que o Estado utiliza para conseguir seus objetivos, podendo ser a simples indenização com os valores abaixo do necessário para as famílias atingidas, ou uso dos seus aparelhos repressores, nesse caso, o aparato policial, para que as pessoas deixem seus locais de moradia. Nunca foram consideradas as relações que os indivíduos possuíam com a terra, com o território, como espaço de marcação identitária, pois famílias residiam naquele território há várias gerações, possuindo toda uma simbologia referente à terra, local de onde se tirava o sustento para as famílias, seus espaços de moradia, de reprodução material e simbólica do lugar.

O Maracanã acabou sendo um dos locais mais atingidos pelo Decreto Estadual, em virtude do “marco zero” para o Parque Industrial em questão ser nos seus

arredores, a porta de entrada do DISAL, localiza-se em frente à entrada principal dessa comunidade,

Localizado à margem esquerda da BR-135, no sentido São Luís- MA/ Teresina-PI, no KM 08, no local denominado Maracanã [...], o Distrito Industrial de São Luís, foi concebido de forma modular, constituído por lotes industriais [...]. O planejamento do distrito referenciado foi estrategicamente antecipado às necessidades futuras de implantação de unidades industriais de produção [...] reservando áreas para possíveis projetos advindos da política de descentralização e desconcentração industrial, desencadeada pelo projeto Grandes Carajás, constituído pelas atividades de mineração, transporte ferroviário e porto exportador de minérios. (FERREIRA, 2003, p. 71).

Abaixo, tem-se a relação de algumas das empresas instaladas no Parque Fabril nos anos de 1980 com seus respectivos ramos de atuação, além do tamanho da propriedade ocupada no DISAL. Constata-se a variedade dos ramos de atuação dessas empresas. Destaque-se que a chegada dessas fábricas aconteceu ao longo dos anos 1980 e em meados daquela década se pode considerar como o período de consolidação, de fato, do referido complexo industrial.

Assim, vejam-se algumas das empresas que foram instaladas no local nesse período.

TABELA 03 - Sistema ocupacional do Distrito Industrial de São Luís/MA, GEPLAN/MA (2002)

SISTEMA OPERACIONAL DO DI – SÃO LUÍS (FEVEREIRO DE 1987)		
RAZÃO SOCIAL	ÁREA (m²)	ATIVIDADE PRINCIPAL
01-Indústrias implantadas 01. Aganor Gases e Equipamentos	20.000	Fábrica de gases, industriais e medicinais.
02. Alunor LTDA	90.000	Fabricação de artefatos de alumínio
03. Concretex S/A	9.783	Concreto pré-fabricado
04. Carajás Indústria Mecânica Ltda	17.997	Transformação e beneficiamento de produtos metalúrgicos e siderúrgicos
05. Café Caravelas Ltda	18.610	Torrefação e moagem de café
06. Café Luanda Ltda	10.085	Torrefação e moagem de café
07. Café Renascença Ltda	10.000	Torrefação e moagem de café
08. Engecol Engenharia Ltda	9.879	Confecção de pré-fabricados de cimento

09.FEM – Fábrica de Estrutura Metálica	73.107	Fabricação de estruturas metálicas
10.Fábrica de Velas Santa Clara Ltda	12.000	Fabricação de velas e produtos de limpeza
11.Indústria Pesqueira Tutóia Ltda	15.653	Beneficiamento de pescado
12.Ital Ltda	135.813	Fabricação de tratores anfíbios e barcos
13.Metalur Mecânica	14.443	Montagem de equipamentos industriais
14.Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos – Laboratório Farmacêutico – UFMA	12.000	Fabricação de produtos alimentícios e de limpeza e Laboratório Farmacêutico
15.Premolde Ltda	63.842	Fabricação de peças, artefatos e estrutura de cimento
16.Pré-fabricados Alfa do Maranhão S/A	52.122	Fabricação de peças, artefatos e estrutura de cimento
17.Supermix Ltda	20.000	Concreto pré-fabricado, transporte e bombeamento
18.Agro-Industrial Coqueiro Ltda	651.510	Artefatos de cerâmica
19.Articil – Artefatos de Cimento Ltda	20.620	Confecção de pré-fabricados de cimento
20.Cerâmica Norte Brasil	160.312	Artefatos de cerâmica
21.Cerâmica São Luís	108.852	Artefatos de cerâmica
22.Cia Industrial Maranhense de Óleo	4337	Extração do óleo de mamona
23.Consórcio ALUMAR	100.000.000	Usina de alumínio e alumina
24.C.V.R.D	22.213.500	Terminal de minério de ferro
25.Cerâmica Quebra Pote	2.480.000	Artefatos de cerâmica

Fonte: FERREIRA, Mario Cesar Perfetti Jansem. **Distritos Industriais: opção de desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, 2003 (Dissertação de mestrado).

Como já salientado, os ramos industriais das empresas que compunham os espaços do Distrito Industrial eram os mais variados possíveis, desde indústrias que trabalhavam com as atividades voltadas, por exemplo, para a área da construção civil

até aquelas cujas produções de suas mercadorias visavam, sobretudo, ao consumo imediato.

Conforme Ferreira (2003), além das empresas supracitadas, no ano de 1987, existiam mais 29 que estavam em processo de implantação (obras de construção) ou em análise para serem instaladas. Dentre elas, novamente, constatam-se os mais diversos ramos de atuação, desde a fabricação: de margarina, glicerina (A.O. Gaspar Industrias Ltda); de moveis em geral (B & D Moveis Ltda); de fiação e tecelagem (Finobrasa S/A); de fertilizantes (FERTIMAR S/A), passando-se pela produção de tijolos (ARTCNAM – Artefatos de cimento no Nordeste e Amazônia Ltda), dentre outras tantas que integravam ou passariam a integrar o Distrito Industrial a partir dos finais dos anos de 1980.

O DISAL era um espaço de confluência para os mais variados ramos de produção. Para o capital se constituía num espaço para a produção da mais-valia e para o trabalho – numa visão fenomênica/aparente da realidade – a possibilidade de dias melhores, na crença de que as fábricas corresponderiam a mudanças nos modos de vida desses sujeitos, mudanças no campo material e imaterial para aquelas famílias, que, muito provavelmente, não contavam que, como qualquer outra mercadoria, também possuíam prazo de validade.

Portanto, a área do Distrito Industrial, no final daquele decênio, já contava com uma considerável infraestrutura: o sistema ITALUÍS¹²² era o responsável pelo fornecimento de água para as empresas, o asfaltamento da malha viária do Parque Fabril estava pronta, transportes próprios fornecidos por algumas das fábricas para realizar o traslado dos operários, além da passagem do coletivo da empresa TAGUATUR ¹²³ – que alimentava o bairro do Maracanã – por dentro do Distrito Industrial.

¹²² O Sistema ITALUIS foi implantado em 1982, na época do Governo de João Castelo. Obra desenvolvimentista característica do período em questão. Só reforçando que estas obras não foram peculiaridades do estado do Maranhão, mas sim uma tônica ao longo do território nacional a partir do diálogo entre investimentos do setor público e ações do capital privado. Reforçando-se que o ITALUÍS visava primeiramente atender as empresas, em especial, a ALCOA, não as comunidades no entorno do DISAL.

¹²³ TAGUATUR TAGUATINGA TRANSPORTES E TURISMO, Fundada em Brasília no ano de 1968, mudando-se para a cidade de São Luís em 1971. Ver: <http://www.taguatur.com.br/transportes/content/ataquatur/>. Acesso em 20 de julho de 2020. Atualmente, a região é alimentada por outras empresas e acrescenta-se o fato do crescimento demográfico assistido na região ao longo das últimas décadas sendo responsáveis pela necessidade de criação de novas linhas de transporte. E, mais recentemente, com a construção e operacionalização do Terminal de transportes do Distrito Industrial, também localizado nas proximidades da comunidade do Maracanã.

Em relação ao coletivo da empresa TAGUATUR, o mesmo geralmente passava por dentro da área do Distrito Industrial em dois momentos específicos durante o dia: primeiramente, no início da manhã quando os trabalhadores estavam a caminho do Parque Fabril; e, depois, no fim da tarde, levando os operários em direção a seus bairros de moradia, mais especificamente, em direção à área urbana de São Luís do Maranhão.

A Taguatur era a única que passava por dentro do território do Distrito Industrial, muito provavelmente devido a sua proximidade com a comunidade do Maracanã, pois, como já salientado, a entrada principal do referido Parque Fabril fica em frente a uma das principais rotas de acesso ao Maracanã.

Imagem 15: Entrada do Distrito Industrial de São Luís (DISAL)



Fonte: Autor (2020)

Sobre o DISAL, como uma vertente da política desenvolvimentista do período, Ferreira (2003, p. 04) comenta:

A implantação do Distrito Industrial de São Luís/MA teve como fundamento básico, promover o desenvolvimento do Maranhão em consonância com a política nacional de descentralização e desconcentração industrial praticada nos anos 70, voltadas para o Norte e Nordeste brasileiro.

A narrativa do poder público era de que o referido Parque Industrial seria responsável por uma grande geração de empregos, o que acabou atraindo o deslocamento de muitas pessoas para a região e, por conseguinte, aumentando o crescimento demográfico da capital, já bastante significativo desde o início da década de 1970, por causa da Lei de Terras, e por outras ações realizadas no meio rural pelo Estado em parceria com a iniciativa privada.

Ou seja, as fábricas despertavam muitas expectativas para as pessoas que foram em suas direções, principalmente com a perspectiva de dias melhores para suas vidas. Então, o DISAL, inicialmente, apareceu como a possibilidade de mudança no *modus operandis* daqueles sujeitos, com a ideia de que muitos empregos seriam proporcionados com a instalação do Parque Fabril, independentemente da capacitação ou não dos indivíduos, pois uma considerável parte dessa absorção de mão de obra veio somente com os trabalhos iniciais de construção, que exigiam atividades de pedreiros e de ajudantes de obras, dentre outros ofícios, os quais, em tese, não necessitariam de trabalhos mais especializados para aquele primeiro momento.

Em matéria publicada no Jornal o Estado do Maranhão (Imagem 16), ainda no ano de 1980, enfatizava-se a expectativa dos empregos que seriam gerados com a instalação da ALCOA Alumínio S/A somente em sua fase de implantação, com aproximadamente 7,5 mil postos de trabalho, entre empregos considerados diretos e indiretos. Os empregos diretos são aqueles gerados com assinatura da carteira de trabalho; os indiretos podem ser referentes às empresas terceirizadas que atuam na obra, aos locais de venda de comida ou mesmo a outros ramos provenientes da obra.

Havia a expectativa de que a empresa entrasse em funcionamento a partir do ano de 1983. Desse modo, no mínimo, seriam três anos de trabalhos garantidos somente com as obras de construção das instalações para a empresa de alumínio.

Após esse período, viriam trabalhadores especializados para ocuparem os postos de trabalho, muitas vezes, com a presença mesmo de mão de obra de outros estados componentes da federação, o que acabava levando muitas pessoas não apenas da comunidade do Maracanã, como também, das adjacências a serem inseridas no grande exército de reserva que se formava em torno da região do Distrito Industrial de São Luís.

Destaque-se que, para o sucesso da instalação da ALCOA/ALUMÍNIO S/A, foi necessária a parceria entre capital estatal e capital privado, o que, na verdade, constituiu-se uma das grandes características desse período, ilustrando o que Florestan Fernandes (1995) definiu como capitalismo-dependente o realizado no Brasil.

Imagem 16: ALCOA compra área no DISAL



Outra matéria publicada, no mesmo periódico, agora em 1981, apresentava o Distrito Industrial como local de geração de empregos e dizia que o DISAL proporcionava, naquele momento, aproximadamente 4 mil vagas de trabalho e que esse número iria crescer com a instalação de novas empresas.

Imagem 17: Promessa de geração de empregos no DISAL



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1981)

Como se pode observar, a instalação do Distrito Industrial, no início dos anos de 1980, faz parte das políticas desenvolvimentistas do período militar para o Estado do Maranhão. Nesse contexto, o Parque Industrial representaria a modernização para

uma área da capital em que muitas localidades não possuíam, por exemplo, rede de iluminação elétrica, sistema de encanação d'água ou mesmo o asfaltamento das ruas.

Na comunidade Maracanã, a iluminação elétrica havia chegado em meados dos anos de 1970 e para pouquíssimas casas, assim como algumas novidades trazidas pelo capitalismo e o processo de fetichização da mercadoria¹²⁴, como o verificado em outros locais do país. Das inovações, muito provavelmente, a chegada da televisão foi a que mais causou impacto naqueles indivíduos. O depoimento do senhor Luís Carlos Baldez, 75 anos, morador de Maracanã é bem interessante sobre isso:

Um das primeiras televisões que teve aqui foi a de seu Mário, ele botava a televisão bem na janela da casa dele e a gente ficava todo mundo naquele terraço grande assistindo televisão. Me lembro bem do fantástico dia de domingo, a gente ia dormir depois do fantástico, cada um vinha com seu banquinho assistindo e depois ele recolhia¹²⁵. (Grifos nossos).

Diante do exposto, a fábrica acabou por despertar o encantamento em algumas pessoas, como o espaço de materialização do progresso, do desenvolvimento, com as relações assentadas na carteira assinada, na perspectiva de garantia dos direitos trabalhistas, da suposta seguridade social. Nesse sentido, as empresas tiveram o impacto não apenas material nesses sujeitos, mas também simbólico, por estarem em espaços muito diferentes daqueles ocupados com a lavoura ou mesmo com a extração de recursos minerais, sendo inseridos assim em novas relações de produção.

Por outro lado, as fábricas representaram perda de autonomia, de liberdade para as pessoas, porque, para as atividades do capital, esses espaços significaram mecanismo de controle, de regulação, de hierarquia e de disciplina do trabalho,

A fábrica não é, como atestavam os liberais, tão somente um acontecimento tecnológico. **É organização do trabalho e controle do tempo e da produção; vigilância sobre o operário e sobre o processo produtivo. A instalação do modelo da fábrica vem impor hierarquia e disciplina a produção** e impedir o ritmo irregular de trabalho que, no modelo de pequenas oficinas independentes, cada artesão determinava a seu bel prazer; a vida de festas que atrasava a produção e impedia a ética moral do trabalho. (BITENCOURT, 2005, p. 51, Grifos nossos).

¹²⁴ Ver capítulo 2

¹²⁵ LUIS CARLOS BALDEZ. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, em 14 de outubro de 2022.

No Maracaná, até o interstício dos anos de 1970, as práticas capitalistas ainda não eram consideradas predominantes na comunidade, uma vez que “o sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho” (MARX, 2011, p. 828), condição essa acontecida para aquela região com a instalação do Distrito Industrial de São Luís, na década de 1980, devido à tomada de terras por “ocupações” surgidas na região ou mesmo pelo processo de indenizações ocasionados com a instalação do Parque Fabril.

Isso não significa que as antigas formas de produção no Maracaná, como em uma espécie de passe de mágica, tivessem desaparecido da noite para o dia, mas que esse modo de produção gradualmente foi se consolidando como o dominante¹²⁶, ocasionando mudanças significativas nos aspectos materiais e imateriais da comunidade.

Imagem 18 Rua Dr. Miguel Vieira Ferreira, Distrito Industrial de São Luís



Fonte: Autor (2020)

¹²⁶ “Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade dos seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados e produtores diretos”. (MARX, 2011, p. 828).

No que concerne aos aspectos materiais, a paisagem da comunidade do Maracanã, a configuração do espaço foi sendo alterada gradativamente, a quantidade dos roçados, locais de desenvolvimento das atividades de lavoura, de agricultura, por exemplo, foram diminuindo em sua extensão, com a instalação das fábricas no Distrito Industrial ou mesmo pela presença das “ocupações” surgidas como caudatárias desse processo. Os roçados, entretanto, não deixaram de existir, de vez que nem todos os indivíduos foram inseridos nas empresas instaladas no complexo industrial.

Convém ressaltar que as relações entre as instâncias materiais – principalmente, relacionadas com o campo da produção – e imateriais – os condicionantes simbólicos, culturais – não podem ser compreendidos de maneira mecanicistas, determinista, como se a cultura fosse somente uma mera tábua rasa da produção material. Na verdade, tem-se a existência de relações ainda que contraditórias entre essas instâncias, pois, numa abordagem dialética, o Distrito Industrial corresponde à negação das antigas relações de produção desenvolvidas no Maracanã.

Por sua vez, no campo imaterial, no campo simbólico, os costumes desenvolvidos pela comunidade se tornaram um componente interessante para a manutenção de concepções de coletividade mesmo diante da coisificação, alienação do trabalho imposta pelo modo de produção capitalista. As concepções de coletividade serão observadas, especialmente, nos períodos de festividade, como será discutido no próximo capítulo.

A respeito das relações entre as instâncias material e imaterial, Marx (2003, P.05) destaca:

[...] na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura política e jurídica e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. [...]. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa - das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o a sua última consequência.

Nesse sentido, no Maracaná, aconteceu o processo de desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista, por meio da presença de relações de produção consideradas arcaicas, tradicionais, com as novas formas de produção representadas pelas indústrias instaladas na região, simbolizando o moderno, marcando com isso a chegada de novos meios de produção para a área rural de São Luís.

Imagem 19: Empresa do DISAL (Guaraná River)



Fonte: Autor (2023)

Entretanto, as contradições dessa relação, com o tempo, foram ficando cada vez mais evidenciadas. É importante, porém, observar-se que as relações produzidas entre as pessoas da comunidade (trabalho) e o Distrito Industrial de São Luís (capital) aconteceram por uma via de “mão dupla”, oscilando entre a aceitação e a negação,

entre o fascínio e o ódio. Houve um encantamento com a idealização do mundo novo e a frustração com a realidade assistida, pois o processo de pauperização do trabalho será uma das marcas do Parque Fabril, juntamente com seus impactos ambientais.

Imagem 20: Mapa da área industrial de São Luís



Fonte: Google

Ponderando-se que esse processo ainda continua em curso, uma vez que, no relatório dos controles de processo – SUGEDIPE, da SEINC (Secretária de Estado de Indústria e Comércio do Maranhão), são fornecidos alguns números sobre recursos investidos e empregos gerados por algumas empresas do Distrito Industrial, no

interstício de 2014 a 2018, como por exemplo: o Armazém Mateus e a empresa Alumar.

[...] **Processo:** 0240961/2015. **Empresa:** Armazém Mateus S/A. **Atividade:** comércio atacadista de mercadorias em geral. **Assunto:** Lote Industrial. **Município:** São Luís. **Investimento** (R\$ 1.000,00): 115000,00. **Empregos diretos:** 1157. **Processo:** 079215/2019. **Empresa:** ALUMAR. **Atividade:** Produção de alumina e alumínio em sua forma primária. **Assunto:** Lote Industrial. **Município:** São Luís. **Investimento** (R\$ 1.000,00): 1.060.000,00. **Empregos diretos:** 1675. [...].

Das empresas mencionadas no relatório (ver números completos no anexo C) as que mais geraram empregos nos quatro anos das análises em questão foram esses dois estabelecimentos industriais que, somados, foram responsáveis por quase três mil empregos diretos, com carteira assinada, sem contar os empregos indiretos que não são mencionados nos documentos.

Assim, o Distrito Industrial ainda continua sendo para muitos indivíduos o espaço de empregos ou da procura destes não somente da própria área rural de São Luís, mas também de outras partes da cidade e até mesmo de outros municípios do Maranhão. Uma ilustração de que a tese do progresso por intermédio do desenvolvimento da industrialização ainda ecoa na cabeça de muitos personagens tanto na esfera do capital quanto da força de trabalho, condição essa que tem sedimentado a expansão do capitalismo na região.

4 A CARTOGRAFIA DE DOIS MUNDOS: a comunidade do Maracanã e o Distrito Industrial de São Luís

Discutem-se as relações conflituosas, contraditórias, construídas entre as pessoas da comunidade do Maracanã e o Parque Fabril ao longo do tempo, com os sentimentos oscilando entre a alegria e a tristeza, a esperança e o medo. Verificando-se os impactos materiais e imateriais que as fábricas, o mundo das indústrias, o processo de expansão do modo de produção capitalista, propriamente dito, trouxeram para as pessoas da comunidade do Maracanã e suas adjacências, e como os costumes são considerados como alternativas a esse quadro.

4.1. Só sobraram as carcaças? Depoimentos de pessoas da comunidade do Maracanã sobre o DISAL

Como discutido nos capítulos anteriores, a comunidade do Maracanã, no que concerne a seu modo de produção, pautava-se nas atividades relacionadas com a terra, com os trabalhos na lavoura, com a extração de pedras ou mesmo com a retirada de madeiras nas matas da região, com a produção visando à subsistência. Ainda que existisse a produção do excedente, isso não representava a totalidade das atividades desenvolvidas na terra para os indivíduos da comunidade. Como pode ser constatado no depoimento de dona Maria de Fátima Santos Coutinho Pacheco¹²⁷, moradora do Maracanã:

[...] **meu pai trabalhava na lavoura, meu pai ia dia de segunda-feira e voltava sábado à tarde**, ficava dentro de uma palhoça, o comer deles era peixe seco, camarão seco, quando tinha Buriti eles juntavam o Buriti e jogavam água quente e faziam aquele pandum [...] ali o distrito tudo era só o matagal, era pra lá que eles tiravam as madeiras, só plantavam para comer [mandioca, milho, arroz] para o próprio sustento [...] (Grifos nossos).

Em sua exposição, a interlocutora destaca que um dos locais utilizados para a prática da lavoura, em especial o trabalho com a mandioca, o milho e o arroz ou ainda na retirada de madeiras era a região que, mais tarde, passou a fazer parte do território que abrange o atual Distrito Industrial de São Luís. O Parque Fabril, então, acabou englobando parte do território que era muito importante não somente para as

¹²⁷ MARIA DE FÁTIMA SANTOS COUTINHO PACHECO. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, em 05 de maio de 2022.

atividades produtivas, mas também para a reprodução dos elementos materiais e imateriais da comunidade do Maracanã.

Os trabalhos com a lavoura também foi endossado no relato de Pedro Sérgio Rodrigues Costa,¹²⁸ 55 anos, nascido e criado em Maracanã:

Eu me lembro bem da infância aqui no Maracanã, eu acho, pra mim foi uma infância boa, entendeu? Diferentemente da infância de hoje aí, de muito aí, eu brinquei muito, entendeu? **É, também trabalhei muito na roça com meu pai, meus irmãos, entendeu?** Foi uma infância boa, muita gente boa mesmo aqui. (Grifos nossos).

Outro depoimento que reforça as características mencionadas pelos depoentes anteriores, de que as atividades de subsistência eram o objetivo principal da produção realizada pelas pessoas do antigo Maracanã, é o de dona Alda Maria Santos Oliveira

[...] **isso aqui era só para o consumo, o milho, a mandioca, a macaxeira, era só para o consumo, a gente não vendia** assim, era só para estocar, depósito aqui que você entrava fazia gosto de olhar, paneiro que a gente chamava, era os cofinhos, com os paneiros de farinha, de arroz, e pra pesca vinha o camarão, secava, era só para o consumo, era subsistência (Comunicação verbal, Grifos nossos).

Esse cenário foi se modificando gradativamente, principalmente a partir do início dos anos de 1970. Primeiramente, com a introdução dos Projetos Euterpe (1971-1974) e Desafio (1976-1978)¹²⁹. Projetos desenvolvimentistas organizados pela SEAC – Secretaria de Ação Comunitária – órgão da Prefeitura Municipal de São Luís e que atuaram majoritariamente em comunidades integrantes da área rural da capital maranhense, com a narrativa de levar o progresso para essas localidades. Objetivava-se a integração, o diálogo desses territórios com o espaço urbano de São Luís. No segundo momento, a mudança do cenário se deu com a instalação do complexo industrial, o DISAL.

Pode-se afirmar que o poder público, por meio desses projetos, já observava a potencialidade desses territórios e como eles poderiam receber investimentos não apenas dos órgãos públicos, mas primordialmente de setores da iniciativa privada. A

¹²⁸ PEDRO SÉRGIO RODRIGUES COSTA. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, em 20 de dezembro de 2022.

¹²⁹ A Secretaria de Educação e Ação Comunitária (SEAC), do município de São Luís, desenvolveu dois projetos na ilha, no interstício de 1971 a 1978, contemplando comunidades na área rural e urbana da capital, os projetos foram: o EUTERPE (1971-1974) e o DESAFIO (1976-1978).

parceria entre capital estatal e privado já percebia a exploração dessas localidades como um campo bastante fecundo para o desenvolvimento do capitalismo, o que acabou sendo efetivado ainda em meados do mesmo decênio, com a criação da CDIMA pelo governo estadual e a posterior definição, por esse órgão estatal, de onde deveria ser implantado o Distrito Industrial.

Compreende-se, dessa forma, porque o primeiro Plano Diretor da Cidade de São Luís, no ano de 1975, dentre seus vários pontos, já destacava algumas melhorias que precisariam serem feitas para facilitar o traslado dos empregados, sobretudo dos indivíduos advindos da área urbana da cidade que iriam direção ao território do Distrito Industrial,

Na área rural, ter-se-á o problema do acesso dos empregados aos distritos industriais e aos serviços do atual centro da cidade. Dois melhoramentos iniciais, ambos de baixo custo poderão diminuir consideravelmente as demoras e os gastos operacionais das viagens entre a cidade e as duas zonas industriais.

O primeiro é a pavimentação da SL- 16-22, entre Maracanã e Itaqui; o segundo é a retificação da ligação entre a barragem e a BR 135. Embora a última passe pela Zona Residencial 5 (Proteção de bacias hidrográficas), com adequada proteção no ambiente poder-se-á reduzir o comprimento da viagem em 3 quilômetros. (SÃO LUÍS, 1977, p. 47, Grifos nossos).

No começo dos anos de 1980, foram iniciadas as obras de construção do Distrito Industrial de São Luís (DISAL)¹³⁰, causando muita apreensão e expectativa para as pessoas da comunidade com os sentimentos oscilando entre o fascínio da novidade, a suposta possibilidade de seguridade social, o recebimento dos vencimentos e o temor de perda das propriedades ou mesmo dos costumes construídos ao longo de décadas no interior da comunidade do Maracanã, eram pontos que definiam as contradições desse movimento. Acrescente-se, não menos significativo no imaginário coletivo do lugar, a incerteza de que pessoas que sempre trabalharam com a lavoura seriam de fato incorporadas ou não nas atividades geradas com o Parque Fabril.

¹³⁰ O DISAL oficializou a industrialização daquela região. Mas, algumas empresas que foram adeptas desse processo já estavam se instalando na área rural desde o começo dos anos de 1970, como por exemplo: a Cervejaria Maranhense S/A (CERVAMAR). No caso a cervejaria será mais uma empresa a compor o território do Parque Fabril. Também foi o caso da Industria Pesqueira Tutóia LTDA, pois existem relatos de pessoas que trabalharam nessa empresa ainda em fins da década de 1970. Acrescenta-se isso aos trabalhos que já vinham sendo realizados no Porto do Itaqui e a entrada do capital estrangeiro no território maranhense. O porto indubitavelmente sendo uma porta de entrada para o capital estrangeiro, além, claro, de grande caminho para as exportações de recursos materiais não somente do Maranhão quanto do vizinho estado do Pará.

A esse respeito, novamente, Pedro Sergio Rodrigues da Costa comenta:

Foi uma coisa assim bem triste, porque a comunidade aqui do Maracanã sabia trabalhar era com roça, aí as indústrias chegaram aqui e foram se implantando, entendeu? E quase ninguém sabia trabalhar no que elas iam fabricar aqui no Distrito, entendeu? Mas foram é se adaptando, né? E muitos, muitos trabalharam aqui, a maioria mesmo trabalhou mais aqui o povo do Maracanã na CERVAMAR, mais o que trabalharam aqui foram se adaptando, aprendendo e mais foi triste, foi triste, papai mesmo falava que ele não ia para esse negócio [Distrito Industrial] que ele não sabia fazer isso, o negócio dele era plantar roça, trabalhar com Zé Martins, no corte, serrando madeira, tirando madeiras por esses interior afora aí. (Comunicação oral, Grifos nossos).

No depoimento, o interlocutor comenta o fato de muitas pessoas ficarem assustadas com a chegada das fábricas, mencionando, inclusive, o caso do seu pai, que durante toda a vida trabalhou com a lavoura e com a retirada de madeiras, argumentando que não seria inserido nas fábricas e de fato acabou não sendo. O relato supracitado ilustra o que, muito provavelmente, aconteceu com muitas pessoas não somente da comunidade do Maracanã, mas como da área rural de São Luís como um todo.

Em relação ao encontro desses dois mundos, traz-se, outra vez, o depoimento de dona Alda Maria Santos Oliveira, haja vista que sua família é uma das fundadoras da comunidade do Maracanã e já residem naquela região há várias décadas, assim, se pode constatar em sua narrativa como se processou o encontro de realidades tão distintas. Veja-se o que esta senhora comentou sobre a instalação do DISAL,

[...] Quando foram construir isso daqui, o povo daqui ficaram tudo abalado, apavorado, com medo de saírem, pelo menos aqui a gente ficou com medo, todos nós ficamos, porque todo mundo já acomodado já aqui, acostumado comer tudo o fresco, uma fruta, tudo, aqui todo mundo se apavorou, mas graças a Deus o que eles indenizaram foram os pertos, indenizaram todo mundo foi aquele pânico, mas depois que eles começaram a ver o dinheirinho na mão se acomodaram, mas eles indenizaram, não jogaram, não botaram, não expulsaram ninguém pra rua, até onde eu sei não, foi indenizada aquela parte ali, aí eles começaram a construir, aí foi uma melhoria porque gerou empregos. [...] (Comunicação oral, Grifos nossos).

Dentre os diversos pontos significativos do seu relato, chama bem a atenção o fato de a depoente mencionar que as pessoas temiam perder suas propriedades e, desse modo, as possibilidades de alimentação, pois antes poderiam pegar frutas, fazer suas plantações, praticar a caça ou ainda a pesca, todos sendo elementos que

estavam ao alcance das pessoas da comunidade, havia, então, e a temeridade em não os ter mais isso. Essa senhora ainda endossa que muitos indivíduos foram indenizados durante o processo e, nessa dialética do considerado novo com o antigo e suas contradições, a interlocutora acredita que no final acabou sendo uma coisa positiva para muitos indivíduos do Maracanã, uma vez que, conforme o seu depoimento, o Parque Fabril acabou gerando muitos empregos. Embora, diga-se de passagem, que grande parte dos empregos para o Maracanã tenham sido durante a fase de construção das empresas e não depois com as indústrias já consolidadas, com seus quadros definidos.

No referente às pessoas que trabalharam em empresas do Distrito Industrial, traz-se o depoimento do senhor Osvaldo Martins Algarves, que foi funcionário, durante muitos anos, da Cervamar (Cervejaria Maranhense S/A), popularmente conhecida na região como CERMA. No relato abaixo, o senhor Osvaldo Algarves descreve um pouco de como foi sua ascensão dentro dos quadros da empresa e as lembranças de um tempo que, em suas memórias, foram considerados bastante positivos. Como seu depoimento é bastante longo, recortaram-se as partes consideradas mais significativas do seu envolvimento com a cervejaria em questão:

A respeito da empresa, eu trabalhei em Belém e depois eu vim pra cá e quando cheguei aqui eu entrei na Cervamar como apontador, sai da Cervamar como encarregado de setor pessoal, uma empresa que eu vou morrer e nunca mais vou trabalhar em uma empresa melhor do que essa de jeito nenhum, porque a Cervamar fazia tudo o possível para os seus funcionários, o que pudesse fazer a Cervamar faria, tá entendendo? Dava todo o apoio, tudo empréstimo, emprestava dinheiro para o pessoal para pagar por mês, dava carro para buscar o material e o cara que trabalhou na Cervamar e não construiu uma casa é porque ele é sem vergonha, cínico, tá entendendo? Mas, eu graças a Deus fiz a minha, pra mim foi a melhor empresa que eu já trabalhei. (Comunicação oral, Grifos nossos)

Observa-se, nesse trecho do depoimento, o sentimento de gratidão do interlocutor com a empresa supracitada, comentando que foi o melhor local onde trabalhou na vida. Os trabalhos na fábrica ajudaram-no na construção de sua residência, adicionando que, se outros trabalhadores não conseguiram ter o mesmo êxito, a culpa foi exclusivamente deles, pois todas as condições a cervejaria lhes oferecera para que pudessem ter moradias, por exemplo, de alvenaria, e não mais de taipa como eram bem típicas no local.

Entretanto, esse narrador, diferentemente de outros operários, possuía uma posição considerada de destaque dentro da estrutura da Cervamar, haja vista que o mesmo teve mudança de posição dentro dos quadros da empresa, começou como apontador e depois como encarregado de setor pessoal, ou seja, passando a ser o responsável pela contratação de pessoas para ingressarem nas fileiras da fábrica, ou seja, uma pessoa que acabou tendo uma posição bem diferenciada dentro do organograma da fábrica, bastante diferente de muitos indivíduos de dentro da comunidade.

Outro interlocutor que segue a mesma interpretação sobre o tempo de trabalho na Cervamar e com a narrativa muito próxima à descrita por seu Osvaldo Algarves é o senhor Luís Carlos Baldez. O depoente mencionado, é residente do Maracanã. Veja-se seu relato:

Eu fui convidado para trabalhar na Cervamar nos anos de 1983 até 92, até 90 que diga [...] eu cheguei na Cervamar em 1983 e trabalhei até 1990, certo? Quando a fábrica foi vendida pra Antártica, né? Trabalhava no setor de vendas, na carteira de títulos e documentos que era ligada ao gerente administrativo da empresa, um português chamado seu Lopes, e onde graças a Deus trabalhei esses anos, uma empresa, uma das melhores que eu já trabalhei porque me pagava 40% do meu salário na quinzena e me dava 60% no final do mês, com direito a várias que a gente tinha, tinha direito a bonificação, hora extra 100%, certo? Aonde eu também tomei de conta do time, fui o responsável pelo time da Cervamar durante esse tempo, aí que Seu Santos que era o chefe do setor pessoal me colocou como dirigente porque ele já conhecia meu trabalho no Cruzador [...] melhor empresa que eu trabalhei, certo? Principalmente na parte administrativa, aonde essa parte era organizada através da visão alemã, ne? **Aonde o empregado ia em primeiro lugar e a empresa vinha em segundo, assim o dono, um alemão, o senhor Zaiber ele dizia pra gente [...] as vezes ele almoçava com a gente no refeitório, um alemão muito simples apesar de ser muito rico, né? Mas ele tinha essa visão e a gente questionava, né? Por que primeiro o funcionário? E, por que por último a empresa dele.? Porque ele dizia: se eu for botar a minha empresa na frente dos meus funcionários eu não vou ter bons êxitos porque esses funcionários vão é ficar em segundo plano, então eu sempre coloco ele em primeiro plano dando todas as condições que ele precisa [...]** era uma empresa que não tinha justa causa, apesar de tudo o que o pessoal aprontava: uns roubavam as coisas, outros bebiam eram pegos bebendo, mas simplesmente quando saía recebia todos os seus direitos, a CERVAMAR não tinha causas na justiça do trabalho, não tinha nem advogado pra isso porque ele não aceitava [...] Uma empresa que tinha 400 e poucos funcionários chegou a ter 600 e poucos no tempo do tempo daquele plano cruzado aí que vendiam demais, ne? [...].Tinha o nosso bom plano de saúde nas melhores clínicas daqui, entendeu? (Comunicação oral, Grifos nossos).

Em seu depoimento, o senhor Luís Carlos Baldez interpreta a Cervejaria Maranhense S/A como um espaço considerado familiar, com direito aos donos ou os

funcionários de postos mais avançados fazerem, às vezes, refeições juntos dos demais operários. Informou que seus vencimentos eram distribuídos em duas etapas: 40% na quinzena e os outros 60% no final do mês. Inclusive salienta que, juntamente com os demais operários, eles questionavam as razões por que os empregados estavam na “frente” dos patrões, no sentido de trato, de preferência e atendimento.

Pode-se afirmar que seu Baldez apenas observou a forma aparente do processo, o aspecto fenomênico e não a essência do modo de produção capitalista. De fato, os funcionários devem ter uma atenção especial, pois o lucro do empresário advém da exploração do trabalho, da exploração do capital variável, que é a peça primordial do processo de composição orgânica do capital. No seu entendimento, a filosofia alemã advogada pela empresa seria a grande responsável por esse suposto laço fraternal, familiar, entre os indivíduos que faziam parte dos quadros da Cervamar. Segundo ele, era uma filosofia diferente de tudo que havia visto antes e também o que viu posteriormente, a ideia de que os funcionários não eram vistos como simples trabalhadores, mas como companheiros. Na verdade, isso é um dos eufemismos praticados pelo capital no sentido de tentar humanizar as relações de produção, nos dias atuais o termo da moda é colaborador, o que mascara a essência do capitalismo, que consiste na exploração da força de trabalho.

Curioso é que, em matéria publicada no jornal o Estado do Maranhão, no dia 31 de dezembro de 1980, essa narrativa já era muito bem apresentada pelos donos ou comandante de postos da empresa. A matéria em questão é referente à confraternização natalina acontecida naquela cervejaria, quando alguns funcionários foram presenteados, recebendo prêmios diversos e até as atividades de produção foram suspensas para que os “companheiros” pudessem participar da supracitada celebração, o que é algo, sem dúvida, bastante complicado em se tratando do modo capitalista de produção, no qual o tempo é o da produção da mais-valia e esta não pode ser interrompida.

A reportagem ainda destaca que o ano de 1980 foi extremamente positivo para a Cervejaria Maranhense S/A, havendo um considerável êxito em sua produção – além da cerveja CERMA, também eram produzidos refrigerantes no sabor guaraná e que durante um certo período concorreu com o refrigerante Jesus, produto ainda muito consumido no estado do Maranhão – e, logicamente, na vendagem de suas mercadorias e por isso aquela celebração seria o momento de suposta confraternização entre o capital e o trabalho.

Imagem 21: Confraternização na CERVAMAR



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1980)

Retomando-se o depoimento do senhor Osvaldo Martins Algarves, o interlocutor comenta como foi sua saída da Cervamar e as outras atividades empregatícias que teve na sequência. O relato de Osvaldo Algarves ressalta uma espécie de benevolência que os donos da cervejaria teriam com seus funcionários. No seu caso, salientando que, quando a empresa foi comprada por outra cervejaria, a Companhia Antártica Paulista, o mesmo não ficou devido a ocupar um cargo de

chefia e a nova empresa já trouxe seus homens de “confiança”. O curioso é que o depoente, ao mencionar outras fábricas do atual Distrito Industrial, como o Armazém Mateus S/A,¹³¹ comenta que existe um constante processo de exploração da força de trabalho nesse empreendimento, o que, segundo seu depoimento não existia na antiga Cervamar, internalizando o que o diretor-presidente da empresa, Aymar Mesquita, havia dito na “confraternização” mencionada acima: “Queremos a todos como verdadeiros amigos, pois não vemos em vocês um funcionário e sim um companheiro” (JORNAL ESTADO DO MARANHÃO, 1980, p. 12).

Logicamente, trata-se do capitalismo e a produção desenfreada de mais-valia, na antiga Cervejaria, em essência, não era diferente do que acontece, por exemplo, atualmente no Grupo Mateus ou mesmo em qualquer outro estabelecimento industrial, a questão é que o fato de o senhor Osvaldo Algarves ter uma posição mais favorecida em comparação a outros funcionários, provavelmente, contribuiu para que tivesse somente a visão fenomênica, aparente, das relações de trabalho e não conseguisse observar a essência por trás disso. Entretanto, mesmo tendo uma posição de destaque na Cervamar, isso não foi o suficiente para lhe garantir a permanência no emprego ou uma sequência na outra cervejaria que comprou a Cervamar, uma vez que, como qualquer outra mercadoria, o senhor Osvaldo Algarves foi descartado, demitido.

Retomando-se o seu depoimento, veja-se o que o narrador ainda acrescenta sobre os tempos de trabalho no Distrito Industrial e sua relação com a cervejaria em foco,

Depois disso passei a trabalhar por conta própria, tinha um depósito de bebidas, a própria CEVAMAR que botou pra mim, eu botei, eles me atendiam a cerveja fiada, eu pagava no apuro, mas trabalhei certo. Ai a empresa quando é muito boa não vai muito longe, né? Fechou, por que fechou? Fechou porque os sócios desapartaram a sociedade, um foi embora porque ela casado com uma brasileira largou [...] era um alemão e um indonésio. Ai eles venderam para a Antártica, eu não pude ficar porque eu exercia cargo de chefia, eu não pude ficar, saí porque a Antártica quando veio já trouxe os outros. [...] Das empresas ainda tive alguns amigos que trabalharam em outras empresas, a FINOBRASA, tinha a FINOBRASA fechou, a CERVAMAR fechou, hoje é o MATEUS, né? [...]. **Preste bem atenção na diferença de uma empresa igual a CEVAMAR que os donos eram um alemão e um indonésio e esse MATHEUS que eu vejo todo mundo falar mal dele que**

¹³¹ O território onde outrora foi a Cervamar S/A e na sequência a Companhia Antártica Paulista, hoje é ocupado pelo Armazém Mateus S/A – comércio atacadista de mercadorias em geral – e que, de acordo com o controle de processos da SUGEDIPE, no ano de 2015, gerou 1157 empregos diretos. (MARANHÃO, Controle de Processos da SUGEDIPE, 2020, p. 01).

é maranhense, mas não dá uma colher de chá para os funcionários, não faz nada de bom só quer explorar, pra mim é o maior explorador é esse Matheus, esse dono do MATHEUS.

Devo lhe dizer uma coisa, a CERVAMAR foi uma escola, quem teve o privilégio de trabalhar na CERVAMAR, eu tenho amigos, colegas que trabalharam lá, entraram como serventes saíram como encarregados porque ali dentro você aprendia, era uma escola, se você fosse um cara interessado, inteligente você subia na empresa, ta entendendo? Dava oportunidade para você subir, assim como eu subi, então, é como eu digo eu vou morrer e não trabalhar noutra empresa igual a CERVAMAR nunca, privada nunca igual a CERVAMAR de jeito nenhum. Os homens eram bons pra gente, agente trabalhava e não tinha negócio de mandar pra rua por justa causa [sic] Uma vez nós fomos em uma reunião, um dos donos disse que aqui não tem ninguém que eu não possa demitir, não demorou demitiu um diretor técnico [...] alemão igual a eles porquê? Porque fez coisa errada, e mandou embora com todos os direitos e um diretor técnico ganhava muito dinheiro, né? Ele é assim, uns caras bons, mas não aceitavam sacanagem dentro da empresa deles, mas todo mundo trabalhava com gosto, era bom demais, tu tá doido? Chegava fim de ano tinha uma grade cerveja, uma de guaraná, um bolo, uma coisa, era uma empresa que ajudava os funcionários, na realidade era isso, igual a essa, meu irmão nunca mais vai ter uma aqui nesse Maranhão nosso. (Comunicação oral, Grifos nossos).

Ainda sobre a Cervamar, tem-se o depoimento do senhor José Benedito Soares da Costa, 64 anos, nascido e criado no Maracanã, e que também trabalhou nessa cervejaria durante quatro anos. Salientando-se que antes havia trabalhado como estivador em uma fábrica de tijolos (conhecida pelo nome de Euclides), localizada no bairro de Quebra-Pote, carregando e descarregando carros, ofício que também desempenharia mais tarde na própria Cervamar.

Eu, em na faixa de 1975, eu trabalhava no Euclides [localizada no Quebra-Pote, próximo ao Maracanã –, na fábrica de fazer tijolo, eu trabalhei quase 1 ano lá, trabalhava de carro, descarregando, foi quando eu tirei meus documentos e fui trabalhar na CERVAMAR, em 78, eu entrei na CERVAMAR, trabalhei 4 anos [...] ficaram porque gerou uma porção de emprego para o pessoal, a CERVAMAR foi uma benção [...] eu comecei lá como limpeza, né? Depois eu fui pra fábrica mesmo trabalhar na cerveja, trabalhava encaixotando caixa e carregando para colocar nos carros, a cerveja era exportada e vendia para esse interior tudinho, eu trabalhava com a cerveja cheia já para colocar nas caixas pros carro carregar [...] melhor não é, mas foi um tempo bom porque o tempo que não tinha emprego e muita gente se empregava [...] (Comunicação oral).

Agora se apresentam os depoimentos de duas senhoras, nascidas e criadas no Maracanã, que trabalharam em fábricas do Distrito Industrial, mais especificamente, na Industria Pesqueira Tutóia Ltda. A primeira é dona Adalgisa Meireles Garces Rodrigues, que trabalhava no almoxarifado da citada empresa e não na linha de produção. Contou para onde eram endereçadas as mercadorias produzidas pela Pesqueira,

Aurino que era filho de Dica, ele era guarda e arranjou o serviço pra mim, Margarida e Nelzinha, trabalhava com pescado, eu não trabalhei com pescado, trabalhei no almoxarifado [...] recebia aquelas caixas tudo, anotava tudo, tinha que dá conta de tudo, eu recebia tudo o que vinha, anotava, fazia o tipo das caixas para embalar os peixes [...] fizeram o distrito, tinha muita coisa pra banda daí até chegar na Campina, tinha olaria de fazer tijolo, telha... o pessoal trabalhava tudo pra banda de lá, tinha concreto, tudo fazia nesse distrito industrial, primeiro era logo uma fábrica e depois a pesqueira, ficava tudo pertinho, a pesqueira o primeiro dono era de São Paulo, depois ele vendeu para um chileno – pesqueira Tutóia – todos os produtos que era feito vendia nada no Brasil, tudo era pra exportar, trabalhava muita gente, daqui do Maracanã tinha muita gente que trabalhava, homem e mulher, trabalhava com peixe, camarão, sururu e trabalhava com eles, camarão era tudo embalado, os filé das pescada, tudo pra fora, não ficava nada aqui [...] indenizaram, foi tudo indenizado [...] (Comunicação oral).

Na Pesqueira Tutóia trabalhavam na linha de produção tanto os homens quanto as mulheres, nesse caso, a depoente menciona os nomes de outras duas funcionárias que, diferente dela, trabalhavam na linha de produção: Margarida e Nelzinha. Narra que conseguiu o emprego por causa de um amigo, guarda (segurança) da pesqueira. Outro ponto interessante no depoimento da senhora Adalgisa Garces consiste na afirmação de que o pescado era embalado/industrializado e enviado para fora do Brasil, não chega a dizer para onde era o destino, mas corrobora com uma prática muito comum em países de capitalismo dependente, a subserviência ao mercado externo.

Essa é uma das principais características da atuação dessas empresas na “periferia da periferia” do capitalismo, os lucros da produção, nesse caso, não ficando em território ludovicense, objetiva-se o mercado externo. Reforçando-se que essas Empresas se instalam na “periferia da periferia” em decorrência das isenções fiscais fornecidas pelo Estado, nas concessões promovidas pelo poder público, no jogo envolvendo as ações do capital estatal – no sentido de preparação da infraestrutura para a chegada dessas empresas – e do capital privado, fazendo-se a “roda girar” no que eles interpretam como sendo sinônimos do desenvolvimento.

Antes do relato de dona Maria de Fátima – a outra funcionária da Pesqueira – faz-se uma breve digressão a partir do que relatou o senhor Luís Carlos Baldez, pois o depoente, em sua narrativa, fez uma menção a algumas empresas instaladas no Distrito Industrial de que ele se recorda e dentre elas estava a Pesqueira Tutóia Ltda, inclusive, chegando a comentar que o pescado não tinha como objetivo o atendimento

do mercado local, momento em que discorre sobre o que poderia ser levado para casa pelos trabalhadores:

As empresas que foram chegando, eu me lembro que tinha uma pesqueira [Tutóia], que parece que foi uma das primeiras que chegaram lá que as mulheres daqui trabalhavam lá bastante, entendeu? **E elas traziam pra casa depois aquela cabeça do peixe com a carcaça, né?** Porque parece que eles tiravam só o filé (Comunicação oral). (Grifos nossos).

Na condição de capitalismo-dependente e da subserviência das burguesias locais ao capital estrangeiro, para as classes menos favorecidas da “periferia da periferia” sobram apenas as migalhas, condição bem frisada no relato do senhor Luís Carlos Baldez.

Desse modo, corrobora-se com Furtado (2000), quanto à dicotomia centro-periferia não ser uma exclusividade da relação entre o interno e o externo, antes pode ser observada internamente, haja vista que a produção era executada por pessoas do Maracanã e adjacências, só que estes não ficavam com o que produziam, somente com os restos, com a cabeça e carcaça dos peixes, pois o produzido partia em direção, por exemplo, da região sudeste. Mostram-se, assim, as contradições desse modo de produção, uma vez que, antes da chegada das fábricas, das “ocupações” e do assoreamento dos rios, era muito comum as pessoas da comunidade pescarem ou - como dizem - mariscarem nos rios da região, só que para os indivíduos que trabalhavam na Pesqueira só lhes sobravam as carcaças, as sobras da produção.

Veja-se agora o que relatou dona Maria de Fátima Coutinho Pacheco, outra operária da supracitada empresa, no período em que trabalhou na Indústria Pesqueira Tutóia Ltda:

[...] Em 78 em comecei a trabalhar na pesqueira Tutóia, o meu era no salão, trabalhava com pescado, marisco, congelava, descongelava, tirava, descascava ele , cru mesmo, para embalar, ai os pescados [...] colocava nas bacias para congelar tudo, trabalhava na linha de produção, era pra fora, ia para São Paulo de lá não sei pra onde ia [...] melhorou, só que muitas fabricas foram para a falência [...] **nem todo mundo conseguiu trabalho** [...] eu fiquei nove meses na Tutóia, carteira assinada, depois ela reabriu de novo eu já não fui mesmo [...] pagaram a gente tudo direitinho (Comunicação oral) (Grifos nossos).

Um elemento em sua narrativa que não pode passar despercebido é quando dona Maria de Fatima narra que muitas pessoas não conseguiram trabalho no DISAL, mesmo com toda a narrativa de que o Parque Fabril seria a possibilidade de trabalho

para muitos sujeitos como narrado pelo senhor José Benedito anteriormente. Muitos indivíduos, entretanto, conseguiram trabalho apenas na fase de construção das empresas e depois foram compor o exército de reserva em formação, sendo muitas vezes substituídos por trabalhadores vindos de fora: para alguns ramos de atuação, o capital acreditava que muitas dessas pessoas não eram qualificadas, por isso havia a exploração de outros personagens.

Por exemplo, o caso do senhor José Pacheco Filho, 69 anos, oriundo da cidade de Pilar, no estado de Alagoas, o qual veio trabalhar no Distrito Industrial de São Luís, no início dos anos oitenta, depois acabou se casando com dona Maria de Fátima e está radicado no Maracanã há mais de 40 anos. Atente-se para o que o referido depoente contou:

Porque a ACEM ela pegou na ponta de dedo e mandou para o Rio para fazer treinamento [sic] eu já vim contratado, passei 09 anos na Enco [...] mão de obra de fora, no trabalho mais qualificado veio tudo de fora [sic] eu não tenho saudade de empresa nenhuma, eu fui para Camargo Correia pro o Chile, Colômbia e Equador, eu vim pra cá pra mandar eu pra África, Angola, mas custou e mandaram para Tucuruí, em Tucuruí eu sai da Camargo [...] morávamos no sítio lá no meio do mato, as casas a maioria eram de taipa, a casa que tinha iluminação era onde tinha um poste aqui, bambam, na sede e Zé Costa [...] **porque o Maranhão não é desenvolvido, aqui não foi a maior fábrica que tinha aqui que era de tecido? Acabou [...] empresas privadas que pegaram muitas obras do Governo, mas foi acabando [sic] o lado ali do terminal, era uma fábrica de fazer panela [...] até hoje a maioria da obra era de fora [sic] não mudou muito não, porque a maioria dos maranhenses que saíram lá pra fora já vieram tudo especializado [sic] ficharam mais foi estrelinha, as outras mão de obra que tinha encarregado, supervisor e alguns mecânicos vieram de fora [...]**¹³². (Grifos Nossos).

Diferente dos depoentes anteriores, o senhor José Pacheco não sente falta nenhuma das empresas por onde trabalhou, como uma espécie de andarilho, foi para diversos locais onde o capital lhe colocou. Hoje, está aposentado e é considerado um membro da comunidade do Maracanã, e, em seu relato, destacou como os empregos mais especializados, nos primórdios do Distrito Industrial, eram ofertados para pessoas de fora da região, como em sua situação, porque o capital não pode perder tempo com a preparação de mão de obra, os trabalhadores já devem estar a sua disposição; do contrário, são sumariamente substituídos ou nem chegam a compor a fileira das fábricas.

¹³² JOSÉ PACHECO FILHO. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, em 05 de maio de 2022.

Embora algumas narrativas se caracterizaram por exaltar, ver com bons olhos os trabalhos nos tempos, por exemplo, da antiga Cervamar, nas entrelinhas de alguns depoimentos se constata que existiram tensões, conflitos, embates, descontentamentos no interior dessa empresa, por exemplo, quando o senhor Luís Carlos Baldez afirma que: “ [...] apesar de tudo o que o pessoal aprontava: uns roubavam as coisas, outros bebiam eram pegos bebendo [...] saí numa boa, muitos saíram pela culatra, fizeram o que não deviam e perderam tudo”. (Comunicação oral).

Para o depoente supracitado, como já verificado em outros trechos do seu relato, os tempos de cervejaria foram magníficos, a empresa possibilitou os recursos para a construção de sua moradia, dentre outras coisas conquistadas naquele lugar. Essa condição, porém, não pode ser generalizada, muito menos pode ser aplicada para todos os sujeitos que compuseram os quadros daquela indústria nos anos de 1980.

A bebedeira, os casos de roubos de cerveja, de refrigerantes, mencionados pelo interlocutor, podem ser interpretados como formas de resistência por parte dos operários ao tipo de trabalho empregado na Cervejaria Maranhense S/A, sendo “pequenos” gestos que simbolizam a insatisfação desses funcionários com as relações de produção impostas naquela indústria. Desse modo, pode-se questionar que se trata de repulsa à disciplina imposta pela fábrica? Represália ao tempo do modo de produção capitalista? Marcação de posição dentro dos quadros da fábrica? Saudosismo das relações não capitalistas? Formação da consciência de classe? Enfim, pode-se enumerar um conjunto de possibilidades, mas independente disso ou até mesmo das prováveis resoluções, o que se teve de concreto, de material, no interior da Cervamar e, provavelmente também em outras empresas constituintes do Distrito Industrial de São Luís, foi a resposta por parte dos operários àquele quadro de consolidação do mundo fabril na área rural da capital do estado.

Por esse prisma, o trabalho não pode ser compreendido como sendo passivo frente ao capital, não resistindo a suas investidas, pelo contrário, a classe trabalhadora sempre busca formas de enfrentamento ao processo de pauperização, à exploração. Nesse sentido, a bebedeira, o roubo, são elementos que balizam essa consciência e necessidade da marcação da luta, de vez que essas posturas não são decorrentes de idealizações, mas resultantes de situações concretas, como respostas às condições de produção, à disciplina imposta pela empresa, sobretudo para indivíduos que, no passado não tão distante, trabalhavam em sintonia com o tempo da natureza.

4.2. Os impactos do DISAL para a comunidade do Maracanã e adjacências

A partir do início dos anos oitenta, foi presenciada a transnacionalização da produção do Maranhão, especialmente a dos complexos da ALCOA/ALUMAR (Companhia de Alumínios do Maranhão) no Distrito Industrial de São Luís, atendendo ao mercado externo. Para a efetivação desse processo, várias famílias foram desapropriadas:

[...], conforme dados cadastrais da própria CDI/MA, foram desapropriadas 1.654 famílias. No entanto, esse número contrasta com o que foi organizado pelas organizações populares, de aproximadamente 5.000 famílias expulsas de suas terras. Uma situação que colocou no desempregado e na miséria um considerável contingente de pessoas, que viviam das atividades hortifrutigranjeiras na região. Esses movimentos acabaram ampliando problemas de violência tanto no campo quanto na área urbana, em função da própria política fundiária no primeiro caso e da falta de emprego, no segundo. (COSTA, 2003, p. 81).

Observa-se a diferença entre os números fornecidos pelo órgão do Estado do Maranhão, a CDIMA, e os resultados divulgados pelos movimentos populares, uma diferença de mais de 400%. Contudo, independentemente do choque referente à quantificação dos números, o que se teve de fato, concretamente, foram as desapropriações de várias famílias na área rural de São Luís para a instalação das indústrias, e, para complicar mais ainda aquela situação de instabilidade, nem todos os indivíduos foram inseridos nas indústrias que estavam se consolidando nos anos de 1980, muitos foram compor as fileiras do exército de reserva que se formava.

O Parque Industrial surgiu a partir das iniciativas do poder público, por meio da concessão do território, em sua parceria com o capital privado, para o qual foi concedido favorecimento, por meio dos incentivos fiscais ou pela desobrigação da carga de tributos, dentre outras formas,

No capitalismo monopolista brasileiro, tornou-se, frequente o surgimento de empreendimentos conjuntos do Estado com as multinacionais, ou do Estado, multinacionais e monopólios nacionais. O desenvolvimento industrial se processou célere, através das subsidiárias das empresas estrangeiras aqui sediadas, dos grandes monopólios nacionais. (COSTA, 1987, p. 59, Grifos nossos).

Imagem 22: Magnífica do Maranhão (Cervejaria AMBEV) localizada no Distrito Industrial



Fonte: Autor (2023)

A imagem 22 é de uma das empresas que se encontram atualmente no Distrito Industrial. A cervejaria em questão recebe incentivos fiscais por parte do Governo do Estado do Maranhão, além de reduções no Imposto de Renda concedidos pela SUDENE, como explicitado na próxima imagem 23. A atuação do Estado em parceria com a iniciativa é primordial para o processo de expansão e, cada vez mais, de consolidação do modo de produção capitalista no interior da ilha de São Luís.

Imagem 23: Benefício fiscal para a AMBEV S.A



Fonte: Autor (2023)

A empresa, portanto, teria que apresentar retornos dessa contrapartida fornecida pelos órgãos do Estado. O retorno pode ser na oferta de empregos com carteira assinada, com os chamados empregos diretos e com as vagas indiretas que surgem durante o processo. Considera-se, como retorno por parte das empresas, as políticas assistencialistas, por meio de doações de bens materiais para as comunidades do entorno, tais como: ambulâncias, escolas, dentre outras formas, ou ainda no incentivo das atividades culturais presentes na região, por exemplo, em uma celebração religiosa (festejo), nas atividades do bumba meu boi, etc. No caso específico da AMBEV S.A, como se verifica na imagem 24, a contrapartida veio com a geração dos empregos diretos, 481, e outros 500 empregos indiretos.

Imagem 24: Empregos gerados pela AMBEV S.A

Fonte: Autor (2023)

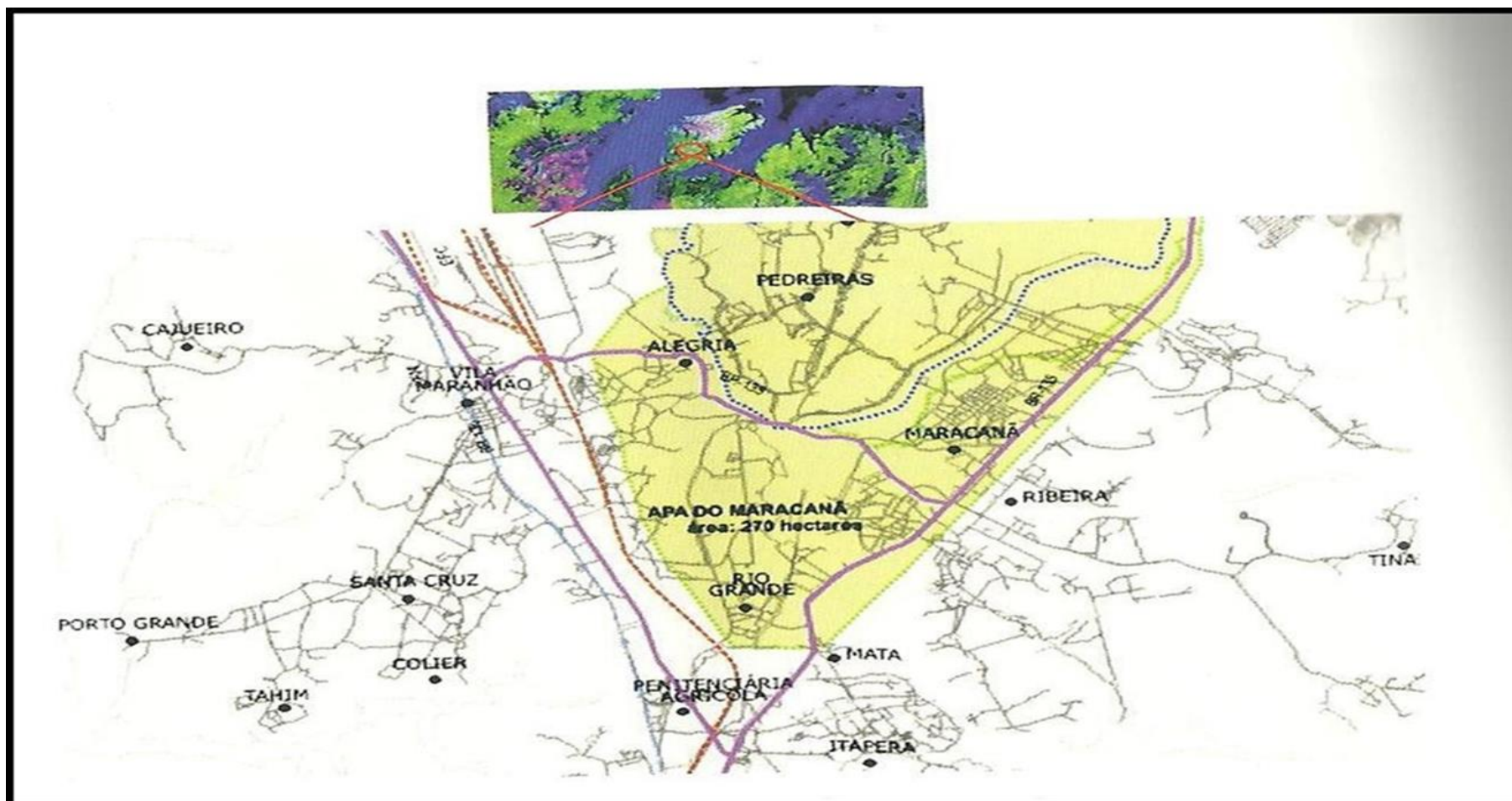
Entretanto, não custa salientar que a instalação do Distrito Industrial (DISAL) está associada diretamente ao expansionismo do modo de produção capitalista no estado e, por conseguinte, à necessidade da internacionalização da economia maranhense. Desse modo, quais os impactos dessas políticas desenvolvimentistas sobre a área rural de São Luís, mais especificamente, sobre a comunidade do Maracanã? Frise-se que se compreendem as relações entre a expansão capitalista e os costumes da comunidade do Maracanã dentro de uma abordagem dialética, por meio do movimento, das contradições presentes nesse processo e, principalmente, como o Maracanã dos dias contemporâneos tem se configurado diante das mudanças vindas com as instalações das indústrias. Especialmente, por se tratar de uma comunidade que, no passado, tinha nas atividades com a terra o seu principal meio de produção, com suas atividades voltadas predominantemente para a subsistência.

[...] a agricultura que no passado era predominante, hoje quase não é mais praticada na comunidade do Maracanã. A rodovia 135, também, facilitou o acesso das pessoas deste lugar para outras partes da cidade, rompendo a condição de “isolamento” da região. No tocante a pesca: os rios estão em processo de assoreamento, o que, evidentemente tem contribuído para o abandono dessas práticas. A instalação do aterro sanitário na região da Ribeira, tem contaminado os lençóis freáticos [...] (ARAUJO, 2014, p. 29, Grifos nossos).

O desenvolvimento industrial, porém, não tem refletido internamente em melhorias nas condições de vida das pessoas que moram na área rural de São Luís. A ALUMAR, por exemplo, continua sendo uma das principais empresas em nível mundial, na exportação do alumínio, da bauxita e de outras commodities que diariamente vão em direção aos mercados consumidores da Europa ou Ásia, enriquecendo seus proprietários, mas, em contrapartida, esse sucesso externo não tem se traduzido em alterações nos índices de desenvolvimento socioeconômico para as pessoas das comunidades que ficam no seu entorno. Exatamente porque essa é a essência do modo capitalista de produção, consistindo na produção da mais-valia, com a produção do valor, com o desenvolvimento de uns sendo a condição para o subdesenvolvimento de outros.

Assim, apesar da criação da APA (Área de Proteção Ambiental) do Maracanã em 1991, o processo de ocupação desordenado do solo pelas empresas, pelas “ocupações” ou mesmo mais recentemente pelos conjuntos residenciais, tem causado diversos impactos ambientais, refletidos na poluição dos rios, nos processos erosivos acelerados e assoreamento dos canais fluviais (FILHO, 2010), situação que, provavelmente, será mais agravada com a aprovação do mais recente Plano Diretor para São Luís.

Imagem 25: Mapa da APA do Maracanã



Fonte: FORTES, Raimunda (Org.). **Área de Proteção Ambiental do Maracanã: subsídios ao manejo e à Educação Ambiental**. São Luís: Café e Lápis, 2011

O mais recente Plano Diretor¹³³ de São Luís, Lei nº 7122/2023, sancionado pelo Prefeito Eduardo Braide (PSD), atendendo aos interesses do grande capital, potencializará ainda mais os impactos ambientais sobre a área rural de São Luís: primeiramente, com a ampliação da zona urbana sobre a zona rural, haja vista que no mapa de macrozoneamento os territórios que integram a região do Rio dos Cachorros, do Taim e do Cajueiro¹³⁴, comunidades centenárias, continuam ameaçadas pelo desejo do capital transnacional em construir nessa região um megaterminal portuário, a fim de escoar a produção agrícola e mineira. A ampliação pode ser observada no Mapa de Delimitação de áreas urbanas e rurais (imagem 26), em que o trecho na cor rosa representa o avanço da área urbana sobre o território rural, que está destacado em verde.

Desse modo, o processo de recorte da APA do Maracanã¹³⁵ presenciado nos últimos anos (mesmo sendo uma Unidade de Conservação), ao que tudo indica, continuará acontecendo, pois a região continua suscetível a receber programas de habitação que, na prática, não têm respeitado os códigos ambientais. Na imagem abaixo, constata-se um pouco desses recortes, podendo-se perceber como comunidades tradicionais nas proximidades do Maracanã não estão sendo mais consideradas rurais, a exemplo do Itapera ou o Quebra Pote. Isso posto, esse cenário facilita a gradativa transformação dessa região em zona residencial e depois em área industrial

¹³³ “Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 1o O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

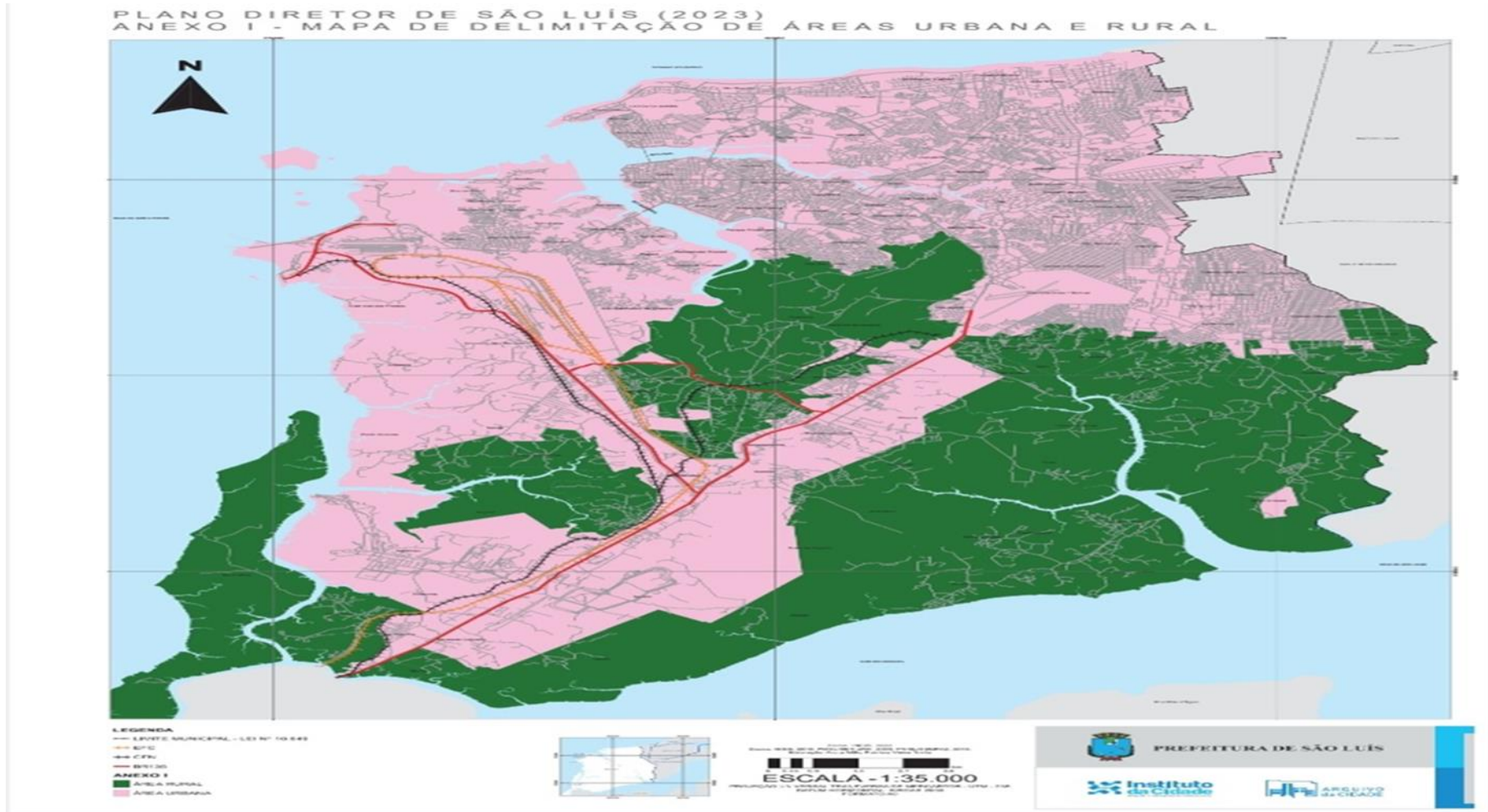
§ 2o O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.

§ 3o A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos” (ESTATUTO DA CIDADE, 2008, p.26). No caso específico do Maracanã ou da área rural de São Luís, o problema não consiste só no fato da mudança do Plano Diretor que conforme o próprio Estatuto deve ser revisto, pelo menos 10 anos, mas sim, os interesses por trás deste processo, em especial, os do capital privado

¹³⁴ A comunidade do Cajueiro está localizada na zona rural de São Luís (MA), com aproximadamente 500 famílias. A região tem sido marcada nas últimas décadas por conflitos de terras. O território está cercado por fábricas de cimento, por uma usina termoeletrica, duas fábricas de fertilizantes, usinas e refinarias da Vale, cuja estrada de ferro passa ao lado. Os moradores têm lutado contra o Estado e o grande capital que querem tomar as terras da comunidade e transformá-la em região industrial e sedimentar e expansão da capital.

¹³⁵ APA do Maracanã, fica na microrregião aglomeração urbana de São Luís, a uma distância de 25Km do Centro da cidade, limita-se ao Norte com o Rio Maracanã (limite sul do Parque Estadual do Bacanga), Vila Sarney e Vila Esperança; ao Leste pela estrada BR-135, a Oeste pelo Distrito Industrial de São Luís, onde encontra-se também a Vila Maranhão; e ao Sul pela localidade de Rio Grande (BARBOSA FILHO, 2019)

Imagem 26: Delimitação de Áreas Urbana e Rural de São Luís (Plano Diretor 2023)



Fonte: Prefeitura Municipal de São Luís

Sobre o Decreto Estadual nº 12.103, de 01 de outubro de 1991, referente à criação da APA do Maracanã, o texto diz o seguinte:

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, usando de suas atribuições legais e, Considerando o valor Cultural, Histórico da Região de Maracanã onde se dá anualmente a Festa da Juçara; Considerando a necessidade de preservação desta área não só pelo aspecto paisagístico de relevantes belezas visando a Recreação e o Turismo, como para proteção aos Recursos Hídricos que ali afloram; Considerando que a área proposta se encontra potencialmente sob ameaça de impactos ambientais que podem advir das empresas instaladas ou a serem instaladas no Distrito Industrial da Ilha de São Luís cujos limites fazem fronteiras a Leste, a Oeste e ao Sul; Considerando que integram a vegetação local espécies de relevante interesse ecológico como: *Orbygnia martiana* (Babaçu), *Euterpe oleracea* (Juçara ou Açai), *Mauritia flexuosa* (Buriti), *Theobroma grandiflorum* (Cupuaçu), *Platonia insignis* (Bacuri).

DE CR ET A:

Art. 1º - Fica criada, no Estado do Maranhão, a Área de Proteção Ambiental – APA – da Região do Maracanã, com o objetivo, dentre outros, de disciplinar o uso e a ocupação do solo, a exploração dos recursos naturais, a integridade biológica das espécies, os padrões de qualidade das águas. (MARANHÃO, Decreto nº 12.103/1991).

Logo no início do texto é destacada a importância cultural que o Maracanã possui, destacando-se a significância da tradicional Festa da Juçara para a área rural de São Luís, ainda é colocado que a APA surge com a finalidade de conter os avanços da industrialização, sendo uma espécie de dique de contenção na defesa da preservação da fauna e flora da região. Na teoria, é bastante relevante o papel das unidades de conservação, mas a prática tem mostrado uma realidade totalmente diferente ao longo dessas três décadas de existência da Área de Proteção Ambiental do Maracanã, pois, como discutido anteriormente, o mais recente Plano Diretor de São Luís acaba por recortar o território de abrangência da APA, reforçando as pressões do capital sobre esse espaço.

A expansão de serviços logísticos e infraestrutura produtiva no entorno da APA do Maracanã, devido à crescente acumulação do capital industrial, concorre com as comunidades que vivem próximas e dentro da UC pelo uso dos recursos naturais. Apesar de se configurar como uma área amparada pela legislação ambiental, várias atividades predatórias ainda são realizadas, como a extração madeireira, a mineração, a captura e matança de animais e a realização de queimadas.

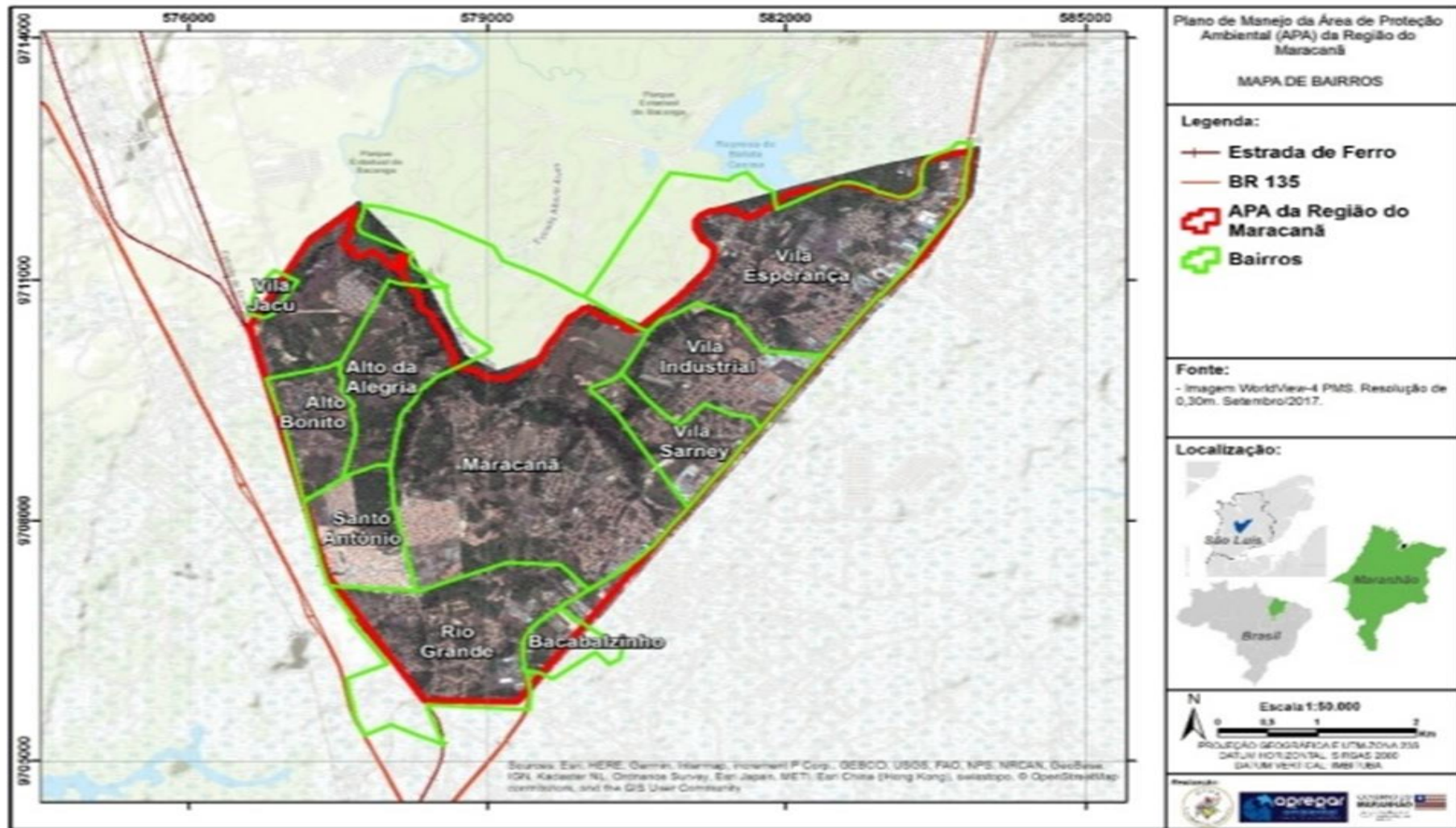
Essa interface entre legislação ambiental no Maranhão e o incipiente controle dos impactos decorrentes do avanço produtivo e concebe as cidades como máquinas dentro da engrenagem capitalista, nos colocam reflexões sobre os interesses e modelo das políticas públicas ambientais no Maranhão, sejam no campo do planejamento ou gestão das Unidades de Conservação. Há, portanto, o esgotamento de um modelo de desenvolvimento que ainda

interpreta a questão ambiental como entrave ao crescimento econômico (BARBOSA FILHO, 2019, p.92).

A APA do Maracanã não tem sido respeitada tanto pelos órgãos públicos e muito menos pela iniciativa privada. Com isso, entende-se que processo de degradação ambiental, de avanço da industrialização, visa a atender os interesses econômicos do grande capital, transnacional, ainda mais que São Luís, nas últimas décadas, principalmente após os trabalhos com o porto do Itaqui, tornou-se o principal centro de escoamento da produção da região norte.

Nas imagens abaixo (27 e 28), respectivamente, são elencadas algumas das localidades que integram a APA do Maracanã e as comunidades que estão em suas adjacências. No caso do primeiro são: Maracanã, Vila Jacú, Alto da Alegria, Alto Bonito, Santo Antonio, Rio Grande, Bacabalzinho, Vila Sarney, Vila Industrial e Vila Esperança. Por sua vez, as adjacentes são as seguintes: São Raimundo do Gapara, Vila Maranhão, Cajueiro, Mata da Itapera, Ribeira, Tibiri, Vila Itamar e Tirirical.

Imagem 27: Bairros existentes na APA da Região do Maracanã em São Luís-MA



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA)

Imagem 28: Mapa de localização dos bairros adjacentes à APA (Área de Proteção Ambiental) da Região do Maracanã



Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA)

Na região, tem acontecido o processo de mercadorização da terra, com as questões ambientais sendo discutidas desde que não barrem o que designam crescimento econômico. Para o capital, o que está em jogo é a busca desenfreada do lucro, não se levando em consideração a representação material e imaterial (simbólica) que a terra, a natureza, possuem para as pessoas de comunidades tradicionais da área rural de São Luís, a não ser que os valores, a cultura, os costumes se transformem em signos de valor para o capital em expansão, porque, para o capitalismo, “Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com outros homens” (MARX & ENGELS, 2005, p. 43).

Sobre a degradação ambiental da região em decorrência das décadas de atuação do Distrito Industrial, Ferreira (2021, p. 44) apresenta os seguintes resultados:

Com relação às áreas de apicum¹³⁶, estas tiveram uma redução de 0.03%, visto que em 1985 essas áreas correspondiam a 0,52 km², e em 2020, a área teve uma diminuição para 0,45 km², assim como os campos alagados, que reduziram sua extensão para cerca de 1,54 km². No que se refere à área coberta por água, essa teve uma redução de 1,11 km², uma redução equitativa de 0,5% da rede hidrográfica da região, enfatizando o desaparecimento de nascentes e corpos d’água. Essas alterações são percebidas pela população que sofre as consequências de uma redução (FERREIRA, 2021, p. 44).

Dos vários pontos elencados no estudo de Ferreira, a questão do desaparecimento das nascentes e corpos d’água é bem sintomática, pois, na comunidade do Maracanã, o principal rio que corta a região, o Maracanã, tem sofrido com o constante processo de assoreamento e posterior contaminação, motivada por ações antrópicas. As imagens (29 e 30) ilustram um pouco do que tem acontecido com essa bacia hidrográfica.¹³⁷

¹³⁶ Apicum – ou salgado –, como é chamado no Nordeste, é uma região que fica exposta a inundações intermediárias em luas cheias. A salinidade deste tipo de bioma é altíssima, portanto, não abriga árvores como no caso do mangue. Sua vegetação é composta por herbáceas que crescem na areia. Para ajudar a entender o que é apicum, é importante saber que, neste bioma, a vegetação é rasa e o chão é normalmente desnudo, predominando a areia.

Além disso, apicuns estão relacionados a climas que têm uma estação seca de pelo menos 3 meses no ano. Por conseguinte, é um ambiente normalmente seco e hipersalino.

¹³⁷ A bacia hidrográfica do Rio Maracanã é ocupada pelos seguintes bairros: Raimundo do Gapara, Conceição, Alegria, Vila Maranhão, Pereira, Pedreira, Maracanã, Poeirão, Vila Sarney, Nova República, Jacú, Ferventa, Sitinho, Vila Guará, e Alto Bonito, resultado do adensamento demográfico do local,

Imagem 29: Assoreamento do Rio Maracanã

Fonte: Autor (2020)

Esse trecho do Rio Maracanã (imagem 29) é chamado pelas pessoas da comunidade de Pontilhão, pois sobre o mesmo tem uma ponte onde passam os trilhos da antiga Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), da velha estrada São Luís-Teresina¹³⁸ – hoje chamada de Ferrovia Transnordestina Logística S/A. Próximo ao

principalmente com a instalação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL) [...] especialmente por uma parcela da população que não foi atendida pelos programas oficiais de habitação. Esse contingente populacional, na sua maioria oriundas das regiões do Médio Mearim, Médio Itapecuru, Baixada Maranhense e Sertão Maranhense, em um movimento migratório do continente para Ilha, decorrente do poder de atração da capital do Maranhão como área de influência. (BARBOSA FILHO, 2019).

¹³⁸ “Em 1921, a São Luís-Teresina transportou 26.270 passageiros, sendo 11.133 de 1a. classe e 15.137 de 2a. As bagagens e encomendas atingiram 281,6 toneladas, animais (3.631 cabeças) 354,3

rio ficava a estação de Aracanga – uma das quatro estações¹³⁹ da E.F.S.L.T que se tinha dentro da ilha de São Luís – local de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias. A estação supracitada desempenhou um importante papel para a região do Maracanã e adjacências por ser zona de confluência onde notícias e informações eram compartilhadas. Com o fim do transporte de passageiros no ano de 1991, a estação foi ficando em ruínas, até ser demolida. Não se tem mais nenhum registro físico da mesma, somente os registros presentes nos lugares da memória.

Imagem 30: Assoreamento de um dos braços do Rio Maracanã



Fonte: Autor (2023)

toneladas e mercadorias 17.085,1 toneladas, entre as quais lenha 11.130, canasacarina 920,8, caroços diversos 654,8, sal 459,9, amêndoas babaçu 401,3, algodão 397,3, arroz 371,9, tecidos 337,6, sabão 303,5, açúcar 277,8, petróleo 117,4, madeiras 116,5, couros 87, café 68, milho, 64, tijolos e telhas 59, aguardente 59, carvão vegetal 52 e cêrca de 50 toneladas do restante” (VIVEIROS, 1964, p. 197/198).

¹³⁹ As estações da E.F.S.L.T dentro da ilha eram as seguintes: 1. Terminal da RFFSA, no Centro; 2. Aracanga, no Maracanã; 3. Piçarra, em Pedrinhas; 4. Mandubé, na Estiva. (Ver ruínas da estação da Piçarra nos Apêndices)

Por sua vez, o outro trecho destacado do Rio Maracanã (Imagem 30) é localizado nas proximidades do Parque da Juçara, no território conhecido como Ambude. Como se pode observar na imagem acima, o curso do rio está muito raso devido ao assoreamento provocado, primeiramente, pela presença das fábricas do Distrito Industrial, depois com o surgimento das “ocupações”, e mais recentemente pela construção dos conjuntos residenciais. Há mais de uma década a região foi contemplada com ações do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), desse modo, alguns conjuntos habitacionais foram construídos nas proximidades da comunidade do Maracanã.

Grande extensão da APA da Região do Maracanã está submetida a intenso processo de urbanização resultante do crescimento populacional em seu interior e no seu entorno. **Existem três residenciais de casas já construídas na APA da Região do Maracanã: Morada do Sol, Amendoeiras e Santo Antônio que beneficiaram mais de 6000 famílias.** A edificação desses condomínios tem causado grandes impactos negativos de ordem ambiental e social na área, gerando conflitos com os moradores mais antigos, devido às mudanças causadas em seus modos de vida e na forma de organização social, onde tanto o espaço quanto os recursos naturais são usados como vínculo para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica, através do uso de conhecimentos e práticas acumulados e transmitidos pela tradição, para gerações que sucedem (SEMA, 2020, p. 64, Grifos nossos).

Sobre o contraste provocado por esses programas na área rural de São Luís, Alcobaça (2018, p. 112-113) destaca:

Tomados de assalto por uma ordenação urbana do espaço de São Luís, em contraposição a um quase mundo rural, com as suas formas de vida e relação com a natureza, esse antigo tecido sócio-cultural-ambiental se viu esgarçado e atravessado por novas teias que desafiam a comunidade a uma nova política de convivências.

Os saberes e as práticas já enraizados, assumem agora, um poder capaz de negociar o lugar, como abertura, e ao mesmo tempo, como elementos de territorialização, já que definem e asseguram o lugar das pessoas e das coisas. A ameaça de rompimento abrupto da relação da comunidade com os seus vínculos (terra, sagrado, juçarais, buritizais, águas etc.), produz enormes sofrimentos aos moradores e são estes sofrimentos que, paradoxalmente, impulsionam as lutas que ocorrem em várias frentes. As festas e as rezas autorizam, assim, uma forma de convivência que não exclui o ‘outro’, de modo que lhes permite continuar, ainda que não da mesma forma, as suas tradições.

Barbosa Filho (2019, p.91) também discorre sobre os impactos que, em especial, a industrialização fruto do Parque Fabril tem provocado para a região do

Maracanã, destacando-se dentre vários pontos que o sentido de coletividade, uma das marcas da comunidade em outras épocas, sobretudo antes do DISAL, tem sofrido com a desagregação.

Observa-se que a comunidade tem enfrentado grandes mudanças que contribuem para a desagregação desse sentido de coletividade. Como o gradual abandono do cultivo de subsistência ou da cultura da juçara e buriti para empregar-se nas empresas do parque fabril e a exploração pelo turismo das suas festas populares que as insere em uma lógica de mercadorização dos espaços, explorando a força de trabalho dos moradores. Porém, existem os moradores mais antigos, cujos interesses residem na permanência da harmonia com o ambiente e qualidade de vida antes observada no local, o que indica o surgimento de um foco de resistência que no futuro poderá se acirrar caso se ignore a compreensão dessa realidade e dos seus agentes

Os reflexos desse fenômeno tem sido o crescente foco de tensões referentes ao seu uso e ocupação, principalmente pela ampliação do distrito industrial de São Luís, o qual promove pressão sobre o patrimônio ambiental da APA. Os desdobramentos desse processo envolvem a instalação da infraestrutura para a consolidação de empreendimentos da empresa DISAL, fazendo crescer as tensões entre a comunidade, a empresa e o governo. Com 1.831 hectares, essa área funciona como zona de amortecimento de impactos do Parque Estadual do Bacanga.

Apesar dos avanços na legislação ambiental pertinente às Áreas de Proteção, o contexto de aplicabilidade dessa legislação, necessita de um exame mais profundo em relação à efetividade desse mecanismo e dos determinantes políticos e econômicos que promovem a conseqüente fragmentação dessas UCs em detrimento da expansão do capital imobiliário e industrial. (Grifos nossos).

Barbosa Filho (2019) comenta sobre o processo de mercadorização do território que tem acontecido na região da APA do Maracanã, acrescenta que as festas populares têm sido inseridas na lógica do capital, e salienta o peso que o turismo tem tido para o fomento desse quadro. O turismo que, sem dúvida, enquadra-se nas novas formas de acumulação do capital, mais especificamente, uma das facetas do que tem sido chamado de acumulação flexível. Nesse sentido, as manifestações culturais, e o próprio espaço físico de atuação dos sujeitos, em muitos casos, tornam-se mercadorizados.

Contudo, em se tratando da comunidade do Maracanã, as festas, a manutenção ou ressignificação de alguns costumes construídos ao longo do tempo, além de serem símbolos para a marcação identitária do lugar, de alguma forma, são colocados como formas de enfrentamento, alternativas a valores sobrevividos com o capital: o processo de mercadorização, de alienação, de desagregação dos sujeitos, surgidos na região primordialmente com a instalação do Distrito Industrial.

Logicamente que os costumes ou mesmo a tradição não são interpretados como coisas estanques até porque não o são: no que concerne às relações socioculturais estas são sempre dinâmicas, ressignificadas, construídas por meio de sujeitos historicizados. Sendo assim, o que se chama de costumes, como marca simbólica, dentro da comunidade do Maracanã, são as simbologias, as significâncias construídas ao longo do tempo por essas pessoas e que “impulsionam as lutas que ocorrem em várias frentes. As festas e as rezas autorizam, assim, uma forma de convivência que não exclui o ‘outro’, de modo que lhes permitem continuar, ainda que não da mesma forma, as suas tradições.” (ALCOBAÇA, 2018, p.113).

4.3. Os costumes como alternativa ao avanço dos elementos capitalistas na região do Maracanã.

Dentro de uma perspectiva dialética, o Distrito Industrial significa a negação do antigo modo de produção praticado no Maracanã; negação das velhas relações de produção desenvolvidas na comunidade. As empresas instaladas no Distrito Industrial proporcionaram o desenvolvimento das forças produtivas em uma escala nunca vista na região, com seu conjunto de capital constante, representado, principalmente, na maquinaria, o que se configura como algo muito significativo tanto no campo material quanto no imaterial para essa área de São Luís, a partir da década de 1980.

O Distrito Industrial representa o processo desenfreado de produção de mais-valia, de transferência de valor. Isso não significa que não tenha existido o sobretrabalho ao longo da história da comunidade do Maracanã, porém o sobretrabalho não necessariamente significa o mesmo que mais-valia, haja vista que só existe mais-valia com o advento do modo de produção capitalista, pois a produção da mais-valia é o elemento essencial que caracteriza o capitalismo.

O tempo natural, por exemplo, foi substituído pelo tempo mecânico, o tempo dos relógios, o tempo da produção fabril. Embora, inicialmente, alguns tenham se “maravilhado” com esse mundo, com o passar dos anos, para aqueles que conseguiram trabalho no Distrito Industrial, os desgastes nos corpos, os problemas de saúde, devido às longas jornadas de trabalho, foram mostrando que os períodos de trabalho no Parque Fabril não foram maravilhas, mas um regime de exploração da força de trabalho. Uma vez que:

[...] O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. **Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador.** [...] O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. (MARX, 2010, p. 82-83, Grifos nossos).

Ruy Mauro Marini (2000) expõe, em seu trabalho sobre a “dialética da dependência”, que a superexploração da força de trabalho e o subimperialismo são as principais características do modelo de capitalismo implantado em regiões consideradas periféricas – como é o caso da própria comunidade do Maracanã –, sendo assim, apesar da concordância com a tese trabalhada por Marini, acrescenta-se que existe um componente bastante significativo para a compreensão desse modo de produção em sua totalidade: os componentes presentes no plano cultural. Por exemplo, na própria concepção de tradição ou, em conformidade com E.P.Thompson (2019), na “economia moral”, uma vez que os costumes igualmente consistem em formas de resistências construídas pelos atores sociais.

Convém ressaltar que os costumes não são abstrações, não são entes metafísicos ou simplesmente emanações da natureza, são elementos concretos e constituintes das formações sociais, sempre construídos no tempo e espaço, por meio de ações realizadas por sujeitos historicizados. No caso específico da comunidade do Maracanã, como discutido no capítulo 1 desta tese, pode-se observar alguns elementos que, para as pessoas da antiga comunidade, eram muito representativos, significativos para o sentido de comunidade, de integração, de pertencimento: as festas (os Reisados, o Bumba Meu Boi e a Festa da Juçara), as relações de parentesco ou até mesmo o futebol, acompanhando-se o Cruzador da Ilha. E, além claro, do próprio território físico, como o espaço para (re) produção das relações de sociabilidade, para a (re)produção da existência da comunidade, a partir dos trabalhos desenvolvidos com a terra em suas mais variadas possibilidades e facetas.

Em relação ao simbolismo presente nos costumes, E.P.Thompson (2019, p. 22) coloca o seguinte:

Como o capitalismo (ou seja, o “mercado”) recriou a natureza humana e as necessidades humanas, a economia política e seu antagonista revolucionário

passaram a supor que esse homem econômico fosse eterno. Vivemos o fim de um século em que essa ideia precisa ser posta em dúvida. **Nunca retornaremos à natureza humana pré-capitalista; mas lembrar como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas pode renovar a percepção da gama de possibilidades implícitas no ser humano** (Grifos nossos).

Ainda sobre os costumes, o historiador britânico E.P Thompson escreve que “a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes” (2019, p. 19), haja vista que os costumes significam vivências e experiências dos grupos sociais construídos, fomentados ao longo do tempo. Por exemplo, a prática da Santa Segunda-Feira¹⁴⁰, ao longo dos séculos XVIII e XIX, na Inglaterra, representou para diversos segmentos do mundo do trabalho uma maneira de enfrentar a nova concepção de tempo, de rigidez, de disciplina imposta pela revolução industrial em ascensão, nesse sentido, os costumes devem ser compreendidos como elementos que possibilitam a formação da consciência de classe, do desenvolvimento de lutas políticas, dentre outras maneiras de reivindicação que tem nos aspectos da tradição o seu elemento de balizamento.

Em se tratando da comunidade do Maracanã, uma situação muito próxima da mencionada pelo historiador britânico pode ser observada durante as celebrações do chamado Reis Pobre¹⁴¹. Celebração que só acontece no Maracanã, e é realizada todo dia 07 de janeiro, independente do dia da semana. Na verdade, nesse dia, é como se a comunidade decretasse, por conta própria, uma espécie de feriado para os participantes dessa manifestação.

Dito em outras palavras, em 07 de janeiro, o tempo é marcado pela própria festa, o tempo da festa sendo a coordenada principal para as ações dos sujeitos que compõem a comunidade, inicialmente com a formação do cortejo, seguido por diversos “romeiros” que, durante o dia, percorrem várias casas numa mescla, envolvendo elementos considerados como sagrados e outros profanos. Mantendo-se ou reforçando-se uma concepção de integração, de princípios comunitários, bem

¹⁴⁰ “A Santa Segunda-Feira parece ter sido observada quase que universalmente em todos os lugares em que existiam indústrias de pequena escala, domésticas e fora da fábrica. Essa tradição era geralmente encontrada nos poços das minas, e às vezes continuava na manufatura e na indústria pesada. Perpetuou-se na Inglaterra até o século XIX [...] por complexas razões econômicas e sociais”. (THOMPSON, 2019, p. 283). Costumes que entraram em atrito com o mundo industrial, já que para o capitalismo a irregularidade no trato com o tempo por parte dos populares não era condizente com a disciplina fabril. Assim, a tradição da Santa Segunda-Feira se constituiu numa ameaça para as pretensões dos capitalistas.

¹⁴¹ Ver capítulo 1

típico de formações sociais não capitalistas ou de locais onde esse modo de produção não é o dominante.

Reforce-se que essa celebração acontece há mais de 80 anos, primeiramente se concentrando somente nas ruas da comunidade do Maracanã e, depois, com o passar dos anos, passou a percorrer algumas localidades no seu entorno, como a Vila Sarney e a Vila Nova República. Pode-se afirmar que na atualidade a celebração tem atraído seguidores para além da própria região do Maracanã, com a presença cada vez maior de pessoas vindas de outros bairros. Embora isso, de certa forma, não seja uma novidade, já que a própria origem dessa celebração está relacionada com tal condição.

Conforme o relato dos moradores do Maracanã¹⁴², a celebração em questão surgiu nos anos de 1930, de maneira inusitada, pois um grupo de pessoas oriundas da região do Desterro, área urbana de São Luís, acompanhavam o Reisado do Alecrim e quando foram voltar para suas residências não conseguiram, devido às condições da maré não permitirem - até meados da década de 1960 a principal rota de acesso para a comunidade do Maracanã era a travessia do rio Bacanga. Então esses sujeitos permaneceram na comunidade do Maracanã e saíram às ruas cantando, pedindo comida e bebida, fato que, a partir do ano seguinte, passou a ser seguido pelas pessoas da comunidade e, desse modo, inventou-se uma tradição.

O termo “tradição inventada” é utilizado no sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgem de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisas de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez. [...]. Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM, 2008, p.10).

Hobsbawm (2008) afirma que a “tradição inventada” não pode ser confundida com os costumes, pois uma das características das tradições, mesmo as inventadas, seria sua invariabilidade, porque o passado real ou forjado impõe práticas fixas, marcadas pela repetição. Os costumes, por sua vez, não podem ser invariáveis, pois

¹⁴² Ver capítulo 1

a própria vida não é desse jeito, nem mesmo em sociedades consideradas tradicionais, assim:

“Costumes” é o que fazem os juizes; ‘Tradição’, (no caso, a inventada, tradição inventada) é a peruca, a toga e outros acessórios e rituais formais que cercam a substância que é a ação do magistrado. A decadência do ‘costume’ inevitavelmente modifica a “tradição” à qual ele geralmente está associado. (HOBBSAWM, 2008, p. 11).

No caso do “Reis Pobre” do Maracanã, trata-se de uma tradição construída a partir da existência de algo concreto, historicizado, mais precisamente as celebrações dos Reis do Alecrim. Celebração surgida para além da própria concepção de religiosidade ou mesmo da mera diversão da festa (ainda que, também, o fosse), mas sim da luta social, da marcação de posição, do enfrentamento ao racismo desferido pelos aristocratas “brancos” moradores da comunidade de Alegria. Os reisados surgiram a partir de uma marcação política, da posição de classe fomentada pela experiência de indivíduos discriminados por sua cor, por sua posição social e, por extensão, pelos ofícios que desempenhavam, tratando-se de uma localidade constituída predominantemente por negros e seus trabalhos com a lavoura.

Na comunidade do Maracanã, tem-se, então, uma tradição construída por intermédio dos costumes que foram sedimentados ao longo do tempo. Isso posto, os “Reis Pobre”, nesses anos, vêm dialogando com as mudanças impostas pelo tempo quer seja com o aparecimento das “ocupações”, mais recentemente com a construção dos conjuntos residenciais e, principalmente, com as instalações das empresas que formaram o Distrito Industrial a partir dos anos de 1980. Porém, a ideia de suspensão do tempo das fábricas, da marcação de posição social, de respiro dos atores sociais que constituem o Maracanã dos tempos contemporâneos, observados nessa celebração é um elemento bem representativo para o fomento do pertencimento desse lugar.

Apesar da lógica do capital ser definida, dentre outras características, pelo impulsionamento de princípios individualistas, da concorrência, da disputa entre os sujeitos. Nos reisados, em questão, ainda se pode observar traços, princípios de coletividade, de integração, de pertencimento que foram bem característicos no chamado Maracanã “de antigamente” – comunidade pautada nas relações não capitalistas, com o desenvolvimento da “economia moral”, dos seus costumes em

comum, da tradição, da noção de ser deste lugar – e que são ressignificados na comunidade dos tempos atuais.

Ou seja, a festa representa o encontro, a confluência, a ponte entre o Maracanã de outrora e o Maracanã contemporâneo, cercado por “ocupações”, conjuntos habitacionais e empresas que compõem o território do Distrito Industrial. Interessante a observação da participação de pessoas que não moram mais na comunidade, mas que fazem questão de retornar ao Maracanã no dia dessa celebração. É como se o reisado fosse uma inscrição em seus corpos, uma espécie de tatuagem. Tatuagem que, nesse caso, não é marcada somente na pele dos indivíduos, mas, sobretudo, nos valores, nos princípios, pois a coletividade e a integração são os elementos norteadores dessa celebração. Entretanto, entende-se que tudo isso só é possível devido a ação, a prática dos costumes que foram construídos na comunidade no passado.

Na imagem 31, observa-se como a BR 135¹⁴³ – única rota terrestre de acesso à ilha de São Luís – foi tomada pelos chamados romeiros durante o reisado, chegando-se até mesmo a mudar a dinâmica do trânsito no local. Percebe-se assim o cortejo formado por uma multidão de romeiros entoando cânticos em saudação ao “Reis Pobre”, e, por extensão, ao próprio Maracanã, com o sentimento de integração, de coletividade entre as pessoas que acaba sendo o combustível movendo a celebração.

¹⁴³ A BR-135 é uma rodovia que liga o meio norte do Brasil (Maranhão) e termina em Belo Horizonte (Minas Gerais), sendo concorrente com a BR-040 entre o entroncamento das duas rodovias em Curvelo e Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Estendendo-se por 2 432 quilômetros, a BR-135 é classificada como uma Rodovia Longitudinal Federal por fazer uma ligação norte-sul no país. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/BR-135>. Acesso em 20 de junho de 2023. No caso da região do Maracanã, o caminho da rodovia passará a ser o mais utilizado a partir da década de 1970. Isso se deve em virtude de dois fatores: a) a construção da barragem sobre o Rio Bacanga prejudicando a antiga travessia; b) o asfaltamento da rodovia que foi acontecendo gradativamente, principalmente a partir dos anos de 1970, haja vista que era uma das principais rotas para aplicação da política desenvolvimentista.

Imagem 31: Festa dos “Reis Pobre” do Maracanã passando pela BR 135



Fonte: Autor (2023)

Na imagem 32, observam-se os romeiros na concentração para continuar com o cortejo. Pois, ao longo da caminhada são realizadas paradas para recarregar as “baterias”, momento em que os participantes recebem comidas e bebidas nas casas onde são aguardados¹⁴⁴. No caso da imagem supracitada, a parada foi na entrada do bairro Vila Sarney. Um fato bastante relevante nessa imagem é o contraste celebração/festa e o trabalho. De um lado, tem-se os romeiros bem descontraídos, animados, comemorando mais um Reisado, seguindo-se o tempo da festa. E, do outro lado, o registro de algumas empresas, ao fundo, que fazem parte do Distrito Industrial de São Luís, local da disciplina, do tempo regulado pela lógica do capital, da produção

¹⁴⁴ Aqui é um dos aspectos sagrados da celebração, pois as pessoas, muitas vezes, abrem suas casas para os romeiros como pagamento de promessa a alguma dádiva alcançada.

de valor. Mas, que neste dia divide as atenções com outras concepções de temporalidade.

Imagem 32: Cortejo dos “Reis Pobre” na BR 135 em frente ao DISAL



Fonte: Autor (2023)

Desse modo, os Reisados são elementos constituintes dos costumes, da tradição das pessoas da comunidade do Maracaná há bastante tempo, herdeiros dos valores do chamado Maracaná “de antigamente”, promovendo-se com isso o sentimento de pertencimento à comunidade, ao lugar, uma vez que os indivíduos se reconhecem como participantes dessa celebração, como integrantes de uma coletividade.

Por exemplo, o cântico entoado ao longo do cortejo – chegando a durar mais de 10 horas de caminhada – é decantado em prosa e verso dos mais velhos aos mais jovens da comunidade do Maracaná, não se sabe ao certo quem o criou, mas é fato

que por intermédio dos costumes, da tradição, o mesmo permanece no imaginário desses sujeitos, contribuindo com a continuação do Reisado. A música entoada é a seguinte:

*Oh! Viva o Reis do Maracanã/
 Oh! Viva o Reis do Maracanã/
 A nossa viagem ficou para amanhã/
 Adeus amigos, adeus companheiros/
 Nosso Reis é pobre e não tem mais dinheiro
 Aonde o Reis é bom? É no Maracanã.
 Aonde o Reis é bom? É no Maracanã.
 Oh! Viva o Reis do Maracanã/
 Oh! Viva o Reis do Maracanã/
 A nossa viagem ficou para amanhã/
 Adeus amigos, adeus companheiros/
 Nosso Reis é pobre e não tem mais dinheiro
 Aonde o Reis é bom? É no Maracanã.
 Aonde o Reis é bom? É no Maracanã.*

A pergunta (*Aonde o Reis é bom?*) e a resposta (*no Maracanã*) podem ser interpretadas como uma provocação aos Reisados – “Sempre Vive” e o “Das Nuvens” – da localidade chamada de Alegria. Mostrando-se que as celebrações da comunidade do Maracanã são melhores que aquelas. Diante disso, percebe-se que o costume criado em torno dos reisados como a resposta dos negros do Maracanã às discriminações desferidas pelos brancos da Alegria, do “nós” contra “eles”, de alguma maneira, ainda ecoa na região.

Logicamente, não é o objetivo romantizar a referida celebração, pois, como qualquer relação social, também acontecem confusões, disputas etc. O que se frisa é como princípios baseados nos signos de coletividade, de cooperação, de integração, de participação, que foram mais verificáveis em outros tempos, segundo os depoentes desta pesquisa, ainda podem ser observados durante atividades como essas. Por isso, a ideia de suspensão do tempo no período da festa, quando se intercalam a comunidade dos dias contemporâneos com o Maracanã de outrora. Desse modo, a festa é uma forma de resistência, de marcação de posição para sujeitos que, ao longo

do tempo, foram silenciados por políticas desenvolvimentistas, as quais em muito beneficiaram (têm beneficiado), sobretudo, as empresas e, por conseguinte, o capital.

Sabe-se que Distrito Industrial (DISAL) acabou representando mudanças no modo de produção no Maracanã, mas as formas de produção/reprodução da vida social, como já frisava Marx (2003), são constituídas por várias determinações tanto no âmbito material quanto imaterial. No tocante aos aspectos materiais, como já salientado, alguns indivíduos foram colocados na condição de soldados recrutados para compor as fileiras das fábricas, ainda que para alguns, os serviços no Parque Fabril se restringiram apenas a sua primeira etapa. Observando-se nesse processo a formação de um considerável exército de reserva no entorno do Distrito Industrial, devido ao significativo crescimento demográfico que ainda continua em curso nessa região.

Todavia, esses são alguns dos questionamentos que somente por meio de uma abordagem dialética e sendo analisados em sua totalidade podem ser entendidos, compreendidos. A começar por compreender o que significa para as pessoas da comunidade, no campo das relações materiais e imateriais (simbólicas), o que conhecem por Maracanã “de antigamente”? Ou o que continua sendo dentro de suas memórias, o “Maracanã de outrora”? Memórias sempre produzidas a partir das experiências construídas no tempo presente, de um Maracanã que todos sabem que, embora fisicamente não exista mais, as festas, de alguma forma, podem trazer princípios daqueles tempos.

Dito de outra forma, é pela via dos costumes que os laços da comunidade continuam sendo fomentados, com isso esses indivíduos não são meramente números ou seres coisificados, ainda que essa condição de pertencimento, de coletividade, de integração, pareça acontecer com mais ênfase, nos chamados períodos de festividades da comunidade. Principalmente durante as celebrações dos Santos Reis, do Bumba meu Boi, da Festa da Juçara e, também, na representatividade que o Cruzador da Ilha possui, não apenas para o Maracanã – no sentido de orgulho –, mas para o futebol amador da cidade de São Luís.

O Maracanã “de antigamente”, como já registrado, não existe mais fisicamente, devido à instalação do Parque Fabril, das “ocupações” ou dos conjuntos habitacionais, pelo processo mesmo de desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista nessa região. Mas os costumes correspondem a formas de

refúgio, conscientes ou inconscientes, que têm mantido a comunidade do Maracanã. Nesse sentido, concorda-se com E.P.Thompson (2019, p. 24):

[...] Seria invocar a possibilidade de redescoberta, sob novas formas, de um novo tipo de “consciência costumeira”, quando mais uma vez as gerações sucessivas aprendessem umas com as outras; quando as satisfações materiais permanecessem estáveis (se distribuídas de modo igualitário), e só as satisfações culturais se ampliassem; quando as expectativas atingissem uma situação de equilíbrio permanente dos costumes. **Não creio que isso vá acontecer, mas tenho a esperança de que os estudos deste livro possam iluminar o processo de formação dos costumes e a complexidade de seu funcionamento.** (Grifos nossos)

Como Thompson (2019) observa, nunca mais se voltará para uma natureza pré-capitalista ou não capitalista, mas os princípios coletivos, comunitários, de integração, construídos por meio dos costumes, reforçados com a tradição, constituem-se em caminho interessante como alternativa ao processo de reificação imposto pelo capital, uma forma de defesa dos sujeitos e da natureza, na luta contra a mercadorização. Na coletividade das festas, também está a experiência necessária para a formação de classe e defesa não apenas da comunidade do Maracanã, mas de toda a região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do capitalismo na área rural de São Luís é representada, principalmente, pela instalação do Distrito Industrial (DISAL) no início dos anos de 1980, correspondendo ao momento de preponderância desse modo de produção em relação às antigas formas de trabalho operadas naquela região há bastante tempo, em especial, aquelas que tinham no envolvimento com a terra o seu principal meio de produção, em muitos casos, com as atividades voltadas para a subsistência.

As relações entre a comunidade do Maracanã e o Distrito Industrial passam pelo entendimento do modelo de capitalismo implantado na área rural de São Luís. Capitalismo fomentado por meio do movimento dialético entre o novo e o velho, o arcaico e o moderno, numa relação de dependência do mercado externo e sua necessidade de produção de valor.

Assim, buscou-se conhecer o que as pessoas da comunidade chamam de Maracanã “de antigamente”. Comunidade que tinha relação direta com a natureza, com a terra, pautada pelo tempo da produção agrícola, da pesca, do mariscado nos rios da região. Localidade que não tinha ainda iluminação elétrica, tendo na travessia do rio Bacanga o seu principal ponto de acesso para a parte urbana da cidade. Maracanã esse que construiu sua identidade sustentada na etnicidade, nas festas, no parentesco e no território.

Em uma época em que práticas não capitalistas eram predominantes, a presença de trocas em espécie, como no caso, da farinha que poderia ser permutada por outros mantimentos, numa economia baseada nos costumes, na “palavra empenhada”, na “economia moral”. Comunidade que tinha, por exemplo, no acompanhamento dos jogos de futebol do Cruzador da Ilha, um dos instantes de diversão, além do fomento das relações de sociabilidade.

Não se tratava, contudo, de uma comunidade isolada, porque isso nunca existiu conforme os relatos e os documentos encontrados, pois não se pode esquecer que um dos pontos do embarque e do desembarque de pessoas e mercadorias, do trem da linha São Luís-Teresina, acontecia na estação Araracanga, localizada no Maracanã. Certamente, nesses momentos, experiências e curiosidades sobre o mundo para além da tradicional comunidade eram compartilhadas.

Logicamente, que o Maracanã de outrora – como qualquer outra localidade – não pode ser romantizado, como se tivesse sido um local desprovido de disputas, de

embates, de conflitos, de desigualdades no interior dessa comunidade. Os episódios relatados sobre as primeiras casas que tiveram televisão, geladeira ou mesmo os proprietários dos fornos de farinha “cobrando”¹⁴⁵ uma taxa pela utilização do seu meio de produção são bem sintomáticos das diferenças socioeconômicas existentes dentro do Maracanã.

Almeja-se ressaltar, entretanto, a presença de princípios de integração, de cooperação, de coletividade, na comunidade, mais evidentes no passado que nos dias atuais. As condições encontradas no Maracanã contemporâneo se devem muito ao processo de crescimento demográfico assistido na região, sobretudo a partir da instalação do Distrito Industrial, o que fez com que a comunidade perdesse uma das marcas ressaltadas pelos depoentes, uma localidade onde “todos se conheciam”. A expressão “todos se conheciam” é muito alusiva à presença das relações de parentesco consanguíneos e por afinidade, numa época em que as relações endogâmicas foram predominantes, em especial, entre os membros das famílias que originaram a comunidade.

Destarte, por meio das experiências de sujeitos concretos, historicizados, procurou-se compreender suas maneiras de relacionamento e enfrentamento às condições adversas colocadas pelo modo de produção capitalista com a instalação do Parque Fabril no entorno da comunidade. Haja vista que, dentro desta proposta dialética, objetivou-se analisar as contradições desse processo em todas as determinações, tanto no que se refere a sua natureza material (concreta), quanto a seus condicionantes imateriais ou simbólicos, pois como já frisava Marx (2003, p.248) “o concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, a unidade na diversidade”.

Entretanto, para a compreensão do Maracanã em sua totalidade, realizou-se uma digressão à expansão do capitalismo no continente latino-americano logo após a Segunda Guerra Mundial, verificando-se a proliferação de teses desenvolvimentistas que partiam da ideia de que o progresso só viria por meio da industrialização. Assim, o estruturalismo da CEPAL com os trabalhos de Raúl Prebisch e Celso Furtado, ou mesmo a Teoria da Dependência, em suas abordagens ortodoxas, com Ruy Mauro Marini, e, heterodoxa, com Fernando Henrique Cardoso contribuem para pensar aquele contexto.

¹⁴⁵ Como discutido, o excedente do produzido, às vezes, era destinado ao proprietário da casa de forno.

No caso específico do Brasil, divide-se a política desenvolvimentista em dois momentos: o primeiro, que se estende do segundo governo de Getúlio Vargas (1951) até o Golpe Civil-Militar de 1964, caracterizado pelo nacional-desenvolvimentismo; e o segundo, pós-golpe de 1964, marcadamente influenciado pela atuação do capital privado e a ampliação da internacionalização da economia. Portanto, nas regiões periféricas, deu-se o desenvolvimento do capitalismo atrelado ao mercado internacional, numa situação de dependência, representada nas relações entre o transnacional, o nacional e o local.

Assim, o Distrito Industrial de São Luís (DISAL) é uma das resultantes da supracitada política desenvolvimentista com as primeiras tentativas de implantação do parque industrial iniciadas ainda em meados dos anos de 1970, com a criação da CDIMA (Companhia dos Distritos Industriais do Maranhão) pelo governo do Estado com o objetivo principal de definir o território onde seria instalado o complexo fabril.

Desse modo, no início dos anos de 1980, começaram as obras de construção do Distrito Industrial no entorno da comunidade do Maracanã, com famílias sendo indenizadas, perdendo terras onde moravam há gerações, com a redução do espaço utilizado para as atividades agrícolas, práticas bem típicas das pessoas da comunidade do Maracanã e de toda a região em seu entorno.

O mundo das fábricas despertou sentimentos que oscilaram do amor ao ódio, do fascínio ao temor, pois, em tese, as indústrias seriam representativas de dias melhores para as pessoas da região, com o trabalho de carteira assinada e suas respectivas garantias. Diante disso, inicialmente o recrutamento das pessoas foi para obras de construção do Distrito Industrial, e, na sequência, alguns continuaram vendendo suas forças de trabalho nas indústrias instaladas. Mas, para muitos, nem isso aconteceu, restando-lhes somente compor as fileiras do exército de reserva que estava em formação.

Nesse contexto, as fábricas, em uma perspectiva aparente da realidade (fenomênica) significariam a materialização do progresso e do desenvolvimento para a zona rural de São Luís. Porém, cabem os seguintes questionamentos: progresso para quem? Desenvolvimento para quem? Como se pode falar em desenvolvimento quando o Distrito Industrial tem um sistema regular de abastecimento de água e suas adjacências não possuem rede de água encanada ou mesmo regularidade de abastecimento? Como concluir que se trata de desenvolvimento, quando a maioria dos indivíduos não foi contemplada por esse processo? Como falar em

desenvolvimento com a contaminação e assoreamento dos lençóis freáticos, causando consideráveis impactos nas relações de produção e sociabilidade da região?

A realidade, dessa maneira, acabou mostrando um cenário totalmente diferente do quadro visto somente em aparência por muitos personagens que integraram o Distrito Industrial; a realidade só veio mostrar, a posteriori, o que acontecera de fato: a “ocupação” das terras, indenizações, desmatamento da flora, diminuição da fauna e assoreamento de bacias hidrográficas, dentre elas, a bacia do Maracanã. Esses são alguns dos impactos socioambientais e culturais causados com a consolidação do modo de produção capitalista na região, os quais continuam em curso.

Observou-se que, apesar da criação de uma Área de Proteção Ambiental, a APA do Maracanã, no ano de 1991, os desmandos do capital continuaram acontecendo a todo vapor, ainda mais com a aprovação, em 2023, do novo Plano Diretor para São Luís, que traz alguns problemas para a área rural da capital, dentre eles: o avanço da delimitação urbana sobre a rural, conquistando-se algumas áreas e ampliando o espaço para a industrialização; e o processo de recorte da APA do Maracanã, o que, nas últimas décadas, acabou sendo responsável não somente pelo avanço das indústrias, mas também pela construção dos conjuntos habitacionais e pelo surgimento de novas “ocupações”. Saliente-se que a crítica não é contra a construção das moradias, mas em relação à forma como foram feitas, desrespeitando o meio ambiente e as relações de sociabilidades desenvolvidas nesse território há gerações. Sendo assim, o que se tem presenciado no Maracanã e adjacências é o quadro de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, em que se observa o avanço da industrialização, o processo de pauperização dos trabalhadores, a formação do exército de reservas e práticas agrícolas (lavoura) - mesmo em uma área considerada rural - sendo cada vez mais restritas.

Por fim, conclui-se que os costumes são alternativas para o enfrentamento à expansão capitalista que tem ocorrido na região nas últimas décadas. Em concordância com E. P. Thompson, para quem “a cultura popular é rebelde, mas o é em defesa dos costumes” (2019, p. 19), entende-se que os Reisados (*Rico e Pobre*), o bumba meu boi, a Festa da Juçara ou mesmo o tradicionalíssimo Cruzador da Ilha são signos muito representativos para as pessoas do Maracanã, ao impulsionarem o sentimento de coletividade, de integração, de pertencimento. Nos costumes e tradições em torno dessas celebrações, também está a experiência necessária para

a construção da classe, e, por conseguinte, para a defesa não apenas do Maracanã, mas da própria região, frente ao avanço do modo de produção capitalista com seu desenvolvimento desigual e combinado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. **A economia brasileira (1930-1964)**. Rio de Janeiro: PUC/RIO, 2005.
- ADALGISA MEIRELES GARCEZ RODRIGUES. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, São Luís, 16 de abril de 2022.
- ALDA MARIA SANTOS OLIVEIRA. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, São Luís, 12 de abril de 2022.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- AMARAL, José Ribeiro do. **O Maranhão em 1896**. São Luís: [s.n], 1897
- ARAUJO, Andreia Meneses da Silva. **O BATALHÃO DE OURO: um breve estudo sobre o Boi do Maracanã**. São Luís: UFMA, 2014 (Monografia de conclusão do curso em Educação Artística).
- ARAUJO, Marcelo de Sousa. **História, Memória e Identidade: narrativas sobre o Maracanã Antigo**. IN: ARAUJO, Marcelo de Sousa (Org). Ciências Humanas e Sociais: novas abordagens. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.
- _____. **A identidade em movimento: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930-70)**. São Luís: UFMA, 2012 (Dissertação de mestrado).
- _____. **MEMÓRIA E IDENTIDADE: lembranças da festa de reis em Maracanã**. In: CARVALHO, Claunísio Amorim & CARVALHO, Germana Costa Queiroz. (Orgs). **PERGAMINHO MARANHENSE: estudos históricos**. 1ª ed. São Luís: Café e Lápis, 2010, v.1, p. 81-96.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2009.
- BARBOSA, Zulene Muniz. **MARANHÃO, BRASIL: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís: Editora UEMA, 2006.
- BARBOSA FILHO, William. **A GESTÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS EM SÃO LUÍS (MA): os conflitos socioambientais e territoriais na APA Maracanã**. São Luís: UFMA, 2019 (Dissertação de Mestrado).
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000.

- BEDIN, Gilmar Antonio & NIELSSON, Joice Graciele. **A crise da década de 1970: observações sobre as ideias neoliberais e suas consequências**. In: COSTA, L.C & NOGUEIRA, V.M.R (Orgs). **A prática social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas (Vol I): magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Resenha**. IN BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. São Paulo: Record, 2000.
- BITENCOURT, João Batista. **A fabricação do homem-labor: o trabalho como princípio moral da sociedade moderna**. In: **Seminário Interdisciplinar de cursos de Licenciatura da UNESCO**. Criciúma: UNESCO, 2005.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1988.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1991.
- BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 3ª edição – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.
- BRITO, Gabriela Calafete. **Da crise de 1929 à Grande Depressão: influências do Padrão-Ouro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010 (Monografia de Graduação).
- CANCELLI, Elizabeth. **Vargas, a paixão de um suicídio: o irracional e a magia do ato**. O Marrare Revista de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Desenvolvimento e dependência: ensaio sobre interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- CARDOSO, Eliana A & FISHLOW, Albert. **Desenvolvimento econômico na América Latina: 1950-1980**. Revista de Economia Brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- CARVALHO, Maria Michol Pinho de. **Matracas que desafiam o tempo: é o bumba meu boi do Maranhão, um estudo da tradição/modernidade na cultura popular**. São Luís [s.n], 1995.

- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Global Editora, 2002.
- CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 1 – A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Zaide & COUTO, Aracy do Prado. **Folias de Reis**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado, da Educação e Cultura, 1960.
- CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CORONEL, Daniel Arruda & PEREIRA, Maria Rosivalda da Silva. **A industrialização no Maranhão: uma análise do Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial**. In: **VI Jornadas de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atuação contra a exploração, a dominação e a humilhação** (Caderno de resumos). São Luís: UFMA, 2013.
- COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão**. Campinas, SP: Instituto de Filosofia e Ciência Humana, 2001. (Dissertação de mestrado).
- COSTA, Sílvia Cristina Mineu. **A ALCOA NO MARANHÃO E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO REGIONAL**. São Luís: UFMA, 2003. (Dissertação de Mestrado).
- COSTA, Ramonaval Augusto. **Distribuição da renda pessoal no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, Centro Editorial, 1977. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv12936.pdf>. Acesso em 21 de dezembro de 2019.
- COSTA, Maria Thereza. **A AÇÃO EDUCATIVA DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES PERIFÉRICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - 1971-74 E 1976-78. Uma visão crítica**. Rio de Janeiro: FGV, 1987 (Dissertação de mestrado).
- D'AIUTO, Melissa Ferraz. **O DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE SHOPPING CENTERS NO BRASIL**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013 (Monografia).
- DEL POZO, José. **História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- DIAS, Marcelo Francisco. **Do estruturalismo da Cepal à Teoria da Dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico**. São Paulo: USP, 2012. (Dissertação de Mestrado).

Documento de criação da Área de Proteção Ambiental do Maracanã (APA). Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/306_20100823_153_930.pdf. Acesso 10 de março de 2020.

DOSSE, François. **História do Tempo Presente e Historiografia**. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; GANSTER, Rafael; ORBEN, Tiago Arcanjo (Orgs). **Diálogos do Tempo Presente: historiografia e história**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

FARIAS FILHO, Marcelino Silva. **Caracterização geoambiental da Área de Proteção Ambiental do Maracanã, São Luís-MA**. IN: FORTES, Raimunda (Org). **Área de Proteção Ambiental do Maracanã: subsídios ao manejo e à educação ambiental**. São Luís: Café e Lápis, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e imperialismo**. In: **Em busca do Socialismo. Últimos escritos e outros textos**. São Paulo: Xamã, 1995.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Global, 2008.

FERRAZ, Odelina Lima. **Maracanã: no cenário cultural e educacional**. São Luís: UEMANET, 2014 (Monografia de Graduação em Pedagogia).

FERREIRA, Daniel Wollace Marques. **O caso Joselândia: controles e resistências populares no Maranhão de 1960 a 1980**. IN: ARAUJO, Marcelo de Sousa; SOUSA, Baltazar Macaíba de; ROSA, Ruan Claudio (Orgs). **Afinidades Marxistas. Vol 3**. Porto Alegre: Editora FI, 2022.

FERREIRA, Erika Pereira. **EFEITOS DE EMPREENDIMENTOS DE GRANDE PORTE NA DINÂMICA TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL DA REGIÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL DE SÃO LUÍS, MARANHÃO**. São Luís: UFMA, 2022. (Dissertação de mestrado).

FERREIRA, Mario Cesar Perfetti Janssem. **Distritos Industriais: opção de desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, 2003 (Dissertação de mestrado).

FERRETI, Sergio Figueiredo. **Querebentã de Zomadu. Etnografia da Casa das Minas**. São Luís: EDUFMA, 1996.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o Capital-Imperialismo: Teoria e História**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

FONSECA, Pedro Cesar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. IN: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. São Paulo: Record, 2000
- FUNDAÇÃO FHC. **Biografia**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/>. Acessado em 10 de abril de 2022.
- GASPAR, Ricardo Carlos. **A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos**. São Paulo: Caderno Metrop. Vol.17, n 33, 2015.
- GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Pariz : P.N. Rougeron, Impressor, 1818
- GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- GOMES, João Paulo Pombeiro & VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. **O campo da energia elétrica no Brasil de 1880 a 2002**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- GRACI SOARES DA CRUZ. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, São Luís, 30 de maio de 2022.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DPA, 2005.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyora, 2011.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **A Era das Revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html>. Acessado em 10 de janeiro de 2020.
- https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_ma.pdf. Acesso em 15 de abril de 2022.
- <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em 20 de março de 2020.
- https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf. Acesso em 07 de janeiro de 2020.
- <https://www.cepal.org/pt-br/sobre>. Acesso em 20 de julho de 2020.

<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/obsolescencia-planejada.htm#:~:text=Naquela%20%C3%A9poca%2C%20as%20empresas%20desse,da%20compra%20de%20novas%20pe%C3%A7as>. Acesso em 10 de março de 2022.

<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacao/urbanizacao-brasileira.html#:~:text=Foi%20a%20partir%20de%201950,infraestrutura%20e%2C%20consequentemente%2C%20a%20que>. Acesso em 15 de abril de 2022

<https://pt.wikipedia.org/wiki/BR-135>. Acesso em 20 de junho de 2023.

<https://www.cerratinga.org.br/especies/buriti/>. Acessado em 15 de maio de 2023.

JORNAL DIÁRIO DO NORTE, 23 de abril, página 06, 1939.

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 1981.

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, nº 2779, 30 de julho, página 04, 1980.

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, nº 2837, 26 de setembro, página 08, 1980.

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, nº 2932, 31 de dezembro, página 06, 1980.

JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO, 1976.

JORNAL O IMPARCIAL, nº 15049, 13 de janeiro, página 09, 1981.

JOSÉ BENEDITO SOARES DA COSTA. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, São Luís, 11 de maio de 2022.

JOSÉ PACHECO FILHO. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, em 05 de maio de 2022.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **Como é possível escrevermos a história do nosso tempo**. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; GANSTER, Rafael; ORBEN, Tiago Arcanjo (Orgs). **Diálogos do Tempo Presente: historiografia e história**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LÊNIN, V.I. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: UNICAMP, 2017.

LIMA, Bruna. **Fronteiras entre o regional e o transnacional na política de desenvolvimento econômico do Brasil e o caso da fábrica Cyrilla de Santa Maria, RS, Brasil**. Santa Maria: UFSM, 2016. (Tese de Doutorado).

_____. **O Distrito Industrial de Santa Maria-RS**. Santa Maria: UFSM, 2012 (Dissertação de Mestrado).

- LOPES, José Antonio Viana. **O arquiteto português Alfredo Viana de Lima e a construção do ideal moderno na cidade de São Luís do Maranhão**. Palmas: Revista Amazônica Moderna, Vol. 2, n.1, p. 40-61, abr-set. 2018.
- LOZANO, José Eduardo Aceves. **Práticas e Estilos de Pesquisa na História Oral Contemporânea**. IN: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (org) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- LOWY, Michel. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. IN: Revista Outubro, Edição 01, p. 73-80, 1998. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/a-teoria-do-desenvolvimento-desigual-e-combinado/>. Acesso em 15 março de 2020.
- LUIS CARLOS BALDEZ. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, em 14 de outubro de 2022.
- MARANHÃO. Decreto 7646/80. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legislacao/documento/?id=2543>. Acesso em 02 de outubro de 2019.
- MARANHÃO. **Controles de Processos**. Secretária de Estado de Indústria e Comércio do Maranhão (SEINC). 2019.
- MARANHÃO. **Plano de manejo Área de Proteção Ambiental (APA) da Região do Maracanã**. Secretária de Estado do Meio Ambiente (SEMA), 2020.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. IN: **Revista Germinal: marxismo e educação em debate**. Salvador: UFBA, Vol. 9, N.3, 2017.
- MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva: o dom e o contra-dom**. IN: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Nayfi, 2011.
- MARQUES, Rickley Leandro. **A condição Mariel: memórias subterrâneas da revolução cubana**. 1. ed. São Luís: Edufma, 2012.
- MARIA DE FÁTIMA SANTOS COUTINHO PACHECO. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, 05 de maio de 2022.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- _____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 1. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. **O capital: crítica da economia política (O processo global de produção capitalista)**. Livro 3 (Volume 6). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____ & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Trabalho estranhado e propriedade privada**. IN: **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MAYER, Arno J. **A força da tradição – A Persistência do Antigo Regime**. São Paulo: Schwarcz, 1987.

MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAIS, Fernando Antonio. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz (Org). **História da vida privada. Vol. 4**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MIRANDA, Flávio. **Desenvolvimento desigual e mercado mundial em Marx**. Rio de Janeiro: Consequências, 2018.

NETO, Roberval Amaral. **“LEI SARNEY DE TERRAS”:** conflitos fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980. Recife: ANPUH – Brasil – 30º Simpósio de História, 2019.

PEDRO SÉRGIO RODRIGUES COSTA. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, em 20 de dezembro de 2022.

POLLACK, Michael. **Memória, silêncio e esquecimento**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PRADO, Regina de Paula Santos. **Sobre a classificação dos funcionários religiosos da zona da Baixada Maranhense**. IN: MUSEU NACIONAL. Rio de Janeiro. **Pesquisa Polidisciplinar “Prelazia de Pinheiro”:** aspectos antropológicos. São Luís: IPEI, 1975.

_____. **Rede de Solidariedade: um estudo sobre o parentesco e o compadrio no interior maranhense**. IN: MUSEU NACIONAL. Rio de Janeiro. **Pesquisa Polidisciplinar “Prelazia de Pinheiro”:** aspectos antropológicos. São Luís: IPEI, 1975.

- PRADO, Luiz Carlos Delorme. **O desenvolvimentismo autoritário de 1968 a 1980**. In: **O Desenvolvimento Econômico e a Caixa**. São Paulo: Livro Caixa, 2010. Disponível em: http://www.centrocelsfurtado.org.br/arquivos/image/201109261232400.LivroCAIXA_C_0_23. Acessado em 10 de janeiro de 2021.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.
- PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais**. IN: BIELSCHOWSKY (Org). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. São Paulo: Record, 2000.
- O RIO DO MIRINZÁ. **Documentário sobre o boi do Maracanã**, 2007.
- OLIVEIRA, Marly Job de. **A política geral do regime militar para a construção de suas políticas econômicas**. São Paulo: USP, 2007. (Tese de Doutorado).
- OLIVEIRA, Francisco de Oliveira. **Crítica à Razão Dualista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- OLIVEIRA, A. **O primeiro shopping do Brasil**. IN: São Paulo em foco, 25 de novembro, 2013. Disponível em: <https://www.saopauloinfoco.com.br/shopping-iguatemi>. Acesso em 05 de abril de 2022.
- OSVALDO MARTINS ALGARVES. Entrevista concedida a Marcelo de Sousa Araujo, São Luís, 12 de abril de 2022.
- RIBEIRO JUNIOR, José Reinaldo Barros. **A formação do espaço urbano de São Luís: 1612-1991**. São Luís: edições func, 1999.
- SÃO LUÍS. PLANO DIRETOR DE SÃO LUÍS 1975. 2ª impressão. São Luís: SIOGE, 1977.
- SÃO LUÍS. PLANO DIRETOR DE SÃO LUÍS 2006. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1188_8-lei_n.4.669_de_11.10.2006_d.o.m._n.195_-_completo.pdf. Acesso em 09 de março de 2019.
- SÃO LUÍS. PLANO DIRETOR DE SÃO LUÍS 2023. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/4023_plano_diretor_de_sao_luis_-_lei_n_7.122_-_2023.pdf. Acesso em 10 de junho de 2023.
- SANTOS, Rlcarte Almeida. **Música popular maranhense e a questão da identidade**. São Luís: UFMA, 2012 (Dissertação de mestrado).

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção da identidade e diferença**. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SILVA, Luís Marcos de Oliveira & MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. **Welfare State e emprego e saúde nos países avançados desde o Pós – Segunda Guerra Mundial**. In: São Paulo: Revista de Economia e Política, Vol. 29, nº 03, 2009.

SODRÉ, Ronaldo Barros; MACIEL, Samuel de Jesus Oliveira; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O emaranhado dos conflitos de terras no Maranhão**. In: **A construção do Brasil: Geografia, Ação Política e Democracia**. São Luís: UFMA, 2016. (XVIII Encontro Nacional de Geógrafos).

TIERS, Thiers Fabricio Santos. **Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso: um breve debate além da teoria da dependência**. IN: ARAUJO, Marcelo de Sousa; SOUSA, Baltazar Macaíba de; ROSA, Ruan Claudio (Orgs). **Afinidades Marxistas. Vol 3**. Porto Alegre: Editora FI, 2022.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa. Vol 1 – A queda do Tzarismo**. Brasília: Edições do Senado, 2017.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: UNB, 1998.

VIVEIROS, Jerônimo. **A História do Comércio do Maranhão. Livro 1**. São Luís: ACM, 1992.

_____. **A História do Comércio do Maranhão. Livro 2**. São Luís: ACM, 1964.

WEBER, Max. **Relações comunitárias étnicas**. IN: **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

APÊNDICE A
DEPOIMENTOS

1. OSVALDO MARTINS ALGARVES – 73 anos

Meu pai já falecido, era Osvaldo Algarves e minha mãe já falecida era Clementina Martins. Minha avó era Olímpia Algarves

Eu tenho 73 anos de idade, eu nasci em 02 de 12 de 1948, certo? Eu tive minha infância no Centro, eu morava na Jansem Muller, meu pai era funcionário da estrada de ferro e depois [...] eu vim para o Maracanã, onde morava com minha avó e tudo, aqui foi tudo bem, antigamente era tudo bacana, hoje não se pode nem sair na rua aqui no Maracanã, se dormia naquela época [...] tinha a porta de meançaba [sic] feita de palha, então hoje ninguém pode tá na porta de casa porque a vida virou um tumulto, tá entendendo? A respeito da empresa, eu trabalhei em Belém e depois eu vim pra cá e quando cheguei aqui eu entrei na CERVAMAR como apontador, sai da CERVAMAR como encarregado de setor pessoal, uma empresa que eu vou morrer e nunca mais vou trabalhar em uma empresa melhor do que essa de jeito nenhum, porque a CERVAMAR fazia tudo o possível para os seus funcionários, o que pudesse fazer a CERVAMAR faria, tá entendendo? Dava todo o apoio, tudo empréstimo, emprestava dinheiro para o pessoal para pagar por mês, dava carro para buscar o material e o cara que trabalhou na CEVAMAR e não construiu uma casa é porque ele é sem vergonha, cínico, tá [sic] entendendo? Mas, eu graças a Deus fiz a minha, pra mim [sic] foi a melhor empresa que eu já trabalhei. Depois disso passei a trabalhar por conta própria, tinha um depósito de bebidas da própria CEVAMAR que botou pra mim [sic], eu botei, eles me atendiam a cerveja fiada, eu pagava no apuro, mas trabalhei certo. Ai a empresa quando é muito boa não vai muito longe, né? Fechou, por que fechou? Fechou porque os sócios despartaram a sociedade, um foi embora porque ela casado com uma brasileira largou [...] era um alemão e um indonésio. Aí eles venderam para a Antártica, eu não pude ficar porque eu exercia cargo de chefia, eu não pude ficar, sai porque a Antártica quando veio já trouxe os outros. Tudo bem, eu fui trabalhar por conta própria, depois eu trabalhei na Coliseu com meu amigo Jandir, que é o irmão do Julião Amim, que me colocou lá, trabalhou comigo junto na CERVAMAR e aí ele me colocou, trabalhamos 6 anos durante a gestão de Tadeu Palácio, de lá pra cá não trabalhei mais, consegui me aposentar e hoje eu estou aposentado. Mas, eu vou te dizer com toda a sinceridade já foi tempo bom, hoje não presta mais porque Maracanã totalmente diferente aquele pessoal [...] até pra você

atravessar na avenida do Maracanã você tem que esperar porque a evolução foi muito grande, nós temos pro lado daqui muitos apartamentos, tá entendendo? Construídos [...] é coisa de louco, o bicho engavetou bacana, ainda teve a Ribeira, e aí, mudou muito, muito, muito, muito!. [...] Das empresas ainda tive alguns amigos que trabalharam em outras empresas, a FINOBRASA, tinha a FINOBRASA fechou, a CERVAMAR fechou, hoje é o MATEUS, né? [...]. Preste bem atenção na diferença de uma empresa igual a CEVAMAR que os donos eram um alemão e um indonésio e esse MATEUS que eu vejo todo mundo falar mal dele que é maranhense, mas não dá uma colher de chá para os funcionários, não faz nada de bom só quer explorar, pra mim é o maior explorador é esse Matheus, esse dono do MATEUS.

Devo lhe dizer uma coisa, a CERVAMAR foi uma escola, quem teve o privilégio de trabalhar na CERVAMAR, eu tenho amigos, colegas que trabalharam lá, entraram como serventes saíram como encarregados porque ali dentro você aprendia, era uma escola, se você fosse um cara interessado, inteligente você subia na empresa, tá entendendo? [sic] Dava oportunidade para você subir, assim como eu subi, então, é como eu digo eu vou morrer e não trabalhar noutra empresa igual a CERVAMAR nunca, privada nunca igual a CERVAMAR de jeito nenhum. Os homens eram bons pra gente [sic], agente trabalhava e não tinha negócio de mandar pra rua por justa causa [...] Uma vez nós fomos em uma reunião, um dos donos disse que aqui não tem ninguém que eu não possa demitir, não demorou demitiu um diretor técnico [...] alemão igual a eles porquê? Porque fez coisa errada, e mandou embora com todos os direitos e um diretor técnico ganhava muito dinheiro, né? Ele é assim, uns caras bons, mas não aceitavam sacanagem dentro da empresa deles, mas todo mundo trabalhava com gosto, era bom demais, tu tá doido? Chegava fim de ano tinha uma grade cerveja, uma de guaraná, um bolo, uma coisa, era uma empresa que ajudava os funcionários, na realidade era isso, igual a essa meu irmão nunca mais vai ter uma aqui nesse Maranhão nosso. [...]. Eu vim para o Maracanã eu deveria ter uns 16 anos, eu vim morar com minha avó [...]. Na época o pessoal trabalhava na lavoura, na roça, né? Fazendo as roças e tinha o pessoal que trabalhava tirando madeira no mata, os homens trabalhavam mais tirando madeira para vender, estaca, é vara, tora de pau, cerrando, cerravam, tinha a serraria de José Martins, já falecido, era nisso que eles trabalhavam e cerravam os troncos de madeira, isso era um serviço filha d'mãe que você ia para o mato carregar tora, eles carregavam tora e não tinha como puxar, carregavam mesmo no ombro para botar pra fora, assim que era, a estaca também,

abria cortava estaca, palha era isso [...] Esse time do Cruzador era muito bom, rapaz! Esse aí eu tinha só esses 15 aí, só 15 jogador, [sic] o único desse time que já morreu foi só o goleiro, Cosme, o finado Cosme, o resto tá todo mundo vivo graças a Deus, esse time era bom, nós jogamos foi 23 partidas invictas [...], nós passamos nesse ano 35 partidas sem perder para ninguém, o Cruzador. [...]. Depois que nós saímos do campeonato fomos perder em Miranda porque lá eu já levei o time já tava quebrado, teve um pessoal que não foram [...] nós perdermos de 2 a 1 ou foi 2 a 0 não tenho bem lembranças, nós ganhamos em Rosário, ganhamos aí também meu Deus do Estrela também, botamos faixa no Estrela do Tirirical que tinha sido campeão, nós ganhamos de 3 a 2 o time que era do finado Cóco, era Estrela também o nome dele aqui do Tirirical, esse Beleza [José Benedito Soares da Cruz] fez um golaço nesse dia, um gol mesmo lindo, lindo, lindo, lindo, ele deu um corte na zaga e tirou todo mundo e meteu de pé canhoto no canto trocado do goleiro, mais foi um golaço, gol bonito demais, esse time era bom demais [...] E essa turma tudo nós era o mesmo time da CERVAMAR que eu botei o pessoal para trabalhar lá na CERVAMAR, o time daí nós tínhamos 3 jogadores que não eram nossos que era o Claraval[Zé Bernardo], que é o Mata que é lá da Mata[comunidade da área rural de São José de Ribamar] e o Riba que era o lateral direito que eu tinha o ponto fraco do nosso time era justamente o lateral direito que era Zé Andrade e ele era meio fraco e aí eu trouxe esse três para reforçar, aí nós fomos longe, não tem mais time pra fazer isso que o Cruzador já fez, na Zona Rural não [...] Todos eles aqui ninguém gostava de perder para o Cruzador, de jeito nenhum, o XV de Novembro do Tibiri, todos esses times aqui da redondeza não gostavam de perder para o Cruzador, mas toda vez que entraram pegaram taca.

2. ALDA MARIA SANTOS OLIVEIRA – 64 anos

Alda Maria Santos Oliveira, 64 anos, filha de Agripino Algarves Santos e Naida Santos, eu nós aqui [...] vivia aqui da lavoura, trabalhavam era com roça, meu pai era tirando madeira na época, roça, e depois pedreira, tirando pedra, tinha os compradores que vinham na própria pedreira compra [...] tiveram 13 filhos, mas só se criou 6. [...] minha infância, porque até os 10 anos, enquanto eles iam pra roça, ia trabalhar, eu ficava aqui, eu tomava conta de casa já desde cedo, porque tinha o mais novo, o Hamilton, com 10 anos eu assumi as responsabilidades de casa[...] aqui o que tinha aqui que a gente se divertia era o areal [...] a vida gente era assim brincando a noite, em noite de luar a gente ficava brincando, quem jogava bola jogava, quem jogava dominó, era brincadeira, terminava daqui a gente corria para o rio que tinha aqui no quintal até altas horas da noite, o rio era aqui no quintal, tinha um rio muito grande aqui e quando surgiu essa Vila Sarney, aí o pessoal de lá vinham pra cá, a mulherada, lavar, tomar banho, porque não tinha água encanada, não tinha nada ainda na época, a primeira casa que teve aqui [iluminação] era ali na avenida principal, no Zé Costa, no Juvenal, no Sabino, que tinha o comerciozinho [sic], quitanda que eles chamavam na época, aí tinha uma geladeirinha a gás [sic], era o que funcionava, depois botaram – Zé Costa – um gerador, com uma televisão já nos anos de 1975, por aí assim, aí já tinha outro senhor que tinha, já era radiola [...] eu nunca gostei de tá saindo da minha casa, pra diversão, essas coisas, mas o Maracanã era isso pra cá, essa Vila Sarney já é nova, só tinham roça, trabalhavam na pedreira, era aqui onde hoje em dia tem esse posto Maracanã, era ali que eles tiravam pedra. [...] as pessoas podiam comprar fiado, porque eram tudo mesmo daqui, do lugar, não tinha gente ainda de fora do Maracanã, era tudo filho daqui. [...]. Eu estudei no Silva Martins e no Henrique de La Roque, Rua do Passeio, eu fiz o Magistério. [...] era tranquilo, tinham poucas casas de alvenaria, pelo menos a que a gente morava aqui ainda não era, era de taipa, de alvenaria tinha lá, Zé Costa, esses que tinham os dois comércios, era o Zé Costa, era o Juvenal, aqui na principal, era já a do sabino, era João de Léia [sic], aí pra cá ainda era [...] começaram a montar essa Vila Sarney, já começou a tirar a comodidade da gente aqui, inclusive antes disso quando não tinha esse pessoal aqui, a gente dormia de porta aberta, quem diria que a gente tinha coisa pra fazer de cadeado? Hoje em dia nós tamos aqui encurralados [sic], 20 de março aqui, 03 da manhã, 6 vagabundos rebentaram a porta dessa aí [referindo-se a casa do irmão que é vizinha a sua] [...]

Antes alí só o caminho, tinha gente que morava lá pra trás, eles foram indenizados aquele povo, tinham umas casas lá pra trás que eles chamavam justamente de Maracujá por lado dali[...] quando foram construir isso daqui, o povo daqui ficaram tudo abalado, apavorado, com medo de saírem, pelo menos aqui a gente ficou com medo, todos nós ficamos, porque todo mundo já acomodado já aqui, acostumado comer tudo o fresco, uma fruta, tudo, aqui todo mundo se apavorou, mas graças a Deus o que eles indenizaram foram os pertos, indenizaram todo mundo foi aquele pânico, mas depois que eles começaram a ver o dinheirinho na mão se acomodaram, mas eles indenizaram, não jogaram, não botaram, não expulsaram ninguém pra rua, até onde eu sei não, foi indenizada aquela parte alí [sic], aí eles começaram a construir, aí foi uma melhoria porque gerou emprego [...] aí começaram a fazer essa Vila Sarney, inclusive uma das cabeças já faleceu que era mãe da Célia Coutinho, quem logo quem vem entrando por aqui [...] a mãe dela que começou com essa brincadeira [...] isso aqui era só para o consumo, o milho, a mandioca, a macaxeira, era só para o consumo, a gente não vendia assim, era só para estocar, deposito aqui que você entrava fazia gosto de olhar, paneiro que a gente chamava, era os cofinhos,[sic] com os paneiros de farinha, de arroz, e pra pesca vinha o camarão, secava, era só para o consumo, era subsistência [sic]. [...] o asfalto tá mais recente, a eletricidade já foi nos ainda dos setenta, começaram a botar os postes, nos anos setenta já tinha o asfalto na BR [...] jogo, era o Cruzador, depois surgiu o Maracanãzinho, na Vila Sarney, que os meninos jogavam, só isso, tirando isso as outras diversões eram a Festa de Santos Reis, ai vinha, tinha a escola de samba na época de Humberto, aí depois que acabou a escola de samba passou um tempo e ele inventou o boi, então, a diversão era essa reis, boi e depois Festa da Juçara, eram essas as diversões de Maracanã [...] era Santo Antônio e São Miguel, festejo de lá.

3. ADALGISA MEIRELES GARCES RODRIGUES – 83 anos

Nasci aqui no Maracanã, eu não trabalhava na roça, eu fui criada na casa da Festa de Reis[...] primeiro foi Tia Iça [Maurícia Algarves], depois Tia Iça morreu fiquei com tia Nilza que terminou de me criar com Ezequel [...] eu vim pra cá com um ano, só voltei pra casa dos meus pais com 16 anos... quando eu fui saber que eles não eram os meus pais foi com 11 anos, tia Nilza mandou eu passar sexta-feira Santa com mamãe e papai, ai que eu fui saber que eles eram os meu pais [...] minha madrinha era filha de tia iça, Onorina[...] Todo mundo é parente, chamava todo mundo de tia e tio, tomava benção para os mais velhos, meus filhos tomam benção para todo mundo[...] Aurino que era filho de Dica, ele era guarda e arranjou o serviço pra mim, Margarida e Nelzinha, trabalhava com pescado, eu não trabalhei com pescado, trabalhei no almoxarifado [...] recebia aquelas caixas tudo, anotava tudo, tinha que dá conta de tudo, eu recebia tudo o que vinha, anotava, fazia o tipo das caixas para embalar os peixes [...] eu tive 8 filhos, 3 com meu marido, casamos logo, ele era do São Cristóvão [...] eu conheci ele aqui mesmo no Maracanã, com 5 anos de casado ele enfraqueceu do juízo, fiquei casado 5 anos e 10 meses, [sic] voltei para Maracanã para morar com mamãe, meu pai não gostava de chico [Segundo esposo], quando meu pai morreu eu fui morar com chico, morei com chico 19 anos, pai dos meus outros 5 filhos, eu casei com 17 anos [...] na escola de samba eu saia, ela onde é a sede do boi, também sai na escola de samba do Desterro [G.R.E.S Flor do Samba], desfilei 5 anos nela [...] eu tenho 83 anos, meus pais trabalhavam eram na roça, Tia Iça ainda teve roça [...] Tia Iça era irmã de Euzébia que era mãe de Agripino [...] tudo de taipa, de alvenaria só tinha a igreja, que eu me lembro que eu era pequena e carregava pedra para levantar a igreja, Tia Iça me levava [...] Santo Antônio, São Miguel e Santa Maria, tem missa 1 vez por mês, padroeiro mesmo é Santo Antônio [...] foi lá que eu me batizei [...] meu padrinho era Aristeu e a madrinha era Onorina filha de Tia Iça [...] logo no começo não tinha o Reis Pobre, só depois que foi ter, já fui sair no Reis só depois que já era grande, antes não era negócio de radiola, era os músicos de sopro [...] era só pra comer mesmo, o pessoal plantava arroz, tinha o comércio de Zé Costa, depois Raimundo João, eu estudava na Alegria com Vitória de Guimarães[...] todo mundo se conhecia, eu tenho saudade daquele tempo [sic] [...] tenho boas lembranças [...] eu fui me entrosando com eles, no início não queria nem saber que eles eram os meus pais [...] Tia Nilza era filha de Eusebia, mas morava com Tia Iça [...] Eusebia era

mãe de Agripino e irmã de Tia Iça [...] mamãe teve 16 filhos, eu não conheci a minha irmã mais velha, quem criava era mãe do meu pai, Josefa [...] fizeram o Distrito, tinha muita coisa pra banda daí até chegar na Campina, tinha olaria de fazer tijolo, telha [...] o pessoal trabalhava tudo pra banda de lá, tinha concreto, tudo fazia nesse distrito industrial, primeiro era logo uma fábrica e depois a pesqueira, ficava tudo pertinho, a pesqueira o primeiro dono era de São Paulo, depois ele vendeu para um chileno – pesqueira Tutóia – todos os produtos que era feito vendia nada no Brasil, tudo era pra exportar, trabalhava muita gente, daqui do maracanã tinha muita gente que trabalhava, homem e mulher, trabalhava com peixe, camarão, sururu e trabalhava com eles camarão era tudo embalado, os filé das pescada, tudo pra fora, não ficava nada aqui [...] indenizaram, foi tudo indenizado [...]

4. MARIA DE FÁTIMA SANTOS COUTINHO PACHECO – 65 anos.

Sou nascida e criada em Maracanã, meu pai era Ezequiel Coutinho e minha mãe Nilza Santos Coutinho, meus irmãos José Raimundo Coutinho, Esmeralda Coutinho e teve um falecido de criação, Fernando Algarves Coutinho. Minha infância era muito devagar, porque naquela época não existia nada de concreto, não tinha energia, nossas casas eram todas a lamparina, casa de palha, na época da chuva a gente ficava de baixo d'água, [...] nós fomos crescendo assim, brincando, só brincávamos em tempo de lua, não tinha energia, foi uma infância muito precária [...] meu pai trabalhava na lavoura, meu pai ia dia de segunda-feira e voltava sábado à tarde, ficava dentro de uma palhoça, o comer deles era peixe seco, camarão seco, quando tinha Buriti eles juntavam o Buriti e jogavam água quente e faziam aquele pandum [sic] [...] ali o Distrito tudo era só o matagal, era pra lá que eles tiravam as madeiras, só plantavam para comer [mandioca, milho, arroz] para o próprio sustento [...] aqui é tio, eu tenho prima de parte de pai, de parte de mãe, em um contexto que era tudo misturado [...] Fernando, ele era sobrinho de minha mãe de segundo grau, sobrinho de papai legítima, minha tia deu para papai e mamãe criar, porque não tinham condições, só saiu de nossos poderes depois que casou [...] eu estudei primeiramente no Renato Archer, depois eu fui para o Augusto Mochel, fiz prova no CEMA, depois tornei a voltar para o Mochel de novo [sic], o médio eu fiz no Silvia Martins, por último a faculdade na UEMA [...] Festa com orquestra, quem tocava muito pra nós na época da Festa de Reis, era seu Zé Maria, teve outros músicos, conheci o jacaré [músico] tinha Escola de Samba na época de Humberto, antes dele ser cantador de boi [...] eu não gostava dessas coisas, ela ia no Centro disputava, nessa época era na Deodoro, eu ia só acompanhar [...] Em 78 em comecei a trabalhar na pesqueira Tutóia, o meu era no salão, trabalhava com pescado, marisco, congelava, descongelava, tirava, descascava ele, cru mesmo, para embalar, aí os pescados [sic] [...] colocava nas bacias para congelar tudo, trabalhava na linha de produção, era pra fora ia para São Paulo de lá não sei pra onde ia [...] melhorou, só que muitas fabricas foram para a falência [...] nem todo mundo conseguiu trabalho [...] eu fiquei nove meses na Tutóia, carteira assinada, depois era reabriu de novo eu já não fui mesmo [...] pagaram a gente tudo direitinho [...] o ano eu não me lembro, antes, quando eu me formei em 77 já tinha energia, o primeiro boi quando saiu da casa de Zé Martins e veio pra cá não

tinha energia [sic], a única casa que tinha energia era baiano e Zé Costa. Eu acho que não viravam bicho, são pessoas pagando penitências.

5. JOSÉ PACHECO FILHO – 69 anos

Alagoas, cidade de Pilar.

Porque a ACEM ela pegou na ponta de dedo e mandou para o Rio para fazer treinamento [...] eu já vim contratado, passei 09 anos na Enco [...] mão de obra de fora, no trabalho mais qualificado veio tudo de fora [...] eu não tenho saudade de empresa nenhuma, eu fui para Camargo Correia pro o Chile, Colômbia e Equador, eu vim pra cá pra mandar eu pra África, Angola, mais custou e mandaram para Tucuruí, em Tucuruí eu sai da Camargo [...] morávamos no sitio lá no meio do mato, as casas a maioria eram de taipa, a casa que tinha iluminação era onde tinha um poste aqui, bambam, na sede e Zé Costa [sic] [...] porque o Maranhão não é desenvolvido, aqui não foi a maior fábrica que tinha aqui que era de tecido? Acabou [...] empresas privadas que pegaram muitas obras do Governo, mas foi acabando [...] o lado ali do terminal, era uma fábrica de fazer panela [...] até hoje a maioria da obra era de fora [...] não mudou muito não, porque a maioria dos maranhenses que saíram lá pra fora [sic] já vieram tudo especializado [...] ficharam mais foi estrelinha, as outras mão de obra que tinha encarregado, supervisor e alguns mecânicos vieram de fora [...] aqui do Maracanã pouca gente, trabalhavam de madeireiro. Meu amigo até par de meia, cueca furada era roubada [...] você não pode ficar muito na porta porque os motoqueiros [...] tem, passava de cavalo gritando, eu trabalhando na área da Vale só vinha 1 hora, 2 horas, eu ouvi gritando, agora o que eu vi duas vezes foi o cachorro [...]

6. JOSÉ BENEDITO SOARES DA COSTA, 64 anos

Nascido e criado em Maracanã, Graci da Cruz Soares e Francisco Xavier da Costa, somos 6 irmãos [...]. Minha infância mais foi trabalhar para ajudar minha mãe a criar meus irmãos, mais era negócio de roça, na lavoura, plantávamos para se alimentar [...] a diversão daqui era o bumba boi, o carnaval, a escola de samba, Maracanã do Samba, só acompanhava, sempre fui na festa de reis, atraiu muita gente [sic] [...] a gente trabalhava na lavoura, a gente fazia era de tudo, era lavoura, era pescando, era tirando pedra, não era muito longe era onde hoje em dia é Vila Sarney, Vila Nova República, era mais só mandioca [...] trabalho da gente, fazia um servicinho pra um para outro, tinha o comercio de Zé Costa, Juvenal, Zé Martins, Colega [...] pescaria no igarapé e o mariscado de mão, o arrastar de redinha, era só eu e bala nessa época, mamãe também pescava, mariscava, fazia de tudo [...] eu joguei depois muito no cruzador, nós fomos campeão, nós ganhamos o Satuba [Estrela do Juçatuba] no municipal, do torneio João Castelo, eu era meia direita [...] Gritador? Isso aconteceu mesmo, as vezes de madrugada agente escutava os gritos, os gritos eu ouvi, agora ver eu não vi, diziam que era um cachorro que quando apertava no pé do cara ele saia gritando [...] a roça era da gente mesmo, quando era trabalho pros outros que era 07 horas tinha que tá lá, quando baiano tinha muita roça a gente ia plantar ou arrancar [...] ele pagava o que a gente precisava [...] eu estudei no Rosa Mochel [...] mamãe vendia beiju na festa da juçara, começou aqui no sitio da finada Erinéia, defronte do Zé Costa, teve do outro lado da festa da juçara e depois é que mudaram pra lá, vou só dá umas voltas e venho logo embora [sic] [...] eu em na faixa de 1975 eu trabalha no Euclides na fábrica de fazer tijolo, eu trabalhei quase 1 ano lá, trabalhava de carro, descarregando, foi quando eu tirei meus documentos e fui trabalhar na CERVAMAR, em 78 eu entrei na CERVAMAR, trabalhei 4 anos [...] ficaram porque gerou uma porção de emprego para o pessoal, a CERVAMAR foi uma benção [sic] [...] eu comecei lá como limpeza, né? Depois eu fui pra fábrica mesmo trabalhar na cerveja, trabalhava enchacotando caixa e carregando para colocar nos carros, a cerveja era exportada e vendia para esse interior tudinho, eu trabalhava com a cerveja cheia já para colocar nas caixas pros carro carregar [...] melhor não é, mas foi um tempo bom porque o tempo que não tinha emprego e muita gente se empregava [...] antigamente era mais seguro que hoje [...] nossa roça era do outro lado, as vezes aqui no distrito não tinha esse bando de fábrica e fazia roça [...] não sei como é que eles pagavam os

foros desse mato, era minha enquanto eu tivesse trabalhando [...] coberta de palhas, tinha gente que tirava carrada de palha e madeira para fazer casa, a meançaba [sic] era da palha da palmeira, amarrada com punhos, as janelas também era de meançaba [sic] [...] nessa época aqui quem não tomasse benção apanhava, meu padrinho era Alberi e madrinha era Josefá [...] fui batizado na Igreja do Anil, respeitava mesmo, agora tu não ver mais esse respeito assim [...] rapaz, saudade só do meu tempo de moleque, a gente tinha tempo pra brincar, mas primeiro o serviço, nossa folguinha era pouca pra brincar [...] rapaz, bom, bom também não é lá essas coisas, mas ruim também não tá, agora tem muita gente desconhecida [...] Alegria a maioria de lá era metido a querer ser só branco e aqui era parte negra

7. GRACI SOARES DA CRUZ, 87 anos

Cecílio [pai], eu nasci nesse mesmo lugar, aqui eu fui feita, aqui eu nasci, aqui eu me criei, aqui eu tive os meus filhos, aqui eu criei tudinho [sic] e até hoje só saio quando Deus me chamar. [...] eu trabalhava de roça, eu trabalhava de todo o serviço pesado, quando parou o serviço de roça, não tinha mais mato para a gente fazer o serviço, aí eu fui trabalhar na pedreira, quebrar pedra, depois que parou o serviço de roça, terminou e tudo, eu fui trabalhar na pedreira, quebrar pedra, era para vender, tinha um moço que comprava, tinha o carro dele mesmo, né? [sic] Vinha e comprava, enchia a carroça dele [...] mandioca, plantava milho, plantava arroz, plantava feijão, isso tudo tinha na roça, não vendia era só para alimentar mesmo [...] tinha um moço que tinha a casa do forno, o forno, a gente ia, fazia farinha seca, descascava a mandioca, exprimia, botava no forno e torrava [...] eu tinha um tio meu que tinha casa de forno, tinha outro ali, seu Zé Pedro, tinham 3 casas de forno aqui [...] farinha d'água a gente botava a mandioca de molho, aqui desce lado aqui tinha uma lagoa grande que a gente colocava a mandioca de molho [...] o pagamento era farinha, tinha o tempo certo quando a mandioca tava boa [sic], a gente plantava e sabia, o pessoal mais velho, né? Sabia tudo era o meu pai minha mãe que trabalhava com essas coisas, quando eu me entendi eu já achei eles trabalhando com essas coisas, tinha o mês certo que eles arrancavam mandioca, raspavam [...] relava a mandioca, tinha os tapites [sic], enchia aí botava, exprimia, tirava, aí tinha os aparelhos de botar, a peneira grande de peneirar a massa, né? Peneirava a massa todinha até ficar fininha e aí botava no forno e ia torrar [...] outros faziam, todos que trabalhavam, nesse tempo que eu me entendi em Maracanã se contava as casas [...] quando minha mãe morreu eu tava [sic] com 8 anos, quando meu pai morreu eu já tinha até meus filhos, eu tenho 87, vou fazer 88 anos agora em agosto [...] iluminava [sic] era com lamparina, farol, era vela que a gente comprava para acender em casa [...] a gente pagava, quando eu me entendi, não sei se no tempo da minha mãe e do meu pai, eu não se eles compravam essas coisas assim, né, pagavam, não sei como era. Eu sei que quando eu me entendi as coisas que se comprovam nessas coisas assim, era café, açúcar, era essas coisas assim, negócio de farinha, arroz não se comprova [...] nesse tempo quando eu me entendi dentro desse Maracanã, a gente ía para roça as casas tudo eram de taipa, as portas eram de meançaba [sic] [...] quando não era de palha era de coisa de Buriti, tirava os galhos bonitinho, rachava e fazia as portas, eram bem poucas que tinha desse, mas

mesmo erá só de meançaba [sic], tinha casa coberta e estampada todinha de palhas, uma mesa, um pote, tinha rede dessas coisas de buriti, acento era tudo de buriti [...] fazia rede de como é meu Deus? De um pano, de um saco que compravam nos comércios que tinham, eles compravam arroz, café, açúcar, essas coisas, era naqueles fardos grande, tinha de estopa e tinha mesmo de pano mesmo, a gente pedia quando eles desocupavam eles davam, fazia rede, fazia lençol [...] até roupa a gente fazia, eu ainda fiz ainda para meus filhos, pra mim, fazia meus vestidos, minhas saias de andar em casa tudo era de pano [...] Aqui tinha a festa, sempre teve a Igreja, aí eles faziam as festas no dia do santo, de Santo Antônio, de São Miguel, de São João, fazia assim dois, três dias conforme o gesto da festa, fazia mas era de ano a ano, de ano a ano, não fazia festa todo dia toda hora como hoje [...] [sic] eu gostava todo mundo brincava, enquanto eu tinha meu marido eu não ia nessas coisas porque ele as vezes não deixava mesmo, depois que eu tive mesmo filho e tudo, com uns anos que eu já tinha os filhos ele morreu, o pai deles, ai eu já ia em festas [...] eu tive 10 filhos, eu tinha 3 irmãos mais, os mais velhos moravam na cidade, lá no Desterro, ela tinha casa lá, morava lá: Aldenora, Rosária, Abílio, todos 3 moravam lá, meus irmãos, agora os outros moravam aqui no sitio mesmo, esse sítio aqui daquele bar até o final disso aqui é tudinho daqui, ele ia longe, mas depois que começou a encher de gente no Maracanã, ai tomaram conta de uma parte, isso aqui foi minha avó que comprou e passou para minha mãe e hoje o filho é só eu, todos os outros Deus levou, ficou só eu [...] ninguém televisão, não tinha nada, depois que botaram [...] aí que começou esse negócio de energia [...] noticia só se assim com conversa quando sabia alguma coisa, vinha um recado pra outro, tinha a cidade, eu saia daqui para fazer compra lá no mercado central [...] eu fui mais assim quando tinha o carro aqui, uma caçamba, era um carro assim coberto por cima, tinha os barcos assim desse lado desse, no meio, tinha a escada que a gente subia, entrava, subia, sentava, saia daqui 07 horas pro mercado central, ai ficava quem ia fazer compra faria, quem já ia trabalhar pras bandas de lá [sic], ficava lá até as 11 horas, quando era 11 horas o carro vinha, trazia quem tinha que vim, vinha, quando era 1 hora ele voltava, quando era 5 horas ele trazia, não me lembro quem dirigia, ele era aberto, uma caçamba, mas ele era coberto por cima, não era todo dia não, tinha os dias que a pessoa ia fazer suas compras e tudo, ai ia pra lá [...] eu tinha medo, custava muito para ir para as bandas da cidade [sic] [...] tudo teve aqui [...] diziam o povo, os mais velhos quando sentavam para conversar, criança não se metia em conversa [...] esse gritador que

tinha aí foi um homem que morreu [...] esse homem passava gritando de noite, quando a gente tava dentro de casa, tinha gente que levantava para ver quem era, disse que era alto, eu nunca vi, escutar de dentro do quarto eu escutava, cheguei a escutar [...] eu escutei, gritava mesmo, ele ia até perto da Igreja, de lá voltava, subia e tornava a voltar, quando dava meia-noite parava. [...] as festas eram tudo por ano, as festas daqui, tinha festa de reis, tinha outra festa de Santa Luzia, tinha uma outra aqui do outro lado, essas festas tudinho mandava me chamar pra ir pra cozinha, eu ia cozinhar, eu gostava porque ia pra festa [...] E hoje Maracanã é cidade [...] saia daqui do Maracanã de pés para pegar um carro, um ônibus, no Anil pra ir pra cidade, já tinha a estrada [atual BR 135] mas era só mesmo a estrada, mato pra cá, mato pra cá, não tinha nada [sic] [...] eu andei muito, eu digo que hoje só doente das minhas pernas só de tanto eu andar, olha que o sujeito andar daqui do Maracanã no Anil, eu saia daqui ia na Itapera, era só mesmo a estrada, tinha casa só lá pra dentro, tinha um irmão que morava lá. Tinha um terreiro de mina lá, nos tempos da festa eu quem ia cozinhar lá era eu [...]. Tinha tambor lá no Batatã que era Mundica Pinto, quando desmancharam, tiraram tudo pessoal que moravam lá, aí ela veio pra cá, aqui defronte desse lado daqui, ela fez o terreiro dela lá [...] Nesse tempo quando eu me entendi todo mundo era parente um do outro, todo mundo tratava certo, todo mundo respeitava, todo mundo tomava benção, hoje nem os filhos tomam benção para pai e mãe [...] Remédio desse tempo era mesmo do quintal, era planta, fazia chá para tomar, era esses que era o remédio [...] ninguém ia para esse negócio de hospital, eu tinha 10 filhos, tive tudinho aqui, as vezes tinha sozinha, a primeira passei dois dias cor dor [...] nunca fui em um hospital para ter um filho [...] pesquei foi muito, pescava mesmo, era aqui no Maracujá, Ribeira, na Campina, a gente descia para mariscar aqui na Ribeira e subia na Campina e de lá vinha andando [...] as mulheres ia pescar com a mão, caranguejo me agarrou no meu dedo, eu gritei [risos] nunca mais eu meti a mão no buraco para tirar um caranguejo, agora o siri eu pegava dentro d'água [...] pegava siri, pacamão, tudo mariscado [...] era só pra comer, os homens traziam dois cofos de camarão e siri que eles pegavam na rede, tinha era o cofo que a gente dependurava na beira da casa [...] nesse tempo se cozinava era ne lenha, não tinha esse negócio de gás, torrava esse camarão, quando era no outro dia juntava uma meançaba [sic] em cima numa mesa do lado de fora, espalhava um pano de coisa, e estendia o camarão, secava ficava torrãozinho [sic], secava no sol, enchia o côfo e dependurava aí e comia [...] Quando começou a coisa Maracanã e tudo, aí foi enchendo [...] esse aqui é grande

nunca foi vendido nenhum pedaço [...] dantes todo mundo respeitava, tomavam a benção [sic] agora até as casas é desse jeito, tudo de grade, todinha quintal, porta do quintal, rua, tudo de grade [...] tem umas moradias pras bandas daí que tem é muito [sic] ladrão, vejo dizer, vejo dizer, gente que anda por aqui que eu não conheço [...].

8. Pedro Sérgio Rodrigues Costa, 55 anos

[...] Eu me lembro bem da infância aqui no Maracanã, eu acho, pra mim foi uma infância boa, entendeu? Diferentemente da infância de hoje aí de muitos aí [sic], eu brinquei muito, entendeu? É, também trabalhei muito na roça com meu pai, meus irmãos, entendeu? Foi uma infância boa, muita gente boa mesmo aqui [...] Das indústrias aí no Distrito que eu me lembro, as primeiras indústrias que eu me lembro mesmo aí do distrito, foi a pesqueira [Tutóia] inclusive mamãe trabalhou na pesqueira que era uma empresa de negócio de venda de pescado, entendeu? A Concretex eu me lembro bem dela, dessas duas principalmente [...] Das que eu trabalhei aí no Distrito, eu trabalhei na METALU, na época no ano de 89,90, nessa época eu ainda era ajudante, entendeu? [sic] E não foi nem assim muito para trabalhar, a gente fichou lá eu, Roberto, Dilson, um cara da Vila Embratel, negão, mais pra jogar bola, a gente fazia bem pouca coisa, entendeu? Mais era porque o engenheiro Araujo era muito fã de bola e fez um time aí que em quase dois anos aí perdemos só duas partidas só, e da outra que eu trabalhei foi a São Marcos, trabalhei uns 6 meses na São Marcos nessa época eu já era soldador [sic] [...]. Foi uma coisa assim bem triste, porque a comunidade aqui do Maracanã sabia trabalhar era com roça, aí as indústrias chegaram aqui e foram se implantando, entendeu? E quase ninguém sabia trabalhar no que elas iam fabricar aqui no Distrito, entendeu? Mas foram é se adaptando, né? E muitos, muitos trabalharam aqui, a maioria mesmo trabalhou mais aqui o povo do Maracanã na CERVAMAR, mais o que trabalharam aqui foram se adaptando, aprendendo e mais foi triste, foi triste, papai mesmo falava que ele não ia para esse negócio [Distrito Industria] que ele não sabia fazer isso, o negócio dele era plantar roça, trabalhar com Zé Martins, no corte, serrando madeira, tirando madeiras por esses interior a fora ai [sic] [...]

9. Luís Carlos Baldez, 75 anos.

[...]. Eu fui convidado para trabalhar na Cervamar nos anos de 1983 até 92, até 90 que diga [...] eu cheguei na Cervamar em 1983 e trabalhei até 1990, certo? Quando a fábrica foi vendida pra Antártica, né? Trabalhava no setor de vendas, na carteira de títulos e documentos que era ligada ao gerente administrativo da empresa, um português chamado seu Lopes, e onde graças a Deus trabalhei esses anos, uma empresa, uma das melhores que eu já trabalhei porque me pagava 40% do meu salário na quinzena e me dava 60% no final do mês, com direito a várias que a gente tinha, tinha direito a bonificação, hora extra 100%, certo? Aonde eu também tomei de conta do time, fui o responsável pelo time da Cervamar durante esse tempo, aí que Seu Santos que era o chefe do setor pessoal me colocou como dirigente porque ele já conhecia meu trabalho no Cruzador [sic] [...] melhor empresa que eu trabalhei, certo? Principalmente na parte administrativa, aonde essa parte era organizada através da visão alemã, né? Aonde o empregado ia em primeiro lugar e a empresa vinha em segundo, assim o dono, um alemão, o senhor Zaiber ele dizia pra gente [sic] [...] as vezes ele almoçava com a gente no refeitório, um alemão muito simples apesar de ser muito rico, né? Mas ele tinha essa visão e a gente questionava, né? Por que primeiro o funcionário? E, por que por último a empresa dele.? Porque ele dizia: se eu for botar a minha empresa na frente dos meus funcionários eu não vou ter bons êxitos porque esses funcionários vão é ficar em segundo plano, então eu sempre coloco ele em primeiro plano dando todas as condições que ele precisa [...] era uma empresa que não tinha justa causa, apesar de tudo o que o pessoal aprontava: uns roubavam as coisas, outros bebiam eram pegos bebendo, mas simplesmente quando saía recebia todos os seus direitos, a CERVAMAR não tinha causas na justiça do trabalho, não tinha nem advogado pra isso porque ele ele não aceitava [...] Uma empresa que tinha 400 e poucos funcionários chegou ter 600 e poucos no tempo do tempo daquele plano cruzado aí que vendiam demais, né? [...]Tinha os nosso bom plano de saúde nas melhores clinicas daqui, entendeu? [sic] [...] A expectativa era as melhores porque teve o desenvolvimento, não é? Vamos dizer, a BR foi melhorada, certo? do São Cristóvão até a Estiva, né? [...]. As empresas que foram chegando, eu me lembro que tinha uma pesqueira, que parece que foi uma das primeiras que chegaram lá que as mulheres daqui trabalhavam lá bastante, entendeu? [sic] E elas traziam pra casa depois aquela cabeça do peixe com a carcaça, né? Porque parece que eles tiravam

só o filé [...] veio CERVAMAR, FINOBRASA, A OLEAMA que era lá no Centro e veio pra cá, então isso foi se desenvolvendo, né? [sic] E os projetos vieram para o Distrito Industrial, né? Os projetos tudo pelo BNDES, pelo Banco da Amazônia. [...]. Eles davam preferência para os caras daqui porque o cara ia a pé, de bicicleta [...] Então, O Distrito Industrial, ele foi olhado para que as empresas se montassem [...] A CERVAMAR quando foi implantada aqui o governo deu 10 anos de isenção de imposto, a CERVAMAR parece que passou 10 anos sem pagar o ICMS e trouxe para fazer todos aqueles prédios a Moura Chua. A Moura Chuá era uma construtora do grupo mesmo, do grupo da CERVAMAR depois que a gente veio saber dessa história [...]. Em termos de empresa, pra mim, o que eu tenho foi às custas da CERVAMAR, principalmente a construção da minha casa, certo? E outras coisas mais, sai numa boa, muitos saíram pela culatra, fizeram o que não deviam e perderam tudo [...] Umas das primeiras televisões que teve aqui foi a de seu Mário, ele botava a televisão bem na janela da casa dele e a gente ficava todo mundo naquele terraço grande assistindo televisão. Me lembro bem do fantástico dia de domingo, a gente ia dormir depois do fantástico, cada um vinha com seu banquinho assistindo e depois ele recolhia” [sic] [...].

APÊNDICE B
ALGUMAS EMPRESAS INSTALADAS NO DISAL

PREMAX (2023)



WHITE MARTINS (2023)



USITRAR (2023)



PMZ PEÇAS E PNEUS (2023)



PMZ PEÇAS E PNEUS (2023)



LAVARE GESTÃO DE TEXTEIS (2023)



CEM – ESTRUTURAS METÁLICAS (2023)



NORDAL TRANSPORTES (2023)



EQUATORIAL SUBESTAÇÃO DO MARACANÃ (2023)



APÊNDICE C
ASPECTOS MATERIAIS E IMATERIAIS DA COMUNIDADE DO MARACANÃ

CORTEJO DO REIS "POBRE" (2023)



RITUAL MORTE DO BOI DO MARACANÃ (2023)



MORTE DO BOI DO MARACANÃ (2023)



PARQUE DA JUÇARA (2023)



CAMPO DO CRUZADOR DA ILHA (2023)



AVENIDA PRINCIPAL DO MARACANÃ (2023)



APÊNDICE D
“OCUPAÇÕES” E CONJUNTOS RESIDENCIAIS

VILA SARNEY (2023)



VILA NOVA REPÚBLICA (2023)



VILA GUARÁ – 21 DE ABRIL (2023)



RESIDENCIAL MORADA DO SOL (2023)



CLÍNICA DA FAMÍLIA: MORADA DO SOL (2023)



RESIDENCIAL VILA MARANHÃO – ETAPA I (2023)

RESIDENCIAL RIBEIRA (2023)



**APÊNDICE E – E.F.S.L.T: RUÍNAS DA ESTAÇÃO PIÇARRA EM PEDRINHAS, NA
ÁREA RURAL DE SÃO LUÍS**

RUÍNAS DA ESTAÇÃO PIÇARRAS (2022)

LATERAL DA ESTAÇÃO (2022)



ANTIGO PONTO DE EMBARQUE E DESEMBARQUE (2022)

ANEXO A
(I TORNEIO GOVERNADOR JOÃO CASTELO 1980/81)

CASTELÃO VOLTA A MOVIMENTAR O AMADORISMO



Castelão volta a movimentar o Amadorismo

O Torneio João Castelo volta a movimentar a nossa Capital em sua segunda rodada neste final de semana. As equipes que não conseguiram um resultado positivo na semana passada, não se desestimulem, pois as mesmas associações terão ainda 10 jogos nesta fase de classificação.

Avisamos todas as equipes que devem estar no local de jogo 15 minutos antes de cada partida.

Sobre a arbitragem, comunicamos aos Presidentes de Clubes que não há condições por parte dos promotores, de se colocar um trio completo em todos os jogos.

Foram mudados os locais de jogos em 3 campos. As partidas que estavam sendo realizadas no campo da CERVAMAR foram transferidas para o campo do Cruzador da Ilha no Maracanã, os jogos da FESM foram mudados para o Centro Social Urbano no Campo de número 02 na COHAB. As partidas do Campo do São Raimundo

no Anjo da Guarda foram transferidas para o campo do Sá Viana.

Na chace G no campo do Sá Viana jogarão às 14:00 horas de domingo E.C. Bahia x Santa Cruz F.C.

No campo da base não haverá jogo no domingo a tarde, com isso a coordenação teve que colocar 2 jogos em 2 campos no horário das 12:00 horas, A.A ARSENAL X LIVRARIA J.C. jogarão às 12 horas de domingo no campo da Base e E.C. BEIRA RIO X INDUSTRIAL F.C. às 12 horas no Campo da Cinorte.

Os jogadores expulsos na rodada passada ficam suspensos de atuar neste final de semana.

A coordenação já eliminou 2 jogadores do Torneio isto porque se inscreveram por 2 equipes conforme o Regulamento da Competição. São eles:

Carlos Alberto Sá e Domião Cardoso Ferreira.

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1980)

TABELA DA PRIMEIRA FASE DO TORNEIO JOÃO CASTELO

EQUIPES		HORARIO	
CHAVE A (Campo do 248 BC)			
19	A.A. PONTE PRETA	X	E.C. TIRADENTES 14:00
19	E.C. IVAR SALDANHA	X	A.11 UNIDOS S.C 16:00
20	JAGUAR ESPORTE	X	INTER CLUBE 08:00
20	BOIAFOGO F.C.	X	E.C. LIBERDADE 10:00
20	O COMERCÍARIO	X	ATLÉTICO FÁTIMA 14:00
20	E.C. CAMPINENSE	X	AMAZONAS 16:00
CHAVE B (Campo Modulor-Vinhais)			
19	11 LIBERDADE	X	NÁUTICO E.C. BAIX. 14:00
19	BLAC	X	MOTO C. FLORESTA 16:00
20	NÁUTICO CAPIBARIBS	X	VASCO G. FLORESTA 08:00
20	HELIRA E. CLUBE	X	S. E. LUIS GUIMARÃES 10:00
20	ALIANÇA E. CLUBE	X	FLUMINENSE F. CLUBE 14:00
20	ESTRÉLA F. CLUBE	X	E.C. FLAMENGO 16:00
CHAVE C (Campo do M.A.C.)			
19	TUNA LUSO BRASILEIRO	X	FLAMENGO F. CLUBE 14:00
19	A. A. PENHAROL	X	TENIS CLUBE 16:00
20	GREMIO F. CLUBE	X	C.R. VASCO DA GAMA 08:00
20	MILIONARIO E. CLUBE	X	SÃO PAULO F. CLUBE 10:00
20	GREMIOHNO	X	V.R.E. 18 CRUZENSE 14:00
20	A.E. LIBERDADE	X	E.C. COLOREDO 16:00
CHAVE D (Campo xavante - Tirirical)			
19	A.A. KAISER	X	ATLÉTICO F. R. 14:00
19	KAISER A. CLUBE	X	A. A. 6 AMIGOS 16:00
20	E.C. SUBNEVESTE	X	A.S.D.E.R./MA 08:00
20	AJAX F. CLUBE	X	A. A. ALFA 10:00
20	A. A. PAULO FRONTIN	X	BANDEIRANTE E. C. 14:00
20	INTERNACIONAL E. C.	X	A. A. MONTE CASTELO 16:00
CHAVE E (Campo do Ferroviário/cima)			
19	C.R. VASCO DA GAMA	X	A.A. CHAMPEX 14:00
19	A.A. ABRANJO	X	YPIRANGA F. CLUBE 16:00
20	GIMNÁSTICO E. CLUBE	X	PORTUGUESA SANTISTA 08:00
20	S. E. PALMEIRAS	X	C.R. FLAMENGUINHO 10:00
20	COELHO NETO	X	REAL PUMA S. 14:00
20	BRASÃO E. CLUBE	X	MARCELLO DIAS F. e. 16:00
CHAVE F (Campo do D.M.E.R. Tirirical)			
19	E.C. PRIMAVERA	X	E.C. CANARINHO 14:00
19	GLÁRIA F. CLUBE	X	S. E. TIRADENTES 16:00
20	S. E. SÃO VICENTE	X	A.A. BARCELONA 08:00
20	GREMIO FUTEBOL CLUBE	X	A.A. ADEMAR BARBOS 10:00
20	S. C. SÃO PEDRO	X	NÁUTICO F. CLUBE 14:00
20	SÃO CRISTOVÃO F. CLUBE	X	E. C. BAHIA 16:00
CHAVE G (Campo do Anjo da Guarda)			
19	SANTA CRUZ F. CLUBE	X	E. C. BAHIA 14:00
19	A.A. AVELMAR	X	ATHENAS F. CLUBE 16:00
20	A.A. VIGILANTE UFMA	X	A.A. REAL MADRID 08:00
20	S. E. MARANHENSE	X	S. E. DEJAS 10:00
20	S. E. PONTE PRETA	X	FLUMINENSE F.C. 14:00
CHAVE H (Campo - Santa Isabel)			
19	S. C. BELIRA	X	C. S. COMERCIAL 14:00
19	MADUREIRA F. CLUBE	X	MADRE DEUS F. CLUBE 16:00
20	A.A. PONTE PRETA	X	GREMIO F. CLUBE 08:00
20	S. C. SÃO SEBASTIÃO	X	S. E. ABC 10:00
20	AJAX F. CLUBE	X	MARANHÃO A. CLUBE 14:00
20	S. E. EUCLIDES CURIA	X	E.C. SHALAKO 16:00
CHAVE I (Campo da Base - Aeroporto)			
19	FLUMINENSE F. CLUBE	X	COLÉGIO BRASIL 14:00
19	E.C. MARANHÃO NOVO	X	GUARANI F. CLUBE 16:00
20	A.A. MARANHÃO NOVO	X	E. C. BAHIA 08:00
CHAVE J (Campo de Treinamento da Polícia)			
20	A.E. JUVENTUDE	X	LIVRARIA JU 14:00
20	CORINTHIANS F. CLUBE	X	INDUSTRIAL 16:00
20	A.A. ARSENAL	X	E. C. BEIRA RIO 08:00
CHAVE K (Estádio Nhozinho Santos)			
19	CORDADO F. CLUBE	X	S. C. SÃO LUIS 14:00
19	E. C. SÃO LUIS SACAVEM	X	INTERNACIONAL F.C. 16:00
20	MARANHÃO A. CLUBE	X	RIVER PLATE E. C. 08:00
20	PALMEIRAS F. CLUBE	X	A "EMS" F. CLUBE 10:00
20	A.A. HUMBERTO CAMPOS	X	VENEZA S. C. 14:00
20	E.C. GUAXENDURA	X	S. E. ALEMARHA 16:00
CHAVE L (Campo - Brasiluso - Furquilha)			
19	ARMAZENS DO SUL	X	M. SPORT CLUBE 14:00
19	ENGEÇ	X	VITÓRIA MBRIM 16:00
20	ATENAS E. C.	X	A.A. ZÉLIA ABREU 08:00
20	E.C. SÃO PANTALEÃO	X	A.A. COMERCIAL 10:00
20	A.E. ESTRÉLA	X	S.E. OL. LIMA 14:00
20	A.A. ACADÊMICA	X	S.E. SILVA MARTINS 16:00
CHAVE M (Campo - Ferroviário / Baixo)			
19	A.E. SILVA MARTINS	X	C.R. BRASIL (TUBI) 14:00
19	A.E. BAZES	X	C.R. BRASIL (S.F.T) 16:00
20	SPARTACUS	X	S.C. CORINTHIANS 08:00
20	DUMAIOR A.C.	X	ALEGRIA F.C. 10:00
20	BANDEIRANTE E.C.	X	S.E. BRASIL 14:00
20	UNIDADE F.C.	X	UNIPROF F.C. 16:00
CHAVE N (Policia Rodoviária - Pedrinhas)			
19	COQUEIRO E.C.	X	E.C. CREUZA RAMOS 14:00
19	G.S. 007/DNER	X	GUARANY F.C. 16:00
20	XV DE NOVEMBRO F.C.	X	A.A. MARACANZINHO 08:00
20	E.C. SANTA CRUZ	X	CRUZADOR DA ILHA 10:00
20	BOA VONTADE E. C.	X	ALEGRIA F.C. 14:00
20	E. AGROTÉCNICA F.S.L.	X	S.E. SÃO MIGUEL 16:00
CHAVE O (Vinhais - Campo da Igreja)			
19	OPÇÃO SAMBA E FUTEBOL	X	S.E. MA. NOVO 14:00
19	RIO NEGRO F. CLUBE	X	GRÁVIA F. CLUBE 16:00
20	CRUZEIRO F. CLUBE	X	U.E.C. MORADORES CV 08:00
20	E. C. RALY	X	A.E. VOLTA REDONDA 10:00
20	GUARANY F. CLUBE	X	E.C. FILIPINHO 14:00
20	LARRAVARDIÈRE E. CLUBE	X	DEMOCRATA F. CLUBE 16:00
CHAVE P (Maiobinha - Perto da Furquilha)			
19	UNIKO F. CLUBE	X	A.C.E. DOS SERVIDORES DO (DNER) 14:00
19	BARCELONA E. CLUBE	X	A. RECREATIVA ANGELIM 16:00
20	BOIAFOGO F. CLUBE	X	PORTUGUESA DE DESPORTOS 08:00
20	YPIRANGA F. CLUBE	X	S. ESPORTIVA PALMEIRAS 10:00
20	SANTOS DUMONT F. CLUBE	X	ESTRÉLA E. CLUBE 14:00
20	Ass. São Cristóvão	X	S. E. Bignini não 16:00
CHAVE Q (Centro Social Urbano - Cohab)			
19	SOCIEDADE E. MARINGÁ	X	E. CLUBE DECORAMA 14:00
19	SÃO LUIS E. CLUBE	X	DIAMANTE A. CLUBE 16:00
20	A.A. PONTE PRETA	X	S.E. SÍTIO DO MEIO 08:00
20	C. ATLÉTICO OLÍMPIA HOEZA	X	GALICIA ESPORTE CLUBE 10:00
20	M.S. DA VITÓRIA	X	ATHENAS F. CLUBE 14:00
20	OLÍMPIA CLUBE	X	E. CLUBE VITÓRIA 16:00

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1980)

CLASSIFICADOS DA PRIMEIRA FASE DO CASTELÃO

OS CLASSIFICADOS NO TORNEIO AMADOR

O grande Torneio de futebol Governador João Castelo chega ao final da fase classificatória. A maior competição futebolística de nossa Capital teve a participação de 262 equipes divididas em 21 chaves.

Já são conhecidos 39 Clubes classificados, faltando apenas 3 que serão escolhidos neste final da semana nas disputas dos jogos da chave K e O.

Cinco mil atletas atuaram na primeira fase do Torneio, disputando quase 900 jogos em 21 campos.

Por faltarem 3 vezes ou por indisciplina, 68 Clubes foram eliminados da competição pela Coordenação e pelo Tribunal Especial Disciplinar. Também 33 jogadores foram excluídos do Torneio, por indisciplina ou por terem inscrições em 2 equipes.

Somente uma equipe conseguiu fazer os 22 pontos nas onze rodadas, trata-se do Esporte Clube Bahia da chave I.

A fase semi-final começará dia 18 deste e o Congresso Técnico para a elaboração da tabela acontecerá dia 10 às 19 horas no auditório da F.M.D. com a participação dos 42 classificados.

Para esta fase, haverá 6 chaves de 7 Clubes, se classificando uma equipe de cada chave para a fase final.

Os Clubes classificados para a fase semi-final que ainda não receberam a alteração do Regulamento e os locais da realização dos jogos, terão que comparecer na SEDEL a fim de apanhar essas instruções.

EIS OS 39 CLUBES CLASSIFICADOS NO CASTELÃO:

CHAVE A -- Botafogo F. Clube — 21 pontos; Atlético de Fátima — 19 pontos
 CHAVE B — PLAC — 21 pontos; Aliança E. Clube — 17 pontos
 CHAVE C — Grêmio F. Clube — 21 pontos; E. C. Colorado — 18 pontos

CHAVE D — Ass. Serv. do D.E.R. — 21 pontos; Atlântico F. Regatas — 18 pontos

CHAVE E — Braço E. Clube — 20 pontos; A. A. Arranjo — 19 pontos

CHAVE F — Esporte C. São Pedro — 16 pontos; Esporte C. São Vicente — 13 pontos

CHAVE G — Cruzeiro E. Clube — 15 pontos; Esporte C. Bahia — 15 pontos

CHAVE H A. A. Ponte Preta — 20 pontos; S. E. ABC — 18 pontos

CHAVE I — Esporte C. Bahia — 22 pontos; Livraria J. C. — 19 pontos

CHAVE J — Soc. Esp. Alemanha — 19 pontos; Esporte C. São Luís — 19 pontos

CHAVE K — Fluminense F. Clube — 19 pontos. O outro falta ser conhecido.

CHAVE L — A. A. Acadêmica — 20 pontos; Vitória do Mearim — 18 pontos

CHAVE M — S. Esportiva Brasil — 20 pontos; Alegria Futebol Clube — 19 pontos

CHAVE N — Cruzador da Ilha — 19 pontos; Grêmio 007 — 16 pontos

CHAVE O — A ser conhecidos os dois classificados.

CHAVE P — Estrela E. Clube — 21 pontos; Ypiranga F. Clube — 20 pontos

CHAVE Q — A. A. Ponte Preta — 19 pontos; S. Esp. Sítio do Meio — 18 pontos

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DO BAIRRO DE FÁTIMA — S. Esp. Tiradentes — 8 pontos; A. A. Marcellio Dias — 8 pontos

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DO TIRIRICAL — Comercial — 8 pontos; Xavante — 7 pontos

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DA VILA PALMEIRA — Guarany F. Clube — 11 pontos; Fluminense F. Clube — 10 pontos

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DO ANJO DA GUARDA — Associação Esp. Bola Branca — 7 pontos; S. C. Internacional — 6 pontos.



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1980)

FASE FINAL DO I TORNEIO JOÃO CASTELO

Elenco que disputará a

Torneio "João Castelo"

PROMOÇÃO: ACLEM/SEDEL/FMD
SAU A TABELA DA FASE FINAL
 Saiu a tabela da Fase FINAL do TORNEIO GOVERNADOR JOÃO CASTELO, depois de uma reunião com os representantes de clubes.

Foram sorteadas as duas chaves que ficaram assim constituídas:

CHAVE A — Cruzador da Ilha, Bahia e Internacional

CHAVE B — Cruzeiro E.C., Ypiranga ou Estrela e Alegria F.C.

Neste sábado haverá uma partida atrasada entre as equipes do Estrêla R.C. x Atlântico F. Regatas no campo do Ferroviário.

A Fase FINAL será realizada no

Campo do Ferroviário nos domingos pela manhã.

EIS A TABELA:

1a RODADA

DIA 07|12 — 08:30hs — Cruzador da Ilha x E.C. Bahia

10:00hs — Cruzeiro E.C. x Alegria F.C.

2a RODADA

DIA 14|12 — 08:30hs — E.C. Bahia x Internacional

10:00hs — Ypiranga ou Estrêla x Alegria F.C.

3a RODADA

DIA 21|12 — 08:30hs — Cruzador da Ilha x Internacional

10:30hs — Cruzeiro E.C. x Ypiranga ou Estrêla



Torneio Amador chega à fase final

PAPÃO DO N

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1980)

DECISÃO DO CASTELÃO COMEÇA DOMINGO

101
Decisão do Castelão começa domingo

O Torneio João Castelo, promovido pela Secretaria de Desportos e Lazer, em colaboração com a Associação de Cronistas e Locutores Esportivos do Maranhão e Federação Maranhense de Desportos, inicia a sua decisão no próximo domingo.

Assim é que, a partir das 9 horas, vamos ter no Parque Valério Monteiro, a realização da partida entre as representações do Alegria e S. C. Internacional, na decisão dos 3º e 4º lugares,

numa partida que está despertando grande interesse dos desportistas, principalmente do Anjo da Guarda, de onde procede o Internacional.

Quanto a grande decisão entre Cruzador da Ilha e Estrela do Jucutuba, deverá acontecer no dia 18, no estádio municipal Nhozinho Santos, em preliminar do Campeonato Brasileiro. A equipe campeã fará jus a uma linda equipagem, enquanto os outros dois classificados serão premia-

dos com troféus e medalhas, que já se encontram em exposição nas vitrines de Deja's Magazine.

Devido ao grande sucesso alcançado por esta promoção, a Secretaria de Desportos e Lazer já está tomando as devidas providências, para interiorizar a competição. Segundo os organizadores do certame, o mesmo deverá começar no próximo mês de janeiro, envolvendo nada menos que vinte cidades do interior.



Cruzador e Estrela, são as duas equipes que chegaram ao final do Torneio João Castelo, sem conhecer derrota e estão prontas para decidir a competição, possivelmente no dia 18.

COMÉRCIO LTD.

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1981)

GRANDE FINAL DO CASTELÃO

conseguiu repetir as boas atuações anteriores.
 —Infelizmente não deu e o título ficou com eles. Nos estávamos cansados do jogo contra a Alemanha e na base do vigor físico eles conseguiram equilibrar o jogo e nessas circunstâncias qualquer resultado seria

Garcia... serão... aguardarão nova convocação para Eliminatórias.
 Os jogadores serão dispensados no desembarque e aguardarão nova convocação para as Eliminatórias. Não

Com menos deveremos ao brasileiro o respeito reconhecimento do mundo — de Giulite.

Hoje a grande final do Castelão

Com início programado para às 14:30 horas, será encerrado hoje, no estádio Municipal Nhosinho Santos, o I Torneio de Futebol João Castelo, promovido pela Secretaria de Desportos e Lazer, Associação de Cronistas e Locutores Esportivos do Maranhão e Federação Maranhense de Desportos.

Na oportunidade estarão se degladiando as duas equipes invictas da competição até agora, no caso, Cruzador da Ilha, do Maracanã e Estrela Futebol Clube, do Juçatuba, num encontro de gigantes, do interior da Ilha.

A primeira vista, o Cruzador da Ilha se apresenta com uma ligeira superioridade frente ao seu adversário, pois é melhor tecnicamente, no entanto, a onzena do Estrela é muito valente e não se entrega com facilidade.

O Estrela é a equipe que mais pontos conseguiu até aqui, mas o Cruzador acredita que poderá vencer o adversário. O Estrela apresentou a maior torcida durante a realização da competição, mas o Cruzador também não fica atrás e garante que não será pela

falta de torcida que irá perder a partida e o título, pois toda a comunidade de Maracanã estará presente ao municipal, na tarde de hoje, para incentivar o seu representante.

Pelo visto, será um espetáculo grandioso, já que vamos ter, tanto os torcedores do Maracanã, como os desportistas de Juçatuba, presentes ao campo da municipalidade.

Esperamos que o público chegue um pouco mais cedo ao estádio, para prestigiar o encerramento desta competição, que foi iniciada em julho, do ano passado, envolvendo nada menos que 262 agremiações.

Após o encerramento da partida, vamos ter a entrega dos trofeus, sendo que o governador João Castelo fará a entrega ao campeão, do troféu que recebe o seu nome, enquanto o Secretário Elir Gomes, entregará o troféu que também recebe o seu nome, a equipe vice campeã.

Tudo isto vai acontecer na preliminar da partida entre Maranhão e Ceará, valendo pela Taça de Prata. Ao

acontecimento, deverão se presentes, todos os Secretários do Estado, pois a Sedel enviou convites para todos eles.

Além dos trofeus, os finalistas do Torneio João Castelo, ainda terão direito a medalhas e equipagens, que já foram adquiridas pelos organizadores da festa do esporte amador em todo o Estado, no setor do futebol.

Enquanto este primeiro troféu chega ao seu final, a Secretaria de Desportos e Lazer já está providenciando o segundo certame, agora incluído também o interior do Estado, sendo nos próximos dias, emissários estarão deslocando a várias cidades, para fazer os primeiros contatos.

Para que os leitores tenham a melhor visão, do que foi o Torneio João Castelo, publicamos aqui a estatística de toda a competição até agora. Esta estatística, foi rodada em número de mil, para que seja distribuída aos desportistas, hoje à tarde, nos portões de entrada do estádio municipal. Eis a estatística:



Decisão no Tirirical

O Departamento Autonomo de Desportos, do Bairro do Tirirical, também realiza a decisão do campeonato por ele promovido, no dia de hoje.

no domingo proximo passado, jogará em resultado adverso. por um simples empate, para conquistar a competição. Todas as

Acredita-se na presença do torcedor...

CASTELÃO FOI ENCERRADO COM FESTA

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1981)

PREMIAÇÃO TORNEIO JOÃO CASTELO

Governador entrega ao capitão do Cruzador o troféu pela conquista do Torneio "Castelão" de futebol amador.

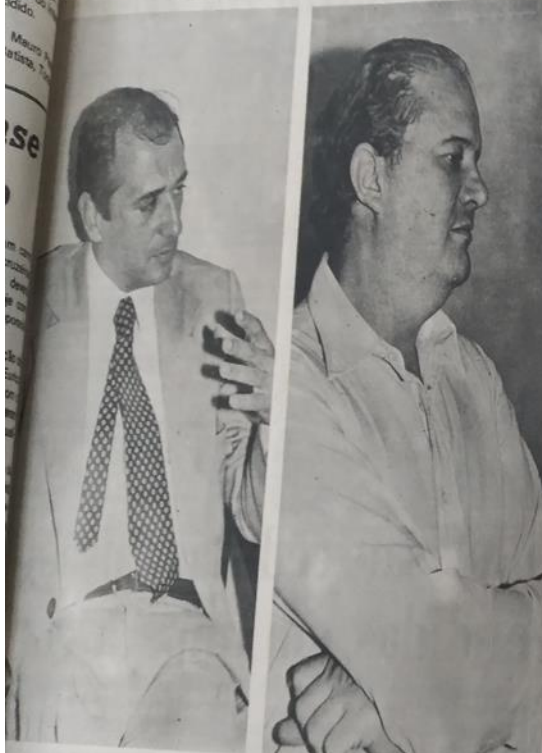
Fonte: Jornal O Imparcial (1981)

ANEXO B
A POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA: O DISAL

ALCOA E O MEIO AMBIENTE

SÃO LUIS-MA, 06/08/80 - QUARTA-FEIRA

ALCOA não poluirá meio ambiente



Objetivando esclarecer a opinião pública e, principalmente uma imprensa que está potencialmente contra a instalação da empresa Alcoa Alumínio S/A nesta capital, o diretor presidente do complexo no país, concedeu uma entrevista coletiva à imprensa ontem à tarde. Abordando todos os aspectos de industrialização o projeto pelas autoridades federais e estaduais a aprovação do projeto pelas autoridades locais e estaduais a empresa cumpriu e seguirá todas as normas de proteção ao meio ambiente. Quanto aos projetos por parte de pequenos grupos oposicionistas, argumentou que existe "muita desinformação e com isto procuram confundir outras camadas da população".

Alain Béká, diretor presidente do grupo Alcoa, no Brasil, afirmou que a instalação do complexo industrial no Maranhão veio contribuir para o desenvolvimento do Estado e jamais para criar problemas, como estão querendo insinuar. Todo o projeto, acrescentou, foi elaborado com as devidas precauções de forma a não poluir, atendendo aos requisitos da Secretaria de Recursos Naturais e Proteção ao Meio Ambiente, mas apesar das medidas e guardadas as devidas proporções, a Alcoa corre pequenos riscos que poderão ser corrigidos.

Adiantou que durante a fase de instalação deste complexo industrial que irá produzir mais de quatrocentos mil toneladas de alumínio e alumina/ano, empregando recursos na ordem de cinco bilhões de dólares, será feito o processo de medição quantitativa e qualitativa da água e da lama marinha, que servirá como prova de que a água e o ar não serão poluídos e que estes números, no futuro, poderão ser cobrados pelo SENART.

No processo de industrialização a principal matéria prima a ser utilizada será a bauxita, com aproximadamente 50% de óxido de alumínio, e ainda a soda caustica que poderá ser reaproveitada inúmeras vezes, pois por ser a mais perigosa não irá ser expedida nem no ar ou na água, devido também ao seu elevado custo. No processo de recuperação da soda caustica serão construídos os lagos de resíduos que, por sua vez, serão isolados hermeticamente.

Estes lagos de sobras construídos na área da própria fábrica, destinou-se a coletar todo o material utilizado para posterior reaproveitamento, principalmente a água e a soda caustica. No caso específico do líquido, Alain Béká explicou que existirá em torno da fábrica diversos lagos e após o reaproveitamento, dentro do processo da própria empresa, a água após receber o tratamento adequado será devolvida aos mananciais da "ilha".

No tocante à poluição atmosférica, principalmente porque é utilizado o óleo combustível que possui 7% de enxofre, a fábrica estará equipada com as últimas técnicas e com os mais modernos aparelhamentos para impedir a poluição, como acontece em vários países do mundo em que a Alcoa possui fábricas, inclusive no Brasil, citando Poços de Caldas como exemplo, onde uma das fábricas vem operando há dez anos, mantendo excelente relacionamento com a cidade. Apesar do óxido de enxofre não ser prejudicial à saúde, para evitar a poluição atmosférica serão utilizados modernos filtros de custo avaliado em 3 milhões de dólares, fabricados com técnicas avançadas e "know how" importado de países mais desenvolvidos tecnicamente.

No assunto de evitar o uso de óleo combustível, outras fontes alternativas de energia estão sendo pesquisadas, visando consumir o mínimo de derivados de petróleo.

Justificou que um investimento no Maranhão como o da Alcoa Alumínio S/A, está fazendo ao país viável economicamente se o governo brasileiro permitir a expansão da fábrica. No caso de vir a ser comprovado que não estão sendo cumpridas todas as normas e requisitos para a preservação do meio ambiente, este mesmo governo que aprovou o projeto de instalação do complexo industrial poderá determinar a desativação da fábrica.

Quanto aos protestos por parte de alguns segmentos da sociedade, como a oposição e a igreja que representam a minoria, atribui como desinformação existente sobre as matérias que serão utilizadas. Explicou que 90% das fábricas da Alcoa, existentes em 15 países e que produzem quatro milhões de toneladas anuais, não construídas próximas ao mar, porém isto não representa qualquer problema de poluição ambiental.

Alain Béká explicou também que o contrato de financiamento firmado com o governo do Estado, semana passada, com a Alcoa financiando dez milhões de dólares que serão utilizados para acelerar o Projeto Ilha, representa uma receita antecipada do consumo de água durante a fase de operação da indústria, quando serão utilizados cerca de 10% da produção global do projeto. Outro fator que contribui para a concretização do convênio, e que a CAEMA pretende instalar no local onde será construída a fábrica, um projeto de captação de água, que servirá apenas de paliativo, para resolver o problema de abastecimento de água na capital maranhense e que dentro de três anos estará ultrapassado.

RECRUTAMENTO DA MÃO-DE-OBRA

Durante a fase de instalação do complexo industrial estão sendo recrutados dois engenheiros civis, advogados, secretários para acompanhamento da construção. Serão recrutados, ainda operários pelas empreiteiras responsáveis pela obra.

Na fase de operação serão criados 2.500 empregos diretos, com o recrutamento de cem técnicos de nível universitário, 730 técnicos de nível médio e 1670 de mão-de-obra não qualificada. Este último contingente será treinado na própria fábrica, durante a fase de operação.

Visando recrutar a mão-de-obra existente nesta capital, estão sendo firmados convênios com o SENAI e a Universidade Federal do Maranhão, para o fornecimento de químicos, mecânicos, eletricitas. Na primeira etapa serão recrutados 24 engenheiros mecânicos, recém-formados que trabalharão na fábrica de Poços de Caldas durante dois anos e destes serão selecionados alguns candidatos para um estágio de doze anos, nos Estados Unidos em São Luis irão ocupar cargos de diretoria.

COMPROMISSO ECOLÓGICO

O Presidente da Alcoa Alumínio S/A, quando da instalação da fábrica, assumiu um compromisso ecológico com o Maranhão, quando foi demonstrado publicamente, e de maneira inequívoca, de preservação do meio-ambiente natural desta capital.

Lotema presta homenagens aos maranhenses

Figueiredo garante que não vai haver recessão

Hospital Geral procede reformas em suas instalações

O Presidente Figueiredo, em discurso pronunciado a um grupo de corretores de imóveis afirmou apesar do grande saque...

SUDENE APROVA PROJETO DA ALCOA EM SÃO LUÍS

Vestibular da FESM tem baixa concorrência

SUDENE aprova projeto da Alcoa em São Luís

Onze cursos da Universidade não preencheram suas vagas

De acordo com os resultados do vestibular da Universidade Federal do Maranhão que, a realização do I Concurso Vestibular Unificado-1981, não conseguiram preencher todas as vagas oferecidas no presente período letivo, a iniciar-se no dia 5 de março. Um desses cursos é da área de Ciências da Saúde; e três da sub-área de Ciências Exatas (sendo seis da sub-área Humanísticas e três da sub-área de Ciências Exatas). Os cursos que não preencheram suas vagas neste Vestibular são: Física, Pedagogia, História, Geografia, Filosofia, Letras, Desenho Técnico, Química e Matemática Língua. Os dois cursos da área de Engenharia — Química Industrial e Engenharia Elétrica — preencheram as vagas que dispunham (15 para Química Industrial e 40 para Engenharia Elétrica), num total de 55 vagas para a área de Engenharia.

De acordo com os resultados gerais do vestibular, sobraram oito vagas para o curso de Educação Física; uma para Pedagogia; 22, para História; 13, para Geografia; 16 para Filosofia; 14 para Física; 16 para Desenho e Plástica; 12, para Física; 10 para Química; e 12 para Matemática (Licenciatura).

De acordo, ainda, com tais resultados sobraram oito vagas na área de Ciências Sociais; e 17 na área de Estudos Básicos, sendo 81 na Sub-área Humanística e 26 na sub-área de Ciências Exatas.

VAGAS E CLASSIFICADOS

Dos cursos que não conseguiram o preenchimento total de vagas, Educação Física oferecia 25 vagas e classificou apenas 17 candidatos; pedagogia, com 50 vagas, classificou 49 vestibulandos; História, com 30 vagas, classificou somente oito; Geografia, com 30 vagas, teve 17 classificados; filosofia, com 30 vagas, habilitou 14 candidatos; Letras, oferecendo 35 vagas, classificou somente 21; Desenho e Plástica, com 20 vagas, teve somente quatro classificados; Física, com 30 vagas, classificou 21; Química, com 15 vagas, teve cinco classificados; e Licenciatura em Matemática, com 20 vagas, habilitou só 13 candidatos.

Na cidade de Imperatriz, o curso de Direito, que oferecia 30 vagas, aprovou somente 11 candidatos, o que equivale a dizer que sobraram 19 vagas. Mas o quadro drástico, em Imperatriz aconteceu no vestibular de Pedagogia, com 139 candidatos disputando 90 vagas e apenas um vestibulando logrando aprovação e classificação, sobrando, pois, 89 vagas.

Os cursos que não conseguiram o preenchimento total de vagas, Educação Física oferecia 25 vagas e classificou apenas 17 candidatos; pedagogia, com 50 vagas, classificou 49 vestibulandos; História, com 30 vagas, classificou somente oito; Geografia, com 30 vagas, teve 17 classificados; filosofia, com 30 vagas, habilitou 14 candidatos; Letras, oferecendo 35 vagas, classificou somente 21; Desenho e Plástica, com 20 vagas, teve somente quatro classificados; Física, com 30 vagas, classificou 21; Química, com 15 vagas, teve cinco classificados; e Licenciatura em Matemática, com 20 vagas, habilitou só 13 candidatos.

Na cidade de Imperatriz, o curso de Direito, que oferecia 30 vagas, aprovou somente 11 candidatos, o que equivale a dizer que sobraram 19 vagas. Mas o quadro drástico, em Imperatriz aconteceu no vestibular de Pedagogia, com 139 candidatos disputando 90 vagas e apenas um vestibulando logrando aprovação e classificação, sobrando, pois, 89 vagas.

Reito número

A partir das 15 horas da próxima sexta-feira, o professor José Maria Cabral Marques, reitor da Universidade Federal do Maranhão, em entrevista coletiva à Imprensa, irá fazer como que um relatório geral do que foi o I Concurso Vestibular Unificado 1981, da UFMA, tendo em consideração sobre a sistemática do vestibular, seu processo, significado social do número de concorrentes, conclusões da instituição universitária sobre o número de eliminados, tendências do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão quanto às vagas sobradas, e muitos outros assuntos. Da entrevista, que será realizada no salão de reuniões dos conselhos superiores da UFMA, no palácio Cristo-Rede, sede da reitoria, na praça Gonçalves Dias, também participarão os

Equanto na capital, 26 candidatos concorrem a uma vaga das 30 do curso de Agronomia oferecidas no próximo Vestibular da Federação das Escolas Superiores do Maranhão, a iniciar-se dia 01 de fevereiro próximo, em Imperatriz, onde a FESM oferece 150 vagas, apenas 125 se inscreveram nos cursos de Ciências, Estudos Sociais e Letras, a nível de Licenciatura curta. Já em Caxias, apesar de baixa e concorrência, houve superávit de candidatos com relação ao número de vagas. Ao todo, 3.355 vestibulandos irão disputar as 475 vagas que a FESM oferece em São Luís, Caxias e Imperatriz.

Essas informações foram fornecidas ontem, pelo prof. José Ruy Salomão Rocha, presidente da Comissão Permanente para Assuntos de Vestibular-COPEAVE, da FESM. Acrescentou, também que ontem começou a entrega dos cartões de inscrição definitivos aos candidatos prolongando-se até o dia 19. Após esta data, os inscritos dispõem de

O Conselho Deliberativo da SUDENE aprovou, em sua última reunião do ano, o projeto da Alcoa Alumínio S.A. em São Luís do Maranhão, que prevê a construção de uma refinaria e uma usina de redução de alumínio. Após a sessão, o superintendente da SUDENE, Walfrido Salmito, entregou ao presidente da Alcoa, Alain Belda, o ofício que registra a aprovação do projeto pela entidade regional.

O projeto da Alcoa foi um dos 28 examinados na reunião presidida pelo ministro do Interior, Mário Andreazza. Dela participaram os governadores de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Maranhão, Sergipe, Rio Grande do Norte e Fernando de Noronha, bem como o senador Orestes Pontes e o deputado Edison Lobão. Foi aprovada a maior pauta de investimentos do ano — totalizando Cr\$ 56,8 bilhões — que permitirão a criação de 3.494 empregos diretos na área da SUDENE.

Os incentivos solicitados pela Alcoa e liberados pela SUDENE foram os seguintes: apoio do FINOR mediante a canalização, para o projeto de São Luís, de parte do Imposto de Renda gerado pela própria empresa, no Sul do País; isenção de Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados nos equipamentos adquiridos no exterior; e isenção do Imposto de Renda por um período de 15 anos, nos termos do Decreto-Lei 1564/77.

COMPRE BARATO NO BARATÃO DA LOJA BALLAN

arrafas Plásticas D'água

Malas

travesseiros

Banheiras

rinquedos

Carrinhos

onecas

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1980)

OBRAS DA ALCOA E PREVISÃO DE EMPREGOS PARA 1982

São Luís, 1ª de janeiro de 1982 - quinta

O IMPARCIAL

Obras da Alcoa terão 4 mil empregados em 82

As obras do Consórcio ALUMAR — formado pela ALCOA Alumínio e pela Billiton Metais, empresa do grupo Shell — para a construção de uma unidade produtora de alumina e alumínio em São Luís do Maranhão, prosseguem dentro do cronograma estabelecido em dezembro último, os trabalhos das fundações da refinaria absorveram o total mensal de 4.500 metros cúbicos de concreto. De agosto a dezembro de 1981, o volume de concreto usado cresceu 1.000m³ por mês, devendo atingir proximamente um pico de 7.000 metros cúbicos mensais.


Nos próximos dias, começarão a ser construídas as fundações da usina de redução. A construção do cais do porto e a dragagem do canal de acesso já foram iniciadas, o que possibilitará a atracação de navios a partir do final de 1983. O Consórcio Alumar está investindo, nas obras de São Luís e na contratação de equipamentos e serviços relacionados ao projeto, a soma de aproximadamente US\$ 700.000 por dia. Este mês, começam a ser feitas as primeiras montagens, que sendo erguidas sobre o solo, tornarão as obras mais facilmente visíveis, em contraste com a fase de terraplenagem que se desenvolveu até há pouco.

A medida que o ritmo das obras se acelerar, crescerá também o número de empregados, contratados tanto pelo Consórcio Alumar quanto pelas empreiteiras encarregadas dos diversos serviços do empreendimento. No mês passado, havia cerca de 3.000 pessoas trabalhando no canteiro de obras em São Luís, sem contar o pessoal dedicado às atividades administrativas de apoio em São Paulo que chega a 600. Em 1982, o volume de mão-de-obra empregada pelo Consórcio Alumar — direta ou indiretamente — subirá para mais de 4000 empregados.

Fazer
progra
sorte

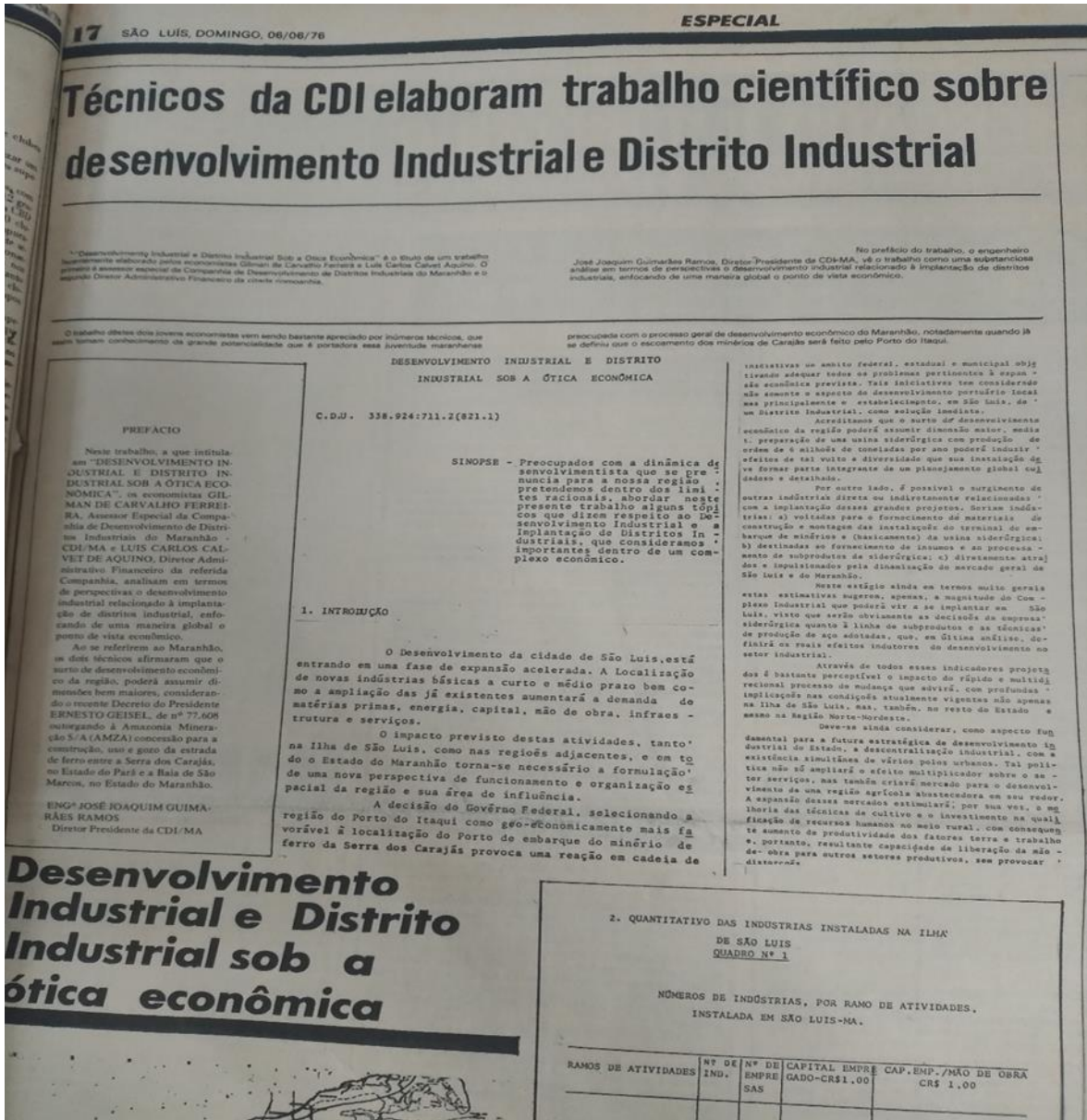
Nada menos que mil envelopes recadados até o to, pela comissão zadora do segundo "Notas da Sociedade" vido pela Secretaria Fazenda, que se no dia 16 de janeiro no Ginásio Cosmogues disse o certo, certamente, Baloney, ao admitir que cerca de 500 envelopes poderão ser recadados até a terior ao acontecimento.

Os prêmios para gunda extração de contram exposições



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1982)

TÉCNICOS DA CDI ELABORAM TRABALHO SOBRE O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E DISTRITO INDUSTRIAL



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1976)

QUANTITATIVO DE INDUSTRIAS INSTALADAS NA ILHA DE SÃO LUÍS

2. QUANTITATIVO DAS INDUSTRIAS INSTALADAS NA ILHA DE SÃO LUÍS
QUADRO Nº 1

NÚMEROS DE INDÚSTRIAS, POR RAMO DE ATIVIDADES,
INSTALADA EM SÃO LUIS-MA.

RAMOS DE ATIVIDADES	Nº DE IND.	Nº DE EMPREASAS	CAPITAL EMPREGADO-CR\$1,00	CAP.EMP./MÃO DE OBRA CR\$ 1,00
BEBIDAS	03	70	20.404.735	291.496
BORRACHA	03	20	86.000	4.300
EDITORIAL E GRÁFICA	21	***	***	***
ESTRATIVO VEGETAL	14	550	85.716.175	155.847
MADEIRA E MÓVEIS	19	223	1.306.636	5.859
MATERIAL ELÉTRICO	02	45	101.000	2.244
MECÂNICA *	81	401	***	***
METALÚRGICA	07	67	183.000	2.731
MINERAIS	01	100	65.000.000	65.000
MINERAIS NÃO METÁLICOS	11	94	547.000	5.819
PAPEL, PAPELÃO	03	604	10.816.202	17.907
PRODUTOS ALIMENTARES **	28	411	27.624.294	
QUÍMICA	15	490	66.520.943	135.757
TEXTIL	02	162	748.000	4.617
VESTUÁRIO, CALÇADOS, TECIDOS	08	249	2.428.029	9.751
TOTAL	218	3.486	303.342.014	701.328

FONTE: - Cadastro Industrial São Luis - NAE/MA
 * - Das oficinas mecânicas poucas são as que podem ser caracterizadas como indústria. Na realidade elas se enquadram mais na categoria de prestação de serviços.
 ** - Excluíve Padarias
 *** - Não computados

RESUMO DOS REQUERIMENTOS DE ÁREAS INDUSTRIAIS PARA O DI-Nº1-SL

GRUPO	ATIVIDADES INDUSTRIAIS	Nº DE EMPREASAS	INVESTIMENTO CR\$1.000,00	ÁREA SOLICITADA (m ²)	ENERGIA ELÉTRICA (kwh / mês)	ÁGUA (m ³ -mês)	Nº DE EMPREGOS ADM. TEC. PROD.
-------	------------------------	-----------------	---------------------------	-----------------------------------	------------------------------	----------------------------	------------------------------------

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1976)

PROJEÇÕES PARA O DISTRITO INDUSTRIAL – PARTE I

5. DISTRITO INDUSTRIAL

5.1. Instrumento de Planejamento

Sendo um DI efetivamente uma área onde podemos estabelecer um processo homogêneo de desenvolvimento industrial, passa ele a constituir um poderoso polo gerador de divisas, cujo planejamento prévio jamais pode ser desprezado. Deve-se sempre levar em consideração que um DI deve atingir fundamentalmente os objetivos básicos do planejador, seja em nível de governo ou de empresa privada, atendendo as mais diversas finalidades macro e micro-econômicas, desde a correção de desníveis sociais ou o gigantismo urbano, até objetivos meramente lucrativos, como exemplo, a venda ou arrendamento das terras que dispõem de infra-estrutura industrial.

5.2. Ocupação Racional de uma Área

Supõe-se que os investimentos industriais que se implantem na área sigam um projeto físico, que considere e satisfaça todas as condições que permitam um desenvolvimento industrial integrado e sem dispersão de recursos, atendendo inclusive a um processo de urbanização que integre adequadamente o homem ao meio.

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1976)

PROJEÇÕES PARA O DISTRITO INDUSTRIAL – PARTE II

5.3. Definição das Áreas

As áreas a serem selecionadas devem passar por um criterioso estudo de alternativas que considere a otimização dos resultados do empreendimento dentro da limitação natural de recursos do promotor do DI, o que em síntese é a solução do binômio: objetivos do planejador-recursos para uma implantação regional.

As áreas geográficas devem ser bem definidas, reservadas ao uso industrial pela potencialidade dos recursos naturais que possui e que servem como indutores do estabelecimento de um processo de desenvolvimento industrial.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

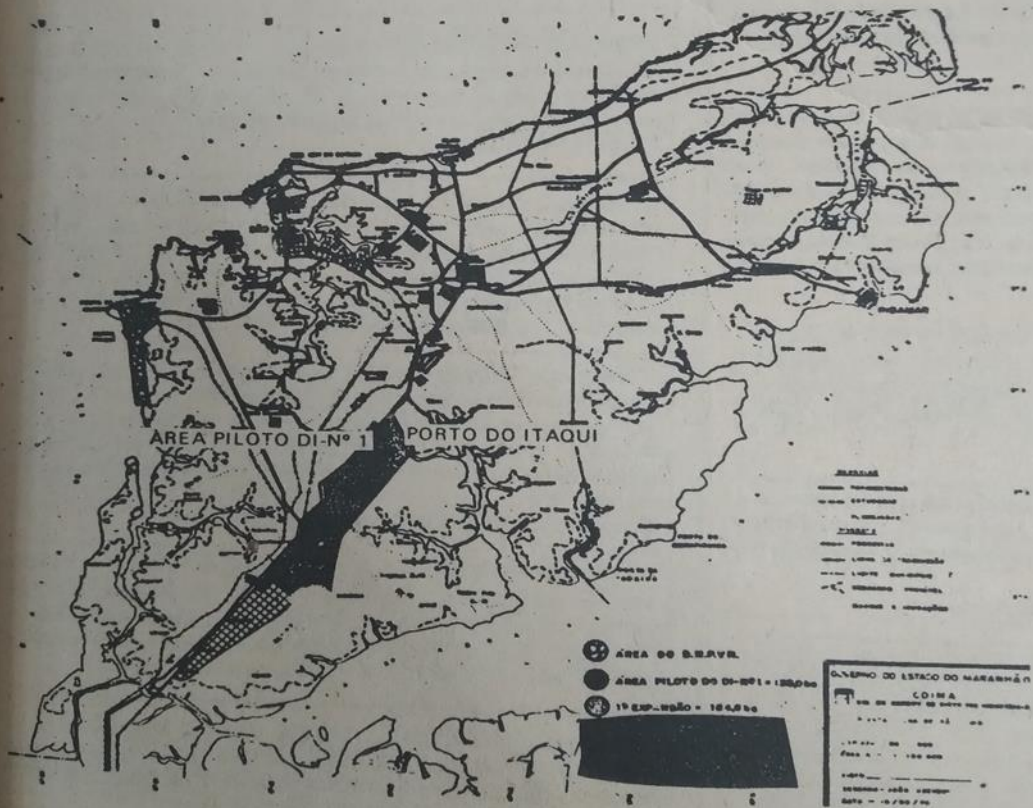
Sabemos que as tarefas e funções administrativas do Poder Público e Privado, são cada vez mais complexas, variando de Estado para Estado, de Região para Região, notadamente em áreas subdesenvolvidas (como é o nosso caso), onde cabe ao setor público o papel de comandar o processo de desenvolvimento, obrigando cada vez mais, que o aparelho administrativo esteja capacitado a exercer, eficientemente, tais encargos.

Assim é que, ao analisarmos o Desenvolvimento Industrial e a Implantação de Distritos Industriais, o nosso interesse foi de apresentar uma visão atualizada de enfoques, que consideramos altamente significativos para o desenvolvimento sócio-econômico regional.

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1976)

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E DISTRITO INDUSTRIAL

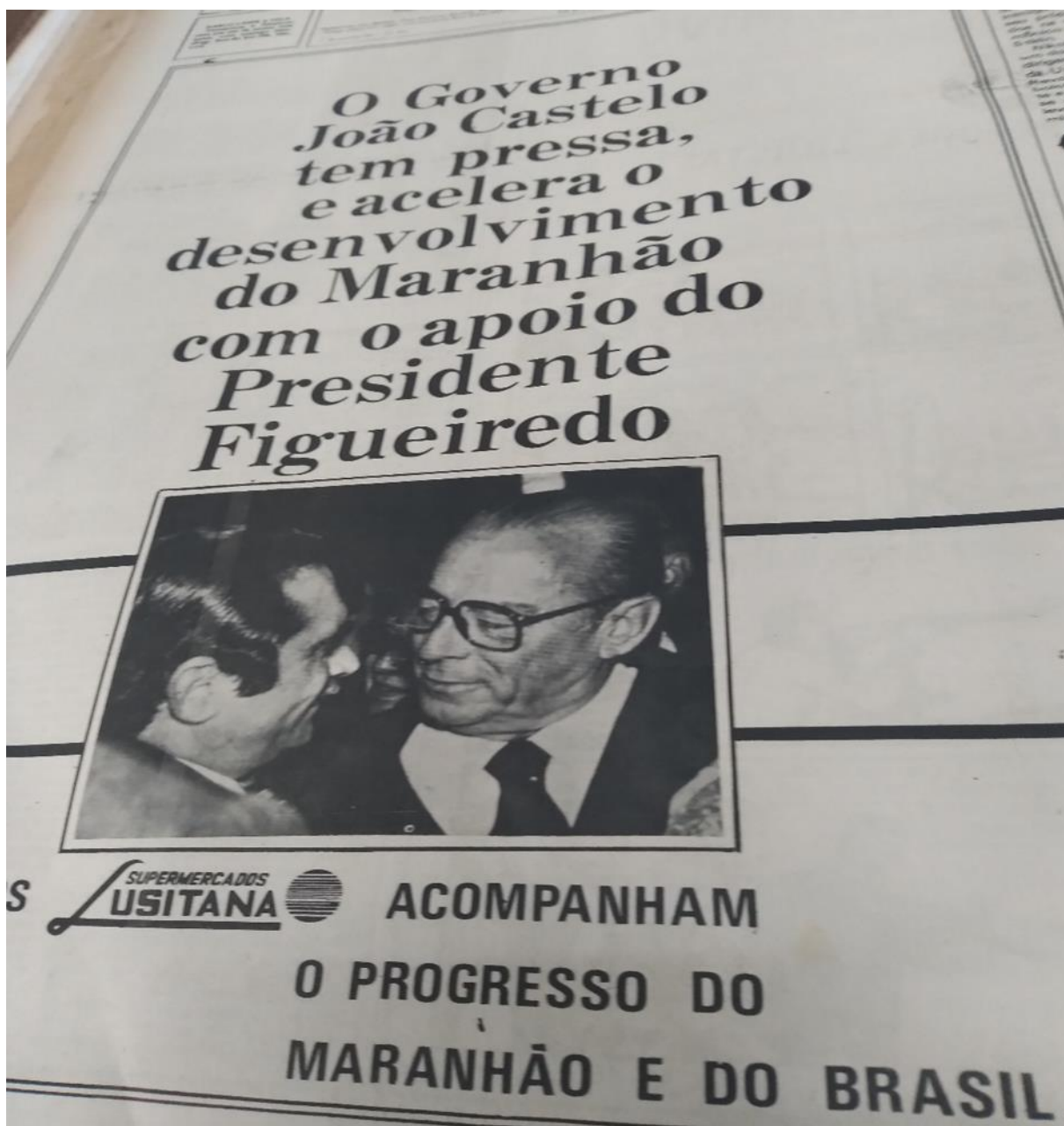
Desenvolvimento Industrial e Distrito Industrial sob a ótica econômica



3. QUANTITATIVO DAS INDÚSTRIAS

Jornal O Estado do Maranhão (1976)

PARCERIA GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL



Fonte: Jornal o Estado do Maranhão (1979)

DISTRITO INDUSTRIAL



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1980)

INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA MARANHENSE

SÃO LUIS-MA, 01/08/80 - SEXTA-FEIRA


2 Governo assina contrato de US\$30 milhões com a ALCOA

Santa Luzia-Açailândia será concluída em 1.981

A Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão, Alcoa Alumínio S/A firmaram contrato de 30 milhões de dólares para montagem do sistema de fornecimento de água, para fins industriais.

Participaram da solenidade, no Palácio dos Leões, presidida pelo chefe do Gabinete Civil, José Burnier, o Procurador-geral do Estado, Pedro Leonel, o subchefe do Gabinete Civil do Governador, José Muniz, os diretores da CAEMA, Manoel Cláudio Ferro da Mota, José Ribamar Rodrigues, Fernandes e Ivan Caldas Serra Pinto e os representantes da empresa beneficiada, Alain Balda e Robert Williams.

A partir de 1.984 a CAEMA fornecerá o mínimo de 50 mil metros cúbicos de água à Alcoa S/A, duplicando o volume a partir de janeiro de 1988.



Primeira Dama presidiu encerramento da Colônia de Férias

Com a presença da Primeira Dama do Estado, Gardênia de Aguiar Gonçalves, e a entrega de medalhas de "Honra ao Mar" aos colonos, foi encerrada ontem, às 10 h, na sede do Clube Recreativo e Social dos Servidores do Estado, a II Colônia de Férias promovida pelo Instituto de Previdência Social e a Associação de Desporto e Lazer.

Na oportunidade, o secretário de Desportos e Lazer, João Gomes, disse que o governador João Castelo, ao criar e implementar a Colônia de Férias, deu um exemplo de preocupação com o bem-estar do Maranhão, e que com o Maranhão "não é um problema, mas, sim um Estado-solução, a orientação obrigatória de quem se tornou um dos objetivos do Governo.

O Presidente do IPEM, João Batista Lobato, na sua mensagem aos colonos, alertou para a importância do evento, na formação dos homens de amanhã, "que terão sobre os ombros a responsabilidade de continuar a construção desse "grande Maranhão todos", iniciada pelo governador João Castelo.

Ao despedir-se das crianças, d. Gardênia, representando o governador João Castelo, parabenizou os promotores da Colônia de Férias e os instrutores, agradeceu a colaboração, desejando todos felicidades e manifestou o desejo de reencontrá-los, especialmente aos colonos, "num futuro bem próximo.

Abepec já tem novo presidente

O jornalista Teodoro Duarte, do Rio Grande do Norte, é o novo presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Comunicação (ABEPEC) Quarta embaixada a chapa única "Unidade Nacional" venceu por acatamento, na assembleia geral da entidade realizada na tarde de ontem no auditório do Colégio Santa Teresa e que deverá dirigir os destinos da entidade no biênio 80/82, com "Unidade sem Regionalismo", conforme prometeu o novo presidente ao receber a direção da ABEPEC das mãos do professor Roberto Alina Amaral Vieira, até então sem dispensa.

UNIDADE SEM REGIONALISMO

A chapa "Unidade Nacional" obteve aprovação unânime ao ser apresentada na assembleia geral da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Comunicação, realizada a partir das 14 horas, em oportunidade, foram eleitos também os novos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal. Teodoro Duarte, professor e jornalista do Rio Grande do Norte encabeçou a chapa eleita, e foi recebido pelo professor Roberto Alina Amaral Vieira, presidente das mãos do professor Roberto Alina Amaral Vieira e prometendo "promover a unidade da ABEPEC em um regionalismo e independente de influências governamentais, pois, meu compromisso é com a ABEPEC e não com o Governo".

FALSA ABERTURA

Teodoro Duarte aproveitou ainda a oportunidade para denunciar o que chamou de "falsa abertura" que reprime a verdadeira liberdade de comunicação e critica a permanência dos órgãos de segurança dentro das Universidades, que atacam a liberdade de pensamento.

TELMA TELECOMUNICAÇÕES DO MARANHÃO S.A.

COMUNICAÇÃO

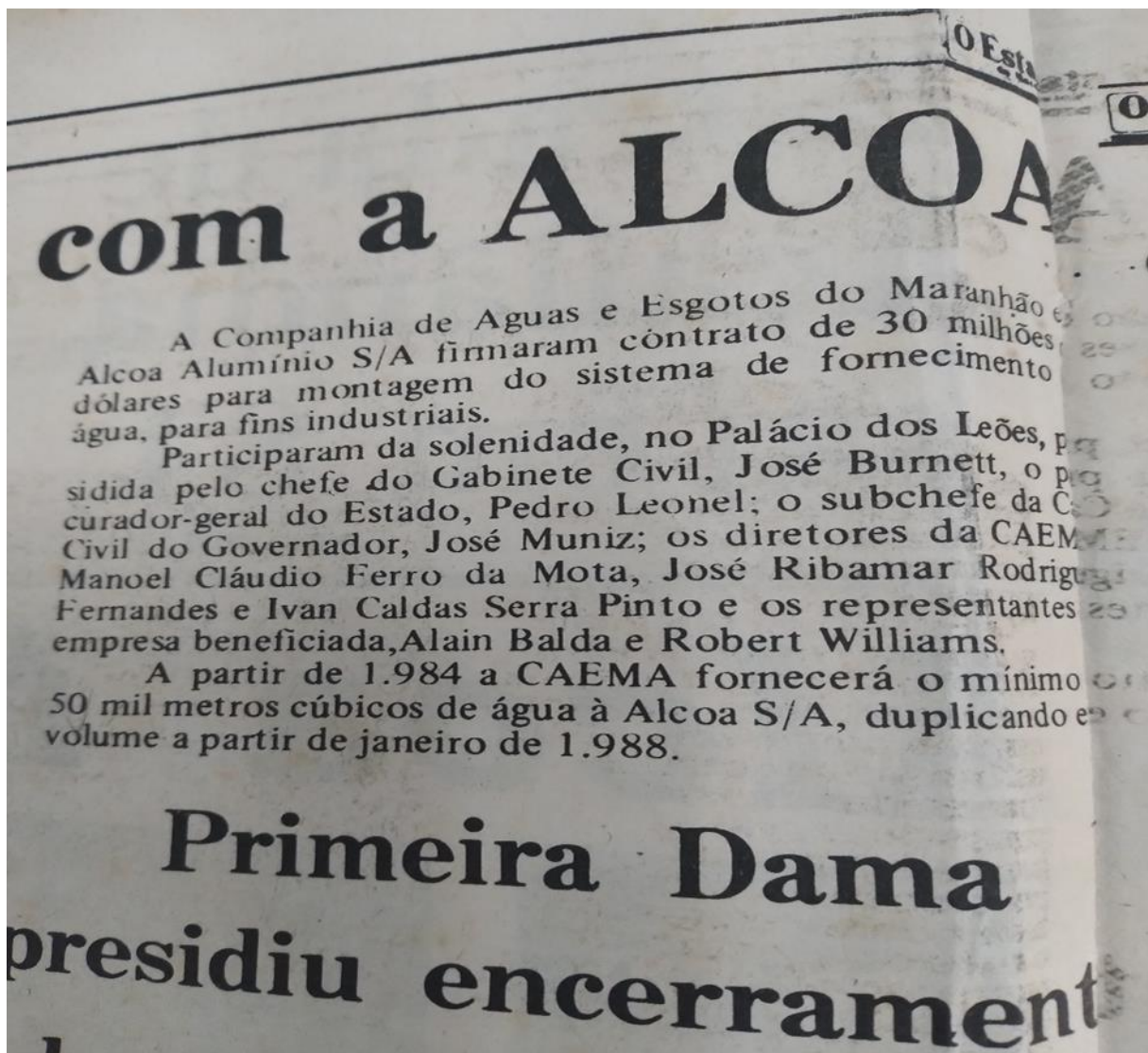
Comunicamos aos nossos clientes que a partir desta data as tarifas telefônicas estão reajustadas de acordo com a Portaria no. 177 de 28/07/80, da Secretaria Geral do Ministério das Comunicações, cuja tabela é a seguinte:

1 - TARIFAS MENSAIS	CAPITAL	INTERIOR
- Terminal Residencial	192,01	167,70
- Terminal Não Residencial	288,08	251,55
- Terminal Tronco	384,02	335,40
- Extensão (Aparelho Secundário)	67,21	58,76
- Ramal de P(A) BX	67,21	58,76
- Bloqueador DDD	221,70	221,70
- Aparelho de Luxo e Acessórios	19,24	16,77
- Linhas Privadas (Permanentes)	576,03	500,00

O Estado do Maranhão

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1980)

PARCERIA CAPITAL ESTATAL E CAPITAL PRIVADO



Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1980)

PROJETO CARAJÁS-ITAQUI

ESTADO DO MARANHÃO


FUNDADOR JOSÉ SARNEY

SÃO LUIS, QUARTA-FEIRA, 19/11/75 - ANO III NÚMERO 824 - 12 PÁGINAS UM (1) CRUZEIRO

PLANTÃO DE FARMÁCIAS
HORAS:
— Avenida João Lisboa,
114-A;
— Dr. Osime (Rua de São
Luis, 835);
— Gomes (Av. Cão Pas-
sado, 173-J auto).

Pedro Novaes

MARANHÃO JÁ INVESTE MILHÕES EM FUNÇÃO DO PROJETO CARAJÁS-ITAQUI



O Governo do Maranhão espera da AMZA Amazônia Mineração o convênio pelo qual serão feitas as desapropriações das áreas na capital por onde passará a ferrovia Carajás/Itaqui. Soubese no fim da tarde no Palácio dos Leões que um emissário da empresa chegará a São Luis ainda esta semana trazendo o convênio para ser assinado com o Governo.

Por sua vez o Secretário da Fazenda do Estado, Sr. Pedro Novaes Lima, disse em entrevista que "não podemos admitir que se tenha investido entre 80 e 100 milhões de dolares em estudos e prospecções no Maranhão e, de repente, surja uma opção em favor do Pará, onde, segundo se sabe, não se gastou um décimo desta quantia".

— "Por outro lado — acentua — o Governo do Maranhão está investindo maciçamente na capital, em função do projeto Carajás/Itaqui e só este ano, através da Prefeitura, realiza obras no valor de 59 milhões, preparando a cidade para receber o incremento populacional que a súbita de Itaqui provocará. Outros investimentos também estão sendo feitos, dentro da mesma linha, através da COHAB (80 milhões), da CAEMA/Companhia de Águas e Esgotos

(90 milhões), tudo em função do projeto".

Diz o Secretário da Fazenda do Maranhão que "na área pre-amazônica, os investimentos também tem sido orientados em função do Projeto Carajás/Itaqui. Estes são, na maioria, transferências do Governo Federal. Por exemplo: o asfaltamento da estrada Santa Luzia-Açailândia (BR-222), onde só este ano serão investidos 71 milhões de cruzeiros, e estão previstos ainda recursos de 50 milhões para o próximo ano".

— "A área de Buriticupu, na pre-amazônia, está sendo preparada para oferecer apoio à construção da ferrovia. Em São Luis, o Estado está investindo 10 milhões em desapropriações na área Itaqui/Bacanga para o Distrito Industrial, que terá importância enorme para o minério de ferro".

Segundo o sr. Pedro Novaes Lima, "o escoamento do minério de Carajás por ferrovia até o Itaqui proporcionará um desenvolvimento correspondente mais ou menos à quadruplicação da renda per-capita, que varia entre 50 e 60 dolares no baixo paraíba e chega a 2 mil dolares na capital. O projeto beneficiará todo o Nordeste porque se sabe que em determinada fase existirão 60 mil empregos novos e esse contingente não será recrutado apenas no Estado mas também no Piauí, Ceará, Pará, etc. por outro lado, é sabido que uma gama de indústrias subsidiárias se instalará não só no Maranhão mas nos Estados vizinhos, daí porque o Nordeste e o Norte, especialmente o Pará serão beneficiados com essas novas indústrias".

O Secretário da Fazenda acredita que "O Projeto Itaqui/Carajás vai imantar uma quantidade enorme de empresários para outras atividades que até agora são desconhecidas, entre nós". E mais adiante: "A nossa Federação das Escolas Superiores, que o Governo pretende transformar em Universidade, se voltará para a preparação de técnicos na área da siderurgia, de preferência. Diante de todos esses fatos — afirma — o Governo do Estado está firmemente convencido de que não há porque nesta altura dos acontecimentos se faça a opção pela Tijoca. Como é que se iria abandonar uma cidade que já existe, como São Luis, com uma estrutura razoável e na qual o Governo do Estado está investindo maciçamente por um local onde não existe sequer uma povoação?".

Fonte: Jornal O Estado do Maranhão (1975)

ANEXO C
**CONTROLE DE PROCESSOS DE EMPRESAS DO DISTRITO INDUSTRIAL (2014-
2018)**

CONTROLE DE PROCESSOS - SUGEDIPE / SEINC

Nº PROCESSO	Status	EMPRESA	ATIVIDADE	ASSUNTO	MUNICÍPIO	SETOR	SITUAÇÃO/ OBSERVAÇÃO	Investimento (R\$ 1.000,00)	Empregos Diretos
0240961/2015	Escriturado	Armazém Mateus S/A	Comercio atacadista de mercadorias em geral	Lote Industrial	São Luís	DPDI	DPDI para análise da Carta Consulta- Aprovado pela Comissão - Escriturado	115000,00	1157
0202164/2016	Em análise	Armazém Mateus S/A	Comércio Atacadista	Lote Industrial	São Luís	DPDI	Análise da Carta Consulta - enviado ao Gab para cobrar doc. Aguardando manifestação do interessado - enviado à SUMEC - para parecer com relação ao interesse público em 18/01/17 - Aprovado pela comissão - Escriturado - Arquivado.	8000,00	45
0203745/2017	Em análise	Arvek Técnica Construções Ltda.	Armazenamento de graneis líquidos, importação, exportação, fabricação, distribuição e comercio de maercadorias em geral, graxas lubrificantes etc..	Lote Industrial	São Luís	DPDI	Análise da Carta Consulta - Enviado aon Gab em 19/09 para cobrar pendencias de doc. Enviado correspondencia para cobrar pendencia de doc. Feita \a juntada de doc. Corr	350,00	81
0225510/2016	Em análise	Audax Comércio e Serviço Técnico Eirele	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	Lote Industrial	São Luís	DPDI	Análise da Carta Consulta - Enviado em 08/11 ao gab. para cobrar doc. Em 03/01/2017 - enviada correspondencia cobrando pendencias de documentos. Devolvido do Gabinete para aguardar manifestação do interessado. Enviada notificação em 5/09/18 dando um prazo de 10 para o interessado comparecer a SEINC para sanar pendencias de documentos. Correspondencia devolvida pelo correio. Reenviada para outros endereço.	10000,00	29
0101595/2015	Com pendencia	Biofibra Maranhão Serviços e Saneamento	Construção e operação de estações de tratamento de efluentes líquidos	Lote Industrial	São Luís	DPDI	DPDI para análise da Carta Consulta- Retorno do Gab p/ DPDI nova análise dos documentos apresentados, 19/08 – DPDI em 22/08 aguarda doc. 24/08 feita a juntada de doc. Em 12/09 enviado e-mail cobrança pend. de lay-out.	2800,00	49

0072637/2015	Escriturado	Biomar Mineração Ltda.	Exploração de calcário	Lote Industrial	São Luís	DPDI	DPDI para análise da Carta Consulta c/ pendências – Gab para cobrar doc. 09/11- Aprovado pela Comissão aguardando projeto escriturado - Arquivado	7000,00	67
0167238/2016	Em análise	Bono Transportes Rodoviário e Distribuição Ltda.	Transporte e logística	Lote Industrial	São Luís	DPDI	Análise da Carta Consulta - Em-15/08 enviada correspondencia cobrando doc. Habilitada para a Comissão - Aprovado pela Comissão - Em 18/01 enviado a SUPAI para emissão de parecer quanto ao interesse público.aguardando instruções - Escriturado - Arquivado.	6500,00	140
0233460/2016	Em análise	BPC Indústria de Blocos e Pisos de Concreto	Fabricação de artefados de cimento para uso na construção	Lote Industrial	São Luís	DPDI	Análise da Carta Consulta - Retorno ao Gab. Para cobrar documento em 22/11/2016 - Escriturado - Arquivado.	6000,00	148
218695/2014		Cal Motors Ltda.	Montagem e fabricação de motos e outros veículos	Lote Industrial	São Luís	DPDI	DPDI para análise da Carta Consulta - enviado ofício cobrando doc. aguardar aviso de recebimento do correio – enviado novo e-mail aguardando doc relacionado para o novo Distrito.	2705,00	170
0267734/2016	Em análise	Carrara Industria e Comércio Ltda-EPP	Aparelhamento e placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	Lote Industrial	São Luís	DPDI	Análise da Carta Consulta - devolvido do Gab. Para aguardar documentos solicitados - Feita a juntada de documentos em 27/01/2017 - Habilitado para a Comissão.- Aprovado pela Comissão	7708,00	34
0058077/2017	Em análise	Cata Tecidos e Embalagens Industriais Ltda.	Tecelagem de de fios de fibras artificiais e sintéticas	Lote Industrial	São Luís	DPDI	Análise da Carta Consulta - Enviado ao Gabinete par cobrar documentos em 06/04 - Doc. Enviado em em 03/07 novo e-mail cobrandoas pendencias -		
0068991/2016	Com pendencia	Colonial Peças Ltda-ME	Com.Atacado de peças e acessórios para motocicletas	Lote Industrial	São Luís	DPDI	Para análise da Carta Consulta – Comprndência de doc. Enviado ao Gab. Aguardando manifestação do interessado. Correspondencia enviada em 09/06/2016 cobrando pendencia de doc. Enviada nova correspondencia em 06/04/2017 sem resposta. Enviada notificação em 05/09 dando um prazo de 10 dias para o interessado comparecer a SEINC para sanar pendencias de documentos. devolvida pelo correio e reinviada em 09/10 para outro endereço. Devovolvuda pelo correio.	3000,00	16

0007359/2018	Em análise	E C M de Sousa e Cia Ltda	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	Lote Industrial	São Luís	DARAI	Análise da Carta Consulta - Enviada correspondencia em 15/01/2018 cobrando pendencias de documentos. Enviada nova correspondencia em 28/03 para cobrar docs. Notificado em 29/08/2017 para comparecer a SEINC. Em 13/09 compareceu a SEINC e foi enviado email cobrando pendencias de docs. Em 21/09 o interessado se apresentou a SEINC onde foi feita a juntada de docs. Em 16/10 enviado e-mail cobrando pendencias de docs.	600,00	140
0072237/2017	Em análise	Emaloc Indústria e Comércio Ltda	Fabricação de águas envasadas	Lote Industrial	São Luís	DPDI	Para análise da Carta Consulta - Em 05/05 enviado a arquiteta Renata para análise do layout - em 12/05/2017 enviado ao Gabinete para cobrar pendencias de doc. Em 30/05 devolvido do Gab para aguardar manifestação do interessado. - Habilitado para a Comissão - Aprovado pela Comissão - correndo o flucograma. Aguardando projeto. Enviada correspondencia em 30/08/2018 dando um prazo de 5 dias para o interesse assinar o Termo de Compromisso.	2750,00	124
0114671/2017	Em análise	EMAP/ Porto do Itaqui		Lote Industrial	São Luís	DPDI	Para emissão de relatório técnico - Em 20/06 enviado a SUPAI para as providencias - Enviado a Comissão - Aprovado aguardando determinação do Secretario.	200,00	37
0107247/2018	Em análise	Eneva -S.A - Golar Power Participações	Geração de Energia Elétrica	Lote Industrial	São Luís	DARAI	Análise da Carta Consulta -	4532800,00	281
0074508/2018	Em análise	Eneva S.A.	Geração e distribuição de energia elétrica	Lote Industrial	São Luís	DARAI	Análise da Carta Consulta - Em 03/05/18 enviada correspondencia cobrando pendencia de documentos. Feita juntada de documentos. Enviada notificação em 12/09/2018 dando um prazo de 15 dias para o interessado comparecer a SEINC. Em 22/10 feita juntada de docs. Em 04/12 enviada nova correspondencia cobrando pendencias de docs.	4800000,00	190
0299141/2017	Em análise	Fast Gerenciamento de Residuos e Soluções	Coleta, transbordo, tratamento e	Lote Industrial	São Luís	DARAI	Analise da Carta Consulta - Enviada correspondencia em 14/12/2017	10550,00	334

			reciclagem de resíduos e efluentes				cobrando pendencia de doc. Em 25/01 feita a juntada de documentos - Enviada correspondencia em 15/01/2018 cobrando pendencias no layout. Sanadas as pendencias - correndo o fluxo - Escriturado.		
0199306/2017	Em análise	Fibra Indústria de Artefatos de Papeis	Fabricação de artefatos de papéis	Lote Industrial	São Luís	DPDI	Análise da Carta Consulta - enviado a arquiteta Renata para análise do layout. Enviado e-mail cobrando pendencia de doc. Feita a juntada de doc.Habilitado para a comissão e enviado a SUPAI para emissão de parecer. Aprovado pela Comissão. A CSL para cumprir o fluxograma. Escriturado		
005076/2016	Aguardando Reunião	Servi Porto Serviços Portuários Ltda		Lote Industrial	São Luís	DPDI	DPDI para análise da Carta Consulta - Retorno ao Gab em 26/01 -na pauta da Comissão - Solicitado preenchimento de Carta Consulta por tratar-se de empresa.	520,00	97
0281846/2016	Em análise	Franca Com de Calçados e Confecções Ltda.	Comércio Atacadista de Calçados	Lote Industrial	São Luís	DPDI	Análise da Carta Consulta - Enviado ao Gab. Para cobrar documentos em 19/01/2017 - Devolvido do Gab. Para aguardar manifestação do interessado.Enviada notificação em 05/09/2018 dandop um prazo de 10 dias para o interessado se apresenta a SEINC para sanar pendencias. O interessado se apresentou a SEINC onde foi feita a juntada de docs. Em 16/10 foi enviaqdo e-mail cobrando pemndencias de docs.	x	36
0203821/2017	Em análise	FUNAC		Lote industrial	São Luís	DPDI	Análise da Carta Consulta		
0199545/2015	Com pendencia	Gasen Energia S.A.	Geração de energia elétrica	Lote Industrial	São Luís	DPDI	DPDI para análise da Carta Consulta - 48 horas para retornar ao gabinete / Aprovado pela Comissão / Com pendêncui de doc. - reaçacionado para o novo distrito.Aguardando instruções.	3840,00	281
0002207/2018	Em análise	Gera Maranhão Geradora de Energia do MA.	Geração de Energia	Lote Industrial	São Luís	DARAI	Análise da Carta Consulta - Enviada correspondencia em 24/01/2018 cobrando pendencias de documentos. Aguardando o interessado. Enviada notificação em 11/09/2018 dando um prazo de 10 dias para o interessado comparecer à	4207500,00	54

							SEINC para sanar pendencias de documentos. A empresa enviou correspondencia pedindo prorrogação do prazo para 30 dias para apresentação dos documentos. Em 11/10 compareceu a SEINC trazendo documentação - Feita a juntada para uma nova análise.		
0203887/2015	Com pendencia	Gil César Galvão Mota Filho – ME	Transporte rodoviário de cargas	Lote Industrial	São Luís	DPDI	DPDI para análise da Carta Consulta – 48 horas para retornar ao gabinete - enviado ofício cobrando doc. - aguardar aviso de recebimento do correio.aguardando manifestação do interessado.	7870,74	152
0228474/2015	Com pendencia	Gleudson Rodrigues de Sales – ME	Coleta de resíduos não perigosos	Lote Industrial	São Luís	DPDI	DPDI para emissão de Parecer -48 horas para retornar ao gabinete – Ao gab em 01/12/2015 – com pendencia de Doc. - aprovado pela Comissão aguardando projeto. Enviada correspondencia em 30/08/2018 dando um prazo de 5 dias para o interesse assinar o Termo de Compromisso. Arquivar tendo em vista a empresa após varios contatos não demonstrar interesse em dar continuidade ao processo.	1000,00	31
0219105/2017	Em análise	GMS Serviços Marítimos Gerais Ltda - EPP	Apoio Portuário	Lote Industrial	São Luís	DPDI	Análise da Carta Consulta - Enviado ao Gab. Para cobrança de doc. Devolvido para aguardar manifestação do interessado - Feita juntada de doc.Habilitada para a Comissão - Enviado á SUPAI para emissão de parecer - Aprovado pela Comissão, enviado ao georreferenciamento para visita in loco - feita visita, com o projeto - Aguardando resposta do SPU e Cartório com relação a titularidade da área. Escriturado - Aruivado.	1670,00	90
0045289/2018	Em análise	Golar Power Latam Participações e Comércio - Eneva S/A em parceria	Geração d Energia Elétrica	Lote Industrial	São Luís	DARAI	Análise da Carta Consulta - Enviada correspondencia em 27/03 cobrando pendencias de doc..Em 05/04 feita juntada de doc. Em 16/04 enviada nova	4532000,00	281

							correspondencia cobrando pendencia de doc. Correspondencia envia em 29/11 cobrando pendencias de docs. Respondido pelo interessado em 29/11 que iria providenciar a documentação solicitada.		
0084471/2018	Em análise	Graneis Líquidos - CBL SPE S/A	Operador terminais de líquidos	Lote Industrial	São Luís	DARAI	Análise da Carta Consulta - Em 30/04 enviada correspondencia cobrando pendencia documEentação		

Fonte: SEINC (SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO DO ESTADO DO MARANHÃO)